



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ERNESTO GEISEL

DISCURSOS

VOLUME IV

1977

**ASSESSORIA DE IMPRENSA
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

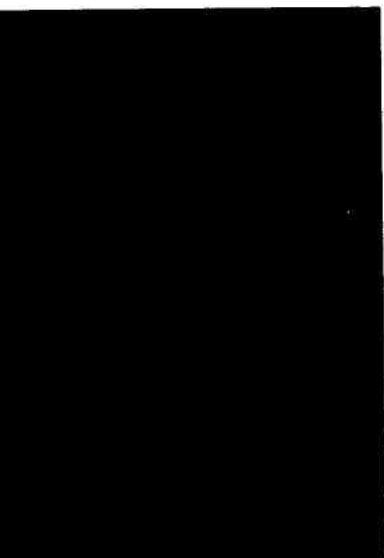
Fevereiro de 1978



27



28



29

ERNESTO GEISEL

DISCURSOS

VOLUME IV

1977

ASSESSORIA DE IMPRENSA
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1978

13 DE JANEIRO DE 1977.

DISCURSO PRONUNCIADO NA REUNIÃO
MINISTERIAL, NO PALACIO DO PLA-
NALTO.

Em mensagem de fim de ano, fiz à Nação um retrospecto da atuação econômica do Governo, dentro da desejada «posição de equilíbrio, de serenidade e bom senso, e de realismo».

Em prosseguimento, pareceu-me oportuno reunir, neste início de 1977, o Ministério e com a presença de nossos líderes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, a fim de considerarmos a orientação que o Governo, como um todo, deve adotar em face do panorama econômico nacional e internacional.

O abalo causado à economia mundial pela crise do petróleo, a partir de fins de 73, ao mesmo tempo em que revelou considerável capacidade de adaptação das economias ocidentais, trouxe aos países industrializados recessão e desemprego, em níveis elevados. Os países em desenvolvimento e, em particular, os países médios, como o Brasil, sofreram os efeitos tanto do problema do petróleo, em si, como dessa situação da área desenvolvida do mundo.

Ficou evidenciado, nos últimos dois anos, que a economia mundial não iria dispor de um período longo para recompor-se, uma vez que, em outubro de 75 e, agora, em fins de 76, novos reajustamentos de preço do petróleo se verificaram.

Devemos, realisticamente, esperar que outros aumentos venham a ocorrer. Isto significa termos de aceitar, pelo menos até o fim da década, a perspectiva de considerável incerteza e, muito provavelmente, de oscilações nas economias industriais, entre recessões e moderados períodos de expansão. O comércio internacional, igualmente, tenderia a crescer de forma bem mais moderada.

A preocupação fundamental do Governo, desde 1974, tem sido a de escolher a rota segundo a qual deve o Brasil conduzir-se em face desse quadro, seguindo uma opção gradualista que procure, ao máximo, preservar a normalidade da vida econômica nacional, enfrentando, porém, ao mesmo tempo e em profundidade, os graves problemas que devam ser solucionados.

Temos, com êxito, procurado evitar, conjunturalmente, a recessão e o desemprego, que atingiriam fundamentalmente as nossas empresas e, mais ainda, as classes trabalhadoras. Mas estamos, de outro lado, realizando as mudanças de estrutura econômica que garantam ser apenas transitória — e, se possível, limitada ao mandato de meu Governo — a fase de dificuldades encontradas.

* * *

Queremos reafirmar, agora, nossa convicção de que o Brasil, a despeito dos problemas reconhecidamente existentes, tem condições favoráveis para enfrentar a evolução da conjuntura internacional.

Primeiro, porque a economia brasileira, nesses três anos, conseguiu manter, praticamente, a normalidade, inclusive com expansão continuada do emprego e com estabilidade social.

Em 1976 alcançamos taxa excepcional de crescimento, até acima do desejado, avaliada, pelas primeiras estimativas, em 8,8%.

Nossas exportações aumentaram ao ritmo expressivo de 17%, atingindo US\$ 10,1 bilhões, e nossas reservas cambiais, de US\$ 4 bilhões no final de 1975, chegaram ao nível de US\$ 6,4 bilhões em fins de 1976. Em contraposição a esses resultados positivos, as importações ainda se mantiveram no elevado nível de US\$ 12,3 bilhões, situando-se nosso *deficit* comercial em US\$ 2,2 bilhões.

Por certo, tanto na balança comercial quanto no balanço em conta-corrente, conseguimos razoável melhoria em relação aos dados de 1975. A boa credibilidade externa do Brasil, confirmada pela recuperação de nossas reservas, permitiu que o *deficit* em conta-corrente fosse inteiramente coberto pelo ingresso de capitais de empréstimo e de risco.

O país chegou a apresentar *superavit* global no balanço de pagamentos e os investimentos diretos estrangeiros, até novembro, se haviam situado na casa dos US\$ 970 milhões, em estimativa preliminar, contra US\$ 890 milhões, no mesmo período do ano anterior.

Em *segundo* lugar, o Brasil dispõe de uma estratégia de médio prazo para adaptar-se à situação

criada pela crise do petróleo, com alternativas bem mais amplas do que a dos outros países em desenvolvimento, em geral, e, mesmo, de muitos países industrializados.

Tal estratégia, traçada no II PND, consiste, de um lado, na elevada prioridade conferida às exportações e, de outro, no esforço para alcançar a auto-suficiência, até 1980, na área dos insumos industriais básicos e expandir a produção interna de petróleo e bens de capital.

Podemos, diante disso, estar convictos de que, no final da década, a maior parte das adaptações de estrutura já terá sido feita e as restrições maiores no balanço de pagamentos já terão sido aliviadas.

O importante é chegar lá, com flexibilidade na ação conjuntural e o mínimo de restrições à atividade econômica interna.

* * *

Para efeito de configuração do presente estágio, vejamos os principais aspectos a serem levados em conta.

O Brasil, após a crise do petróleo, teve subitamente elevada, de 10% — nível tradicional — para 27%, a participação da poupança externa no total do investimento realizado no país.

A despeito de tal participação se haver reduzido, em 76, a nível inferior a 20%, necessário é trazê-la de volta, o mais breve possível, à faixa dos 10 aos 15%. E isso significa colocar o cresci-

mento anual em função, mais ainda, dos recursos internos disponíveis, evitando-se que o endividamento externo continue crescendo rapidamente.

O *deficit* da balança comercial, como visto, já declinou, de US\$ 4,6 bilhões em 1974 para US\$ 2,2 bilhões em 1976. Mas esse valor ainda é demasiado.

As importações de combustíveis, que já eram muito elevadas, experimentaram nova expansão em 76.

E, finalmente, a inflação no exercício findo, embora em fase, agora, de declínio, superou em muito o que poderíamos considerar razoável, principalmente para os nove primeiros meses do ano. A execução equilibrada do orçamento da União e as medidas de contenção monetária tomadas abrandaram as taxas de inflação no último trimestre. Mas não puderam impedir que, durante o ano de 1976, vários índices de preços apresentassem aumentos da ordem de 45%.

Tais fatores condicionam a fixação dos principais objetivos da política econômica para 1977.

* * *

A tônica gradualista, que vem orientando nossa política econômica desde 1964, deve ser preservada, mas é preciso que, este ano, se alcancem resultados mais expressivos. Impõe-se um reajuste mais rápido de nosso *deficit* em conta-corrente — causa da elevação do endividamento externo do país. Tal reajuste, nas proporções desejáveis, requer reduzamos ao

mínimo o *deficit* comercial em 1977, mediante incremento das exportações e contenção das importações.

É preciso, por outro lado, reduzir substancialmente o ritmo da inflação.

O controle do processo inflacionário e o ajuste mais veloz do balanço de pagamentos em conta-corrente exigem medidas austeras de política econômica, incompatíveis com um crescimento do produto real equiparável ao registrado no ano passado. Devemos aceitar, com realismo, uma taxa mais moderada de crescimento, não como objetivo, mas em consequência da necessidade de resultados melhores nos outros dois parâmetros.

Isso, de forma alguma, significa resvalarmos para a recessão, mas reconhecemos apenas que menor expansão, a curto prazo, é condição necessária para que possamos crescer, firme e sustentadamente, a longo prazo.

Tanto o ajuste do balanço de pagamentos quanto a contenção do ritmo de alta dos preços impõem atitude de contenção no manejo dos instrumentos monetários e fiscais por mais que se preservem os investimentos essenciais ao crescimento futuro, sobretudo nas áreas de substituição das importações e do fomento às exportações.

Não obstante as dificuldades opostas pela conjuntura internacional, é imprescindível concentrarmos nossos esforços no aumento das exportações, usando toda a nossa imaginação para diversificá-las quanto a produtos e mercados de destino. A curto prazo,

não seria realista imaginar que a dívida externa pudesse parar de crescer. O esforço que temos de empreender destina-se a abrandar o ritmo de expansão dessa dívida, compatibilizando-o com o do aumento das exportações. O equacionamento do problema da dívida externa exige, assim, que se confira a mais alta prioridade à política de expansão das exportações.

★ ★ ★

O Governo já havia definido, em fins do ano passado, a maior parte das diretrizes para 1977, nas áreas orçamentárias e de investimentos, monetária, tributária, de exportações e importações.

Resta definir a orientação a seguir no tocante aos combustíveis, diante da perspectiva de que, se mantida a situação atual no setor, o aumento das importações no corrente ano, em face do aumento de preços e da provável expansão do volume, seria da ordem de US\$ 500 milhões. E isso implicaria, para que o *deficit* comercial se situasse em nível aceitável, a necessidade de reduzir as importações de outros produtos em US\$ 1,1 ou US\$ 1,2 bilhões — empreitada certamente muito difícil, por se referir a equipamentos e matérias-primas.

O Governo continua, através da PETROBRÁS, empenhado em expandir, o mais rapidamente possível, a produção interna de petróleo.

Os investimentos da PETROBRÁS em exploração e produção devem elevar-se, em 77, a Cr\$ 11 bilhões, crescendo mais de 100%.

A perspectiva de aumento da produção, sem embargo, é de cerca de 7%, em 77, levando-se em conta a redução da produção nos campos da Bahia, em fase de exaustão. Em 78, já se poderá cogitar de um novo crescimento da ordem de 32%, relativamente a 76.

É difícil fazer previsões seguras do que será essa produção nos anos subseqüentes. Contudo, não há dúvida de que ela continuará a crescer significativamente, não somente em função das novas reservas já medidas na plataforma continental, em via de desenvolvimento, mas também dos resultados positivos que se estão alcançando nos intensos trabalhos de exploração que ora se realizam, praticamente, em todo o litoral brasileiro.

Os contratos de risco já firmados devem, em breve, produzir resultados, enquanto a PETROBRÁS realiza novos entendimentos com outros interessados.

Por outro lado, o Programa do Alcool está sendo acelerado, com nova fonte de recursos — o fundo de equalização de preços, do Conselho Nacional do Petróleo.

No curto e médio prazos, todavia, a necessidade de alcançar o equilíbrio e, se possível, um *superavit* na balança comercial, até 78 ou 79, significa a adoção de novas e mais rigorosas medidas de contenção no consumo de combustíveis.

Importa, sobretudo, criar maior conscientização, em todos os estratos da sociedade brasileira — seja entre indivíduos ou empresas — quanto à impor-

rância de conter substancialmente o consumo de todos os derivados de petróleo. O elenco de novas providências que serão adotadas pareceu-nos, no momento e após demorada análise, alternativa preferível à do racionamento, por ser de efeito também poderoso e de execução muito menos complexa, assegurando maior flexibilidade aos consumidores.

Entre elas, destaco a criação de um complemento em dinheiro, sob forma de recolhimento restituível, ao preço dos derivados de petróleo.

Sua incidência, por enquanto, será apenas sobre a gasolina e o óleo combustível — naquela, pela elasticidade que caracteriza o seu consumo e, neste, pelo baixo preço de seu fornecimento à indústria. Os valores correspondentes serão estabelecidos, periodicamente, pelo Conselho Nacional do Petróleo. A restituição será feita ao fim de dois anos, sem correção monetária e sem juros.

Dessa forma, pelo ônus financeiro criado para o consumidor, objetiva-se obter maior poupança, seja pela menor utilização dos veículos ou melhor regulação dos motores, no caso da gasolina, seja pelo uso mais racional e econômico do óleo combustível, principalmente nas instalações industriais. Ao mesmo tempo, alcançar-se-á um efeito antiinflacionário, com o recolhimento desse dinheiro ao Banco do Brasil.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se procura, nas Regiões Metropolitanas, elevar substancialmente a participação dos transportes coletivos, buscar-se-á impedir, progressivamente, o acesso de

automóveis ao centro da cidade. Para tanto, a área de estacionamento acabará sendo consideravelmente reduzida ao longo de 1977, continuando-se o esforço nos anos seguintes.

Outras providências incluem: nova redução, de pelo menos 10%, no consumo de combustíveis dos Ministérios; extensão do empréstimo compulsório da ELETROBRÁS aos autoprodutores de energia elétrica com motores a diesel (medida já adotada); estabelecimento de sanções para os motores desregulados de caminhões e ônibus; fechamento de postos de gasolina nos domingos e feriados; estabelecimento de horários defasados na indústria, comércio, bancos e repartições públicas; aumento de 50% nos pedágios, para automóveis, em fins de semana; estímulo ao uso de energia elétrica nas residências, em lugar dos derivados do petróleo; incentivos à substituição do óleo combustível por carvão ou outra fonte combustível, nos setores de grande utilização daquele derivado.

* * *

Antes da adoção dessas novas medidas na área de combustíveis, o Governo já havia definido para si próprio, em 77, diretrizes marcadas pelo sentido de contenção e austeridade.

Dentro desse espírito geral, encareço a colaboração de todos os Ministérios, em seus diferentes escalões, no sentido de unirmos esforços, conscientemente, para que se alcancem os objetivos que o Governo está perseguindo.

As circunstâncias atuais, mais do que nunca, exigem que os objetivos globais do Governo, na base do interesse nacional, devam claramente sobrepor-se às preocupações e aspirações de caráter setorial. Entendo a validade dessas aspirações vistas do seu ângulo próprio. Mas em todos os espíritos deve estar presente a necessidade de obter, em 77, os resultados objetivados, particularmente quanto ao controle do balanço de pagamentos e da inflação.

Por isso, a todos recomendo particular empenho na execução das diretrizes básicas, já estabelecidas.

Antes de tudo, a programação financeira deve ser cumprida rigorosamente, de modo que, como aliás ocorreu em 76, tenhamos o equilíbrio orçamentário e o equilíbrio geral das contas do Tesouro, inclusive no orçamento monetário.

Para isso, é essencial que, na conformidade do decreto de programação financeira, os Ministérios se abstenham de solicitar suplementação de «Outros Custeios e Capital». Estamos realizando grande esforço para evitar cortes nas dotações do orçamento; a contrapartida necessária é que os dispêndios fiquem dentro da previsão orçamentária.

Devem, igualmente, ser observados os limites máximos definidos para os investimentos dos Ministérios, em termos de desembolso efetivo, quer na Administração Direta ou Indireta. Realmente, precisamos, para a balança de comércio e para a desaceleração da inflação, realizar a economia prevista de Cr\$ 40 bilhões no hiato de recursos, ou seja, na diferença entre investimentos realizados no país e

poupança interna. Do contrário, a única saída seria recorrer mais à poupança externa, com aumento excessivo, portanto, do endividamento.

A eficiente execução dos programas já previstos deverá absorver toda a nossa capacidade de planejamento e implementação, cuidando-se, apenas, das coisas altamente prioritárias segundo o PND. Não tenho dúvida de que os recursos definidos, conquanto inferiores às nossas naturais aspirações, são suficientes, se bem empregados, para realizar o que é essencial, em setores de exportação e de substituição de importações, infra-estrutura, no desenvolvimento regional, nas áreas sociais.

De forma idêntica à estabelecida nas «Diretrizes e Prioridades» que aprovei para 1976, com mais razão, não devemos cogitar agora, em geral, de novos empreendimentos ou de programas adicionais. O que já temos por fazer é tarefa capaz de absorver os recursos disponíveis e nossa capacidade de execução. Façamo-lo com rapidez e eficiência.

Na mesma ordem de idéias, cabe o empenho de cada um de nós na contenção dos gastos de Pessoal e outras despesas burocráticas. Importante é manter suspensas as admissões de servidores, na forma do decreto baixado em julho último; evitar a criação de órgãos e reduzir as lotações existentes; diminuir o ritmo de edificações de caráter administrativo; limitar as viagens ao exterior; evitar qualquer importação de aviões e conter o uso dos já existentes.

É importante também — devo salientar — que os Estados e Municípios não poupem esforços no sentido de equilibrar seus orçamentos.

Por outro lado, o Governo, nos últimos tempos, eliminou ou reduziu substancialmente grande número de subsídios diretos a certas atividades econômicas. Aí vem traduzida importante diretriz, a observar na presente conjuntura, eis que o orçamento não pode ser sobrecarregado com subsídios, salvo em circunstâncias excepcionais e dentro da estrita disponibilidade de recursos.

A mesma preocupação leva-nos a voltar as vistas para os casos, muito poucos aliás, de empresas governamentais que ainda geram *deficits* operacionais. Devemos assumir, para nós mesmos, o propósito de que, em futuro próximo, não haja uma só empresa federal com *deficit* de custeio.

— No tocante a preços e tarifas de bens e serviços públicos, a orientação que estamos definindo para 1977 é a de limitar seus reajustamentos a um máximo de 25%, orientação essa suficientemente realista para não trazer sacrifício às empresas e suficientemente moderada para ser consistente com a idéia de substancial declínio na taxa de inflação. As exceções autorizadas, a esse teto, foram para a Rede Ferroviária Federal e a ECT, ambas com estruturas tarifárias bastante defasadas e, no último caso, visando-se a uma virtual eliminação do *deficit* operacional.

Importante, igualmente, será o cumprimento do orçamento de importações aprovado para os Ministérios. A nova redução prevista, de 12%, em relação aos níveis de 1976, corresponde simplesmente à média esperada de diminuição nas importações em

geral e significa tratamento equitativo entre o setor público e a iniciativa privada.

Reitero, aqui, a política de dar preferência, nas compras feitas por órgãos e empresas governamentais, a equipamentos produzidos pela indústria nacional. O recente decreto sobre o orçamento de importações do Governo para 1977 (Decreto nº 78.945, de 15-12-76) reitera dispositivo pelo qual os órgãos e empresas governamentais «somente poderão importar, arrendar ou locar máquinas e equipamentos, aparelhos, instrumentos e veículos de origem externa quando não existir similar de produção nacional».

* * *

Não hesito em dizer estar confiante em que o Brasil chegará ao fim de 77 com seus objetivos, econômicos e sociais, realizados.

O ano de 1976 encerrou-se bem melhor do que nossos naturais receios poderiam fazer esperar, ao iniciar-se o segundo semestre. E isso porque o Governo realizou rapidamente os remanejamentos táticos necessários, com a flexibilidade que caracteriza a sua definição de planejamento, havendo a economia e, em particular, o setor privado, reagido com evidente espírito de cooperação.

Sabemos das dificuldades que nos esperam em 77, mas estamos prontos a enfrentá-las. Sabemo-las superáveis, como superáveis foram os obstáculos que se apresentaram nos três anos de crise mundial, a partir de 74.

A receita, para isso, é a nossa capacidade de trabalho — no Governo, nas empresas, nas classes trabalhadoras. Não menos, a vitalidade e a capacidade de ajustamento da economia nacional, que tem recursos, humanos e materiais, até para importantes programas de exportação e de auto-suficiência em setores básicos. E, também, a confiança num país que, após fase de natural euforia pelo crescimento acelerado, já foi bastante testado em sua capacidade de continuar a desenvolver-se sob outras circunstâncias, menos favoráveis mas certamente suscetíveis de controle, graças a nossa determinação, a nossa capacidade de luta, a nossas reservas de valores humanos, físicos, técnicos e de gestão empresarial e a nosso senso de realismo positivo.

9 DE FEVEREIRO DE 1977.

IMPROVISO NA POSSE DO MINISTRO
ANGELO CALMON DE SA, DA INDUSTRIA
E DO COMERCIO, NO PALACIO DO PLA-
NALTO.

Ao empossar Vossa Excelência no cargo de Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, acho oportuno destacar a importância que este Ministério tem para o desenvolvimento do país. É um ministério relativamente novo, criado no fim da década de 1950, mas que abarca, no conjunto de suas atribuições, numerosos encargos de extraordinária importância para o país. Basta considerar que lhe cabe, praticamente, tratar dos problemas da indústria e do comércio. Cabe-lhe a função principal de dirigir o Conselho de Desenvolvimento Industrial. Cabe-lhe atuar no campo do comércio e, inclusive, em grande parte, do comércio exterior. São a ele subordinadas uma série de autarquias, como o Instituto do Açúcar e do Alcool, o problema da borracha, o problema do café, o Instituto Brasileiro do Café. Estão subordinados a ele, praticamente, todos os problemas da siderurgia do país, inclusive a empresa de economia mista Siderbrás. Trata o ministério de todos os insumos básicos que nós procuramos desenvolver no sentido de chegarmos, às proximidades do ano de 1980, à auto-suficiência do país. Aí estão os não-ferrosos, problemas do cobre, do zinco, do chumbo, do estanho. Estão os problemas dos fertilizantes, estão os problemas da indústria petroquímica e

assim por diante. Só esta enumeração de encargos mostra a transcendência que o ministério tem e o seu estreito inter-relacionamento com o desenvolvimento do país, vale dizer, com toda a área econômica. Por se tratar de um Ministério relativamente novo e por ter estes encargos, aos quais eu ainda quero acrescentar os relativos à área de seguros e área de turismo e ainda os da companhia de álcalis.

Ele ainda se ressentia na sua execução de uma estrutura adequada. Os seus quadros são de difícil recrutamento, porque os trabalhos são especificamente de alta tecnologia, e o recrutamento de seus funcionários é sempre extremamente difícil. Não obstante isso, o ministério vem dia a dia progredindo e se desincumbindo a contento de sua tarefa. Nos quase três anos de meu Governo, creio que o Ministério da Indústria e do Comércio se desempenhou muito bem, realizou o que pôde e cooperou extraordinariamente para a realização dos programas do Governo. Eu espero que, agora, sob uma nova orientação do senhor ministro Ângelo Calmon de Sá, o ministério prosseguirá nessa trilha e se aperfeiçoará cada vez, se entrosará cada vez mais na política do Governo e virá realizar aquilo que todos nós desejamos para o êxito e para o bem de nosso país. Confio em que Vossa Excelência estará à altura deste cargo e que não me faltará com a sua valiosa cooperação e lhe desejo êxito e muitas felicidades no seu novo cargo.

Eu agradeço a saudação que o povo me faz por intermédio do seu governador. Agradeço também a esse povo que veio à rua para me receber e me acolher. Vim hoje a Rondônia conhecer de perto, num contato mais íntimo com os que aqui vivem, os problemas da região. Eu os conheço através de documentos, de livros e de leitura que periodicamente vêm às minhas mãos, relatando o que aqui se passa. Mas acho que o contato direto, análise local dos problemas em si permitirão uma óptica mais realista, mais expressiva do que realmente aqui ocorre, do que se precisa fazer no sentido de assegurar maior progresso e maior bem-estar aos que aqui vivem. Esta é uma frente pioneira do nosso país. É uma área que rapidamente está se integrando na vida nacional. É uma fronteira viva, são terras que se desbravam e se povoam em ritmo extraordinariamente acelerado. É produção nova que se acrescenta aos recursos de que o país dispõe. É uma gente laboriosa, vinda de todos os recantos e que aqui, através da miscigenação, está formando os brasileiros de amanhã.

É claro que nesta frente pioneira haja inúmeros problemas, problemas transcendentais, difíceis, bem superiores aos recursos necessários para solucioná-

los integralmente. Nem eu me proponho a resolvê-los de uma vez, pois não tenho o dom de fazer milagres. Mas o que vos asseguro é que, com interesse, com amor, com carinho, com espírito nacional, olharei para esses problemas e farei o que for possível. Obrigado.

Vim hoje ao Território de Rondônia com o objetivo principal de ter um contato mais direto, conhecer a sua gente e os que aqui vivem, que trabalham e, sobretudo, conhecer os problemas que aqui existem.

É claro que este convívio e este contato me permitirão, dentro das minhas limitações, procurar dar melhor solução a esses problemas.

No quadro desta visita a Rondônia, se inscreve a minha vinda a esta cidade, para participar deste ato de relevante importância, que é a entrega destes títulos aos que trabalham a terra.

Sem dúvida, todos os que para aqui vieram dos diversos recantos do país — Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais e de outras áreas — vieram para procurar dias melhores, vieram para ter melhores condições de trabalho, vieram para ter melhores condições de vida para si e para os seus familiares. Aqueles que para aqui migraram são, sobretudo, fortes porque só os fortes é que têm coragem de abandonar as áreas em que viveram os seus ancestrais e buscar terras novas, onde, pelo esforço, pelo suor e pelo trabalho continuado, estão construindo um futuro melhor para si próprios e um futuro melhor para a grande pátria.

Compreendemos bem esse esforço e procuramos, na medida das nossas forças, conjugá-lo com o esforço da área governamental.

Aqui se reúnem povo e Governo, governos dos diferentes níveis: Governo do Território e Governo federal, sobretudo através deste poderoso agente que é o INCRA.

Tive oportunidade de verificar o que esse organismo está desenvolvendo neste Território. É claro que há ainda muito por fazer, mas o muito que já se fez, e o que se faz, e o que hoje se vê aqui é uma resposta aos maldizentes, que, em vez de cooperarem e ajudarem, se preocupam em fomentar dissensões, em criar áreas de tensões, em criar conflitos, jogando uns contra os outros, em vez de fazê-los, unidos e abraçados, trabalharem juntos. Como esta, há muitas outras áreas no país onde há problemas para resolver. É claro que não podemos resolvê-los instantaneamente, em um só tempo. É um trabalho progressivo, é um trabalho de gerações, que só é próprio de um país gigantesco como o nosso. Mas, com perseverança, com fé e dedicação, sem dúvida chegaremos lá e acabaremos por construir o futuro que todos imaginamos.

A terra, cuja propriedade é hoje conferida através de títulos, é um bem, é um bem que, conjugado com o trabalho, é formador da riqueza. É através da terra que nós vamos alcançar o desenvolvimento econômico desta região, como é em grande parte, através do solo, que o Brasil se desenvolve.

É com a riqueza que aqui gerarmos que nós teremos condições para dar a esta população um adequado desenvolvimento social; poderemos ter melhores estradas, melhores e maiores escolas, melhores hospitais e melhores condições de lazer. Mas para isto é preciso, antes de mais nada, ter a terra para trabalhar, para produzir e gerar esta riqueza.

E aí temos o que eu chamo de desenvolvimento integrado, temos o desenvolvimento econômico adicionado ao desenvolvimento social e, com esse conjunto, nós vamos criar o desenvolvimento político.

Está na hora de dar a esta região o adequado desenvolvimento político. A nossa preocupação é, agora, dentro da programação feita pelo Governo do Território, criar novos municípios, e este, sem dúvida, será um deles, com adequada administração local, uma maior participação da população na solução dos seus problemas.

Esta é uma das formas de distensão, que eu prego e que poucos entendem. Não é possível desenvolvimento político apenas, se não houver desenvolvimento econômico, sobretudo, se não houver desenvolvimento social. É através desta integração que se fará aqui e que se inicia através desta distribuição de títulos que nós daremos o exemplo a outras áreas do nosso país e construiremos realmente o futuro que todos desejamos.

O governador Humberto Guedes disse no seu discurso em Porto Velho ser o porta-voz «dos heróicos brasileiros que estão transformando Rondônia», e acrescentou ao final:

«O povo de Rondônia só pede ao Governo segurança e justiça para que possa trabalhar; domínio da terra para produzir; estradas para comercializar os seus produtos; escolas e atendimento médico para que seus filhos venham a ser cidadãos mais úteis ao Brasil. Obtidas estas condições mínimas para o desenvolvimento, o povo rondoniano garante a V. Ex^a que, em futuro próximo, Rondônia será mais uma estrela no maravilhoso colar da Federação brasileira.»

1º DE MARÇO DE 1977.

INTRODUÇÃO A MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL.

Senhores Membros do Congresso Nacional.

O ano que findou, apesar da dinâmica mobilização do povo para as eleições de 15 de novembro, nas quais o Partido do Governo alcançou consagrada e indiscutível vitória em todos os níveis, e sem embargo de notáveis realizações no campo do desenvolvimento social do país, da ordem e segurança internas — mantidas ambas sem desfalecimentos — ou da política externa vigilante e criadora, foi marcado ainda, como 1975, aliás, com a tônica requerida para o setor econômico-financeiro, pela evolução desfavorável tanto do panorama interno como da conjuntura internacional.

Explica-se, assim, o relevo que aos fatos econômicos atribuí, seja no pronunciamento tradicional de fim de ano, seja na abertura da primeira reunião ministerial de 1977, em que a problemática do abastecimento e consumo de combustíveis foi particularmente focalizada. Nas Diretrizes e Prioridades estabelecidas para o corrente ano também, o campo econômico, apreciados sumariamente os resultados de 1976, comandou a atenção.

Perante Vossas Excelências, observadores interessados e argutos analistas do que vai pelo país,

não cabe, aqui e agora, repisar considerações e realinhar números que certamente já terão sido objeto de percuciente exame crítico. Limitar-me-ei, assim, a salientar alguns aspectos especialmente relevantes.

No campo econômico, os surtos inflacionários e os desequilíbrios graves do balanço de pagamentos exigem, dos governos, desmedidos e persistentes esforços nem sempre bem compreendidos e, dos povos, elevada dose de sacrifício e resignação.

Minorar a estes, buscando sobretudo resguardar tanto mais de seu impacto as camadas quanto mais pobres e, pois, mais vulneráveis da população, tem sido, desde a hora primeira, preocupação fundamental do meu Governo, por mais que isso sabidamente acrescesse dificuldades novas à tarefa de si ingente. Daí a exclusão, desde logo, das medidas drásticas, de um tratamento de choque, brutal, que tanto se comprazem em recomendar sempre aqueles que melhor se julgam protegidos contra seus efeitos danosos, como se lhes pudessem importunar sequer as filas do desemprego, os salários de fome, a escassez de produtos essenciais, a proletarização da classe média ou a falência de pequenos proprietários nas cidades e lugarejos ou na vastidão semideserta das zonas rurais.

Consciente estava e continua o Governo de que, dessa forma, poderia vir até a desagradar a muitos, oferecendo-se como alvo fácil às críticas irresponsáveis e demagógicas que nunca faltariam. Mas é confiantemente que espera prosseguir nessa

linha de ação, alcançando resultados concretos que, embora não se digam brilhantes, sejam realmente os melhores entre os possíveis de obter, sem abalos perigosos à vida nacional nem perturbações desestabilizadoras.

Grande parte das medidas visando ao reajuste indispensável e premente do balanço de pagamentos — notadamente o incentivo às exportações pela desvalorização cambial, o bloqueio de importações pelos depósitos compulsórios que aumentam os custos internos, e a liberalização da taxa de juros estimulando o recurso à poupança externa — nunca deixa de produzir seus efeitos inflacionários. E isso bastará para que se veja, desde logo, quão delicado é o mecanismo gerencial da economia que se proponha, ao mesmo tempo, a reequilibrar o balanço de pagamentos e a conter e, depois, comprimir a taxa de inflação. Tudo isso, complicado ainda mais pela defasagem, bem maior do que se pensa, para que medidas adotadas comecem a fazer sentir seus efeitos e, além do mais, por componentes psicológicas em grande parte imprevisíveis.

Assim sendo, êxitos ou reveses em uma das faces do mostrador simplificado que registra a higidez da economia — a do balanço de pagamentos — muitas vezes correspondem, respectivamente, a fracassos ou sucessos do lado oposto — o do combate à inflação. Êxitos sucessivos, dirão os otimistas; fracasso continuado, proclamarão os pessimistas. De fato, nem uma coisa nem outra.

Se a economia expandiu-se bem, com bom índice de crescimento do Produto Interno Bruto e

da Renda *per capita*; se decresceu sua vulnerabilidade em relação ao exterior, com maior volume de reservas internacionais, diversificação maior das exportações tanto em natureza como destino, aumento da produção substitutiva de importações e manutenção, sob controle, do volume destas — inadmissível seria, de todo, uma atitude derrotista. Claro é que se poderiam ter melhorado certos índices em detrimento de outros, e é natural que se aceitasse, ou houvesse mesmo preferido, uma combinação distinta de indicadores como imagem mais sólida e confiável da economia ante o público interno e, sobretudo, no exterior. Mas, daí a reações negativistas, vai a mesma enorme distância que existe entre a sã objetividade e o emocionalismo doentio.

Ora, sem recorrer-se a larga enumeração estatística, descabida aqui, basta que se diga: em 1976,

- o Produto Interno Bruto cresceu de 8,8% (estimativa preliminar);
- a Renda *per capita* elevou-se de 5,8% durante o ano, ultrapassando de 1.100 dólares;
- nossa dívida externa bruta passou de 21,2 bilhões de dólares em 1975 para 27,2, mas as reservas de divisas subiram a 6,5 bilhões de dólares (acima dos níveis atingidos em 73, antes da crise do petróleo), reduzindo, assim, a dívida externa líquida;
- as exportações diversificadas em produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados e incluindo significativa parcela de bens de

- capital, superaram em 17% o montante de 1975, chegando a 10,1 bilhões de dólares;
- enquanto as importações, num total de 12,3 bilhões, mantiveram virtualmente o mesmo nível de 1975, contribuindo para substancial redução do *deficit* na balança comercial (de 4,6 e 3,5 bilhões em 74 e 75 para 2,2 bilhões).

É certo que os indicadores da inflação subiram bastante, havendo o índice geral de preços (disponibilidade interna) registrado 46,3%, a despeito de já começarem a se fazer sentir, no último trimestre, os primeiros efeitos das medidas de freagem.

Mas, por outro lado, as oportunidades de emprego ampliaram-se; contraiu-se o grau de liquidez do sistema monetário, se considerado o forte aumento dos preços; a execução financeira apresentou *superavit*; e os investimentos, principalmente nos setores estatal e misto, com prioridade aliás marcante para os insumos básicos, bens de capital e infra-estrutura, foram bastante elevados, garantindo expansão continuada da produção, embora tenham pesado excessivamente na demanda, tanto interna como sobre o exterior.

Aceitaríamos e aceitamos hoje, tranqüilamente, um crescimento bem menor da economia em futuro próximo, desaquecendo-a para que pressione menos, através da demanda, os mercados interno e externo, e assegurando-se, com isso, menor taxa de inflação; mas, de forma alguma, podemos deixar de nos rejubilar pelos resultados obtidos, superiores aos previstos, no ano findo de 1976.

Esperamos sinceramente que todos aqueles capazes de encarar com objetividade a realidade econômica, sem preconceitos que afinal bem se podem admitir como da própria contingência humana nem, muito menos, interesses escusos de demagogia barata, firmem posição junto ao Governo — não para que deixem de criticá-lo honestamente no que lhes pareça merecê-lo, pois que essa crítica será sempre valiosa — mas ajudando-o a promover o desenvolvimento econômico do país, numa fase como esta de tantas dificuldades para todas as nações, entre elas o Brasil.

Não estamos pessimistas. A recessão mundial que se desencadeou com o exagerado aumento dos preços do petróleo, começou a declinar em princípios de 1976, havendo infelizmente a economia motora dos Estados Unidos da América acabado por estagnar-se no segundo semestre, após o desempenho brilhante do início do ano. Parece certo que fortes incentivos estão para ser aplicados com vistas à expansão, agora, da economia norte-americana, o que terá reflexos benéficos em todo o panorama mundial, seja aquela decisão acompanhada ou não, simultaneamente, pelos demais países líderes.

Na verdade, para nós que vivemos na vasta periferia econômica do mundo de hoje, vale até mesmo indagar se o perfeito sincronismo da expansão em todos os países-chaves, dinâmicos e potentes, será mesmo mais vantajoso, uma vez que pode prenunciar a coincidência desastrosa de fases depressivas após o período de trepidante *boom* universal. Tal como sofremos hoje.

Em todo caso, porém, as perspectivas mundiais são agora algo mais favoráveis. E isso deve animar-nos, sem que se perca de vista a necessidade de manter estritos controles nas importações, inclusive de petróleo, nos investimentos, sujeitos a rigorosa escala de prioridades, e quanto à inflação, mediante os mecanismos tradicionais aplicados com persistência e vigor.

* * *

Apesar da concentração de esforços na gestão da economia, nem por isso deixou o campo social de receber do Governo atenção e tratamento especiais.

Assim, buscou-se expandir a criação de novos empregos, cuidando-se ao mesmo tempo de maior valorização dos recursos humanos, de integração social mais perfeita e de um desenvolvimento urbano menos tumultuado. Programas de treinamento foram multiplicados, tanto no meio rural como nas cidades, sendo de ressaltar, em relação àquele, a organização do SENAR (Serviço Nacional de Formação Profissional Rural).

Esforçou-se o Governo em resguardar, o mais possível, o poder aquisitivo dos salários ante as pressões inflacionárias, particularmente o aumento do preço de gêneros alimentícios para o qual tanto influiu a seca duradoura em ampla área do território. Assim, asseguraram-se reajustamentos coletivos superiores à média nacional de elevação do custo de vida nos doze meses anteriores. Melhor atendimento ainda foi dado ao salário-mínimo, à medida que, por outro

lado, se tratou de ir reduzindo os diferenciais entre as várias regiões do país. Nem foi esquecido o funcionalismo público que teve quase ultimada a complexa implantação da Classificação de Cargos, esperando-se ainda sanar distorções remanescentes.

Elevados foram os dispêndios da União nos setores da educação, saúde e saneamento, habitação, previdência e assistência social. Assinalem-se quanto ao primeiro, a oferta grandemente ampliada do ensino de 1.º grau e a instituição do crédito educativo em sólidas bases operacionais; e, para os demais, a implementação da vigilância sanitária e o esforço de imunização contra endemias, com relevo especial para o Programa de Controle da Esquistossomose, os 240.000 financiamentos habitacionais do BNH, dentre os quais 40% destinados às famílias de menor renda, e a extensão dos benefícios da previdência e assistência social a novas faixas da população.

Projetos, muitos, de interesse social foram contemplados pelo FAS — Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, num montante de mais de 13 e meio bilhões de cruzeiros. E quase 200 Centros Sociais Urbanos estão sendo instalados por todo o país, absorvendo recursos da ordem de 870 milhões de cruzeiros. As obras do metrô em São Paulo e no Rio de Janeiro foram impulsionadas com auxílio do Governo Federal, sensível às dificuldades de transporte naquelas metrópoles.

Em 1977 espera-se prosseguir nesse programa intensivo da área social, uma vez que a contenção dos dispêndios públicos, já decidida para consoli-

dação da economia, não se fará sentir nesse setor de primacial importância para a melhoria de vida da população e para a estabilidade social do país.

* * *

No campo da *política externa*, a variada e complexa ação diplomática levada a cabo não caberia resumida numa introdução como esta, sem que se lhe restringissem a significação e real impacto para a vida corrente e o futuro da Nação, através de uma enumeração enfadonha e sem vida.

O que importa mencionar é o quanto veio realçada a posição do Brasil no concerto internacional, com a diversificação e amplitude maiores de seu relacionamento externo e o dinamismo acrescido do diálogo político e dos contatos econômicos com países das mais variadas regiões do mundo.

Que daí só poderão advir benefícios para o país — a par, é verdade, de responsabilidades aumentadas — não merece discussão; e tangíveis são os resultados já alcançados.

Paralelamente, no *setor político interno*, a ordem pública, a estabilidade social, o espetáculo vigoroso de eleições livres e renhidas atestaram, em realidade, um grau de amadurecimento propício a futuros avanços no caminho do aperfeiçoamento das instituições e das práticas políticas.

Para tanto não regateará o Governo esforços oportunos e bem graduados, esperando merecer com-

preensão honesta para seus objetivos e ações, cuja medida justa — está ele convicto — se encontrará sempre no decidido empenho de bem servir à Nação e ao povo brasileiro, mediante consolidação dos alevantados propósitos da Revolução de 31 de março de 1964.

1º DE MARÇO DE 1977.

INTRODUÇÃO AO LIVRO BRANCO
SOBRE O «PROGRAMA NUCLEAR DO
BRASIL».

AOS BRASILEIROS:

Todos nós — Povo e Governo — temos responsabilidade na promoção do desenvolvimento, econômico, social e político, do Brasil. Para assegurar esse desenvolvimento, necessário ao bem-estar geral, é imprescindível dispor de adequadas fontes energéticas, dentre as quais sobressai, nos dias de hoje e no futuro próximo, a utilização do átomo.

O presente documento visa a proporcionar esclarecimento público sobre o «Programa Nuclear do Brasil», que conta com o apoio unânime da vontade nacional e se baseia no nosso esforço próprio, conjugado com a cooperação externa, e na aceitação de salvaguardas, que garantem sua estrita aplicação pacífica.

4 DE MARÇO DE 1977.

IMPROVISO NA COLÔNIA WITMARSUN,
EM PALMEIRA-PR.

Eu agradeço o acolhimento que me fazem. Vim hoje ao Paraná, como em muitas outras vezes, com extraordinário prazer. Habituei-me a ver neste Estado, pelos que aqui habitam e pelas suas potencialidades físicas, um dos Estados mais promissores de nossa federação nacional. Aqui se trabalha, aqui se produz e aqui se progride. E os resultados reverterem não apenas no bem-estar de sua população, mas em benefício de toda a Nação.

Pela manhã estive em Paranaguá. Pude observar o desenvolvimento que aquela área está tendo, em consequência do seu desenvolvimento portuário. E vi lá, também, como o espírito cooperativo se desenvolveu, através da Cooperativa Cotriguaçu, que permitiu construir instalações próprias e adequadas a uma melhor comercialização e sobretudo armazenamento e embarque de grãos.

Venho agora aqui a esta colônia, no ensejo da comemoração dos seus 25 anos. Venho e verifico a coesão da comunidade, o esforço que ela realizou e o alto nível de desenvolvimento que ela já atingiu. Acho que é um trabalho meritório, que deve ser continuado e deve servir de exemplo a outros, para que, pelo trabalho, realmente nós possamos construir um Brasil como desejamos.

Esta visita aqui, também pelo contato que durante algumas horas pretendo ter convosco, servirá para reconfortar-me, para desenvolver o meu espírito de luta, para conhecer os problemas que vos afetam e para que juntos, os daqui e os de todos os recantos do País, possamos trabalhar para o seu engrandecimento e o seu melhor futuro. Muito obrigado.

9 DE MARÇO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO. ADIANDO A ENTRADA EM VIGOR DO DEPÓSITO RESTITUIVEL SOBRE A GASOLINA.

Eu pedi ao Secretário de Imprensa que os convocasse para vir aqui porque eu desejo lhes transmitir uma decisão que considero de real interesse do nosso povo, da nossa gente. Esta forma que estamos adotando hoje não é a usual, mas ela decorre da importância que eu atribuo a essa comunicação. Desejo, antes de mais nada, e em caráter preliminar, recordar as decisões que nós adotamos no mês de janeiro, relativamente à situação econômica do país.

Naquela época, nós estávamos às voltas com problemas de nosso balanço de pagamentos; embora a situação tivesse melhorado sensivelmente no ano de 1976, contra 75, 74, subsistia ainda um grande *deficit* comercial e a nossa dívida externa, vale enfatizar, constituída do somatório da dívida pública com a dívida das empresas privadas, continuava a crescer, chegando a números que preocupavam seriamente.

Por outro lado, nós tínhamos o anúncio do aumento do preço dos derivados do petróleo, do petróleo cru, vale dizer, decretado pela OPEP, pelo *trust* que domina o mercado internacional do petróleo. Tínhamos, ainda, registrado também um grande aumento do consumo do petróleo no país durante o ano de 76 — no conjunto um aumento de cerca de

9%. Então, esta decisão da OPEP, de aumentar o preço do óleo cru, conjugada à tendência de maior consumo de derivados no país, tinha um reflexo grave sobre o nosso balanço de pagamentos e, sobretudo, sobre a balança comercial, que é o instrumento básico no balanço de pagamentos.

Diante desse quadro, o Governo, que já vinha, desde longo tempo, adotando medidas para evitar que a situação se agravasse, achou que devia tomar novas medidas, de maior peso, e que pudessem trazer melhores resultados, neste ano de 1977. Essas medidas, de um lado, referiam-se propriamente a comércio exterior. Nós restringimos mais ainda as importações, sobretudo as de artigos supérfluos, desnecessários a nossa vida, e também procuramos novas medidas para estimular as nossas exportações.

E quanto ao petróleo, propriamente dito, examinamos exaustivamente as diferentes soluções. Tratava-se de verificar se o Brasil poderia caminhar para o racionamento, ou se existiriam outras fórmulas que evitassem o racionamento. Do exame de todas as soluções possíveis, nós concluimos que o racionamento seria a pior delas. Pela extrema dificuldade de sua aplicação, pelas injustiças que possivelmente iriam ocorrer, pela corrupção que poderia gerar. Então, organizamos um elenco de medidas que nós denominamos de racionalização.

Essas medidas foram adotadas em meados de janeiro. E compreendiam, em essência, medidas que visavam racionalizar o consumo propriamente, e outras que visavam forçar ou restringir ou desestimu-

lar este consumo. Dentro das medidas de racionalização, como todos devem saber, houve muitas. Uma visavam a diminuir o consumo de óleo combustível, substituindo-o pelo carvão quando possível, ou pela energia elétrica; diminuir o consumo de óleo diesel, também substituindo-o pela energia elétrica; desenvolver a eletrificação rural; possivelmente também racionalizar o consumo, exigindo um melhor controle da regulação dos motores. Evitando, sobretudo, nos caminhões diesel, que os injetores fossem viciados. Também se procurou estimular o transporte coletivo de massa, o transporte solidário e assim por diante.

Outras visavam a desestimular o consumo. Nestas estão, por exemplo, as que se referem ao fechamento dos postos; o aumento do pedágio; a redução da velocidade (vale dizer, tinha além disso um outro reflexo sobre os acidentes, que, no Brasil, quase que batem um recorde mundial, pelo seu número e gravidade). E, ainda, dentro do desestímulo, enquadrava-se a instituição do depósito restituível, que se podia aplicar em qualquer derivado, mas que nós, inicialmente, decidimos aplicar sobre o óleo combustível e sobre a gasolina. E uma terceira medida, não menos importante do que essas duas, foi de uma ação psicológica, para conscientizar o nosso povo, sobretudo os consumidores, da gravidade do problema e da necessidade de cooperar na sua solução. O problema não é apenas um problema do Governo; o problema é um problema do Brasil, é da Nação. Todos devem participar e para que essa participação seja livre, é preciso que, antes de mais

nada, todos entendam o problema, sintam a importância, a sua gravidade.

Algumas dessas medidas foram aplicadas imediatamente. Outras têm a sua aplicação no tempo. Por exemplo, o desenvolvimento do transporte de massa, a aquisição de novos ônibus, o desenvolvimento dos trabalhos do metrô. Em São Paulo e no Rio de Janeiro. O depósito restituível, com relação à gasolina, não pôde ser aplicado desde logo, por causa das medidas necessárias à sua implantação, que demandaria algum tempo. Torno a dizer que tudo isso foi concebido e foi planejado, e foi decidido e posto em execução a partir de meados de janeiro.

De então para cá, nós verificamos, no quadro nacional, uma evolução que eu considero promissora; no que se refere à balança comercial, melhoramos sensivelmente, nos meses de janeiro e fevereiro. Basta ver que em janeiro de 1976 o *deficit* da balança comercial foi da ordem de 500 milhões de dólares. Neste ano, o *deficit* chegou no máximo a 80 milhões. Em fevereiro também será bem reduzido para, talvez, 50 milhões de dólares. E esses dois meses são, pelo aspecto sazonal, os piores meses do ano.

Claro que isso resulta, em grande parte, dos preços do café, que melhoraram — que subiram, não vamos contar isso como uma melhoria —, mas que subiram numa proporção fora de tudo o que se poderia imaginar, em consequência daquelas célebres geadas que ocorreram, em 1975, no Paraná e em São Paulo. Cresceram também pela valorização de outros produtos.

A mamona se valorizou, o sisal, a soja está com bom preço, o suco de laranja também está. O cacau também. De maneira que de um lado o nosso balanço de pagamentos está, sem dúvida nesses dois meses, com características e aspectos bem favoráveis. Muito melhores do que aqueles que nós tínhamos em dezembro e começos de janeiro. Não só as importações caíram, diminuíram, e as exportações aumentaram, quer dizer, o volume das exportações cresceu também. Não foi apenas o valor, e, sobretudo, há que destacar o grande crescimento que se está verificando na exportação de manufaturados.

De outro lado, as medidas que nós adotamos quanto ao petróleo também produziram resultados que nós consideramos bastante satisfatórios. O crescimento do consumo de gasolina no mês de janeiro, comparado com o mês de janeiro de 1976, foi apenas de 3%. O consumo do óleo diesel, nesta mesma comparação, foi praticamente estacionário, e no óleo combustível houve uma pequena redução. Verificamos também que os Estados e os Municípios cooperaram com o Governo federal, no consumo dos órgãos públicos. Verificamos que o tráfego nos fins de semana diminuiu sensivelmente.

Então isso significa que realmente fomos compreendidos nos objetivos que tínhamos e os resultados que alcançamos foram auspiciosos e corresponderam àquilo que nós esperávamos. Nos próximos meses, embora ainda não tenhamos os dados definitivos de fevereiro, em março e abril nós temos a impressão de que esta redução vai continuar, em função

dos pedidos de derivados feitos pelas distribuidoras. As companhias distribuidoras dirigem seus pedidos ao Conselho Nacional de Petróleo, para o abastecimento nos próximos meses. E nós verificamos que as companhias distribuidoras estão apresentando pedidos menores que antes. Pediram, inclusive, redução nos pedidos formulados anteriormente. O que mostra uma tendência para a redução.

Bem, diante deste quadro, o Governo, que estava na iminência de aplicar, finalmente, a disposição relativa ao depósito restituível sobre a gasolina, achou que poderia adiar a aplicação desse depósito indefinidamente, de vez que acha que o povo entendeu o problema e está cooperando com a redução do consumo, e que o objetivo que nós tínhamos em vista pode ser atingido sem a aplicação desta exigência.

É claro que o Governo vai ficar atento ao problema e poderá, a qualquer momento, se assim for conveniente, se a nossa balança comercial novamente se deteriorar, ou se o consumo crescer acima dos limites razoáveis, o Governo poderá aplicar a medida, que está em lei. Em face das circunstâncias atuais, o Governo achou perfeitamente possível adiar indefinidamente a aplicação desse dispositivo. E o faz confiante na consciência e na ação do consumidor. O Governo confia naqueles que usam automóveis e consomem gasolina, que consomem diesel, e consomem óleo combustível, e que estão conscientes da importância do problema e de que têm o dever de cooperar, como já estão e continuarão. Muito obrigado. Era isso que eu tinha a dizer.

Minha vinda hoje a Barretos teve em vista participar desta Feira Internacional de Gado Nelore. Em minha companhia está o Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura. E a nossa presença significa a importância que o Governo atribui a esse setor de atividades. Desde o início do meu Governo, tanto eu como o Senhor Ministro temos frisado o valor e a extraordinária significação para o País da Agricultura e da Pecuária.

Destacamos quanto temos de trabalhar em continuidade para o constante aperfeiçoamento não só para aumentar a quantidade de nossa produção, mas também para aumentar a sua qualidade para tirarmos maior riqueza desse solo imenso e fértil que constitui o nosso território. É na agricultura e na pecuária que estão as bases do nosso desenvolvimento. Temos que produzir, produzir muito, produzir bem, e produzir cada vez melhor, não só para que cada brasileiro tenha maior rendimento como fruto do seu trabalho, mas também para que os alimentos sejam mais abundantes, custem menos, para que a vida seja fácil para esta grande população que continuamente cresce e que já ultrapassa os 100 milhões de brasileiros. Só com esse trabalho é que podemos realmente ver um futuro melhor.

Vim também para conhecer o povo que aqui vive, senti-lo de perto no seu calor, na sua solidariedade, no seu entusiasmo. Estamos realmente unidos, povo e Governo, contrariando os vaticínios e as proclamações daqueles que a nós se opõem. A Oposição diz que Governo e Nação estão dissociados, e eu não creio que assim seja. Na realidade, estamos unidos no esforço comum de desenvolvermos o nosso País, desenvolvermos o País sobretudo com o nosso esforço, aceitando, é claro, de boa vontade, a cooperação que nos vem de fora, sob a forma de capital e também vem sob a forma de desenvolvimento tecnológico. Mas é bem verdade que tudo isso é um somatório que só é válido se for feito em benefício da Nação e com soberania. E é dentro desse ponto de vista que povo e Governo estão unidos, povo e Governo trabalham, povo e Governo constroem o futuro deste grande País. A todos que me receberam calorosamente, me aqueceram com esse calor, que me deram ânimo e me reconfortaram, eu deixo aqui os meus sinceros agradecimentos.

15 DE MARÇO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, RESPONDENDO A SAUDAÇÃO DO MINISTRO ARMANDO FALCAO, AO ENSEJO DO 3º ANIVERSARIO DE GOVERNO.

Agradeço a presença dos senhores Ministros para comemorar o terceiro aniversário do nosso Governo. Agradeço as palavras do Ministro Armando Falcão, principalmente no que se refere à conduta, idéias e princípios que nos orientaram neste período.

Devo dizer que procurei nestes três anos ser fiel aos princípios que constituem a base doutrinária da nossa Revolução: desenvolvimento e segurança. Procurei ser fiel ao passado, dando continuidade à ação dos Governos que me precederam, não só em relação aos atos que eles iniciaram, como identificado com as idéias que nortearam a sua atuação.

O desenvolvimento, como tenho caracterizado, e hoje em dia creio que finalmente se conseguiu um consenso a esse respeito, deve ser um desenvolvimento integrado. A falsa idéia de que o nosso desenvolvimento deveria ser somente econômico, creio que hoje em dia já não mais subsiste.

Nós, realmente, nestes três anos, trabalhamos muito, vencemos dificuldades, encontramos situações adversas, na sua maioria vindas de fora, mas conseguimos nos desenvolver. Economicamente crescemos mais de 20 por cento e atingimos já uma renda *per capita* da ordem de 1 mil e 100 dólares. Enfrentamos uma série de problemas no balanço de pagamentos, que hoje em dia se apresenta com perspecti-

vas mais favoráveis. Lutamos tenazmente. Uma batalha tremenda, contra uma doença crônica deste país que é a inflação. Não sei até onde poderemos chegar, mas continuaremos certamente com segurança, com esforço, a combater esse grande adversário, com que o país convive há longos anos e que nos corrói não só economicamente, mas até no sentido moral. Crescemos muito, na agricultura, na pecuária, na indústria e procuramos cada vez mais nos tornar independentes das pressões econômicas que podem vir de fora, seja no campo da energia, seja no setor de insumos básicos, das matérias-primas essenciais.

Também nos desenvolvemos no sentido social. Sempre se criticou o Brasil pela má distribuição de renda, esquecidos de que praticamente o Brasil não tinha renda. Hoje, graças à atuação no campo social, do Ministério da Previdência, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério do Interior, creio que a situação do Brasil está bem melhor. Está muito longe daquilo que deve ser, muito longe daquilo que nós ambicionamos. Mas sem dúvida progredimos. A situação social do Brasil hoje é bem melhor do que era ontem, e amanhã certamente ainda será bem melhor.

Crescemos também e nos desenvolvemos no campo político, em que pese a opiniões contrárias fala-se muito em distensão. Mas eu tenho dito que nós devemos procurar um modelo nosso. Se procuramos um modelo nosso no campo econômico e no campo social, temos de procurar um modelo nosso

também no campo político. Não devemos copiar o que os outros fazem, porque as condições são diferentes. Temos de procurar uma política para o Brasil que corresponda à índole de nosso povo. Ao estágio de civilização em que nós estamos e também às nossas características físicas. Temos, sobretudo, de estabelecer uma organização política que valha, que seja praticada, que não fique apenas registrada no papel, para uso e gozo daqueles que apenas lêem e que não têm responsabilidade na ação. Nesse sentido, creio que temos progredido. No meu Governo se realizaram duas eleições, uma em 74 e outra em 76. Ambas foram eleições livres, o povo se manifestou como quis, votou como quis e, sobretudo, demonstrou a sua confiança no Governo pela elevada taxa de comparecimento, ou seja, pelo reduzido número de abstenções. Claro que esse progresso, no campo político, tem de ser paulatino. Tem de ser gradativo e lento. Ele é função também do desenvolvimento econômico e social, e é função sobretudo dos homens, dos nossos dirigentes, da nossa elite, do grau de compreensão que ela venha a ter dos nossos problemas.

Em face disso, é claro que eu devo manifestar a minha satisfação por havermos chegado ao dia de hoje. Não realizamos absolutamente aquilo que imaginávamos, aquilo que idealizávamos. Estamos muito longe dos objetivos que mentalmente eu e qualquer um dos Senhores Ministros se tenham fixado ao assumirmos o Governo. Mas, sem dúvida, realizamos e caminhamos para a frente. Isso é importante.

Na nossa política exterior, o Brasil hoje é outro, é uma Nação que o mundo conhece, a Europa conhece, o Japão conhece, os Estados Unidos conhecem. E fazemos tudo isso com o maior espírito pacífico que se possa ter. Convivemos com todas as Nações da América e praticamente com todas do mundo, exceto Cuba, com a qual não temos relações, num ambiente de harmonia e tranqüilidade, de respeito mútuo. Claro, que sempre defendendo a nossa soberania, as nossas prerrogativas e as nossas necessidades, sobretudo de desenvolvimento.

Resta ainda muito por fazer. Nem tenho eu o sonho de realizar tudo que resta por fazer. Essa será tarefa do Governo que daqui a dois anos vier a se instalar no país. Nestes dois anos que nos faltam, sem dúvida, continuaremos a trabalhar com o mesmo espírito, com o mesmo esforço, com o mesmo interesse, inteiramente voltados para a Nação.

Quando assumi o Governo, declarei que não tinha compromissos com ninguém a não ser com a Nação. Hoje, continua a ser assim: não tenho compromissos pessoais de qualquer natureza. Tenho, sim, compromissos com o povo brasileiro, e estes, se Deus permitir, haverei de cumprir.

Por fim, quero agradecer aos Senhores Ministros a colaboração que me deram nestes três anos e que certamente continuarão a dar. Sei que muitos trabalham com sacrifícios. Sacrifícios familiares, sacrifícios de ordem pessoal, sacrifícios financeiros e assim por diante, mas acho que o trabalho compensa e vale a pena.

25 DE MARÇO DE 1977.

IMPROVISO EM PALMEIRA DAS MIS-
SOES-RS.

O Brasil tem sido, por tradição, por realizações concretas, uma nação pacífica e harmonizadora no quadro internacional. Sempre procuramos viver em paz com todos e sempre procuramos resolver as divergências da maneira mais clara, mais natural, minimizando conflitos.

Esta tradição se realiza no nosso Continente e hoje em dia se realiza no quadro mundial, em todas as organizações internacionais de que participamos. Acreditamos sinceramente na paz, porque só na paz é possível construir, é possível progredir.

Mas com este propósito fazemos muita questão de conservar a nossa nacionalidade. Esta nacionalidade se constitui, de fato, no grande milagre brasileiro. O Brasil é um só, desde o Rio Grande ao Amazonas. Onde quer que se pise em território brasileiro, os sentimentos, as tradições são comuns. Todos somos brasileiros, e os estrangeiros que para aqui vêm, aqui convivem e aqui trabalham, dentro em pouco são assimilados e se tornam também, assim como seus filhos, brasileiros e, muitas vezes, dos melhores.

Ao lado destes sentimentos, como eu disse, conservamos nosso espírito de independência, inde-

pendência, sem dúvida, política. Já vão mais de 150 anos que ela se estabeleceu. Mas não basta a independência política. É preciso que ela tenha um suporte, um suporte ideológico do seu povo, mas tenha também um grande suporte de natureza econômica.

Já somos mais de cem milhões de brasileiros, dispomos de uma riqueza fabulosa neste nosso imenso território. Falta-nos, realmente, explorá-lo, dar-lhe vitalidade e fazer com que o Brasil cresça na sua produção.

Devemos ser dez, vinte, cinquenta, cem vezes maiores do que somos hoje, porque só assim realizaremos o ideal de dar ao homem brasileiro o bem-estar que ele merece e de que ele necessita.

Para isto, precisamos do trabalho, trabalho aliado à tecnologia moderna. E é isto o que estamos procurando fazer. E se fazemos isto no campo da indústria e fazemos isto na nossa infra-estrutura, na realidade este trabalho repousa, fundamentalmente, na sua maior parte, na zona rural, repousa na agricultura e na pecuária.

O Brasil só será grande econômica, social e mesmo politicamente, no dia em que a sua produção rural, na agricultura e na pecuária, tiver realmente a expressão que precisa ter.

Já evoluímos muito. O esforço que se realiza representa, de um lado, a conscientização do nosso povo desta necessidade e, de outro, o esforço do Governo, através de seus Ministérios, através de seus

instrumentos de crédito, em cooperar para que nós possamos atingir os níveis elevados que tanto desejamos.

Aqui, em Palmeira das Missões, este fenômeno se realiza e se concretiza numa verdadeira realidade. Recordo a minha passagem por esta cidade, por estes campos, há cerca de trinta anos, como simples oficial do Exército; rio-grandense, procurando conhecer o seu território.

E hoje volto aqui e comprovo a extraordinária modificação que se fez. Convivi com os campos de barba-de-bode de que há pouco se falou, convivi com o gado que aqui se criava, de péssima qualidade, e hoje eu vejo a extraordinária transformação que se fez e que se pode atribuir na sua grande parte ao povo que aqui vive e aqui trabalha. E é em homenagem a este trabalho, em homenagem a este povo que hoje estou aqui, para um contato mais íntimo e para mostrar a todos o interesse que nós realmente temos em que este progresso continue e se multiplique nos próximos anos.

Agradeço a todos pelo carinho com que me receberam e, desta maneira, pelo desmentido formal que dão aos que a nós se opõem e que dizem que o Povo e o Governo estão dissociados. É o contrário, e aqui se comprova, mais uma vez, como em tantos outros rincões de nosso Brasil, que Povo e Governo, de fato, estão unidos dentro do Programa da Revolução, marchando para um futuro melhor.

30 DE MARÇO DE 1977.

IMPROVISO, NO PLANALTO, NA SOLE-
NIDADE DE LANÇAMENTO DE MEDIDAS
DE FORTALECIMENTO DA EMPRESA PRI-
VADA NACIONAL.

A exposição que foi feita pelo Sr. Ministro Velloso, a documentação que foi lida em parte do que consta dos atos que eu assinei, e sobretudo o relatório do Grupo de Trabalho que foi convocado, com a participação da empresa privada, para execução do levantamento da situação e da proposição das medidas necessárias, todo esse conjunto é suficientemente explícito e me poderia dispensar de dizer alguma coisa a respeito. Entretanto, quero registrar a satisfação com a qual aprovei esses atos, sobretudo no dia de hoje, véspera do 13º aniversário da nossa Revolução de 1964.

Há tempos que se procura, de todas as maneiras, demonstrar que a empresa privada está sufocada, está-se tornando inexequível no País, em decorrência do desenvolvimento das empresas estrangeiras ou do desenvolvimento das empresas estatais. Neste conjunto de três tipos de empresas, as estrangeiras teriam muito maior viabilidade; as estatais, contando com o apoio do Governo, também continuariam a florescer e proliferar; e a empresa privada estaria fadada ao desaparecimento.

Acho que a colocação do problema por esta forma não corresponde à verdade nem aos interesses reais do nosso País, ao modelo econômico que nós

adotamos, de uma economia de mercado. Nem corresponde, também, à capacidade criativa que é própria da empresa privada e que é tão necessária ao nosso desenvolvimento.

Não condeno a empresa estrangeira, porque ela, sem dúvida, nos traz aportes de capital e tecnologia e ajuda a nos desenvolvermos mais rapidamente. Também não condeno a empresa estatal em determinados setores onde ela é ou pioneira ou atua em áreas que interessam sobremaneira à segurança do País e ao seu desenvolvimento. Mas acho que a empresa privada precisa nesse contexto ter possibilidade de crescer e se desenvolver como o País necessita.

Desde o início do meu Governo, sobretudo a partir de junho do ano passado, temos adotado medidas procurando fortalecer a empresa privada. Ela luta, sobretudo, na obtenção de recursos para sua capitalização, em parte, em decorrência do regime inflacionário que ainda estamos vivendo e que cada vez, quando a gente menos espera, ressurgue uma doença difícil de erradicar e, muitas vezes, também, muito difícil de medicar, sobretudo na dosagem do remédio que se deve aplicar. A consequência é que a empresa privada se endivida, prefere muito mais se endividar do que aumentar o seu capital, e esse endividamento é sobremaneira carregado com juros, com correção monetária e assim por diante.

Então, o Governo está procurando cooperar com a empresa privada facilitando-lhe condições ou meios de uma melhor capitalização. Em essência, é

isso. De outra forma, também, o Governo procura reservar à empresa privada e dar a ela possibilidade de preencher os espaços vazios da nossa economia.

Nós continuamos a crescer, temos que crescer, mas temos deficiências de recursos. O grande problema é sabermos aplicar esses recursos com a necessária prioridade. E, torno a dizer, cabe à empresa privada aí um papel de extraordinária relevância. Acredito também que a nova Lei das Sociedades Anônimas, a Comissão de Valores Mobiliários e as próprias Bolsas de Valores poderão cooperar e influir extraordinariamente no sentido de melhorar a capitalização da empresa privada, sobretudo criando para o subscritor, aqueles que querem investir, condições de confiança, fator que eu reputo de extraordinária importância neste quadro.

Nós nunca capitalizaremos a nossa empresa privada se não soubermos colher a poupança daqueles que têm recursos e que podem subscrever ações. Mas é preciso que esses confiem, que esses acreditem na empresa, que esses acreditem no empresário que solicita a sua cooperação de capital. E as medidas que se adotaram, sobretudo através da nova Lei das Sociedades Anônimas, creio que influirão bastante nesse sentido.

Quero registrar também a importância social que atribuo a esse projeto de lei, cuja Mensagem acabei de assinar e que vai ser submetido à deliberação do Congresso, ou seja, do Governo abrir mão de parcelas do seu patrimônio nas empresas de economia mista.

Claro que a parcela de que vai abrir mão é uma parcela de que ele não necessita para continuar a ter o controle dessas empresas. Elas continuarão a ser de economia mista, vale dizer, sob controle governamental. Mas, como os recursos de que o Governo dispõe excedem de muito os 51% necessários para esse controle, nós imaginamos que poderíamos destinar parte dessas ações para o fundo social que está previsto nesta Exposição de Motivos e nos atos que eu assinei.

Desta forma, estamos realmente realizando uma obra social, porque estamos distribuindo recursos, dividindo melhor os nossos recursos através dos trabalhadores, vale dizer, através de toda a população brasileira. Estamos cada vez mais ligando os trabalhadores ao Governo e às empresas, e procurando, com isso, fazer do Brasil, realmente, uma sociedade solidária, em que não haja classes, em que não haja conflitos irremovíveis, como acontece alhures e como muitos querem fazer aqui dentro.

Tudo isto que se fez hoje representa a continuação de medidas, esboçadas algumas e desenvolvidas outras, já feitas anteriormente, mas não representa um ponto final no problema. Tudo isto terá continuidade. Estaremos sempre dispostos a examinar falhas, corrigi-las e caminhar para frente, e esperamos que nesse sentido os senhores empresários continuem a nos proporcionar os subsídios numa conversa franca e leal que nós estaremos sempre prontos a acolher.

IMPROVISO, NO PLANALTO, AGRADECENDO A CONCESSÃO DA «MEDALHA DO MÉRITO DA AGRICULTURA».

Muito me honra receber a Confederação Nacional da Agricultura. Muito me honram também as palavras do presidente da Confederação, muito louváveis a meu respeito, mas que não traduzem mais do que o esforço de todos nós, Governo, empresários, trabalhadores.

Já disse muitas vezes que a economia brasileira e sua vida social repousam na maior parte na agricultura e na pecuária. Mais importante que a indústria, a base tem que ser a agricultura e a pecuária, seja pela extensão territorial que o país tem, seja pela sua crescente população, seja pelas necessidades do mercado internacional, que cada dia vem apresentando um crescendo, que nós não sabemos ainda onde é que vai parar.

Então de um lado a necessidade, de outro lado, a possibilidade. Nós temos que saber conjugar essa necessidade com a possibilidade, sobretudo tirar partido do vasto território. Se por um lado constitui um ônus a infra-estrutura que ele exige, os recursos que ele exige para que se possa desenvolver, por outro lado apresenta a possibilidade que muito poucos países do mundo hoje têm.

Cabe a nós dinamizar esse território e tirar dele o rendimento de que o Brasil necessita. Estamos can-

sados de dizer que o Brasil é um país rico, mas rico em potencial.

Transformar esse potencial em poder, em realidade, é tarefa da nossa geração. Em grande parte, cabe aos empresários e também aos trabalhadores. Evidente que o Governo conjugue a estas forças e procure realizar a sua parte, porque se nós nos unirmos e soubermos realmente utilizar essas forças, obteremos resultados bastante satisfatórios.

O problema em si é complexo. De um lado porque é a atividade mais antiga que se exerce no Brasil e por isso sofre as conseqüências da rotina. Há muita rotina ainda na nossa agricultura. Há hábitos e processos que vêm do passado e que dificilmente se frutifique. Por outro lado a tecnologia moderna tem que ser difundida, tem que ser desenvolvida, mas que é cara, que é difícil e que ela não pode apenas ser copiada, tem que ser adaptada às nossas condições.

Em terceiro lugar há um problema extraordinariamente difícil, que é o problema fundiário. Nas zonas antigas nós lutamos com o problema do minifúndio; nas novas, nós lutamos com o problema da posse. É um desafio que, evidentemente, terá que ser vencido para que a agricultura e a pecuária possam se transformar em empresas racionais dotadas, sobretudo, de produtividade. Não podemos continuamente basear nosso desenvolvimento da agricultura e da pecuária apenas em melhores preços.

Sei que preços são importantes. Mas os preços muitas vezes conflitam com as condições do consumidor e se conflitam muitas vezes também no mercado de trabalho. Então nós temos que fazer tudo para que a nossa produção seja mais barata. Uma das formas é aumentar a sua produtividade. Claro que também o serviço de intermediação, de transportes, o serviço portuário e de comercialização, problemas da moeda, tudo isso são fatores que influem. Então nós temos que prestar muita atenção a isto, inclusive para que possamos desenvolver no mercado externo cada vez mais a nossa competitividade, possamos conquistar mercados, possamos abrir brechas em todas as partes do mundo para colocar a nossa produção.

De outro lado, para que a população brasileira, que é consumidora, não seja martirizada por preços excessivamente altos.

Este é um desafio que nós temos pela frente e, para resolvê-lo, exige, antes de mais nada, que nós nos capacitemos de que um problema bem formulado, bem equacionado, traz em si já uma boa maneira de resolvê-lo. O importante é que se saiba equacionar o problema, possa definir os seus contornos, suas condicionantes e aí então as soluções podem surgir.

Nós temos sobretudo que sair do artificialismo. O artificialismo dura um certo tempo, não pode ser eterno. As coisas têm que ser naturais, têm que ser fruto do mercado para ter condições de compe-

tição. Eu sei que estamos ainda bastante longe, mas isso deve ser a meta, o objetivo final que nós temos que alcançar.

Registrou-se aqui o aumento da nossa produção. Nós não devemos dormir sobre esses louros. Eu acho que esses números, se levarmos em conta a quantidade de pessoas que está envolvida no processo, pelas áreas que vão sendo trabalhadas, esses números podem ser triplicados várias vezes.

31 DE MARÇO DE 1977.

IMPROVISO NA VILA MILITAR, NO RIO DE JANEIRO, POR OCASIAO DO ALMOÇO COMEMORATIVO DO 13º ANIVERSARIO DA REVOLUÇÃO.

Meus Senhores:

Agradeço as palavras do Exmo. Sr. Ministro do Exército, como agradeço, também, o acolhimento que me fazem hoje nesta nossa tão querida e velha Vila Militar.

Trata-se, sem dúvida, como objetivo principal, de comemorar o 13º aniversário de nossa Revolução. Mas, também, para um velho soldado, é oportunidade de voltar à caserna, ver companheiros e reviver momentos de uma longa vida. Mas eu não desejo falar do passado. Não pretendo falar dos meus tempos de soldado, nem propriamente das origens e da execução dessa Revolução. E não o faço porque receio, sem dúvida, que a emoção tome conta de mim e me perturbe. E creio desnecessário fazê-lo, porque sem dúvida no espírito de todos, sobretudo os mais velhos, existem recordações da mesma natureza. Desejo, entretanto, indagar e verificar o que foi essa Revolução e o que fizemos. Verificar se valeu a pena fazê-la e se podemos ter a consciência tranqüila de que nesses 13 anos todos nós, junto com os civis, com o povo, os dirigentes empresariais, com toda a elite brasileira, cumprimos com o nosso dever.

Sem dúvida, a Revolução fez muito e creio que a nossa consciência pode estar tranqüila. O objetivo que nos moveu, nos move e sem dúvida nos moverá nos próximos anos é, como já disse muitas vezes, o bem-estar do homem brasileiro, do homem brasileiro integrado nessa grande Nação que é o Brasil, imensa pelo seu território, imensa pelo volume de sua população, superior a 100 milhões de brasileiros, todos irmanados, sem distinção de raças, de origens, de credos e de castas, imensa, também, pela índole desse povo e pelas possibilidades, muitas ainda apenas potenciais, que o País nos oferece. Dentro desse objetivo, a nossa doutrina, como também muitas vezes já foi definida, é uma doutrina em que procuramos o desenvolvimento e junto com o desenvolvimento — ligada fundamentalmente — a segurança. Desenvolvimento e segurança constituem um binômio e não são apenas meras palavras, mas que representam de fato dois alicerces, dois fundamentos, duas razões que se entrelaçam, que se justificam mutuamente, para que se atinja o objetivo de assegurar o bem-estar ao brasileiro.

E o que temos feito em matéria de desenvolvimento? O que temos feito nesses 13 anos? Creio que dentro dos recursos disponíveis, dentro das estatísticas, evidentemente com falhas naturais e muitas vezes defasadas no tempo, mas com números irretorquíveis, números que em todos os setores assinalam esse desenvolvimento. Não é apenas o desenvolvimento econômico, é junto com ele o desenvolvimento social, e o desenvolvimento da indús-

tria, da agricultura, da pecuária, das comunicações, dos transportes, da tecnologia. É o desenvolvimento no campo da saúde, do trabalho, do ensino, da previdência. É um conjunto integrado, e junto a ele eu me permito falar também do desenvolvimento político. São áreas que não se podem separar. Elas se integram, num esforço que varia no tempo e em função das circunstâncias. Ora um dos setores tem prevalência, ora outro. Mas na realidade o desenvolvimento é um todo integrado e que tem de se realizar harmonicamente.

E no campo político, sem dúvida, nesses treze anos muito se realizou. A Nação saiu da anarquia que resultava da multiplicidade, sem justificativas e sem razões, de partidos. Havia partidos que existiam apenas para que seus detentores pudessem vender legendas. Hoje temos dois partidos, embora a legislação permita ter mais. Mas, esses partidos, um do Governo e um da Oposição, existem e traduzem que realmente nós cumprimos e procuramos cumprir a nossa obrigação fundamental de viver num regime democrático.

A Revolução foi feita em nome da Democracia e essa Democracia existe dentro do nosso País, no quadro das nossas condições econômicas e sociais. Ela não pode ser uma mera cópia, um papel-carbono do que se faz em outros países. Ela tem que levar em conta as nossas condições intrínsecas, tem que levar em conta o nível econômico que nós temos, as condições sociais das nossas cidades e da nossa zona rural. E também a índole do nosso povo, as

nossas tradições, o nosso passado, o longo período em que o Brasil viveu na Colônia e no Império e acabar com as falsidades de meras cópias que podem satisfazer ao teórico que vive enclausurado no recinto apenas de estudo, mas que não olha a realidade brasileira, que é bem diferente daquela que os papéis apresentam. É preciso viver com o nosso povo, conhecer o interior, os seus problemas, para sentir e verificar que organização política nós devemos ter e que tem que ser nossa, apenas nossa e de acordo com a nossa vida.

Digo que vivemos numa Democracia e que vivemos com liberdade, e torno a dizer o que muitas vezes já se disse: que só não há liberdade para aqueles que querem utilizá-la para destruir a nossa Nação. Estes, sem dúvida, não têm liberdade e estes, sem dúvida, são réus sujeitos à nossa legislação penal. Mas aqueles que trabalham, aqueles que idealizam um futuro melhor, que pensam no País, que pensam na Pátria, que têm espírito nacional, que vivem com a comunidade, vivem numa liberdade que creio que será difícil encontrar em outros países do nosso planeta.

No setor político, muito temos realizado, sobretudo no campo da integração. Herdamos um território de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, do qual mais da metade ainda está por ser desbravada. Pois bem. A Revolução, na continuidade invulgar de seus quatro Governos, tem se empenhado na integração física do nosso território, com a abertura de novas vias, de novas estradas, de novos

meios de comunicação, sobretudo neste setor de comunicação, que é um dos pontos altos daquilo que realizamos. E transformamos esse Brasil. Ele é, realmente, hoje em dia, uma Nação fisicamente integrada, desde o remoto território de Roraima até o nosso Rio Grande do Sul.

Ao lado dessa integração física, realizamos, cada vez mais, uma integração social. O Brasil é um país que não tem castas, é um país em que há uma extraordinária mobilidade vertical, em que os homens das origens mais humildes podem ascender, se tiverem valor e capacidade de trabalho, aos maiores postos de direção em todos os campos de atividade do País. Não há preconceitos, apenas sobressai a capacidade de trabalho e o valor pessoal. Isto também é raro em outros países do mundo.

A par desta integração física e social que realizamos no Brasil, nós também nos projetamos no âmbito exterior. Hoje, o Brasil é no campo externo, pelo seu desenvolvimento, pela sua seriedade, pelo seu espírito de paz e de harmonia, pelo seu espírito de convivência com os demais povos, é nesse mundo de que todos somos extraordinariamente independentes, uma Nação considerada. Não apenas considerada formalmente, mas ela é citada nos foros internacionais, a sua voz é ouvida e muitas e muitas vezes é acatada, respeitada e às vezes mesmo, pelo bom-senso, pela renúncia e pelo desprendimento, é aceita pelos demais.

Estamos em paz praticamente com todo o mundo. Convivemos, inclusive, com os países que ideo-

logicamente professam doutrinas que nós não aceitamos. Vivemos em paz e procuramos viver no respeito recíproco, conservando a nossa autonomia, sem, entretanto, fugir ao espírito de cooperação. No que se refere particularmente à América Latina, as nossas relações creio que hoje em dia são melhores do que em qualquer outra época. De um modo geral, em toda a América Latina, em particular nos países do Hemisfério Sul, sobretudo os que integram a Bacia do Prata, convivemos bem com as nossas irmãs Argentina, Bolívia, assim como Paraguai, Uruguai e o Chile. E com os próprios Estados Unidos da América, embora tenhamos problemas como sempre tivemos e continuaremos a ter no campo econômico e agora em divergência de pontos de vista com relação ao campo nuclear e mesmo na consideração daquilo que deve ser apreciado como direito humano, convivemos bem, porque somos dois países tradicionalmente amigos e que têm profundos interesses mútuos a colher, a preservar, porque creio que em caráter quase essencial, não só da história, mas mesmo da geografia, são países que terão de marchar juntos, juntos sem dúvida dentro de um espírito de respeito, de acatamento, de harmonia e de independência.

Ainda neste quadro de realizações, eu quero referir-me em particular a um fato que não é de hoje ou de ontem e que sinceramente creio que a todos deve preocupar. Acho que o Brasil, com esse desenvolvimento que tem tido nos anos da Revolução, tem que olhar para o aprimoramento de sua Justiça.

Esta preocupação vem desde os primeiros dias de meu Governo, e a Revolução sem dúvida já tinha atuado neste campo, criando a Justiça Federal, principalmente. Mas, ninguém pode negar que a nossa Justiça é tarda, é lenta, e carece, muitas e muitas vezes, da confiança daqueles que batem à sua porta. É preciso que essa Justiça se agilize, que ela se atualize, que ela se ponha no mesmo nível do estágio que o Brasil alcançou. Com este espírito, o Poder Executivo, com um diagnóstico formulado pelo Poder Judiciário, enviou ao Congresso uma reforma da Constituição, que permitiria dar os primeiros passos, os passos fundamentais, vale dizer, os alicerces sobre os quais nós deveríamos erigir uma nova e moderna Justiça para o Brasil. Lamentavelmente, em função da atuação de uma minoria que praticamente dentro do Congresso se transformou numa ditadura, minoria que se prevalece da circunstância de que uma reforma constitucional exige um *quorum* de 2/3 para aprovação de qualquer projeto, não foi possível obter a aprovação dessas medidas, embora o Governo contasse com o apoio integral, maciço, de todo o partido da ARENA. É, sem dúvida, um fato lamentável. Prejudicado com esta medida não é o Governo, prejudicado é o povo, prejudicada é a Nação brasileira, que precisa de uma nova Justiça. Eu lhes afirmo que essa nova Justiça se fará.

Então resta saber o que fica dessa nossa Revolução. Ela já tem 13 anos, creio que não está ainda suficientemente velha para desaparecer. Ela deverá continuar, deverá continuar com o nosso

apoio, com o nosso esforço, embora haja aqueles que a ela se opõem, uns por ignorância, outros por ideologias, outros por boa fé. Cabe a nós, sermos fiéis aos nossos princípios, sermos honestos aos nossos propósitos e levar essa Revolução ao fim para que ela realize seu objetivo. Quanto à segurança, eu estabeleci que nós deveríamos dar-lhe um mínimo indispensável de meios para realizá-la e deveríamos dedicar o esforço e os recursos que pudéssemos ao desenvolvimento. A segurança é fundamental ao desenvolvimento. Só ela gera um clima de paz, de ordem, de continuidade, de tranquilidade que permite os investimentos e que permite o trabalho em ordem e conseqüentemente permite o progresso. Neste quadro, as Forças Armadas, juntamente com outras Forças Auxiliares e outros instrumentos do País, têm desempenhado papel relevante. Ao longo desses treze anos, sem dúvida, tivemos problemas, mas conseguimos dominá-los todos galhardamente. As tentativas de terrorismo, de seqüestros, de guerrilha urbana, de guerrilha rural, todas elas foram dominadas e o País vive tranqüilamente, sem dúvida vigilante e pronto, toda vez que esses focos ressurgirem, a dominá-los, como é do nosso dever.

Rendo, assim, meu preito a estas Forças Armadas que, com renúncia, com sacrifício material e muitas e muitas vezes com sacrifício de vidas, enfrentaram esta luta. Acho, pois, que valeu a pena fazer essa Revolução. Volto a me referir ao ponto inicial de meu discurso. Creio que podemos ter a consciên-

cia tranqüila. Cumprimos o nosso dever, mas se fizemos muito, muito e muito ainda está por fazer. Ainda temos problemas sérios na nossa infra-estrutura. Ainda temos desníveis sociais, desníveis de renda. Temos imensos problemas pela frente, no gigantismo deste nosso País. E isto deve constituir para todos nós estímulo para que prossigamos com tenacidade e com todos os sacrifícios necessários para levarmos a nossa Nação ao bom termo que todos no nosso íntimo almejamos. Peço que me acompanhem num brinde, não apenas pela união de nossas Forças Armadas, união que existe e que se cimentou desde os idos de 1964, mas também pela união dessas Forças com o povo brasileiro, de onde elas emanam e com o qual sempre se integraram ao longo de toda a nossa História.

1º DE ABRIL DE 1977.

ATRAVÉS DE CADEIA DE RADIO E
TELEVISÃO, ANUNCIANDO O RECESSO
DO CONGRESSO NACIONAL.

Venho esta noite à televisão para dar conhecimento aos brasileiros de medida relevante que adotei, hoje pela manhã, após ouvir o Conselho de Segurança Nacional.

Ela é uma decorrência dos problemas que se suscitaram nestes últimos dias, com relação à reforma do Poder Judiciário. Esta reforma, de interesse de toda a Nação, constitui fator importante para o nosso desenvolvimento.

Já no início do meu Governo, em visita que fiz ao Supremo Tribunal Federal, no mês de abril de 1974, em conversa informal com os Senhores Ministros, o tema foi abordado. Reconheceu-se que a Justiça brasileira estava defasada em relação ao desenvolvimento econômico e social que o País havia atingido: era lenta, representava deficiências muito grandes, que permitiam delongas no julgamento dos processos. O povo sem justiça não é livre, nem pode ser democrata.

Combinou-se, então, que trabalhariam juntos o Supremo Tribunal Federal, como cúpula do Poder Judiciário, e o Poder Executivo. Desde logo o Poder Judiciário, através do Supremo Tribunal Federal, prontificou-se a fazer um diagnóstico da Justiça no País. Este diagnóstico levou mais de ano para

ser realizado. A Comissão do Supremo Tribunal Federal, que dele se incumbiu, ouviu os diferentes órgãos interessados; ouviu exaustivamente os Tribunais da Justiça Federal, da Justiça Estadual, ouviu juizes, órgãos de classes, advogados e procuradores, em suma, esgotou a matéria ouvindo a todos e o seu resultado foi um conjunto de documentos, que compreende 94 volumes, que foram depois condensados num relatório que mereceu a aprovação de todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Com base nesse diagnóstico e em algumas medidas que, sem serem de caráter definitivo, eram consideradas relevantes, o Governo, através do Procurador-Geral da República e com assistência do Supremo Tribunal Federal, representado por um de seus Ministros, elaborou a documentação inicial necessária à reforma.

Reconheceu-se, desde logo, que a reforma não poderia ser instantânea, não poderia ser implantada de uma só vez. Ela se prolongaria através do tempo e comportaria medidas em diferentes escalões.

Verificou-se a necessidade inicial de fazer-se uma emenda à Constituição Federal, consubstanciada em vários artigos, que alterasse a estrutura e por vezes até a competência e outras normas relativas ao Poder Judiciário que estão estabelecidas na Carta Magna.

Esta emenda foi feita num anteprojeto elaborado de acordo com o diagnóstico e as conclusões do Supremo Tribunal Federal. Não teve caráter partidário: o Poder Executivo nem mesmo procurou alterar aquilo que o Poder Judiciário imaginara.

Por fim, em novembro de 1976, a Emenda foi enviada ao Congresso Nacional. Imaginávamos que, dado o interesse nacional pela reforma da Justiça e seu caráter apartidário, teríamos o apoio unânime do Poder Legislativo e dos membros tanto do Partido do Governo como do Partido da Oposição.

Agora, em março deste ano, verificamos que o Partido da Oposição apresentava reivindicações que nada tinham que ver com a reforma em si e nem tinham sido objeto do diagnóstico feito pelo Supremo Tribunal Federal. Assim mesmo, procurou-se negociar com a Oposição, transigindo em determinados pontos, a fim de ver se chegaríamos a um resultado conciliatório, que não privasse o nosso povo de uma melhor Justiça.

Infelizmente, não se conseguiu resultado algum, porque a Oposição resolveu fechar a questão, impedindo que os seus representantes no Senado e na Câmara votassem a favor da reforma. Adotaram um procedimento que não se coadunava com o espírito democrático que vivem invocando. Falam em democracia plena, e não permitiram que os legisladores de seu partido votassem ou opinassem com relação à reforma. Todos foram obrigados, sob pena de perda de mandato, a votarem contra.

O Partido do Governo, a ARENA, teve uma atuação diferente e de franco apoio à reforma. A questão não foi fechada; ficou aberta e todos votaram a favor, exceto apenas um deputado, o que comprova a liberdade com que a ARENA agiu em relação a seus representantes no Congresso.

Além disso, a ARENA caracterizou-se por uma presença maciça, com o comparecimento de praticamente todos os seus representantes. Faltou apenas um deputado, que teve razões particulares para não comparecer à sessão de votação.

Portanto, hoje, no quadro do Poder Legislativo, nós não temos possibilidade de fazer a reforma da Justiça. As lideranças da ARENA, os presidentes das Casas do Congresso, os outros homens influentes do Partido, todos se empenharam e procuraram fórmulas que pudessem levar a uma conciliação e demover o Partido da Oposição de sua atitude intransigente.

Este Partido, em si, é uma minoria. A grande maioria votou pela reforma, mas a minoria prevaleceu. Prevaleceu, em primeiro lugar, dentro do Partido, transformando-se quase que numa verdadeira ditadura, como prevaleceu, depois, no próprio Congresso, porque a Constituição atual, ao contrário da anterior, exige que a reforma seja feita com um *quorum* de 2/3.

Este é o quadro com que nos deparamos. Existem outros problemas políticos que exigem providências para uma melhor institucionalização da vida política do País. Tenho falado, inúmeras vezes, que queremos a democracia melhor, que queremos o desenvolvimento integrado, econômico, social e político, mas devemos caminhar seguramente, devagar e com passos firmes, para procurar instituições que correspondam à nossa vida social, à indole do nosso povo, às características físicas do nosso território, às nossas tradições, e não instituições copiadas da

Carta Magna de qualquer outro país que se diga democrático.

Pois bem, nesse caminhar lento e seguro, nós agora encontramos esse tropeço.

Se em matéria como essa, que não é partidária nem propriamente política, o Partido da Oposição teve tal procedimento, torna-se lógico esperar que o repita em outras questões. Refiro-me aos assuntos das conversações realizadas pelo Presidente do Senado, devidamente autorizado para procurar uma fórmula de acomodação que visasse, antes de mais nada, ao interesse do Brasil e não ao de indivíduos ou de grupos.

É claro, agora, que não será possível chegar-se a uma solução que atenda aos anseios nacionais, com esta forma de oposição, com questões fechadas e antidemocráticas.

Só me resta saber o que se deve fazer. A votação que houve no Congresso não foi uma derrota do Governo: o verdadeiro derrotado foi o povo brasileiro, que precisa de justiça e que da forma como as coisas iam não iria ter essa justiça.

Como principal responsável pela Nação, pelos seus destinos, eu me pergunto o que devo fazer: devo conformar-me com a atitude dessa ditadura minoritária? Devo procurar soluções para o problema de outra forma que não seja através do Congresso? Devo desistir da reforma e só tentá-la daqui a alguns anos? Acho que o problema precisa ter solução e que essa solução não pode demorar. Temos que andar, e andar depressa, porque já estamos atrasados.

Tendo em vista o problema da reforma da Justiça e o de outras reformas que se impõem, de natureza política, indispensáveis para que o País continue a ter tranqüilidade e não tenha crises, cada ano, ou de dois em dois anos, resolvi, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, usar dos meios legais de que disponho.

A Constituição Federal no seu artigo 182 reconhece a validade do Ato Institucional nº 5, Ato que desde o início do Governo declarei que não aboliria sumariamente, mas que, pelo contrário, eu o manteria, para usá-lo toda vez que fosse necessário. Usá-lo com critério, com moderação, sem paixão e sempre voltado para o interesse do Brasil. Agora é a oportunidade de se usar este Ato. De acordo com suas disposições, o Poder Executivo pode colocar o Congresso Nacional em recesso e dessa forma adquirir poderes legislativos. E foi o que eu fiz.

Por Ato Complementar de hoje, o Congresso Nacional foi posto em recesso e o Presidente da República, vale dizer, o Poder Executivo, passou a ter poderes legislativos. Eu usarei esses poderes, muito transitoriamente, não só para fazer a reforma do Poder Judiciário, como também, dentro dos limites necessários para as demais reformas de natureza política, que considero indispensáveis ao bem-estar, à tranqüilidade e à própria institucionalização política do nosso País.

Acho que devo dar ao povo brasileiro estas explicações e justificativas do meu ato, e mostrar-lhe, com minha presença na televisão, as preocupações

que tenho, e a convicção plena das responsabilidades que pesam sobre mim.

Disse e repeti há poucos dias que não tenho compromissos pessoais com ninguém, que os meus compromissos são com o povo, são com a Nação brasileira, pela qual durante o meu Governo sou o principal responsável.

Confio que o meu Partido, a ARENA, apóie integralmente essa medida que não visa a punir os Congressistas, mas que se tornou indispensável para dar ao País aquilo de que ele precisa. A ARENA representa a maioria do povo brasileiro de forma quase esmagadora, como se demonstrou nas eleições municipais de 15 de novembro.

Espero que o povo me apóie e me compreenda e saiba que essas medidas — de caráter excepcional, mas inteiramente legais — são feitas e adotadas no interesse geral da Nação brasileira.

11 DE ABRIL DE 1977.

DISCURSO NA BASE AREIA DE SANTA
CRUZ, NO RIO DE JANEIRO. SAUDANDO
O PRESIDENTE ALFREDO STROESSNER,
DO PARAGUAI.

Excelentíssimo Senhor

General-de-Exército Don Alfredo Stroessner,
Presidente da República do Paraguai.

Para o Governo brasileiro e para mim pessoalmente, é sempre motivo de especial satisfação receber Vossa Excelência em território nacional.

Nossos encontros, quer no Paraguai, quer no Brasil, têm-se caracterizado não somente pela cordialidade que tão bem simboliza os sentimentos de fraterna amizade que unem nossos povos, mas também pela franqueza e objetividade com que temos passado em revista, com resultados altamente positivos, os vários temas que nos são de interesse comum.

O Brasil e o Paraguai, à medida que mais se conhecem, melhor compreendem a importância de seu relacionamento dinâmico, baseado nos postulados da igualdade e do respeito intransigente ao exercício pleno das respectivas soberanias e, assim, trilham, confiantes, os caminhos do mais perfeito e integral entendimento.

Nesse contexto, ampliam-se promissoriamente nossas áreas de cooperação, das quais Itaipu, apesar

de ser um símbolo grandioso, não é um exemplo singular, mas uma demonstração do que podem fazer duas nações cõscias de suas potencialidades e de seus interesses recíprocos.

Ao agradecer, de maneira muito especial, a visita que nos faz Vossa Excelência, elevo minha taça pela sua felicidade pessoal e pelos altos destinos da nobre nação paraguaia.

18 DE ABRIL DE 1977.

DISCURSO NA SESSÃO DE INSTALAÇÃO
DA IX CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE
COMÉRCIO EXTERIOR, NO PARQUE
ANHEMBI, EM SÃO PAULO.

Senhores:

A Revolução de 64, ao longo de sucessivos governos, está implantando no Brasil um modelo econômico de caráter neocapitalista, adaptado à realidade social e política da Nação, e, pois, ajustado às circunstâncias atuais e ao estágio já alcançado em nosso desenvolvimento.

A essência deste modelo — que visa, de fato, a uma justiça social mais avançada — vem traduzida na legislação em vigor, em particular no II PND, em pronunciamentos oficiais e, notadamente, na objetiva atuação governamental.

Para vencer o subdesenvolvimento ou enfrentar a concorrência econômica e tecnológica das grandes potências, não recorreremos, como alhures, a nacionalismos extremados, nem a experiências socialistas e, tampouco, apelamos para maior nacionalização de certos setores industriais básicos ou para o seu efetivo controle através de conglomerados financeiros estatais.

Resistimos, também, à tentação que assalta muitas outras economias, de minimizar o significado das relações econômicas internacionais. Econômica e politicamente, estamos conscientes da necessidade

de reduzir, progressivamente, a nossa vulnerabilidade em relação a fatores externos. Mas o caminho, para isso, não é o insulamento. Ao contrário, optamos pela integração maior com a economia mundial, principalmente quanto ao crescimento do comércio externo que, entre os anos de 1963 a 1976, teve o seu total elevado de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 22,4 bilhões.

Baseamos a maior parte de nosso desenvolvimento econômico — em seus variados campos de atividade — na empresa privada nacional, considerando-a como o instrumento de ação mais engenhoso e eficaz. Ela conta, assim, com o decidido empenho do Governo, para assegurar-lhe o necessário apoio.

Não abrimos mão, porém, da contribuição trazida, em caráter suplementar, pela poupança externa, pelo aporte de tecnologia mais complexa, pela disponibilidade de equipamentos mais sofisticados, pelas oportunidades de modernização e de obtenção de maior competitividade que a articulação com o mundo desenvolvido e, em geral, com a comunidade econômica internacional, pode proporcionar-nos. Os benefícios de tais oportunidades que crescentemente se voltam para o Brasil, superam os riscos dessa articulação, principalmente diante das políticas, hoje irreversivelmente implantadas no País — de expansão acelerada e diversificada das exportações, de diversificação das fontes externas de financiamento e investimento direto, e de auto-suficiência em matérias-primas básicas.

Por isso, procuramos assegurar a adequada e harmoniosa convivência da empresa privada nacional

com o capital vindo do exterior. A empresa estrangeira é considerada, também, um agente do processo, sob a orientação do poder nacional, com acesso a estímulos e definição de responsabilidades. A ela não se atribuíram favores especiais; mas, contra ela, não se discrimina. Sua colaboração tem sido obtida, principalmente, pela estabilidade das normas legais de tratamento do capital estrangeiro e pela preservação de um clima de oportunidade.

No quadro formado por essas linhas mestras, orienta o meu Governo, desde o início, sua ação no campo econômico.

Os sobressaltos que a economia mundial sofreu, após a crise do petróleo, atingiram fortemente o Brasil, do mesmo modo que à generalidade dos países em estágio intermediário de desenvolvimento. Passados três anos, em que grandes transformações estruturais ocorreram na economia brasileira, pode afirmar-se que a estratégia de médio prazo, adotada para a conjuntura, foi acertada, pois os resultados obtidos revelam-se promissores.

O Balanço de Pagamentos, em particular, apresenta-se mais favorável este ano. As perspectivas, em fins de 1976, já previam uma maior redução no *deficit* da balança comercial em 1977, suficiente para preservar nossa credibilidade externa. A realidade presente é, entretanto, bem melhor, em parte devido a circunstâncias excepcionais de elevados preços, no mercado de exportação, de alguns produtos fundamentais. O *deficit* comercial acumulado no 1º trimestre de 1977 é estimado em cerca de 170 milhões

de dólares, em comparação com 946 milhões no mesmo período de 1976. As exportações foram aproximadamente de US\$ 2.670 milhões (44% acima do ano passado) e as importações estiveram ao nível de US\$ 2.840 milhões.

Tais resultados, obtidos após um período de reais dificuldades, devem-se, essencialmente: — à expansão continuada das exportações, simultaneamente com a virtual estabilização do valor das importações; aos programas de substituição de importações, principalmente quanto a insumos básicos e bens de capital; e ao clima favorável aos investimentos, internos e externos, mantido inclusive com a opção por uma gradual desaceleração do crescimento econômico e que influiu certamente para manter a confiança dos investidores e financiadores externos. Dentre estes últimos, cabe destacar a importância da colaboração recebida do Banco Mundial e do Banco Interamericano, assim como, em especial, da comunidade financeira internacional, a qual tem tido papel de maior relevância na reciclagem que se fez necessária após a crise do petróleo, permitindo a relativa normalidade da economia mundial, num quadro radicalmente transformado.

Necessário é, agora, consolidar esses resultados de melhoria da Balança Comercial, inclusive porque, como assinalai, o que está ocorrendo este ano se deve, em parte, a fatores de caráter acidental e temporário que têm, também, reflexos negativos, notadamente na inflação interna e em possíveis frustrações futuras. A preocupação com a preservação do

que já alcançamos implica, de um lado, manter sob controle o nível das importações que, por enquanto, não cabe elevar. De outro lado, está a oportunidade de iniciativas como a desta Conferência que, nesta fase, deve ser orientada primordialmente no sentido de mobilizar o empresariado nacional para a expansão das exportações.

Poucos países conseguiram realizar tanto em tão pouco tempo, em favor de suas exportações. Sem embargo, a hora é, ainda, a de um esforço maior, para se chegar a um *superavit* na balança comercial o mais cedo possível. Nas «Diretrizes e Prioridades para 1977», que aprovei em reunião do CDE de 24 de janeiro, reafirmamos a «alta prioridade a ser assegurada às exportações». Diferentemente das demais magnitudes do II PND, que são apenas indicadores, o aumento das exportações, da ordem de 20% ao ano, deve ser considerado como meta, ou seja, objetivo definido, do Governo e setor privado, a despeito do baixo crescimento recente das economias desenvolvidas e dos obstáculos novos por elas frequentemente criados.

Para que possamos atingir esse nosso objetivo, é preciso atuar eficientemente em vários setores. Assim: — em primeiro lugar, cabe assegurar que o Governo garanta a preservação do nível de incentivos que forem realmente necessários, num sistema que, em fins de 1976, foi aperfeiçoado com a aprovação de novo mecanismo de financiamento, e a absorção, pela União, de 50% dos compromissos de créditos fiscais de ICM dos Estados; — em seguida,

é importante incrementar o esforço de maior diversificação das exportações, tanto de produtos industrializados, como agrícolas e agroindustriais; — por fim, é cada vez mais urgente que nos voltemos para a comercialização, fase em que ainda temos muito a aprender e muita agressividade a desenvolver.

Desejamos ver, a cada dia, novas empresas, nacionais e estrangeiras, novos produtos, novos setores, integrando-se na grande investida econômica para o exterior. E, notadamente, dinamizar a operação das empresas comerciais («trading companies»), com o estabelecimento de bases eficientes no exterior, enquanto se realiza a privatização da COBEC, já em curso, e se confere à INTERBRÁS a função de órgão complementar e de apoio ao setor privado, exercendo relevante função pioneira, principalmente com relação a países do Oriente Médio e da área socialista.

Meus Senhores,

Existem campos em que a empresa nacional e a estrangeira, operando no País, estão do mesmo lado. É o caso da conquista de mercados externos, principalmente quanto a produtos manufaturados. Pela conjugação de nossas ações, vamos mostrar que temos iniciativa e poder de competição. Vamos redobrar esforços, organizar-nos melhor, atuar com dinamismo maior, na certeza de que, assim fazendo, estaremos realizando tarefa das mais importantes para que a economia brasileira continue sua marcha ascendente para o desenvolvimento e, assim, proporcione melhor bem-estar aos brasileiros.

Ao concluir, agradeço-lhes a oportunidade deste encontro em que Governo e Empresários se irmanam, bem assim a generosa acolhida que me fizeram e formulo meus melhores votos pelo êxito pleno da IX Conferência Brasileira de Comércio Exterior.

24 DE ABRIL DE 1977.

IMPROVISO A COMUNIDADE TERENA,
NO POSTO INDIGENA DE TAUNAY-MT.

Confesso que não preparei nenhum discurso para lhes dizer. Mas sinto que é necessário justificar minha vinda hoje aqui. É a primeira vez que como Presidente da República tenho a oportunidade de visitar uma comunidade indígena. Isso não quer dizer que entre nós esse problema seja menor e não mereça nossa atenção. O Brasil é muito grande, cheio de problemas, e problemas de toda natureza. Entre eles, entretanto, estão o de vocês e o de muitas e muitas comunidades indígenas, que ainda não atingiram o grau de coesão e desenvolvimento que vocês já têm.

Vim hoje para conhecê-los de perto. Para ver como pensam, como trabalham, quais os problemas com que se defrontam, e o que nós podemos fazer, dentro das limitações de nossos recursos, para ajudá-los.

Vimos aqui com espírito de cooperação: Governo Federal, Governo de Estado, FUNAI. Vimos estar com a comunidade que vocês representam, para que juntos trabalhemos, sempre com o objetivo de melhorar as condições de vida de cada um, vale dizer, voltados para o homem, voltados, sobretudo, para amenizar a velhice, mas também para propiciar dias melhores aos jovens que todos os dias nascem,

evoluem e se formam, nesse imenso País, de que vão construir realmente o futuro.

Agradeço a hospitalidade que me proporcionam, os votos de boas-vindas, as palavras de seus intérpretes. A partir de agora, vamos conversar, dialogar, conviver algumas horas para que todos sintam que os índios e todos os demais brasileiros, de todas as origens e procedências, vivem juntos, e embora conservando os traços próprios de sua cultura e de seu idioma, na realidade todos formam esta grande Pátria, que é a Nação brasileira.

1º DE MAIO DE 1977.

IMPROVISO EM BELO HORIZONTE-MG.
NO DIA DO TRABALHO.

Atendendo ao convite que me fizeram, estou aqui para festejar, com vocês, este Dia do Trabalhador.

Vim a Belo Horizonte acompanhado de Ministros do meu Governo, tendo presente a relevante importância do Estado de Minas Gerais no quadro nacional, importante pela situação geográfica, pela sua história, pela sua cultura, pelo seu valor político. O Estado cresce continuamente no campo econômico, em todos os seus setores: na pecuária, na agricultura, na mineração e, principalmente, na indústria. O Estado se desenvolve em largos passos graças ao trabalho e ao esforço do seu povo, apoiado pelos seus governantes, que vão transformando Minas Gerais, ao longo do tempo, num grande pólo de desenvolvimento do interior de nosso País.

Esta é uma das razões por que estou com vocês, e através de vocês, de todos os brasileiros que trabalham. Tenho dito muitas vezes — e acho que devo repetir agora — que a finalidade da ação governamental é basicamente o homem, o seu bem-estar, o seu desenvolvimento humano, no quadro social que é a grande nação brasileira.

Neste sentido, desde o início de meu Governo, e em prosseguimento aos Governos revolucionários

que me precederam, temos trabalhado, procurando um desenvolvimento integrado, e nos preocupamos com a economia e também com o desenvolvimento social e político; no desenvolvimento social temos nos esforçado para melhorar as condições de vida de nossa população.

Baseamos o nosso trabalho na criação do Conselho de Desenvolvimento Social; na instalação do Ministério da Previdência e Assistência Social e na reorganização, em novas bases, do Ministério do Trabalho.

O nosso esforço não se limitou à área do trabalho; estendeu-se a amplos setores da educação, da saúde, do saneamento, da habitação, do abastecimento, dos transportes, da Previdência e da assistência. Foi um esforço ingente, em que muito se fez e muito já está praticamente em ação, produzindo resultados. Não cabe, aqui, que eu rememore tudo o que foi feito.

Muitas coisas foram lembradas, através das palavras do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto. Acredito, porém, que cada um de vocês saberá fazer uma avaliação dessas realizações, através da comparação do passado com o dia de hoje, o que permitirá chegar a uma conclusão honesta. Críticas não nos têm faltado; muitas, sem dúvida, acertadas, merecedoras de consideração, e que nos levam a fazer as necessárias retificações; outras, entretanto, são demagógicas, insinceras, irreais, porque não levam em conta nem o que é justo, nem o que se pode

fazer, nem o que se deve fazer. A estas, nós desprezamos.

Não vou, como lhes disse, recordar o que já fizemos, mas desejo destacar alguns pontos que me parecem relevantes, e que ocorreram nestes últimos tempos. Em primeiro lugar, vou dar ênfase ao que o Ministro Prieto disse há pouco, quanto aos acidentes de trabalho. O problema da segurança do trabalhador é um dos principais problemas que nos preocupam; temos feito um esforço extraordinário para reduzir o número desses acidentes e, graças a esse esforço e à compreensão da campanha que empreendemos, já podemos afirmar que estamos vitoriosos; o número de acidentes tem diminuído proporcionalmente, e a própria natureza dos acidentes também tem-se revelado menos grave.

Em segundo lugar, quero referir-me ao desenvolvimento sindical. Este cresce harmoniosamente; os sindicatos vivem e prosperam, tanto os dos empregados como os dos empregadores. Assinalo, também, o recente ato do Governo, criando o Conselho de Política de Emprego. É matéria muito relevante, não só tendo em vista a extensão do nosso território, a diversidade de nossas atividades mas, principalmente, o extraordinário crescimento de nossa população, que nos obriga a criar condições para mais de um milhão de empregados novos, cada ano. E, por outro lado, sabemos que a rotatividade dos trabalhadores nas empresas ainda é muito grande e que se criam problemas que merecem atenção

muito especial, para que todos tenham, realmente, condições de trabalhar.

Concluimos também os estudos para reorganização das repartições do Ministério da Previdência e Assistência Social. Procuramos, através dessa reorganização, racionalizar as diferentes entidades que compõem o Ministério e, assim, dar-lhe mais eficácia, preparando-o para atender, cada vez melhor, às necessidades de previdência e assistência aos trabalhadores.

Desejo referir-me ainda à expansão e ao desenvolvimento do sistema consubstanciado nos programas do PIS e do PASEP. Nestes programas já se encontram cadastrados 32,5 milhões de trabalhadores, quase um terço de nossa população e, praticamente, toda a nossa força de trabalho. E esses programas, em julho, já disporão de recursos no valor de 63 bilhões de cruzeiros. Este patrimônio está em vias de ser reforçado substancialmente, com a transferência, para o sistema, de grande parte das ações de que o Governo dispõe nas sociedades de economia mista, através de um projeto de lei que ora está submetido ao Poder Legislativo.

Desta forma, estamos fazendo uma melhor distribuição da riqueza em nosso País. E ainda neste quadro, em julho deste ano, pela primeira vez, distribuiremos um salário-mínimo — o 14º salário — para sete milhões de trabalhadores, que já estão integrados no sistema há pelo menos cinco anos e que ganham menos de cinco salários-mínimos.

No setor da habitação, há dias o Governo adotou uma nova decisão através da Caixa Econômica Federal, permitindo-lhe aplicar maior soma de recursos, 25 por cento do depósito das cadernetas de poupança, para a compra de habitações já usadas, de modo a assegurar melhores condições de moradia. E destaco que este programa habitacional reserva boa parte desses recursos, cerca de 40 por cento, para a aquisição de moradias fora das áreas metropolitanas e das demais Capitais, de modo a assegurar melhores condições de vida nas cidades do interior.

Existe ainda o recente ato que ampliou as férias dos trabalhadores para 30 dias e que permitiu a conversão de uma parcela desse período, isto é, dez dias, em dinheiro, de modo a que os trabalhadores menos afortunados tivessem algum recurso para efetivamente gozar essas férias.

E, por último, quero dizer algumas palavras sobre um dos problemas mais agudos que atingem a todos nós. Quero referir-me à inflação e seus graves inconvenientes para a nossa vida. É uma doença crônica de nosso País, que ora recrudesce, ora arrefece, mas que, pela elevação do custo de vida, deteriora os nossos salários. É uma doença crônica, como já disse, que decorre de deficiências que ainda temos em nossa produção e na circulação de nossos bens, sobretudo na sua comercialização. Mas a inflação decorre também de defeitos de mentalidade, que precisamos varrer de nossas mentes, num esforço conjunto e comum, para tornar a vida

menos cara e para que possamos usufruir de maior quantidade de bens.

E além dos problemas internos, que geram essa inflação, sofremos os efeitos externos, muito mais difíceis de eliminar. Mas asseguro-lhes que o Governo está empenhado em vencer essa doença. Não é tarefa fácil, porque não há processo que indique qual o remédio adequado e, sobretudo, qual a verdadeira dosagem com que o remédio deva ser aplicado. Ora ele é fraco, e a inflação persiste; ora ele é forte demais, e nos ameaça com a estagnação e a recessão, que também são danosas, talvez mais do que a própria inflação. O Governo está empenhado em combatê-la. Nesse sentido, espera a ajuda de todos, para que, pelo trabalho, pela consciência, pela formação de nova mentalidade, consigamos erradicar esse mal que nos aflige.

Assim o Governo dá curso ao seu programa no campo social. Dá curso, através de ações continuadas, persistentes e que têm em vista melhorar o bem-estar dos brasileiros. Este programa se realiza dentro da filosofia econômica que adotamos, que é a da livre empresa, no regime de competitividade e, pois, de maior criatividade, de melhor produção. Mas é a livre empresa trabalhando com espírito solidário, em que empresários e empregados se irmanam, no objetivo comum.

Muito a Revolução tem feito neste campo, mas muito e muito mais ainda resta por se fazer. Estamos longe do ideal que imaginamos, mas não devemos nos atemorizar com a grandeza da tarefa que temos pela

frente, nem devemos ter receio de um fracasso, pelos reduzidos recursos financeiros de que dispomos para essa tarefa de tal magnitude.

Ao contrário, vemos nela um desafio estimulante, que deve servir para desenvolver em nós todos um esforço conjunto, um espírito de luta, de governantes e governados, de empresários e empregados, para que, juntos, possamos fazer do Brasil, realmente, a grande Nação onde os brasileiros vivam mais felizes no quadro de suas famílias, num futuro promissor.

2 DE MAIO DE 1977.

ENTREVISTA COM JORNALISTAS FRANCESES, NO PALACIO DO PLANALTO.

— Eu lamento que a duração da visita seja relativamente curta. O País é muito grande, muito diversificado, como devem ter observado, e não creio que em poucos dias se possa ter uma imagem real do quadro que o País vive, sobretudo no campo econômico.

— Mas, assim mesmo, acredito que possam ter colhido muitas informações, formado um juízo, pelo menos suficientemente aproximado, da situação em que nos encontramos.

— Há duas coisas importantes que eu gostaria de destacar: em primeiro lugar, quem observa um país como o Brasil não pode observar de sua própria óptica, como está habituado a analisar os problemas no seu país. É preciso familiarizar-se bastante com a situação do país para poder compreender uma série de coisas. Em segundo lugar, o Brasil é um país novo, tem problemas básicos, fundamentais no campo da economia, que outros países, sobretudo os países desenvolvidos da Europa, não têm. Esses problemas resultam do fato de o Brasil ser um país novo e também de ser um país muito grande. Eu quero referir-me particularmente à necessidade que nós temos, de muitos recursos para a construção de infra-estrutura. Nos países mais antigos,

desenvolvidos essa infra-estrutura já existe, e o trabalho atual é no sentido de modernizá-la e adaptá-la às novas possibilidades tecnológicas que o mundo vai oferecendo.

— Ao passo que aqui, não. Nós temos que partir da origem. São problemas de estradas, principalmente, de portos, de educação, de hospitais, de aproveitamento do território do ponto de vista agrário. Por outro lado, nossa população cresce a uma taxa muito alta. O Brasil possivelmente está hoje com um crescimento demográfico em torno de 2,7 por cento. Isto nos obriga, todo ano, a criar novas escolas, novos hospitais, desenvolver nossa produção alimentícia e assim por diante. Temos que fazer um esforço para sair do subdesenvolvimento. E essa população que temos, hoje em torno dos 110 milhões de habitantes, é em grande maioria de jovens, que consomem e ainda não produzem. Tudo isso são condicionantes do esforço que estamos realizando. O quadro que estou pintando pode parecer pessimista, mas acho que não é, porque esses jovens a que me referi vão ser o Brasil de amanhã. E esse território que nós temos de ocupar apresenta extraordinárias potencialidades, que no futuro vão transformar o Brasil num país sem dúvida avançado e rico.

— Estamos realizando esse trabalho de desenvolvimento com esforço próprio do País. Mas achamos que podemos caminhar mais depressa se contarmos com a cooperação do capital estrangeiro. Por isso, o Brasil é um país aberto. No campo eco-

nômico, é um país que recebe a cooperação estrangeira. Essa cooperação não é só de capital, mas também de tecnologia e de capacidade gerencial. Realmente, temos hoje grandes empreendimentos no País que contam com capital estrangeiro, não só dos Estados Unidos da América, da França, do Canadá, do Japão e da Alemanha principalmente. Claro que pensamos muito no Brasil, mas não aceitamos radicalizações nacionalistas. Somos nacionalistas, sem dúvida, mas não aceitamos que se faça nesse campo qualquer radicalização. Procuramos viver nesse quadro internacional em harmonia com praticamente todos os países do mundo, procuramos desenvolver nosso intercâmbio comercial, cultural também, mas sobretudo comercial, econômico, dentro da idéia de que, pela cooperação, o Brasil só tem a ganhar para o seu desenvolvimento.

Não sei se esse quadro que pinteí satisfaz os jornalistas, ou se gostariam de fazer alguma pergunta específica. Também não sei se essa impressão que lhes estou dando corresponde à que tiveram com outros brasileiros que encontraram.

— Quero perguntar, no caso dessas declarações sobre os países estrangeiros, qual seria precisamente a participação da França — indagou um jornalista.

— A cooperação entre o Brasil e a França vem de longa data. Veja que a cultura brasileira em grande parte foi calcada, ao menos na minha geração, na cultura francesa. E há cooperação no campo econômico, cooperação inclusive que teve um in-

cremento quando estive em visita à França no ano passado. Há determinados projetos que se realizam no Brasil com a cooperação do capital e da tecnologia franceses. Creio que há sobretudo projetos no campo da geração de energia hidrelétrica.

— E em matéria nuclear, não há nada com a França?

— Em matéria nuclear nós tivemos acordo com a França e ainda há acordos em vigor. Mas esses acordos não têm a significação ou a importância que tem o que firmamos com a Alemanha.

— Os acordos feitos com a Alemanha deixam campo para outros acordos com a França?

— O acordo com a Alemanha não tem caráter de exclusividade e nem de monopólio. O Brasil conserva a sua liberdade de ação e pode fazer acordos com outros países. Em nosso presente estágio em matéria de energia nuclear, estamos realmente empenhados em dar vida e desenvolver o acordo com a Alemanha.

— O que é democracia para o Brasil?

— O senhor está entrando em um campo que não é propriamente econômico. Mas gostaria de explicar a minha posição. Quando se fala em democracia, muitos consideram a democracia no sentido absoluto. Esta democracia eu acho que não existe em parte nenhuma. Todas as coisas no mundo, exceto Deus, são relativas. Então, a democracia que se pratica no Brasil não pode ser a mesma que se pratica nos Estados Unidos da América, na França,

ou na Grã-Bretanha. O Brasil tem dois problemas que têm que caminhar paralelamente com o político: os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e com o desenvolvimento social. Não se pode pensar em ter uma democracia política perfeita, se não se tem um determinado nível econômico e se também não se tem uma determinada estabilidade social. Então sem dúvida, o Brasil é um país onde há democracia, onde há liberdade, mas essa democracia não pode ser igual à democracia dos outros países. Ele tem que levar em conta as condições econômicas e sociais em que estamos vivendo. Mas eu creio que, no quadro geral, nossa democracia é efetiva: funciona com determinados problemas em certas circunstâncias, mas funciona. Não sei se isso responde à pergunta.

— Eu quero dizer ainda que tive um grande prazer em recebê-los e que gostaria que vivessem mais tempo conosco. Acredito que, de qualquer maneira, a vinda entre outras utilidades, outros proveitos, deve ter-lhes despertado a curiosidade sobre o Brasil. Eu acho que vocês vão ler e pensar muito mais sobre o Brasil do que antes.

10 DE MAIO DE 1977.

DISCURSO NO CLUBE NAVAL, EM BRASÍLIA, POR OCASIAO DO BANQUETE OFERECIDO PELOS CHEFES DE MISSAO ACREDITADOS JUNTO AO GOVERNO BRASILEIRO.

Senhores Chefes de Missão,

Sinto-me grato por haverem querido homenagear, na minha pessoa, o Chefe de Estado brasileiro e, nele, o Governo junto ao qual estão representados e que acolhe com especial agrado e interesse a «presença amiga» dos integrantes de tão seletto corpo diplomático.

Grato, também, estou ao Senhor Núncio Apostólico, por suas palavras, repletas sempre de sabedoria e de generosidade, e pelos votos que formula em favor da concretização das aspirações de nossa coletividade brasileira.

Meu reconhecimento, desejo estendê-lo, também em nome de minha mulher, às Senhoras Embaixatrizes aqui presentes.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A atmosfera deste banquete é bem representativa do espírito com que o Brasil tem procurado conduzir a sua política externa — um espírito de cordialidade, de convivência ecumênica e de atenta solidariedade. Sinto-me feliz em poder dirigir-me a todos para reafirmar esses sentimentos que entretemos para com a comunidade internacional em seu

conjunto, bem como, individualmente, para com todas as nações amigas.

Não sou dos que acreditam que a diplomacia tradicional tenha sido superada pela eficiência dos modernos meios de comunicação. Ao contrário, creio que a própria eficiência desses meios pode iludir-nos, levando-nos a confundir publicidade com negociação. As relações internacionais processam-se numa trama complexa, que não aceita simplificações, sem que se incorra em riscos à própria segurança dos países. É claro que uma visão histórica dessas relações pode reduzir, a proporções menores, este ou aquele problema de hoje. Mas, para os países atingidos, não será consolo admitir que a História permita subestimar os desafios de agora. Para a geração que vive o presente, o homem de visão não é o que antecipa o juízo da História, mas o que sabe tirar o melhor proveito da realidade, para que a sociedade se encaminhe, em boa ordem, na direção de um futuro promissor.

A diplomacia tradicional, a que se exerce através das chancelarias e dos diplomatas profissionais, sabe que são, precisamente, as diferenças entre Estados que permitem valorizar as composições de interesses, a serviço de benefícios coletivos. Função precípua do diplomata é, assim, também, a de apreender corretamente a realidade do país onde exerce sua missão, pois seria desservir a seu Governo fornecer-lhe uma avaliação inadequada que certamente falsearia as condições para um entendimento frutuoso.

A política externa do Brasil, terão apreendido os Senhores, é um instrumento para a realização do objetivo máximo do país que é o de ver seu povo prosperar em ordem e alcançar, no mais curto prazo possível, melhor justiça social e desenvolvimento político mais perfeito. Funda-se ela em valores éticos superiores, incorporados pela História à nossa cultura e enriquecidos pela contribuição, tão nossa, de tolerância racial e cordialidade social. Povo naturalmente predisposto ao convívio, o brasileiro aceita influências construtivas e estende, espontaneamente, sua cooperação a outros povos, sem motivações escusas, sem inclinações para o servilismo, sem preocupações de preponderância. Na medida em que o país cresce e seus interesses se diversificam, e na medida, também, em que as nações se tornam mais interdependentes, é natural que a política externa do Brasil se universalize. A esse universalismo, procuramos dar um cunho prático, fazendo com que sirva aos interesses do Brasil e aos da comunidade internacional.

O Brasil se tem empenhado, continuamente, para que as relações internacionais se encaminhem num sentido construtivo que faça da paz, da justiça e da prosperidade um patrimônio comum.

Sabemos que nossos recursos para isso são limitados, mas sabemos, também, que só com a conjugação dos esforços de todos são possíveis as grandes realizações coletivas.

Nosso primeiro campo de ação diplomática é, obviamente, o das relações que entretemos com as nações do Continente, relações que atestam, melhor

do que tudo, o espírito de solidariedade a que me venho referindo. A cooperação com países vizinhos ressalta, de maneira muito especial, o princípio da igualdade soberana entre os Estados, a que nos aferramos com a mesma dedicação com que defendemos o do respeito mútuo e o da não-intervenção nos assuntos internos ou externos de outros países. Com o mesmo espírito, procuramos fazer, da cooperação regional, um instrumento de progresso solidário.

Idêntica atitude estendemos aos países de fora do Continente com os quais se tornam, constantemente, mais estreitos e freqüentes os nossos contatos. Nos últimos três anos, 26 novas Embaixadas do Brasil foram criadas fora do nosso Hemisfério, o que atesta o dinamismo com que empreendemos a diversificação das nossas relações diplomáticas.

Índices expressivos do vigor emprestado à cooperação internacional encontramos no número e na qualidade dos Acordos bilaterais assinados durante o mesmo período — 240 atos com 56 países, 193 deles já se encontrando em pleno vigor.

A atitude cooperativa levamo-la, também, aos foros universais. Não nos agradam as conceituações dos países que estimulam dissensões e confrontos. Antes, tudo fazemos para que uma visão esclarecida dos fenômenos internacionais conduza os Governos, na construção de uma nova ordem política e econômica mundial, a preferirem as soluções pacíficas, às que poderiam ser tentadas com recurso à violência.

Assim, a contribuição do Brasil tem visado à solução equilibrada dos problemas globais da huma-

nidade, daqueles que afetam o homem nos seus direitos fundamentais de viver em paz, de construir uma sociedade justa, de prosperar material e culturalmente, de se realizar na plenitude de suas faculdades e de usufruir do bem supremo da justiça e da liberdade.

Não é minha intenção fazer aqui um inventário dos grandes problemas que afligem a humanidade e ocupam as atenções dos nossos respectivos Governos. A própria experiência que os Senhores terão retirado das respectivas missões já os terá levado a concluir que é inquestionável o desejo do Brasil de conviver com os demais países na busca de soluções justas e harmoniosas para todos aqueles problemas.

Essa é a mensagem que espero levem daqui, esta noite, a seus Governos. O Brasil — como já tive a oportunidade de dizer a todos os Senhores Chefes de Missões diplomáticas, ao agradecer-lhes os votos de boas festas em dezembro do ano findo — «é um país amante da paz, da ordem, do bom relacionamento, da interdependência com os demais países do mundo, porque bem sabemos que ninguém pode viver isolado». E continuaremos a «luta pela paz e pela compreensão entre os homens para que este mundo seja um mundo melhor».

Agradeço a oportunidade que me deram de, mais uma vez, estar com cada um dos Senhores. A todos desejo que sejam felizes em suas missões no Brasil.

Ergo um brinde pela prosperidade dos povos dos países que representam e pela saúde dos respectivos Chefes de Estado e de Governo.

12 DE MAIO DE 1977.

IMPROVISO NO CENTRO SOCIAL URBANO
GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA,
EM FORTALEZA-CE.

Desejo dizer a todos da satisfação com que me encontro hoje aqui em Fortaleza. E particularmente da circunstância de poder participar da inauguração deste Centro Social. Meu Governo, desde o seu início, tem-se preocupado, em larga escala, com os problemas de ordem social da população brasileira. É que o homem é, por natureza, um ser eminentemente social, vive tendo por base a família, uma organização simples mas de grande transcendência, onde se formam as gerações futuras e onde se conservam as tradições que herdamos do passado. Mas à família, o ser social transcende e, num passo seguinte, está a comunidade, onde ele vive. E, mais adiante, ele se espraia junto com seres sociais de outras regiões, formando essa coisa extraordinária que é a Nação e que, para nós, está simbolizada no que todos imaginamos e pensamos em relação ao nosso Brasil.

Mas a comunidade, sem dúvida, é o elo extraordinário desse conjunto, nessa sediação de organizações sociais. E a comunidade não se manifesta, apenas, pelo fato de se residir numa casa ao lado de outra família. Ela exige vínculos mais fortes, interesses comuns, trabalhos em conjunto, escolas, assistência médica e centro de lazer. E é a isso que

este Centro Social visa. Ele foi feito e realizado com o esforço conjunto do Governo federal, Governo estadual e do Município, e vai viver e vai progredir com a participação efetiva de todos os dias desta comunidade que está aí.

Vejo o Ceará de hoje saindo de um ano de seca, com um inverno promissor. Vejo fisionomias alegres e esperançosas de um futuro melhor, respondendo, assim, aos descrentes, aos apáticos, àqueles que criticam e que nada fazem. Aqui se trabalha, aqui se produz e se procura, apesar de uma natureza nem sempre favorável, tirar da terra, tirar do esforço humano, tirar do mar, em suma, de todas as fontes de riquezas possíveis, uma produção que visa a dar ao homem melhores condições de vida.

Eu agradeço a todos terem aqui comparecido, de terem aplaudido, de terem me recebido como amigo, conscientes do esforço que estamos realizando no interesse do nosso país. Faço votos que este Centro Social cumpra a sua finalidade, que ele subsista, se mantenha íntegro, progrida e sirva para, cada vez mais, promover a união dos cearenses que vivem neste bairro e nesta região.

13 DE MAIO DE 1977.

IMPROVISO EM JUAZEIRO DO NORTE-CE.

Não é fácil o Presidente da República sair dos seus afazeres em Brasília, deslocar-se pelo interior do País para visitar cidades, como hoje faço aqui, em Juazeiro. Os afazeres, sem dúvida, são muitos e os encargos são grandes e, por vezes, difíceis. Mas, na lonjura de nosso País, nas distâncias que se apresentam e que muitas vezes nos separam, é necessário que se viaje para que se tenha um contato maior com o povo e se sinta a sua realidade.

A minha vinda hoje aqui, apesar de todas essas ressalvas que impõem os meus encargos em Brasília, é uma homenagem à tenacidade deste povo. É o reconhecimento do esforço desta gente que trabalha e luta contra a adversidade e que hoje encontra uma recompensa a esse esforço através da inauguração do seu novo mercado.

O que se faz muitas vezes com o apoio do governo, nos seus diferentes níveis, traduz o pensamento que orienta o governo de construir realmente no Brasil uma sociedade solidária. Todos somos brasileiros e todos somos iguais. E todos temos direito a uma vida melhor, com bem-estar, com progresso e, sobretudo, com ordem e paz. Continuemos assim, continuemos a trabalhar juntos, povo e go-

verno, vencendo demagogias dos adversários, vencendo a má-fé e, por fatos concretos, como é este de hoje, demonstremos que realmente estamos unidos e que estamos construindo um Brasil cada vez melhor.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Eu tenho muito prazer em estar aqui conversando com vocês e satisfeito em saber que aproveitaram os seus dias aqui em Brasília, para através do Ministério do Trabalho ficarem a par dos problemas e principalmente se atualizarem acerca do que o Ministério vem desenvolvendo.

Com referência à minha atuação no tocante às férias de 30 dias, eu li nos jornais os ataques de que eu, assinando o decreto-lei, ter-me-ia aproveitado do recesso do Congresso para fazer demagogia. Eu não pretendo, nem preciso, evidentemente, fazer demagogia. A esta altura de minha vida, na idade que eu tenho, é muito tarde para fazer demagogia. Quando fiz uma viagem a Manaus, surgiu a idéia da concessão de férias de 30 dias. Eu encontrei trabalhadores que me pediram para dar férias de 30 dias e foi aí que surgiu a idéia, mas não sabíamos como executar e encontramos a fórmula criando a faculdade de transformar 10 dias dessas férias em remuneração. Eu sei que é muito pouco, mas é o que se pode dar. Está aí a lei, está em vigor.

Na área do Ministério do Trabalho há muita coisa a fazer. Mas nós somos um país que está crescendo e os nossos recursos são muito poucos, são insuficientes para cobrir outras áreas necessita-

das. Temos que determinar prioridades, ver aquilo que é mais urgente. E tem o outro problema, que é esse terrível problema da inflação. É um círculo vicioso que nós temos que romper, temos que ver se saímos disso. Mas importante é que verifiquemos se progredimos ou não, se melhoramos ou não. Em vez de analisarmos sob a luz de tudo aquilo que desejamos, temos que olhar para trás, para o dia de ontem, de anteontem e verificar que, de lá para cá, de um modo geral, as coisas melhoraram. Do ponto de vista da saúde, educação, alimentação, habitação, mesmo das condições de trabalho. Há um setor, que nós nos preocupamos muito desde o início, e progrediu, que é o da prevenção de acidentes no trabalho. O Brasil era um campeão nesse campo. Os últimos dados revelam que já houve uma conscientização desse problema. Devemos ter a compreensão de que aquilo que se pode fazer está muito longe daquilo que se quer fazer. Mas o Governo está empenhado e sempre se empenhou em melhorar as condições de vida do brasileiro. Desde o início do meu Governo tenho caracterizado que a preocupação pelo homem brasileiro é a preocupação fundamental.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Tenho prazer em recebê-los hoje aqui. Guardo do Estado do Espírito Santo gratas recordações. Acho que é um Estado que tem reais possibilidades de desenvolvimento, e, aliás, creio que está nesse caminho. Espero que a visita que fizeram a Brasília e os contatos que mantiveram no Ministério do Trabalho lhes tenham sido úteis para o desempenho das funções que exercem de liderança na área dos trabalhadores.

Tenho dito e repito que o Brasil tem um extraordinário potencial, que decorre de sua base física, de seu imenso território, das riquezas de seu território. Outro potencial extraordinário é o seu povo, a sua população. Não só pela dimensão dessa população, que já é superior a 100 milhões, mas também pelas qualidades, pelas tendências e pelas condições de vida íntimas e particulares dessa população. Nós temos, por exemplo, um verdadeiro milagre, característica do nosso povo, que é o espírito de nacionalidade. Em qualquer recanto do país, qualquer um se sente brasileiro. Nós não temos diferenciações de raça, de religião ou de idioma. Os estrangeiros que vêm aqui acabam sendo assimilados, e na primeira ou segunda geração são bons brasileiros como todos nós. Esse é o grande milagre. Por

outro lado, a par dessa base física e dessa população que temos, ainda continuamos a ser país pobre. Pobre porque não tivemos ainda a capacidade de conjugar adequadamente essa base física com a base e assegurar ao país o desenvolvimento que ele precisa ter. Para isso só temos um recurso, um meio, que é o nosso próprio esforço. É o nosso trabalho e é a perseverança em atingirmos os objetivos a que nós nos propomos. Pelo trabalho digno, mesmo por mais humilde que seja, ou por mais transcendente que seja, se ele for conjugado no interesse geral do país, sem dúvida nós venceremos e poderemos entregar aos nossos filhos um Brasil bem melhor do que aquele que recebemos. Admito que todos estejam imbuídos desse espírito. É pelo trabalho de fato que nós podemos progredir.

Não devemos esperar de outros que eles venham resolver os nossos problemas. Eles poderão cooperar, sem dúvida. Poderão trazer recursos financeiros. Poderão trazer a tecnologia. Mas, no fundo, o futuro do Brasil só depende de nós, de nosso esforço. E estou certo de que os trabalhadores do Espírito Santo estão integrados dentro desse espírito e trazem uma valiosa parcela para o nosso desenvolvimento.

Eu hoje, mais uma vez, tive a ventura de vir ao Paraná. De manhã, passei por Foz do Iguaçu e Cascavel, a fim de inaugurar duas novas rodovias, ligando Cascavel a Campo Mourão e a Toledo. São novas estradas que vão servir, como as demais, para canalizar e para drenar para os nossos portos a produção do povo laborioso do Paraná.

Depois, vim inaugurar a nova refinaria do Paraná, a Refinaria «Getúlio Vargas», obra de porte e de extraordinária significação não só para Araucária, não só para todo o Brasil, pois ela vai proporcionar uma grande economia de divisas para o País. Mas, muito mais do que isso, ela constituirá e já vem constituindo um pólo de desenvolvimento, não apenas econômico, mas também tecnológico, na formação de mão-de-obra e de geração de riqueza.

Agora, faço esta visita singela, como primeiro Presidente da República a pisar as terras e as ruas de Araucária. E venho com duplo objetivo. De um lado, como bom brasileiro, que me prezo de ser, para prestar a minha homenagem aos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, que daqui partiram e, sobretudo, àqueles que morreram em defesa de nossos ideais e em homenagem aos quais foi erigido este monumento.

Mas, venho também para homenagear este povo que aqui vive e aqui trabalha, que aqui progride e que, com o seu progresso, nos ajuda a construir o Brasil de amanhã.

Muitos dos que aqui vivem são descendentes de imigrantes, numa segunda e terceira gerações. Mas todos são brasileiros e todos juntos constroem esta grande Pátria que nós desejamos.

Há, além dessa visita e dessas solenidades todas, um grande elo a nos unir: é que os nossos propósitos são comuns, os nossos objetivos são os mesmos.

Nós estamos vinculados pela confiança recíproca, pela confiança que tenho neste povo que trabalha; e creio na confiança que este mesmo povo deposita na ação do Governo. Acima das malquerenças, acima do derrotismo, acima daqueles que nos denigrem, vosso prefeito, em poucas palavras, relembrou as obras da Revolução. Elas constituem, sem dúvida, um galardão em nosso trabalho. Do meu trabalho e dos meus antecessores. Outros empreendimentos virão sem dúvida, no futuro, pois há ainda muito por fazer. Mas, para isso, é necessário, é indispensável, que continuemos unidos, que saibamos distinguir quais são os nossos adversários, saibamos nos colocar acima deles e, pelo nosso exemplo, pelo nosso trabalho, fazemos de fato o Brasil que queremos.

3 DE JUNHO DE 1977.

IMPROVISO POR OCASIAO DO ENCER-
RAMENTO DO VI SEMINARIO INTERNA-
CIONAL DO CAFE, EM GUARUJA-SP.

Meus senhores, a minha vinda hoje aqui a este Seminário Internacional, que tradicionalmente se realiza no Guarujá, coincide com as comemorações dos 250 anos de introdução da cultura do café no Brasil.

Há, pois, um duplo motivo para esta minha vinda.

Em primeiro lugar, para ter um contato com os senhores, inclusive com as delegações estrangeiras que aqui se encontram. Mas, de outro lado, para dar um testemunho público da importância que o Governo atribui ao trabalho que se desenvolve, que se desenvolveu há longos anos e continua a se desenvolver cada vez mais, no sentido de atender adequadamente a essa cultura.

Ela é, sem dúvida na nossa História, de extraordinária significação.

O café representou, desde longa data, mas sobretudo a partir dos meados do Segundo Império, até a década de 30, deste século, um fato básico para o desenvolvimento do País.

Foi através do café que se desbravaram novas terras, que se povoou o Oeste do Estado de São Paulo e o Norte do Paraná, afora outras regiões

em todo o País. E foi ele que serviu de base à industrialização. Foi ele que começou o surto do Grande São Paulo. Foi com ele que este Estado cresceu e adquiriu uma posição econômica de hegemonia em relação a todo o País.

Foi a riqueza do café, conjugada com a energia elétrica, que propiciaram o surgimento do Brasil moderno.

Usamos nele, de início, o braço escravo. Mas, também, através do café, fomentamos o incremento da imigração. E foi à custa dele ou por ele que recebemos contingentes numerosos de sangue europeu, que com sua capacidade e sua mentalidade influíram decisivamente para o desenvolvimento dessa Região do País.

E, na longa marcha, o café atravessou extraordinárias vicissitudes. Não só foi o desbravamento e o povoamento e criação de cidades, mas foram lutas sem fim de combate contra circunstâncias desfavoráveis, entre as quais avultam, sem dúvida, as condições climáticas. Por um lado, períodos de seca e falta de chuvas adequadas, de outras épocas, geadas, invernos rigorosos que ciclicamente dizimam as nossas plantações e, conseqüentemente, reduzem a produção.

E, por outro lado, desenvolveu-se a cultura em outros países, e criamos com ela naturais competidores. À medida em que o mercado crescia, crescia também a produção, muitas vezes de forma desmesurada, o que nos levou, em determinadas épocas, a

constituir estoques profundamente onerosos, criando ocasiões em que tivemos de destruí-los. Na crise de 30, chegamos a lançar café ao mar, e chegamos também a queimar café, tal a quantidade que existia, e tal o desequilíbrio que se formava no mercado. Mas nem por isso o mercado deixou de se expandir e de ser adequadamente atendido. Mas agora, a situação presente se caracteriza por uma extraordinária escassez. Aqui no Brasil, em 1975, sofremos uma geada sem precedentes, que praticamente destruiu os cafezais do Norte do Paraná e de grande porção do Estado de São Paulo.

E a esta circunstância se acresceram as dificuldades que surgiram em outros países, notadamente na África. Conseqüentemente, a produção decaiu e os estoques se reduziram drasticamente. Basta considerar que, no ano cafeeiro de 1966/67, portanto há pouco mais de dez anos, o Brasil tinha um estoque de 73,5 milhões de sacas de café. Já no ano cafeeiro de 76/77, logo após a geada, esse nosso estoque estava reduzido a 27 milhões e 200 mil sacas. E agora, no início deste novo ano cafeeiro de 77/78, o estoque está um pouco abaixo de 9 milhões de sacas.

Quero me referir ao estoque integral do País, somando o café de que o IBC dispõe e o café que está na mão de produtores ou de particulares no País.

Essa redução drástica do estoque nos preocupa extraordinariamente, estamos antevendo que, com a safra atual, que gira em torno de 14 milhões de to-

neladas, nós chegaremos ao fim deste ano cafeeiro, em meados de 78, com estoque possivelmente de zero.

Preocupa-nos seriamente este problema porque, além de termos que atender ao mercado externo, nós temos um grande mercado interno, o segundo maior mercado mundial, com 6 milhões de sacas por ano. A consequência natural, dentro da economia de mercado, que funciona neste setor, é a alta dos preços.

Mas não cabe a nós, propriamente, a responsabilidade por esta alta. Ela decorre, como eu disse, dessas condições de clima desfavorável. E tanto não nos cabe a responsabilidade que, apesar da reduzida produção que tivemos no ano passado, que chegou apenas a seis milhões de sacas, nós continuamos a oferecer até ao mercado exterior.

No ano de 75/76, exportamos 14 milhões de sacas e, neste último ano de 76/77, exportamos 17,2 milhões, o que vale dizer que a nossa política não foi de restrição de exportações, no sentido de obtermos uma valorização ainda maior, esta sim artificial.

Repito isto com a necessária ênfase para reba-ter as acusações infundadas e injustas que alhures nos fazem, de manipularmos arbitrariamente, e, às vezes, indecorosamente, o mercado, para forçar altas artificiais.

Paralelamente a isto, dada a riqueza que o café representa, nós nos preocupamos, desde logo, quando se manifestou a geada, em intensificar, a crescer

e a multiplicar os programas que já havia em curso do Governo anterior, para desenvolvimento de novos cafezais. Não foram só erradicados aqueles cafezais que, por sua natureza, já eram improdutivos, mas tentaram-se novos, de acordo com nova tecnologia.

Diversificamos as áreas de plantio, para ver se nos cobríamos um pouco melhor no futuro contra as intempéries. Desenvolvemos culturas de café com maior intensidade em Minas Gerais, na Bahia, em Mato Grosso e nos Estados do Nordeste, não nos limitando apenas ao Norte do Paraná e ao Estado de São Paulo.

Procuramos, por essa diversificação, obter maior segurança na produção, não só no interesse do Brasil, mas também para abastecimento do mercado mundial, de vez que o café é uma bebida apreciada, hoje em dia, na maior parte do mundo. Procuramos introduzir nova tecnologia; procuramos aperfeiçoar nossos métodos de plantio; procuramos combater com maiores condições as pragas. E, evidentemente, todo este conjunto de um lado acarreta maiores custos e exigiria melhor remuneração. Mas, por outro lado, sem dúvida, nós teremos uma produção maior, pois teremos maior produtividade.

Neste quadro, desejo encerrar estas minhas palavras com bastante otimismo. Acredito que o Brasil tenha condições de continuar a capitanear a produção mundial de café. Tem condições, dentro de alguns anos, de voltar a ser um grande produtor. De conseguir, com sua produção, bons cafés e preços

adequados que remunerem o produtor como este deve ser remunerado, pelo seu trabalho, pelo seu esforço.

E, por outro lado, produziríamos café em condições de atendermos ao mercado consumidor, sempre conjugando, como temos feito nestes últimos anos, os interesses daqueles que produzem com os daqueles que consomem.

Dentro deste meu espírito de otimismo com relação ao futuro do café devo concluir rendendo minha homenagem àqueles que, há dois séculos e meio, vêm labutando neste setor, com suor, com esforço, com trabalho, com fracassos mas também com sucessos, mas sempre animados a produzir cada vez mais e cada vez melhor.

7 DE JUNHO DE 1977.

IMPROVISO SAUDANDO A SRA. ROSA-
LYNN CARTER, EM JANTAR NO PALACIO
DA ALVORADA.

Desejo manifestar, em nome do Governo brasileiro, a satisfação de termos entre nós a Excelentíssima Senhora Rosalynn Carter, que veio ao Brasil, em representação de seu esposo, realizar visitas e conversações que traduzem interesse e entendimento crescentes nas nossas relações nacionais.

Estou certo de que esta presença amiga contribuirá, ainda mais, para o melhor conhecimento recíproco e, pois, para uma mais eficiente colaboração no quadro bilateral e na esfera mundial.

Peço a todos que comigo brindem pela ventura pessoal da Senhora Carter e do Excelentíssimo Senhor Presidente dos Estados Unidos da América — Jimmy Carter — e pelo desenvolvimento da constante amizade que vincula os povos de nossos dois países.

15 DE JUNHO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO,
POR OCASIAO DA VISITA DOS PARTICI-
PANTES DO III ENCONTRO DE ASSESSO-
RES DE RELAÇÕES PÚBLICAS E IM-
PRENSA.

É com prazer que os recebo aqui, na certeza de que o trabalho que estão realizando terá muito proveito. Faço votos que o contato que mantêm com o Governo, através da ARP, seja muito útil no campo da comunicação social e da comunicação entre o Governo e o povo, para que restabeleça a verdade. Não queremos, absolutamente, uma opinião pública distorcida, mas queremos uma maior comunicação da área governamental visando ao povo brasileiro de uma maneira geral. Desejamos, sobretudo, em muitas áreas, estabelecer a verdade, eliminar a dissensão, a intriga, para que o nosso povo tenha realmente um conhecimento real da situação brasileira. Não pretendemos ocultar as nossas falhas nem nossos erros, nem pretendemos nos eximir de críticas, sobretudo quando esta crítica continue a ser distorcida, levada a acreditar em coisas que não são verdadeiras e formar um juízo errôneo sobre os governantes de diversos escalões, que têm a responsabilidade dos atos. Falar a verdade, estabelecer a verdade não é fácil, mas vale a pena continuar tentando. Espero que todos se compenetrem dessa necessidade.

20 DE JUNHO DE 1977.

IMPROVISO NO PALÁCIO DO PLANALTO, POR OCASIÃO DA VISITA DE LÍDERES SINDICAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROJETO BRASÍLIA, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO).

A vinda dos senhores e este contato com o Ministério são válidos e são uma oportunidade de os trabalhadores conhecerem o seu Ministério, como ele se orienta e dessa maneira fazer uma vinculação com o povo. O Ministério tem esse contato com os líderes sindicais e acredito que cada uma dessas pessoas que vieram hoje aqui terá, por sua vez, diálogo com seus sindicalizados.

Nós então temos uma maneira de aproximar mais o Governo das classes que trabalham, que na realidade constituem o nosso povo. Dessa forma, inclusive, torna-se público ao conhecimento dos interessados a orientação que o Ministério segue, o que o Ministério pretende, o que ele faz e como ele se orienta. Dessa maneira, também o que o Ministério está fazendo fica submetido à crítica dos interessados.

Isto é um sistema de intercomunicação que deve funcionar — e acredito que funciona — nos dois sentidos. É claro que o objetivo final é o que nós propugnamos, que é o bem-estar de todos, pelo trabalho ordenado, produtivo e, sobretudo, harmônico.

IMPROVISO, NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE RADIALISTAS BRASILEIROS.

Tenho muito prazer em recebê-los hoje nesta visita. E saber também que estão reunidos em congresso. Espero que este congresso tenha conclusões favoráveis, bons resultados no trabalho que realizam.

No que se refere propriamente à legislação profissional correspondente à categoria de radialista, ainda se continua na elaboração do anteprojeto correspondente. Ainda há pouco o Ministro Prieto me informava das dificuldades que ainda subsistem, mas que nós vamos ter que remover, porque eu acho que as dificuldades não devem constituir um empecilho para que se faça aquilo que cabe. Elas surgem, existem, existem neste projeto, como existem em quase todos os projetos que nós temos a responsabilidade de elaborar, porque os interesses ou a conciliação dos interesses, não é fácil. Os interesses quase sempre são antagônicos, e é preciso nesse antagonismo verificar o que é justo, o que é certo, o que é legítimo. Mas está o Ministro empenhado em dar a última demão no projeto e vamos ver se após o recesso de julho é possível o Ministro assumir o compromisso de em agosto deixar este projeto pronto.

Ele vem se delongando, se retardando, mas eu não desejo criar na classe uma desesperança, um desencanto, ou uma falta de confiança. Eu reconheço a importância que os radialistas têm para o País. Eles

influem em grande parte na formação da opinião pública, pelo acesso que têm a esse extraordinário meio de comunicação que é o rádio. Acho que a influência que podem exercer junto à opinião pública é grande. E a liberdade que usufruem nesse sentido deve corresponder também a um senso de responsabilidade. Aquilo que dizem, aquilo que transmitem ao público, é preciso que tenham bastante espírito crítico no sentido pessoal, para que se esforcem no sentido de que as irradiações correspondam sempre à verdade dos fatos, e não que sejam distorcidas por outras razões, ou por outras influências estranhas ao processo em si. Acho que a classe tem nesse sentido uma importância muito grande para o nosso país. Não falo apenas em relação ao Governo, mas falo no interesse nacional, do povo de uma maneira geral. O povo precisa ser esclarecido, precisa conhecer os fatos do dia, precisa conhecer o que ocorre na vida nacional. Mas precisa conhecer corretamente. Precisa conhecer a verdade como ela se apresenta. Há poucos dias eu tive oportunidade de me referir a esse mesmo assunto.

O Governo não deseja absolutamente que todos lhe dêem apoio. E todos contem as coisas do Governo sob um aspecto azul e agradável. Não. O Governo é sensível à crítica, à correção dos seus erros. Mas o que o Governo deseja é que haja, de um lado, honestidade de propósitos e de outro lado que a verdade não seja falseada. Nem que se usem, às vezes, meias verdades para distorcer os fatos. E este é um problema que em grande parte é da responsabilidade também dos senhores.

Festeja-se hoje mais um aniversário desta cidade e, desta vez, com caráter especial, de vez que são 150 anos que decorreram desde a fundação ou desde a primeira missa que aqui se celebrou. Vim para participar destas comemorações e, investido no cargo que ocupo, posso dizer-lhes que quem está aqui hoje é o Brasil. É o Brasil inteiro que se associa a este povo nestas comemorações, para significar a importância que Rio Claro representou para o Brasil e continua a representar.

Pelo que aqui se realizou nestes 150 anos, pelo que se tem trabalhado e pelo que se tem produzido. Rendemos homenagens, assim, às gerações do passado que construíram aqui, como em outros lugares, este grande país e esta grande nacionalidade que todos nós integramos. A homenagem também vai aos do presente, que continuam a trabalhar em ordem, com espírito progressista ou inovador, sabendo, entretanto, cultivar as tradições que herdaram e ao mesmo tempo manifestar-lhes as esperanças do Brasil de que Rio Claro continue a crescer e a se desenvolver com o mesmo espírito e com a sua parcela contribua para o Brasil que será o Brasil de amanhã.

9 DE JUNHO DE 1977.

ENTREVISTA CONCEDIDA A TELEVISÃO
FRANCESA, ATRAVÉS DO SR. JACQUES
CHANCEL, TRANSMITIDA EM 30 DE
JUNHO DE 1977.

P — Nous sommes ici à la rencontre de la musique, des arts, plein regard sur vos paysages...

Il fallait une voix pour porter aussi l'argument politique. Une seule voix. La vôtre, monsieur le Président: le Brésil est un pays immense... envié et redouté. Dès lors, on peut penser que pèse sur lui la malédiction de l'espace. On peut imaginer qu'il a des rêves de puissance. Avez-vous, monsieur le Président, ce sentiment?

(Aqui estamos no Brasil, na busca da música, das artes, de uma visão ampla de suas paisagens. Era preciso uma voz para trazer o aspecto político. Uma só voz. A sua, Senhor Presidente. O Brasil é um país imenso... invejado e temido. Daí poder-se pensar que pese sobre ele a maldição do espaço. Pode-se imaginar que ele tenha aspirações a ser potência. O Senhor tem, Senhor Presidente, este sentimento?)

R — Eu não creio que o Brasil seja um país temido; talvez seja invejado, pela sua grandeza e pelas suas possibilidades. Nós não pensamos no poder pelo poder; nós desejamos desenvolver o Brasil: fazer com que ele cresça econômica e socialmente; porque a nossa preocupação é o bem-estar da

população; é o bem-estar do homem brasileiro; este é que é, realmente, o nosso objetivo.

P — Votre pays tient-il une place privilégiée dans le continent Sud-Américain?

(Seu país ocupa um lugar privilegiado no continente Sul-Americano?)

R — Creio que sim. Nós temos uma posição privilegiada; de um lado, porque o Brasil é um país continental pela sua extensão. O Brasil tem a metade da América do Sul, com 8,5 milhões de km². Também porque ocupa uma posição marítima. No Atlântico Sul, o Brasil se projeta numa grande extensão, com um litoral de alguns milhares de quilômetros. Essa posição privilegiada lhe assegura não só uma comunicação fraterna com seus vizinhos — nós temos fronteira com 10 países — mas por outro lado nos abre as portas para um inter-relacionamento mundial, sobretudo com a Europa, com alguns países da África, com os Estados Unidos, e assim por diante.

P — Les richesses du Brésil sont énormes. Seront-elles votre chance?

(As riquezas do Brasil são enormes. Estará nessas riquezas a oportunidade do Brasil?)

R — As riquezas que o Brasil tem, que são proporcionadas pela sua natureza, dos reinos animal, vegetal e mineral, são um grande fator para o desenvolvimento do Brasil. É verdade que há também debilidades, particularmente no setor dos combustíveis fósseis. Temos pouco petróleo, por enquanto,

e também temos pouco carvão. Isto constitui um dos pontos fracos de nosso país. Mas temos riquezas variadas que permitem sobejamente compensar estas deficiências.

Mas a maior riqueza do Brasil não é propriamente a da sua natureza. A maior riqueza é a sua população. Nós acreditamos no nosso povo, pela sua índole, pela sua capacidade de trabalho e pelos sentimentos nacionais que ele tem. Essa constitui nossa principal riqueza.

P — Le Brésil compte en ce moment 110 millions d'habitants. On peut penser qu'il y en aura 200 en l'an 2.000. Pouvez-vous imaginer ce que fera la jeunesse? Vous savez que partout dans le monde elle se révolte. Quel avenir est le vôtre?

(O Brasil tem 110 milhões de habitantes. Terá 200 no ano 2.000. O senhor pode imaginar o que fará a juventude? No mundo inteiro ela está em revolta. Que futuro espera o seu país?)

R — A população do Brasil é grande, como o senhor diz; é superior a 100 milhões de habitantes. Estamos ainda com uma taxa de crescimento muito alta; o Brasil cresce, presentemente, a uma taxa de 2,7% ao ano. É muito. Isso nos obriga, praticamente, a criar todo ano cerca de 2 milhões de novos empregos. Essa população, numa proporção talvez de mais de 50%, é constituída de jovens. São jovens que ainda não trabalham, que estudam, que crescem e precisam de escolas, de assistência médica e de tanta coisa. Essa juventude constitui um peso, uma

sobrecarga na geração atual que trabalha. Mas um peso que nós suportamos com grande prazer, porque essa juventude é o Brasil de amanhã. É ela que vai fazer desenvolver cada vez mais o nosso país e acreditamos que ela tem possibilidade de realizar mais do que aquilo que nós estamos realizando. É claro que toda juventude é inquieta; ela é levada por altos sentimentos de idealismo, vive num mundo ainda não suficientemente real, não sente os problemas como eles são, dá cursos à sua imaginação e por vezes se desvia dos caminhos reais que nós desejaríamos; mas nós confiamos na juventude; achamos que ela é boa, na sua grande maioria; que ela terá condições de prosseguir o trabalho que nós estamos realizando, de construir o Brasil que nós imaginamos.

P — Votre pays, de l'avis de tous les sociologues, de tous les hommes politiques, a bien réussi le brassage des populations. L'intégration est maintenant tout à fait reconnue. Il y a, dit-on, une absence totale de problème racial. En est-il de même pour le préjugé social? Parce que, vous le savez bien, la division est d'abord une affaire de classes.

Les noirs, il faut bien le reconnaître, M. le Président, occupent, tout de même, les rangs les moins élevés de la hiérarchie sociale. Vous considerez-vous comme un peuple de transition entre L'Europe et L'Afrique?

(Seu país, de acordo com a opinião de sociólogos e políticos, teve um êxito marcante no caldeamento dos povos. Sua integração é reconhecida por todos. Há ausência total de problemas raciais. Não

é o mesmo, entretanto, o que ocorre com os preconceitos sociais, porque a divisão, como o senhor sabe, é principalmente um problema de classes.

Os negros, é preciso reconhecer, ocupam os degraus menos elevados da hierarquia social.

O brasileiro se considera como um povo de transição entre a Europa e a África?)

R — O Brasil é, de fato, um país que se caracteriza, singularmente, por não ter questões raciais. Acredito mesmo que o Brasil seja um exemplo único no mundo, nesse sentido. Aqui vivem brancos, negros, índios, asiáticos, árabes, judeus, numa convivência sem problemas, sem conflitos. Não se tem memória de conflitos raciais no Brasil. Inclusive a nossa legislação, antiga nesse sentido, pune, severamente, todo aquele que faça alguma discriminação racial. Mas os nossos preconceitos contra a discriminação racial também se estendem ao campo religioso e mesmo ao campo social. O Brasil é um país que se caracteriza por uma extraordinária mobilidade social no sentido vertical. Uma pessoa, por mais humilde que seja a sua origem, pode ingressar na sociedade e conviver em qualquer camada social, desde que, pelas suas condições pessoais de trabalho, de conhecimento, de cultura e comportamento, a ela se ajuste. Nós não temos camadas sociais estratificadas. Conseqüentemente, a mobilidade social no sentido vertical é muito grande. No que se refere propriamente aos negros, eles convivem harmoniosamente com todos e se não atingiram camadas mais altas e os postos mais importantes do país, em sua

generalidade, é porque eles chegaram um pouco tarde. Eles conseguiram sua libertação, saindo de um estado de escravização, tardiamente. A libertação dos escravos no Brasil ocorreu em 1888; talvez tenha sido um dos últimos países do mundo ocidental a libertar seus escravos. Mas eles, hoje em dia, estão se desenvolvendo, freqüentam livremente as nossas escolas, as nossas universidades, formam-se em diferentes ramos da ciência e das atividades liberais, ingressam na política e nas Forças Armadas e têm franco acesso em toda parte. Nós temos, no Exército, generais negros; nós temos, na política, deputados negros; nós temos médicos negros. E toda vez que estudarem e se habilitarem para suas profissões, eles têm o caminho aberto. Mas eu não considero que o Brasil seja uma ponte, uma vinculação entre a Europa branca e a África negra. Pelo contrário, o Brasil é um país que está aberto a todo mundo, tanto com os que vivem com a Europa como os que vivem com a África. Hoje em dia nós estamos realizando um grande esforço para nos vincularmos mais com a África; afinal de contas, a África é nossa vizinha; estamos separados dela apenas pelo Atlântico Sul; temos interesses comerciais, interesses econômicos mais desenvolvidos e temos, inclusive, certas vinculações sentimentais, porque há muitos africanos que têm suas origens também no Brasil e que depois da libertação dos escravos voltaram para a África. E temos também procurado maior vinculação com países africanos de língua portuguesa, que se libertaram de Portugal, como Angola e Moçambique. Mas eu não creio que o Brasil se

ponha na posição de um vínculo entre a Europa e a África; a posição do Brasil, embora seja mais ouvida no quadro da América do Sul, é, no mundo que está a cada dia diminuindo, a de ligar-se com todos os países. Nós nos vinculamos muito com os países da Europa Ocidental, com os EE.UU., com a América Latina, com o Japão. A posição do Brasil, sua tendência e sua vocação é de vinculação universal.

P — Les Occidentaux ont pris d'habitude de critiquer les gouvernements de l'Amérique du Sud. En êtes-vous gené? Autorisez-vous cette critique? L'acceptez-vous de gaité de coeur? Je crois que vous devriez faire le point. Vous devriez dire au monde occidental, ce qu'il en est vraiment; il y a une question, il y a les mêmes mots qui reviennent à l'occident: on parle de torture, on parle de prisonniers politiques. Il faudrait que le Président du Brésil fasse lui-même, pour une fois, le point.

(Nós, da Europa Ocidental, adquirimos o hábito de criticar os governos sul-americanos. Isso o incomoda? O senhor considera válida essa crítica? Aceita-a com espírito esportivo? Creio que o senhor poderia esclarecer ao mundo ocidental algumas acusações que fazem ao Brasil, como, por exemplo, sobre torturas e prisioneiros políticos.)

R — Realmente, eu sei que há europeus que criticam o Brasil. Uns criticam de boa-fé, porque não conhecem o Brasil; poucos são aqueles que se detêm e analisam o Brasil como ele é, e cometem, geralmente, o equívoco de querer julgar o Brasil

pelos mesmos padrões, e pela mesma óptica com que analisam seus próprios países. Falta-lhes a capacidade de adaptação, de se transportarem psicologicamente para o Brasil e sentirem quais são, de fato, os nossos problemas e como nós vivemos. Há uma ignorância com relação ao Brasil e uma falta de esforço no sentido de procurar, realmente, compreender o que é o Brasil. Há também uma influência muito grande no sentido negativo daqueles que daqui saíram depois de terem praticado seqüestros e outras atividades terroristas e que emigraram para certas áreas da Europa, onde, juntamente com elementos da extrema-esquerda, se empenharam numa ativa propaganda contra o Brasil. É evidente que nós compreendemos tudo isso e sentimos o que está acontecendo. Mas creio que progressivamente vai-se verificando que o quadro brasileiro não é este que tem sido apresentado. Quem vive no Brasil sabe que o Brasil é um país livre, onde todos podem viver livremente e exercer todos os seus direitos. No Brasil não se admite que haja subversão. Mas essa questão que se apresenta, de torturas, de sofrimentos e de ação terrorista contra aqueles que não apóiam o governo brasileiro, absolutamente, não é verdade. E eu, pessoalmente, como Presidente, tenho-me empenhado, sinceramente, em que todas as denúncias que se verificam nesse sentido sejam devidamente apuradas. Mas é preciso compreender que o Brasil é um país muito grande, muito extenso. É um país que tem um regime federativo, em que os governos estaduais exercem sua autonomia. É evidente que, como em toda parte do mundo, ocorrem fatos que

não nos agradam. De vez em quando há crimes, assassinatos, roubos, mas isso ocorre na Europa, ocorre nos EE.UU. e não significa absolutamente que se possa admitir que aqui não exista segurança, que aqui os direitos individuais não sejam respeitados e que este seja um país diferente dos outros. O Brasil vive um regime democrático dentro de sua relatividade; não se pode querer transplantar para o Brasil a democracia americana ou a democracia inglesa, porque a democracia brasileira tem características próprias. Todos os poderes existem e funcionam livremente.

P — Tout homme d'état est jaloux de ses privilèges. Quelle politique voulez-vous imposer? Quelle idée vous faites-vous de la liberté?

(Todo estadista é cioso de seus privilégios. Que política deseja o senhor implantar? Qual a sua concepção da liberdade?)

R — Eu não penso nos privilégios do Presidente; eu penso muito nas responsabilidades, nos deveres do Presidente. Por natureza, por feitio, eu sou um homem simples, procuro levar uma vida simples, sem vaidades, sem dar valor aos privilégios que tenho. Penso muito, de fato, que atrás de mim há mais de 100 milhões de brasileiros e que eu sou o maior responsável pelo destino destes brasileiros. É claro que todos são responsáveis; mas eu sou, talvez, o mais responsável de todos, e é esta responsabilidade que pesa sobre mim que eu pretendo enfrentar e cuidar durante o meu mandato presidencial. A minha política é a de desenvolver o Brasil.

Mas acho que esse desenvolvimento é integrado, é um desenvolvimento político, econômico e social. Não se pode pensar em desenvolver uma parte sem olhar a outra. Esse desenvolvimento tem que ser integrado e harmônico. Do ponto de vista político, evidentemente, o desenvolvimento tem que ocorrer no campo da democracia; nós temos que aperfeiçoar a democracia, nós desejamos evoluir e cada vez termos uma democracia melhor; mas só podemos ter isso se tivermos o desenvolvimento social, se a nossa vida social melhorar, se as condições de vida do povo brasileiro forem melhores; e essas condições de vida só podem ser melhores se tivermos desenvolvimento econômico. Então, veja que são coisas que se conjugam: não se pode sonhar em ter uma democracia perfeita num país pobre, ou não se pode ter uma democracia perfeita num país que socialmente tem lacunas, tem defeitos e tem deficiências. Nesse quadro todo se situa esse problema a que o senhor se referiu, que é o da liberdade. Eu torno a dizer: o Brasil é um país livre; nós devemos zelar para que essa liberdade se exerça efetivamente; mas não devemos esquecer que a todo direito corresponde um dever. Não se pode só falar em direitos, é preciso falar nos deveres. Quando se fala em liberdade, é preciso colocar ao lado da liberdade a responsabilidade. Veja que se fala muito em liberdade de imprensa e eu me preocupo em assegurar a liberdade de imprensa. Mas o jornalista que quer ser livre e escrever o que bem entende, também deve ser responsável. E, assim como os jornalistas, os demais cidadãos que vivem dentro de um grupo social, na

família, ou na comunidade, ou no quadro nacional, todos são responsáveis; são livres, mas devem exercer essa liberdade dentro de um limite, que é fixado pela responsabilidade correspondente.

P — Comment conciliez-vous le passé et l'avenir? Quel enrichissement personnel vous apporte l'histoire?

(Como o senhor concilia o passado e o futuro? Que lições lhe traz a história?)

R — Analisando este aspecto, do ponto de vista brasileiro, eu considero o passado extraordinariamente importante para nós. O Brasil foi, dentro da América Latina, o único país que conseguiu conservar a integridade territorial. Isto é uma decorrência da capacidade dos portugueses da época que, com a sua sabedoria política, a mantiveram e que nós conservamos. Nós incorporamos à nossa história, à nossa vida, os feitos dos portugueses, no tempo em que o Brasil era colônia do Reino Português.

É nesta tradição do passado que nós vamos buscar as raízes da formação da nossa nacionalidade e que cultivamos, inclusive, para inspirar as gerações mais novas. O Brasil é no mundo um país singular porque, embora formado de numerosas raças, tem um traço acentuado de unidade nacional; a começar pelo idioma: o português, que se fala desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, é o mesmo. Nós não temos, como outros países, dialetos. Embora existam peculiaridades regionais nas diferentes áreas do país, o espírito nacional é muito acentuado. Isto é o que acontece no presente, e é fundado no que foi

no passado. E acredito que assim será no futuro. Admito que exista uma estreita vinculação entre o passado e o futuro, passando pelo presente. E quanto a esse futuro, eu alimento, no caso brasileiro, reais esperanças de que seja promissor. Justamente pelo que o passado proporcionou, pelo que estamos realizando no presente, e também pela esperança fundada que temos na capacidade das novas gerações. Eu acredito em nossa mocidade, acredito nas gerações novas que crescem no Brasil, certo de que elas estarão à altura dos problemas que o futuro venha a trazer para o Brasil.

Mas desejo registrar a minha preocupação do futuro com relação ao mundo. Acho que a humanidade precisa criar um pouco mais de juízo para construir um futuro melhor; precisa eliminar as tensões; precisa, sobretudo, diminuir o fosso que está separando os países mais ricos e os países mais pobres. É preciso que a humanidade seja menos egoísta e procure ter um sentimento humanitário mais desenvolvido do que tem hoje. Este problema se agrava, ainda mais, pela rapidez com que o desenvolvimento tecnológico está trazendo o progresso. Essa rapidez, acentuada pelo desenvolvimento tecnológico, cria problemas, sobretudo, para os países pobres. Tenho esperanças de que os países industriais, os países mais desenvolvidos, tenham uma compreensão maior desses problemas, sejam um pouco menos intransigentes do que são hoje, e venham a cooperar para o desenvolvimento dos países mais pobres. Se fizerem assim, possivelmente,

o futuro da humanidade será mais brilhante do que o que estamos vendo hoje.

P — Êtes-vous un Président élu ou un Président imposé?

(O senhor é um presidente eleito ou um presidente imposto?)

R — Eu tenho a presunção de ter sido escolhido pelo meu Partido, que é a Aliança Renovadora Nacional, pela unanimidade dos convencionais, e registro com muita satisfação que, nesta escolha de candidato, a votação foi secreta. Não houve nenhum voto nulo, nenhum voto negativo. Em seguida, fui eleito pela forma indireta, prevista na nossa Constituição, pelo Colégio Eleitoral; e até hoje eu governo, convicto de que sou o Presidente dos brasileiros.

P — Quel souvenir, M. le Président, gardez-vous de Paris où vous étiez il n'y a pas si longtemps?

(Que lembranças, Senhor Presidente, o senhor guarda de Paris onde esteve há pouco tempo?)

R — Ao encerrar esta entrevista, desejo recordar a satisfação que tive na minha viagem a Paris. Não só pela acolhida amigável do Governo Francês, principalmente Sua Exa. o Senhor Presidente Giscard D'Estaing, mas também do povo de uma maneira geral, das autoridades, das entidades industriais e comerciais que conosco conversaram, mostrando que a tradicional amizade que existiu no passado continua nos dias de hoje. Os nossos povos, que têm semelhantes pelo menos os seus idiomas, na mesma origem latina, foram amigos no passado e continuam a ser amigos no presente. E bons amigos!

ENTREVISTA CONCEDIDA A TELEVISÃO
URUGUAIA, ATRAVÉS DO SR. GUILLERMO
PEREZ, TRANSMITIDA EM 5 DE JULHO
DE 1977.

P. — Senhor Presidente, em nome da opinião pública uruguaia, agradeço a sua deferência em responder as perguntas que transmitiremos na véspera da visita do Presidente Aparício Mendez ao Brasil.

Desejo saber, em primeiro lugar, seu pensamento sobre a atual situação das relações entre o Brasil e o Uruguai.

R. — É com prazer que aproveito esta oportunidade para dirigir-me ao povo uruguaio, através da televisão.

As relações atuais entre o Uruguai e o Brasil são excelentes. Desde os meados do século passado, essas relações se caracterizaram por um grande espírito de comunhão de pensamentos e de cooperação. Creio que nos últimos anos essa cooperação vem se desenvolvendo em larga escala.

Já durante o meu governo, em 1975, tive a oportunidade de ver assinado um tratado de amizade e cooperação de comércio com o Governo uruguaio. No ano passado, assinamos um protocolo de expansão comercial e, dentro deste espírito, as nossas relações, tanto políticas, como econômicas e sociais, desenvolveram-se harmoniosamente.

Os dois países são soberanos, se respeitam mutuamente, se autodeterminam e convivem como irmãos. Um dos fatores principais, através da História, que vem contribuindo para esse desenvolvimento harmonioso é o nosso contato ao longo da grande fronteira terrestre. São mais de 1.000 km de fronteira. De um lado e de outro vivem, como irmãos, povos de duas nações diferentes.

Nas cidades gêmeas que se formaram, o convívio é tão grande que provocou, inclusive, muitos entrelaçamentos familiares. O exemplo mais típico dessa convivência harmoniosa é o de Rivera e Livramento; apenas uma avenida internacional separa as duas cidades, que, na realidade, vivem uma vida comunitária muito intensa. Poder-se-ia dizer que ambas constituem uma única cidade.

Portanto, só posso responder que considero excelentes as relações do Brasil com o Uruguai.

P. — Acerca da próxima visita do Senhor Presidente Aparício Mendez, que importância Vossa Excelência empresta a esse encontro?

R. — Convidamos o Presidente do Uruguai, o Excelentíssimo Senhor Aparício Mendez, para vir ao Brasil conviver alguns dias conosco, desenvolver a amizade que une não só nossos Governos mas também nossos dois povos.

Na oportunidade, celebraremos um tratado relacionado com o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. E, em consequência desse tratado, um protocolo, sobre o aproveitamento do Rio

Jaguarão. São empreendimentos que se realizarão naquela área com a participação dos dois países. Vamos aproveitar os recursos hídricos da Lagoa Mirim e os da Bacia do Jaguarão sob os pontos de vista de energia e de irrigação, trazendo benefícios tanto para o lado uruguaio como para o lado brasileiro. A visita do Presidente Aparício Mendez tem a finalidade da assinatura desses atos. Mas é evidente que ela transcende desse objetivo. Ela nos permitirá, além de maior aproximação, uma troca de pontos de vista sobre problemas comuns aos nossos dois países e sobre a forma com que as duas nações poderão ajudar-se mais proveitosamente.

A economia brasileira e a uruguaia, embora em escalas diferentes, devido às dimensões dos dois países, se complementam. Muito do que o Brasil produz, o Uruguai pode comprar. Há muita coisa que o Uruguai produz e de que o Brasil necessita. Temos desenvolvido nosso comércio e em 1976 chegamos a atingir uma cifra em torno de milhões de dólares. É um comércio relativamente equilibrado, e que se realiza, hoje em dia, em condições vantajosas, pela redução de tarifas e mesmo pela eliminação de barreiras alfandegárias, não só no quadro da ALALC, mas também no quadro do acordo que existe entre os dois países, visando a favorecer esse desenvolvimento.

Por outro lado, há possibilidade muito grande de que a visita do Presidente do Uruguai, Sua Excelência, o Senhor Aparício Mendez, permita a oportunidade de trocarmos idéias e de incremen-

tarmos não só o nosso comércio, mas também as nossas relações políticas. Os objetivos que o Brasil tem na sua política, tanto interna como externa, são praticamente idênticos aos do Uruguai. Queremos viver em paz, queremos preservar a nossa soberania, e queremos o bem-estar dos nossos povos. Essa política se manifesta pela nossa convivência. Por isso eu acho que a visita do Presidente Aparício Mendez ao Brasil vai ser bastante proveitosa. Ela trará êxitos no sentido de uma melhor e mais íntima vinculação entre nossos dois países.

P. — Senhor Presidente, no futuro essas relações que se têm mantido tradicionalmente com o Uruguai seguirão o mesmo caminho ou se incrementarão?

R. — Acredito que nós continuaremos, pois temos um legado do passado a preservar. As gerações que nos antecederam sempre procuraram preservar essa amizade e desenvolvê-la. Cabe aqui ressaltar o nome de um homem que trabalhou, extraordinariamente, neste sentido. Foi o Barão do Rio Branco, na sua política externa com relação ao Uruguai. A passagem do Barão do Rio Branco pelo Itamarati, e com o tratado que ele celebrou relativamente ao condomínio da Lagoa Mirim, marca o traço profundo desta nossa amizade. Desde essa ocasião, nós só temos convivido harmoniosamente, incrementando cada vez mais essas relações. Com as medidas que se adotaram, a partir de 75, com o Tratado de Amizade, e com as que se seguirão agora, por ocasião da visita do Presidente Aparício Mendez, nós esta-

mos plantando novos marcos. Esses marcos vão mais longe do que aqueles que mencionei há pouco, porque vão influir no desenvolvimento econômico dos dois países.

Recordo que nesse sentido o Brasil entrou em entendimentos com o Uruguai e lhe concedeu créditos visando à maior possibilidade de construir a usina hidrelétrica de Palmar. Nós temos interconexões elétricas de fornecimento de energia. Vamos agora levar avante esse programa da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão. E assim, sucessivamente, cada uma de nossas nações, conservando a sua personalidade própria e conservando a sua independência, faremos com que elas se interpenetrem mais intimamente em benefício comum.

Nesta oportunidade, desejo registrar que é com muito prazer e com muita satisfação que trato dessas questões, porque eu me sinto vinculado ao Uruguai e ao seu povo. Há quase 30 anos atrás, tive a oportunidade de residir em Montevideu, durante cerca de dois anos e meio, convivendo com o povo uruguaio, com os oficiais das Forças Armadas, com o Governo e com as diferentes classes sociais. Considero esses dois anos e meio como dos mais felizes. Vivi como se estivesse em minha casa, acolhido carinhosamente por todos. Esta é uma recordação que guardo com muita satisfação. É por isso que repito que é com enorme prazer que me dirijo ao povo uruguaio, desejando-lhe todas as venturas, com muita paz, progresso e felicidade.

4 DE JULHO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DO ESTADO DA BAHIA (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Eu agradeço a todos essa placa que me oferecem como recordação e lembrança deste encontro.

Tenho muito prazer em vê-los aqui em Brasília, na certeza de que o convívio que devem ter tido no Ministério do Trabalho, vendo o que o Ministério faz e transmitindo ao Ministério as inquietações e os problemas que vocês têm na Bahia. Esse intercâmbio, esse contato, deve ter sido útil. Útil para o Ministério pela informação recebida e por um conhecimento mais objetivo da nossa realidade, e útil para os trabalhadores porque, levando ao Ministério os seus problemas e, vendo como o Ministério trabalha, favorece, dentro das nossas limitadas possibilidades, a solução dos problemas, pelo menos dos mais difíceis ou dos mais sérios, ou daqueles que reclamam mais diretamente a nossa atenção.

Acho que a Bahia é um Estado que se beneficiou extraordinariamente com a Revolução de 64. Tenho acompanhado o desenvolvimento na época do Presidente Castello Branco, quando era Governador o Lomanto. Acompanhei depois durante o Governo Luiz Viana, em uma parte do qual fui presidente da Petrobrás e, depois, o Governo do atual presidente da Eletrobrás, Antônio Carlos Magalhães e, presentemente, do Governador Roberto

Santos. Tive a oportunidade de verificar como a Bahia vem se desenvolvendo, não só no que se refere à Petrobrás, mas também ao Pólo Petroquímico de Camaçari, que é e será uma das grandes alavancas do desenvolvimento e progresso do Estado.

Dentro desse quadro eu não tenho dúvidas de que a classe trabalhadora também vai se desenvolver. O número de empregos cresce. O número de empregos qualificados, sobretudo, aumenta e as oportunidades de trabalho também. Há também outros setores que se desenvolveram extraordinariamente. Um deles foi a eletrificação do Estado, onde grande parte já dispõe de energia elétrica. No setor de telecomunicações o Estado também cresceu e, assim, eu acho que a Bahia, aos poucos, vai recuperando a posição que teve na História do nosso país em tempos passados e que, infelizmente, perdeu.

Eu antevejo para a Bahia um futuro brilhante de um dos grandes Estados da Nação. E esta grandeza, em grande parte, repousa sobre vocês todos, os homens que trabalham. Esses é que vão, de fato, com a cooperação dos seus governantes, com os recursos de que o Governo pode dispor, fazer o futuro e a grandeza da Bahia. Eu estou certo de que todos os que estão aqui e todos aqueles que representam, estão imbuídos desse mesmo espírito. Obrigado.

5 DE JULHO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DOS MEMBROS DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCACAO E DO CONSELHO DE REITORES.

Agradeço a visita dos senhores, bem como as palavras que ouvi dos intérpretes do Conselho Federal de Educação e do Conselho de Reitores.

Devo dizer-lhes que o problema da educação é preocupação permanente e básica do Governo. Acredito que o patrimônio mais valioso que o Brasil tem é a sua mocidade. São as crianças e os moços que vão fazer o Brasil de amanhã. E nós temos a responsabilidade de prepará-los para isso: nós, Governo, Ministério da Educação e Cultura, os reitores, os professores das universidades, os professores dos primeiro e segundo graus. Todos os escalões do Governo têm que se empenhar nesse problema. O fracasso nesse nosso trabalho redundará no prejuízo da nossa nacionalidade no futuro.

Eu acredito que esses jovens e essas crianças são bem dotados, e que os sentimentos que abrigam são honestos. É claro que como jovens têm seus arroubos, seus idealismos e falta de experiência. Por isso, cabe a nós não só instruí-los, mas educá-los. Este é um dos aspectos que eu considero mais importantes na vida do professor. Este não é apenas um transmissor de conhecimentos científicos e tecnológicos, mas é, sobretudo, um educador. Ele tem que dar assistência permanente aos seus alunos.

Por isso nós nos empenhamos em formar o professor de dedicação integral e não apenas um professor que vai passar uma hora na universidade ou na escola e que não tem contato maior com seus alunos. O problema é difícil porque depende extraordinariamente de recursos financeiros e humanos.

Nós temos trabalhado no sentido de dar ao Ministério da Educação e Cultura cada vez mais recursos financeiros. Talvez seja o Ministério que no meu Governo mais tenha crescido em dotações.

Nós nos preocupamos com a formação de bons professores, através de cursos de pós-graduação; desejamos, tanto quanto possível, remunerá-los melhor.

Acredito que estas duas preocupações, de meios financeiros de um lado, e de meios humanos de outro, vão nos ajudar a resolver o problema, dentro das dificuldades naturais de um País que é muito grande, que tem uma infra-estrutura inteira para construir e que tem uma população que cresce a uma taxa elevada. Quanto mais escolas se constróem, mais escolas novas são necessárias; é um problema que não se esgota em nenhum Estado da Federação. E felizmente. Se tivéssemos uma população estacionária ou uma vida estagnada não teríamos o que temos. O que nos destaca em relação a uma série de outros países do mundo é que nós temos realmente um futuro. Mas um futuro é preciso saber construí-lo. É o que nós estamos procurando fazer.

Há uma dificuldade extraordinária em estabelecer um adequado equilíbrio entre o ensino do primeiro e segundo graus e o ensino superior. Como sempre, o problema se complica porque os meios são insuficientes. Crescemos desmesuradamente na parte do ensino superior. Aí está uma preocupação que é minha, do Ministro, e que eu sei que é do Conselho Federal de Educação. Houve uma enorme quantidade de cursos novos que nós regularizamos nestes três anos. Há necessidade de verificar a conveniência e a oportunidade de adaptar o nosso ensino superior às reais necessidades do País como nós estamos fazendo. Em nosso mercado de trabalho nós temos, hoje em dia, formados em cursos superiores que se frustram porque não encontram no país condições de aplicar aquilo que aprenderam, ou porque nós ainda estamos nos estágios iniciais do nosso desenvolvimento, ou porque o que eles aprenderam realmente não corresponde àquilo de que o País precisa. Essa adaptação é uma preocupação permanente. O ensino superior não visa apenas a dotar um indivíduo e atender às suas aspirações naturais; ele tem que ter em vista, também, o interesse do País. É um trabalho grande, que exige muitas vezes reorientação e evidentemente encontrará muitas resistências, mas que paulatina e progressivamente estamos realizando.

Outra preocupação básica é a que o presidente do Conselho Federal de Educação referiu há pouco: é preciso saber conciliar a disciplina e a ordem com a liberdade. Não se pode tolher a liberdade, mas

também não se pode permitir a anarquia. Aí está, novamente, o papel do educador como está o papel dos pais de família.

Temos que trabalhar no sentido de que as Universidades e as escolas tenham rendimento. É preciso que os dirigentes se compenetrem da mentalidade de seus alunos e saibam orientá-los nos devidos caminhos, para que esse esforço que estamos fazendo, que o país inteiro faz, de juntar recursos para dar educação aos jovens, não seja esforço em vão, não seja esforço perdido.

Sei que os senhores todos, tanto quanto eu, devem estar imbuídos dessas idéias, no sentido de desenvolver um trabalho adequado para o nosso ensino. Creio que o que estou dizendo, talvez, lhes pareça óbvio e demasiadamente elementar; mas é o que eu penso com toda a sinceridade.

Quero dizer-lhes também que o Governo confia na ação dos senhores e está convencido de que, apesar de todas as deficiências, de todas as dificuldades que existem, nós progredimos. A crítica fácil sobre as deficiências do ensino brasileiro de hoje, devemos contrapor o quadro de ontem e verificar que realmente melhoramos. Se melhoramos, o nosso trabalho não foi em vão e temos aí um estímulo para melhorar cada vez mais.

6 DE JULHO DE 1977.

DISCURSO SAUDANDO O PRESIDENTE
APARICIO MENDEZ, DO URUGUAI, EM
BANQUETE NO PALACIO DO ITAMARATI.

Senhor Presidente Aparício Mendez, é uma honra para mim receber em Brasília o Presidente da nobre República Oriental do Uruguai. Nossos povos sempre se sentiram irmãos, donde a singular característica de um relacionamento invariavelmente ameno e desinibido entre brasileiros e uruguaio.

A essa convivência fácil no plano pessoal tinha que corresponder um entendimento desenvolvido no plano governamental, tanto mais quanto não existem problemas de qualquer natureza a empanar as relações entre os dois Estados.

O Brasil e o Uruguai são países cuja proximidade geográfica e sentimentos comuns emprestam a seu relacionamento conotação singular no continente americano. Beneficiados por uma fronteira terrestre de cerca de mil quilômetros, que não oferece obstáculos topográficos de monta, as respectivas populações sempre mantiveram naturalmente vivos os princípios da boa vizinhança e de franca inteligência, baseados no respeito mútuo, apanágio de suas relações bilaterais. A essas circunstâncias soma-se o quadro feliz da complementaridade existente entre as duas economias, o que faz, do processo brasileiro-uruguaio de cooperação, campo fér-

til para o aproveitamento das potencialidades dos nossos sistemas produtivos nacionais.

Países que acreditam, ambos, nas vantagens da cooperação internacional, sempre procuramos desenvolver um relacionamento positivo que permitisse empreendimentos solidários visando ao bem comum de nossas populações. Assim, quando em Rivera, no ano de 1975, assinamos o tratado de amizade, cooperação e comércio entre o Brasil e o Uruguai não estávamos senão consagrando uma realidade felizmente perene de nosso relacionamento.

O tratado de amizade, se não inovou no espírito de nossas relações, serviu para catalisar esforços para concretização mútua. O tratado de cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da bacia da Lagoa Mirim constitui um dos mais relevantes produtos dessa ação catalisadora.

A região da bacia da Lagoa Mirim é, em muitos aspectos, propícia para a concretização de empreendimentos solidários de natureza binacional. Naquela bacia repartimos recursos territoriais, naturais e humanos de grande homogeneidade, de tal modo que os progressos com o desenvolvimento da área tenderão a beneficiar por igual nossos dois países. Esse é o tipo de colaboração binacional que o Brasil advoga por excelência e que procura praticar em suas relações internacionais.

O fato de compartilharmos a bacia da Lagoa Mirim permite, também, que os benefícios introduzi-

dos unilateralmente pelo Brasil na região sirvam, por igual, à parte uruguaia, como é verdadeira a recíproca. Vemos nessa circunstância um feliz advento, o que já tive a oportunidade de comentar com o embaixador de vossa excelência em começos deste ano, quando, em sua companhia, inaugurei as obras da barragem-eclusa de São Gonçalo, de tanta importância para o aproveitamento racional da Lagoa Mirim.

Em nossas conversações de hoje estes e outros temas do nosso relacionamento bilateral foram passados em revista. Trocamos, também, impressões e pontos de vista sobre importantes questões internacionais.

Verificamos serem comuns muitos de nossos objetivos e semelhantes muitas de nossas preocupações. Encontramos inalterável nossa capacidade de dialogar, nossa sincera disposição de buscar soluções harmônicas para os problemas que enfrentam nossos povos em seu caminhar para um mais amplo desenvolvimento econômico e social. Mas, sobretudo, encontramos particular coincidência na confiança que ambos depositamos nas formas de cooperação e de entendimento, de preferência as de competição, e na convicção de que a interdependência em que aquelas formas se expressam só é eficaz e duradoura se fundada no irrestrito respeito mútuo entre os Estados.

Senhor Presidente, Vossa Excelência terá sentido, nas atenções de que foi alvo, o calor da ami-

zade que ao Uruguai dedica o povo brasileiro. Que a certeza desses sentimentos o acompanhe e que dele se faça Vossa Excelência intérprete junto ao povo uruguaio.

Com esses votos, ergo minha taça e peço que ergam as suas, a todos os presentes, para bebermos juntos à saúde do Presidente Aparício Mendez e à constante prosperidade das relações entre os povos do Brasil e do Uruguai.

7 DE JULHO DE 1977.

DISCURSO NO PALACIO DO PLANALTO,
POR OCASIAO DA CERIMONIA DE ASSI-
NATURA DOS ATOS DE COOPERAÇÃO
REGIONAL INTEGRADA NA AREA DA
BACIA DA LAGOA MIRIM, ENTRE BRASIL
E URUGUAI.

Senhor Presidente Aparício Mendez,

Quando em 1975 nossos Governos assinaram, em Rivera, o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, tive a oportunidade de dizer que a conclusão daquele ato exprimia não um voto a ser cumprido mas a consagração de uma realidade inalterável nas relações entre os nossos dois países. Com efeito, podem orgulhar-se os nossos povos de terem sempre mantido, ao longo das respectivas histórias, exemplar relacionamento, no qual a amizade e a cooperação espontânea são os traços mais permanentes.

Hoje aqui presidimos à assinatura de atos não menos expressivos, vinculados à letra e ao espírito daquele Tratado. Com efeito, estabelecia o Tratado de Amizade, no seu artigo VI, que as partes dariam impulso prioritário ao programa de desenvolvimento no âmbito da Bacia da Lagoa Mirim, e determinava que, para esse fim, celebrariam entre si um Tratado. Este aqui está concluído, juntamente com instrumentos correlatos necessários à sua execução.

Considero muito significativo que os nossos Governos hajam selecionado a região da Lagoa Mi-

rim como nova área prioritária para esquemas de cooperação. Trata-se de uma região que abrange porções aproximadamente iguais dos territórios de nossos respectivos países e que apresenta características homogêneas quanto às condições de desenvolvimento econômico em ambos os lados da fronteira. São propícias, assim, as condições para um esforço de cooperação em bases igualitárias, para benefício conjunto de parcelas das populações dos dois países.

O Tratado institucionaliza uma cooperação que já existe e que se vem beneficiando do trabalho dedicado da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. Ao darmos à Comissão seus novos Estatutos, não estamos senão reconhecendo o valor da sua contribuição, consolidando algumas de suas conquistas e aproveitando sua experiência para reajustar suas funções, ampliando-as e diversificando-as.

Quero referir-me, também, ao Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Rio Jaguarão. A muito curto prazo esperamos que já se possam iniciar a construção da central hidrelétrica no Passo Centurião, as obras da barragem de acumulação no Passo Talavera e os trabalhos de dessalinização, drenagem e irrigação relacionados com o aproveitamento do rio. O impulso que a conclusão desses empreendimentos trará para a agricultura, a pecuária e a indústria naquela zona de fronteiras será altamente positivo para o desenvolvi-

to das populações da região, bem como para o intercâmbio comercial bilateral.

Independentemente dos esforços conjuntos de aproveitamento da Lagoa Mirim, vem o Brasil realizando trabalhos unilaterais na região, dos quais resultarão sensíveis benefícios, também, para o povo uruguaio. Em março último, tive a satisfação de inaugurar, em companhia do Embaixador do Uruguai, a barragem-eclusa de São Gonçalo, que passou a evitar a intrusão de água salgada na Lagoa Mirim, eliminando, assim, os sérios prejuízos causados aos orizicultores dos dois países, nas épocas de estiaagem. Esse empreendimento possibilitará, igualmente, a utilização daquele vasto reservatório natural para novos fins econômicos e sociais. Embora a barragem-eclusa seja obra brasileira, seus efeitos benéficos se farão sentir dos dois lados da fronteira. Por esse motivo, insere-se no contexto da cooperação brasileiro-uruguaia na área da Lagoa Mirim.

Senhor Presidente,

Iniciei estas breves palavras evocando o espírito com que participei da cerimônia de assinatura do Tratado de Amizade entre nossos países. Seja-me permitido terminá-las referindo-me ao que naquela ocasião disse sobre o sentido dos esforços de complementação entre nossos países. Afirmei, então, que «a dinâmica própria das sociedades que, como as nossas, se encontram em pleno processo de crescimento e modernização, conduz necessariamente a

esforços de estreita articulação entre suas economias, transformando-as em elementos harmônicos do sistema econômico mundial.

A interdependência não é um fato a ser buscado, no futuro, nem a ser artificialmente criado, mas constitui característica fundamental da economia internacional contemporânea. Não acreditamos, porém, numa interdependência baseada na subordinação, que encontra suas raízes numa obsoleta divisão internacional do trabalho. Cremos, isso sim, na riqueza da interdependência, arrimada na cooperação e em oportunidades econômicas equitativas. Tal interdependência é a única capaz de unir os povos e de contribuir para a harmonia da sociedade internacional».

Essas palavras são hoje, se possível, ainda mais verdadeiras. O Brasil orgulha-se de sua fé na cooperação internacional, de sua preferência pelas formas positivas de entendimento e de seu respeito à soberania das demais Nações. As relações entre nossos dois países exemplificam bem o primado desses valores.

Congratulemo-nos ambos, Senhor Presidente, ao vermos concluídos estes atos, pela nossa confiança nos desígnios de nossos povos e nos destinos das nossas Nações.

8 DE JULHO DE 1977.

IMPROVISO EM BEBEDOURO-SP.

Poucos meses depois de haver assumido o cargo de Presidente da República, em meados de 74, trouxeram-me um grave problema, que constituía uma crise para esta região.

Foi aí que eu travei contato e tomei conhecimento com o que era Bebedouro. Foi aí que eu comecei a conhecer, através dos documentos, o que era esta localidade, esta cidade e a região circunvizinha.

Tínhamos pela frente a crise da laranja. Crise do preço da laranja, crise na indústria, crise em negociações do comércio exterior e, conseqüentemente, trouxeram-me os problemas que esta população ia viver e ia sofrer. Não só eu, mas todos os órgãos superiores da administração, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura e, mais adiante, o próprio Governo do Estado, entramos no problema e nos preocupamos em dar-lhe solução. Solução que viesse atender aos reclamos do povo que aqui vive e que viesse, também, atender à economia, não só regional mas à própria economia do País, de vez que aqui se produz um produto de alto valor na nossa pauta de exportações.

A crise prolongou-se por algum tempo, mas, por fim, acabou de ser vencida. Vencida pela coopera-

ção que soubemos estabelecer entre o povo e o Governo. Da vontade do povo de trabalhar e produzir e do Governo de dispor dos recursos necessários para restabelecer uma situação que tinha perecido. Foi esta união que permitiu o milagre que nós estamos vendo hoje. A cidade e o seu povo, pelas fisionomias que apresentam, vivem num relativo grau de felicidade, porque trabalham, porque produzem, e o trabalho com esta produção rende e lhes permite um adequado padrão de vida, nas condições atuais do Brasil e do mundo.

Isto é vitória e é uma vitória que não devemos esquecer. Ela não é minha, ela é de todos nós e, principalmente, de vocês.

O Brasil cresce continuamente, cresce na sua população, mas cresce, mais ainda, na sua economia e naquilo que ele produz. E esse crescimento é necessário, se nós queremos realmente fazer um Brasil grande, forte e feliz para os nossos filhos. Mas só poderá crescer pelo nosso trabalho.

Claro que temos ajuda de fora, através do capital, da tecnologia. Nós temos ajuda do exterior e não regateamos essa ajuda, nós a recebemos de bom grado, mas ela é infinitamente pequena em relação ao que precisamos.

O que faz o Brasil progredir, realmente, é o esforço de todos nós. É pelo trabalho, é pelo que diariamente produzimos, é com isto que nós construímos o Brasil, Governo e povo unidos, torno a dizer.

Minha vinda hoje, aqui, não foi apenas para lhes dizer isso, mas foi em homenagem àquilo que realizaram. Para agradecer-lhes, em nome do Governo, todo o esforço que esta geração que está aqui, que este povo vem despendendo ao longo dos anos. Obrigado.

15 DE JULHO DE 1977.

IMPROVISO EM RIO BRANCO-AC.

Agradeço as palavras do seu Governador, relativas à atuação do meu Governo.

Fico muito grato com a presença do povo do Acre, que hoje aqui me recebe. Estou reconhecido pelas manifestações de apreço de todos os que me acolhem e que significam a vinculação que existe entre nós; embora vivendo distantes uns dos outros, estamos ligados por um ideal comum, que é o bem-estar de nosso povo, o progresso, o desenvolvimento e a integração nacional.

Dentre as inúmeras preocupações que o meu Governo tem, decorrentes da nossa grande extensão territorial, do volume crescente da nossa população e, por outro lado, da nossa posição no concerto mundial, na convivência com os outros países, é relevante o lugar que o Acre ocupa.

É um Estado ainda relativamente novo; é uma porção do território nacional incorporada há poucos anos e que exige de nossa parte cuidados especiais. E é o que tem feito o meu Governo. Partimos da necessidade de desenvolver a economia do Estado; entre a diversidade de seus produtos, continua a ter relevo especial, pela sua própria vocação, a produção da borracha.

Era uma produção decadente, por várias circunstâncias, entre as quais avultava a do preço. Nós nos preocupamos em recuperar os seringais nativos, em formar seringais cultivados e em estimular a produção, através de uma política de preços mais realista. Graças a isso, já nestes últimos anos e nos primeiros meses de 1977 a produção tem-se elevado em todo o país e principalmente no Acre, o maior produtor, a níveis que nos causam grande contentamento. Principalmente, se levarmos em conta que nós ainda importamos dois terços do consumo de borracha natural — nós, que fomos um dia o grande produtor mundial.

É preciso que esta importação acabe, o que só acontecerá se tivermos a capacidade de desenvolver nossa produção, como estamos procurando fazer.

Há, entretanto, na base deste problema, um outro que é extraordinariamente relevante, ao qual o seu Governador já se referiu. É o problema fundiário. Nós nos preocupamos em assegurar a posse legítima da terra, que cada dono de terra tenha o respectivo título e que todos aqueles que trabalham na agricultura e na pecuária tenham a sua terra própria.

Nesse sentido, o INCRA tem desenvolvido seus esforços e o que tem realizado, embora seja pouco, em face do que é necessário fazer, é já alguma coisa, bastante promissora.

Preocupamo-nos, também, a par desse desenvolvimento econômico fundamentado na agricultura e na pecuária, em tirar o Acre do seu isolamento.

Antigamente, era apenas a via fluvial, que não era perene, que assegurava a ligação do Acre com a distante cidade de Manaus; era por aí que o Acre se vinculava ao restante do País. Depois veio a aviação e as ligações se faziam através das aeronaves. Mas hoje o Acre tem uma vinculação muito mais permanente e muito menos dispendiosa — a rodovia. Está o Acre ligado, não só ao território brasileiro, a Brasília e a todos os grandes centros nacionais, mas também procura desenvolver, cada vez mais, suas ligações com os países vizinhos e amigos, a Bolívia e o Peru.

Através da circulação dessas rodovias, as distâncias diminuem, o sentimento de união do povo de todo o Brasil se desenvolve e, mais ainda, gera-se a riqueza que não é para o gozo e o usufruto de poucos, mas é riqueza para o bem-estar do homem brasileiro.

No mesmo sentido, estamos atentos para os problemas sociais. Queremos dar escola a todas as crianças, desejamos desenvolver o ensino superior através das universidades, preocupamo-nos com os problemas de saúde, de habitação, do abastecimento de água, que são tão importantes a uma população.

Queremos que a assistência social, através do Instituto de Previdência, seja aqui uma realidade. Por isso, em vez da antiga vinculação com Manaus, estamos instalando aqui uma Superintendência do INPS. Tudo isso são projetos em início de desenvolvimento.

O Acre está dentre as áreas que foram escolhidas como pólos de desenvolvimento, no quadro do Polamazônia, o que nos permite transferir, cada vez mais, recursos da Nação para esta região e assim assegurar-lhe o desenvolvimento.

Tudo isso, entretanto, tem um valor muito limitado e os resultados que esse esforço vai produzir serão poucos se não contarem com o apoio decidido desta população. Se o povo não se mobilizar e não conjugar esforços conosco, para através de seu trabalho fazer um grande Estado do Acre, teremos trabalhado em vão.

Confio em que assim não seja.

Estou certo de que todos aqui, como bons brasileiros, imbuídos, talvez, mais do que em outras regiões, de um sentimento de brasilidade, porque vivem tão perto das fronteiras, cooperarão e trabalharão conosco, para que possamos fazer o Brasil com que sonhamos.

25 DE JULHO DE 1977.

DISCURSO POR OCASIAO DA ABERTURA
DO XII CONGRESSO NACIONAL DE BAN-
COS, EM MANAUS-AM.

Desde fins de 1973, o Mundo Ocidental enfrenta o difícil problema de ajustar-se à crise do petróleo e a seus posteriores desdobramentos. Inflação, desemprego, desequilíbrios externos agravaram-se em escala sem precedentes, como ainda não ocorrera nas últimas décadas. O grande esforço que vem sendo desenvolvido pelo Brasil no meu Governo é o de viabilizar sua trajetória de crescimento dentro do atual panorama de restrições internacionais. Em seus aspectos socialmente mais angustiantes, a recessão e o desemprego em massa, conseguimos escapar à crise. Era inevitável, porém, que tivéssemos que arcar com a nossa quota de sacrifício em termos de desaceleração do crescimento e, sobretudo, de recrudescimento da inflação.

A diferença entre o mundo de hoje e o de 1973 não se limita ao fato de os preços do petróleo serem cinco vezes maiores. Ela se identifica essencialmente pela nova distribuição internacional dos saldos em conta-corrente dos balanços de pagamentos. Até 1973, esses saldos obedeciam à configuração clássica dos *superavits* nos países industrializados, naturalmente exportadores de capitais, e dos *deficits* nas nações em desenvolvimento, absorvedoras de poupanças externas. As somas recicladas pelas

transações correntes, por sua vez, raramente iam além dos 10 bilhões de dólares anuais. A partir de 1974, a grande mutação surgiu com o aparecimento de *superavits* sem precedentes nos países da OPEP. Ainda hoje, essas nações acumulam saldos de mais de 40 bilhões de dólares anuais, os quais naturalmente representam os *deficits* do resto do mundo. A persistência desses *superavits*, em países de baixa propensão para importar e que preferem aumentar seus depósitos no sistema financeiro internacional a realizar investimentos diretos em outras nações, representa o desdobramento mais dramático da crise internacional. Enquanto tais saldos se mantiverem na atual configuração, não teremos como escapar ao endividamento crescente do mundo importador de petróleo. Isso exige que se reformulem conceitos tradicionais de ajuste do balanço de pagamentos, de cooperação internacional e de limites de endividamento, os quais, se eram absolutamente ortodoxos até 1973, perderam a necessária coerência no momento em que alguns países passaram a apresentar extraordinários saldos estruturais em seus balanços em conta-corrente.

Encontramo-nos diante de um quadro em que a tentativa de cada país importador de petróleo de equilibrar seu saldo em conta-corrente, pelos clássicos instrumentos monetários, fiscais e cambiais, não passaria de um inútil jogo de soma zero, com reflexos tragicamente recessivos para toda a humanidade. No mundo atual, não cabe buscar esse equilíbrio, mas apenas uma distribuição mais equitativa

dos desequilíbrios. Em tal perspectiva, os países industrializados, se insistirem em retornar à sua tradicional posição de superavitários, em conta-corrente, conseguirão apenas agravar o *deficit* e o endividamento externo das nações em desenvolvimento, como ocorreu em 1975. Paradoxalmente, os países industrializados precisam hoje se transformar em absorvedores líquidos de capitais, aceitando sua quota-parte de déficit em conta-corrente, para melhor ajudar as nações em desenvolvimento. A solução mais cooperativa, nesse quadro, consiste em adotar uma política de expansão interna e de eliminação de barreiras protecionistas, que permita o aumento substancial das exportações dos países de menor renda *per capita*. Esse aumento de exportações é indispensável, não só para diminuir os *deficits* do mundo em desenvolvimento, mas também para viabilizar o inevitável crescimento de sua dívida externa, nos próximos anos.

Reciclar os saldos da OPEP, por sua vez, passou a constituir a nova função do sistema financeiro internacional, que não mais se pode ater aos parâmetros anteriores à crise do petróleo. Por certo, é dever dos banqueiros zelar para que seus clientes não enveredem pelo perigoso caminho do endividamento em bola de neve. Porém, é indispensável reconhecer que os saldos a transferir no mercado financeiro internacional são, hoje, várias vezes superiores aos que se transacionavam até 1973.

O maior problema enfrentado pelo Brasil, a partir de 1974, foi o de compatibilizar o seu processo

de desenvolvimento com a imperiosidade do gradual ajuste do balanço de pagamentos. Em 1974, sob o primeiro impacto da crise do petróleo, a balança comercial, tradicionalmente equilibrada, apresentou um *deficit* de 4,6 bilhões de dólares. Somado o saldo negativo dos serviços, o *deficit* em conta-corrente chegou a 7,1 bilhões de dólares. Embora a maior parte desse *deficit* fosse coberta pelo ingresso de empréstimos e investimentos diretos, o Governo tinha a consciência de que era necessário reduzi-lo substancialmente, sob pena de chegarmos a um impasse no endividamento externo. Três diretrizes básicas deveriam orientar esse processo de ajustamento. Em primeiro lugar, era necessário, pela política de investimentos, diminuir a nossa dependência em relação ao suprimento de insumos básicos e bens de capital. Em segundo lugar, como a substituição de importações não se consegue instantaneamente, seria aconselhável adotar, como estratégia de transição, várias medidas de contenção das compras externas, através dos instrumentos monetários, fiscais e administrativos. Em terceiro lugar, tanto no sentido de melhorar a balança comercial quanto de viabilizar o inevitável crescimento da dívida externa, tornar-se-ia indispensável apoiar o rápido aumento das exportações, com variada gama de incentivos cambiais, fiscais e creditícios.

Essas diretrizes vêm sendo seguidas à risca pelo meu Governo. A política de desenvolvimento industrial pautou-se pela tônica da substituição das importações de insumos básicos e de bens de capi-

tal. Os primeiros resultados dessa substituição, aliados às medidas de contenção adotadas, permitiram que as importações cessassem de crescer a partir de 1974, não obstante a expansão interna da economia e a alta dos preços internacionais. As exportações aumentaram, no triênio 1974-1976, de 18% ao ano, apesar das vicissitudes do mercado internacional. Ano a ano, vêm declinando nossos *deficits* comercial e em conta-corrente e, no primeiro semestre de 1977, em parte graças aos altos preços do café, já conseguimos apresentar um *superavit* comercial de 200 milhões de dólares. As reservas cambiais do País, após dois anos de declínio, subiram, no final de 1976, para mais de 6,5 bilhões de dólares. E, ao que tudo indica, conseguiremos no corrente ano conter o aumento da dívida externa a taxa bem inferior à do crescimento das exportações.

O crescimento do produto real brasileiro, desde 1974, embora menos acelerado do que na fase áurea de 1968 a 1973, vem-se mantendo em ritmo altamente expressivo no panorama mundial. De pouco valeria esse crescimento, todavia, se a sua sustentação estivesse ameaçada pelo impasse nas contas externas. A maior preocupação do meu Governo foi evitar o risco desse impasse que, forçando um racionamento drástico de importações essenciais, submeteria a população brasileira à trágica exposição da crise e do desemprego. O ajuste do balanço de pagamentos ainda precisa consolidar-se, pois não podemos contar permanentemente com preços excepcionais da exportação de nossos produtos primários.

Mas, ainda que se descontem os acidentes favoráveis, os resultados conseguidos são suficientemente expressivos para mostrar que caminhamos na direção segura.

Pelo ajuste do balanço de pagamentos teríamos um preço a pagar, e a maior parte dele foi o recrudescimento da alta de preços. A inflação brasileira, que se arrasta endemicamente há várias gerações, não comporta explicações unilaterais. Como em toda inflação crônica, misturam-se pressões de demanda, de custos, de realimentação, de desequilíbrios de oferta, com a própria ação psicológica de empresários e consumidores. O que vale notar é que, a menos que se aceitem insuportáveis índices recessivos, existem inúmeras áreas de atrito entre a política de combate à inflação e a de ajuste do balanço de pagamentos. Esses conflitos se identificam no manejo da taxa de câmbio; na contenção das importações, via aumento de preços; na orientação da agricultura para os produtos de exportação; e no próprio efeito monetário da acumulação das reservas cambiais.

Clareados os horizontes de nosso balanço de pagamentos, devemos concentrar nossos esforços no combate, gradualista mas significativo, às pressões inflacionárias. Esse combate exige de cada brasileiro a sua quota-parte de contribuição. Ao Governo compete a grande tarefa de coordenar os instrumentos monetários, fiscais, de abastecimento e de administração de salários e preços. Mas essa tarefa se tornará ingrata e dolorosa se não for acompanhada da ampla adesão de todos os segmentos da

população e, em particular, da compreensão das classes empresariais.

Às instituições financeiras e, muito particularmente, aos Bancos Comerciais que tanto influem nas decisões de produção e de investimento e na composição dos custos das empresas, cabe especial responsabilidade na luta contra a inflação. Essa luta deve ser encarada fundamentalmente como um processo de inversão de tendências e de expectativas. Se todos os preços, lucros e remunerações de fatores de produção se reajustam sistematicamente na proporção da inflação passada, nada melhor se conseguirá do que a perpetuação do ritmo inflacionista. O amortecimento da realimentação é o fulcro de qualquer programa de gradativa estabilização da moeda e, para esse objetivo, estão convergindo as medidas recentemente tomadas pelo meu Governo. A correção das expectativas deve afetar, entre outras variáveis, a fixação pelo mercado das taxas de juros. Na sua desejável prudência, devem os banqueiros lembrar-se de velha máxima: quem cobra juros excessivos põe em risco o retorno do principal.

O Brasil vive hoje um período de profundas transformações. Estamos consolidando nossa indústria de base, de modo a melhor balancear a estrutura da produção secundária. Avancamos para a exportação, buscando novos mercados, técnicas de comercialização e o aperfeiçoamento qualitativo dos produtos. Dentro das limitações impostas pelo ajuste do balanço de pagamentos, expande-se o mercado interno, como consequência do aumento do produto

nacional. Com estímulos especiais à capitalização da empresa e com a nova lei de sociedades por ações, procura-se desenvolver novo modelo associativo para a empresa privada nacional, capaz de enfrentar as escalas de investimento impostas pela tecnologia moderna. Todo esse processo de modernização da economia precisa do apoio criativo do sistema financeiro, canalizando os recursos dos que poupam para os que investem. É compreensível que, em algumas das tarefas pioneiras, um papel relevante se reserve aos bancos governamentais. Mas, dentro dos princípios de uma sociedade pluralista, é indispensável que as entidades financeiras privadas participem em grande escala da sustentação do desenvolvimento.

O fortalecimento do setor privado em bases duradouras não é compatível com a estatização do crédito. Essa é razão suficiente para que meu Governo se preocupe com a solidez e com a expansão das instituições financeiras privadas. O que exige, como contrapartida, que todos os banqueiros se conscientizem de sua missão social e de suas responsabilidades na tarefa de modernizar a sociedade brasileira.

1º DE AGOSTO DE 1977.

DISCURSO POR OCASIAO DA ABERTURA
DA VI CONFERENCIA NACIONAL DE
SAUDE, NO PALACIO DO ITAMARATI, EM
BRASILIA.

Em cumprimento a dispositivo legal convoquei esta Sexta Conferência Nacional de Saúde, esperando que o encontro dos responsáveis maiores pela saúde do homem brasileiro propicie troca de impressões, debates e sugestões capazes de aprimorar o sistema nacional de saúde.

Difícil é a tarefa atribuída a cada um dos presentes.

Difícil, em virtude da complexidade dos fatores que influem sobre a saúde de um povo em desenvolvimento, em particular num país onde se encontram, lado a lado, todos os estágios de evolução econômica, social e cultural.

Difícil, em virtude da extensão do nosso território e da distribuição irregular da população, concentrada nas áreas metropolitanas ou dispersa e rarefeita em amplos espaços do interior.

Difícil, em virtude da escassez de recursos materiais e humanos, da disparidade entre demanda e disponibilidade dos mesmos para atendimento do problema de saúde, fenômeno universal, particularmente agravado nos países em desenvolvimento.

Difícil, em virtude das transformações ora em processo, requerendo opções políticas capazes de

harmonizar e compatibilizar as ações de todos os integrantes do sistema nacional de saúde.

As dificuldades são muitas; a tarefa, imensa.

Reúnem-se aqui representantes de diferentes órgãos da administração pública dos níveis federal, estadual e municipal, de entidades de classe, da empresa privada, da área da saúde pública, da educação, da previdência e assistência social, do trabalho e do planejamento.

Será esta, uma oportunidade singular para a integração de diferentes correntes de opinião sob um denominador comum — o bem-estar do povo brasileiro.

Que este encontro sirva para consolidar a união de todos, acima de interesses pessoais ou de grupos, com visão ampla e objetiva da problemática da saúde no Brasil.

A análise dos fatos e a discussão, ainda que acalorada, desde que inspiradas pelo desejo único de bem servir, certamente conduzirão a uma unidade de vistas, capaz de aprimorar o atendimento à população.

O diagnóstico, em saúde pública, baseia-se na análise de indicadores dentro de uma série histórica. Um dado atual exprime a situação do momento mas não retrata a evolução do fenômeno; não basta, assim, para avaliar ações de saúde, muito menos para justificar modificações.

Inegavelmente, os indicadores estão, ainda hoje, em nível muito inferior ao que todos desejaríamos ver.

O registro puro e simples dos atuais índices, sem aprofundamento na análise de sua tendência, leva com freqüência a apreciações fragmentárias e superficiais, de caráter negativista, gerando o desânimo e o pessimismo.

Necessário é examinar em profundidade, identificar, dentro da série histórica, a evolução dos indicadores de saúde e reconhecer os progressos registrados. Só então haverá condições para criticar o que foi feito e, sobretudo, para sugerir alternativas mais eficazes.

A análise da evolução dos níveis de saúde do brasileiro nos últimos quinze anos nos conduz à conclusão de que os resultados até agora atingidos ainda estão longe dos que poderiam ser considerados, por nós, no seu conjunto, como satisfatórios, mas essa análise certamente nos permite uma atitude alentadora, de confiança e de esperança em melhores dias.

O grande desafio reside na criação de normas de ação persistente e de vias alternativas que assegurem a consolidação dos resultados obtidos e a aceleração do progresso, que já se vem verificando.

Normas e vias que sejam objetivas, coerentes com a realidade, compatíveis com a disponibilidade

efetiva de recursos e representem o máximo que o Governo pode colocar à disposição do setor nos dias difíceis que vivemos.

Confiando na ciência, na experiência e no patriotismo dos que aqui se reúnem, declaro instalada a Sexta Conferência de Saúde.

3 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, AGRADECENDO A SAUDAÇÃO DE ANIVERSARIO, FEITA PELO MINISTRO JOAO PAULO DOS REIS VELLOSO, REPRESENTANDO OS MEMBROS DOS GABINETES CIVIL, MILITAR, SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL.

Não é fácil responder as palavras do intérprete de vocês, meu amigo Ministro Reis Velloso.

Em primeiro lugar, porque não preparei um discurso. Em segundo, porque, como é natural, a emoção embarga não só a voz mas às vezes o pensamento.

Hoje é dia de meu aniversário, é o momento em que completo um ano de minha longa vida. Em outras épocas, sobretudo quando se é jovem, esse é um dia de muita satisfação, porque traduz progresso, crescimento e novas perspectivas na vida.

Mas quando se chega à idade mais avançada, em vez de se olhar muito para a frente, olhamos para trás, procuramos verificar a vida que se viveu, e se aquilo que se fez valeu a pena.

É claro que o indivíduo não pode viver egoisticamente, apenas para si ou para os seus íntimos ou para seus familiares.

Como ser eminentemente social, o homem vive em sociedade, vive na família, vive no conjunto dos seus amigos, vive na sua comunidade, vive na sua Nação.

Eu acredito que aí é que o indivíduo realmente tem que ser útil, tem que fazer sacrifícios, tem que se dedicar ao bem coletivo e trabalhar, lutar constantemente para que possa se aproximar, embora remotamente, dos ideais que alimenta através da cultura que atingiu.

Olhando para meu passado, acho que procurei viver assim. Talvez não tenha realizado muito, talvez tenha atingido pouco daquilo com que sonhava. Não em proveito próprio, mas dentro da devoção ao bem comum.

Sem dúvida, a luta sempre é difícil, mas também é compensadora. Compensadora pelo reconhecimento do que se fez, embora longe de ser aquilo que deveria ser. Sempre é um aporte para que a comunidade ou a sociedade no seu conjunto progrida e melhore. E diz-me a consciência que, apesar dos tropeços e das dificuldades naturais que sempre existiram e sempre existirão, temos conseguido alguma coisa. Mas devo confessar que aquilo que se conseguiu não é meu, eu sou uma parcela, talvez a mais responsável, a que tem a parte mais difícil. Mas o que se faz é resultado de equipe, é trabalho de conjunto e nesse sentido eu agradeço a todos os que estão aqui e os que mais de perto comigo trabalham, no Gabinete Civil, no Gabinete Militar, na Secretaria de Planejamento, no Serviço Nacional de Informações, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, a colaboração leal e constante que me têm dado.

Agradeço os votos de felicidade que me trazem, como agradeço o presente que me deram, o tapete que recebi hoje de manhã, e que irá para meu gabinete na minha casa, em Teresópolis, e sempre me trará uma recordação dessa feliz convivência. Muito obrigado.

3 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, AGRADECENDO A SAUDAÇÃO DE ANIVERSARIO, FEITA PELO MINISTRO ARMANDO FALCAO, EM NOME DE SEUS COLEGAS DO MINISTÉRIO.

Vai ser muito difícil responder ao discurso do Ministro Falcão, que o aprimorou, o fez por escrito, e eu vou falar de improviso.

Quero manifestar-lhes os meus agradecimentos por terem vindo aqui e pelos votos que me trazem, através do ilustre intérprete que é o Ministro da Justiça.

Hoje de manhã, falando aos companheiros que mais diretamente trabalham nesta Casa, disse-lhes que, ao se completar mais um ano, é preciso olhar um pouco para trás, em vez de se olhar para frente, como se faz quando se é jovem.

Vale a pena olhar o que se fez no decorrer da vida e sobretudo o que se fez no último ano.

Acho que a vida vale pelo que se realiza, não apenas egoisticamente, no sentido individual, como pessoa humana, nem também o que se realiza no seio da família, mas sim no que se faz na comunidade, no Estado, ou no País.

E a nossa vida tem sido orientada nesse sentido, o de que o homem tem que ser útil, tem que trabalhar e produzir, atendendo e olhando para a coletividade.

Acredito que alguma coisa eu possa ter feito, embora não tanto quanto desejava, nem tanto quanto era necessário, neste último ano. Vivemos um ano

de trabalho, vencendo naturais dificuldades que sempre ocorrem, infelizes de nós se elas não existissem; elas estão aí a nos desafiar, a nos espicaçar e a fazer com que nos engajemos na procura das melhores soluções. Muitas delas vencemos, outras continuam de pé, mas, sem dúvida, a Nação progride, desenvolve-se, agita-se, enfrenta os seus problemas internos e externos mas vai adquirindo cada vez mais maturidade.

É obra do povo brasileiro; também é obra que a nós cabe orientar, dirigir e impulsionar. O esforço que se tem feito é grande, mas devo dizer-lhes que esse esforço não é apenas meu, nem cabem a mim, apesar da responsabilidade de que estou investido, os méritos do pouco ou do algo que se tenha feito.

Na realidade, tudo isso é um trabalho de equipe; é um trabalho de conjunto.

E aos Senhores Ministros que comigo convivem diariamente, os quais eu procuro conhecer e sentir, e que por outro lado também procuram ver como eu sou, através desse contato íntimo, desse desejo comum de vencer e produzir em benefício de nossa Pátria, cabe, sem dúvida, no resultado, grande parcela, senão a maior, do que se tem feito e do que se tem realizado.

E por isso, a par de minha gratidão pelos cumprimentos que me trazem, eu lhes renovo, de todo o coração, os agradecimentos pela cooperação constante que me têm dado nesta grande tarefa que estamos realizando. Muito obrigado.

4 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO,
AGRADECENDO A CONDECORAÇÃO «OR-
DEM DE QUETZAL», NO GRAU DE GRAN-
DE COLAR, DA REPÚBLICA DA GUATE-
MALA.

Desejo manifestar meus agradecimentos pela presença dessa ilustre delegação que se desincumbe da tarefa de me entregar esta preciosa condecoração que me envia o presidente da República da Guatemala, a quem agradeço. Recebo esta condecoração em função da amizade que une nossos povos e também como reconhecimento da Guatemala pela colaboração que o Brasil prestou nas horas tristes do terremoto, cujas proporções foram extraordinariamente graves. A cooperação brasileira, na realidade, foi muito pequena, em comparação com a extensão do cataclismo.

O que fizemos, no entanto, foi o que pudemos fazer, dada a premência do tempo. Em primeiro lugar por solidariedade humana porque devemos levar nossa presença, onde houver cataclismos, onde houver pessoas sofrendo. Em segundo lugar, pela tradicional amizade que, há longos e muitos anos, une nossos povos. Temos laços e sentimentos comuns de latinidade, de relacionamento dentro da América Latina, princípios comuns de ordem, soberania, autodeterminação e convivência pacífica. Temos tido um inter-relacionamento cultural, também militar, através de cursos, e algum comercial. Mas sobretudo vive-

mos sempre sem problemas e por isso eu torno a dizer que considero uma grande honra receber esta condecoração e apresento meu profundo reconhecimento e agradecimento ao Presidente da República da Guatemala.

8 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DOS ESTADOS DO MARANHÃO, PIAUI E MATO GROSSO (PROJETO BRASILIA, DO MINISTÉRIO DO TRABALHO).

Eu agradeço esta saudação que serve para me fazer lembrar que estou ficando bem velho, mas também agradeço a presença de todos vocês aqui, e este contato que nós estamos tendo. Todos nós somos trabalhadores. Tenho afirmado e repetido isto. E eu me prezo por ser um homem trabalhador como fui durante toda a minha vida. Claro que trabalhamos em setores diferentes. Setores melhores, piores, de maior ou menor responsabilidade. Mas estamos irmanados e identificados pelo objetivo comum, nós trabalhamos, principalmente vocês que são líderes, no interesse do conjunto. Nem sempre voltados apenas para o interesse pessoal. Mas voltados para o interesse de todos, interesse que no nosso caso é o interesse de nosso país.

Torno também a dizer o que várias vezes já disse, em oportunidades semelhantes ou em outras regiões de nosso país, de que só pelo trabalho, trabalho nosso, é que nós podemos construir um Brasil grande, um Brasil forte, que assegure o bem-estar aos que têm a ventura de aqui viver. Claro que contamos e esperamos continuar a contar com ajuda do exterior. Do exterior, nos vêm recursos financeiros, vem tecnologia, e à custa deste auxílio se fundam em nosso país indústrias, fábricas e outros

empreendimentos que nos permitem progredir mais aceleradamente.

Mas, essa ajuda é insignificante em relação àquilo que nós mesmos fazemos e em relação àquilo de que nós precisamos. Não menosprezo esta ajuda. Mas, sinceramente lhes digo que a maior ajuda é o nosso próprio trabalho. Espero que levem esta mensagem aos seus Estados, ao Piauí, Maranhão, Mato Grosso, dizendo que eu confio, principalmente, no esforço e na capacidade de trabalho dos brasileiros.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DOS PARTICIPANTES DO FORUM NACIONAL DE DEBATES SOBRE CIENCIAS JURIDICAS E SOCIAIS.

Eu recebo com muita satisfação a visita dos Senhores e das Senhoras ao ensejo da realização desse simpósio que se processa presentemente aqui em Brasília. Acredito que os trabalhos que estão fazendo, conduzidos com o objetivo de aprimoramento em benefício do País, tenham resultados proveitosos, e sejam, pela troca de opiniões, pelo exame das diferentes matérias, realmente eficientes, o que no fim redundará em benefício da nossa Nação.

É matéria que preocupa também o Governo, devo dizer-lhes que preocupa o meu governo desde o seu início. Há três campos ou três áreas relacionadas com esse assunto, que eu desejaria focalizar.

De um lado, há o problema da formação profissional, problema das nossas faculdades, aqueles cursos jurídicos, cujo sesquicentenário agora se comemora e que eram limitados a dois — o de Olinda e o de São Paulo. Nós evoluímos nestes cento e cinquenta anos e criamos um país com um grande número de faculdades de Direito. É hora agora, e é o que o Governo está procurando fazer, de dimensionar o crescimento do número de faculdades, de evitar que tenhamos excesso de faculdades, que formam em Direito pessoas em número muito superior às necessidades do nosso mercado, em detri-

mento da qualidade do ensino. Acho que — e é isso que o Ministério da Educação está fazendo — é razoável e adequado verificar quais são as necessidades reais do país e limitar o crescimento desmesurado nessa área, que não corresponde às nossas necessidades.

Mas, paralelamente, fazer com que essas faculdades sejam mais eficientes, que o ensino seja melhor e que aqueles que obtenham seu diploma sejam realmente capacitados para o exercício profissional.

De outro lado, há uma preocupação muito grande de atualização da legislação. O mundo evolui, as condições sociais, econômicas e políticas evoluem também e, conseqüentemente, os códigos têm que ser atualizados. Nesse sentido, o Governo se preocupou com o novo Código Civil, o novo Código Penal, o Código de Processo Penal — matéria que está onde deve estar sob o estudo atento e a análise do Poder Legislativo.

A terceira preocupação se refere ao instrumento de aplicação do direito, que é a nossa justiça. Acho que, se o Brasil não tiver uma boa justiça, o direito ficará sendo muito teórico, não terá aplicação, não se exercerá em benefício comum da coletividade e do indivíduo em si. Num país onde a justiça é mal administrada, há uma série de outras coisas que não se pode ter, a começar pelo bem-estar, pela confiança na vida coletiva.

A Revolução, nesse campo, fez muito pouca coisa. É notório que a nossa justiça é lenta e morosa.

Numa visita que fiz ao Supremo Tribunal Federal, logo no início do meu Governo, cogitou-se da reforma da justiça e os primeiros passos já foram dados através de modificações, inclusive da Constituição.

Está o Governo agora empenhado na elaboração da legislação complementar, a começar pelo Estatuto da Magistratura e outras leis que correspondam a essa reforma. Estou certo de que é um processo lento, mas que é necessário fazer e os seus resultados evidentemente não se farão sentir desde logo. Mas é uma trilha que temos que seguir, temos que caminhar e abrir novos horizontes, sobretudo para que o povo brasileiro passe a acreditar na justiça. Muito obrigado.

12 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO EM SÃO PAULO-SP, NA
CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS
ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E O
BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO.

Depois das palavras que nós ouvimos do dirigente da Sabesp, do Prefeito da Cidade de São Paulo, do Ministro do Interior e do Sr. Governador do Estado, sobre este problema de abastecimento de água e de saneamento na área metropolitana de São Paulo, nada tenho de essencial a acrescentar. Mas quero destacar alguns pontos que reputo importantes.

Em primeiro lugar, esta programação que foi desenvolvida aqui mostra a importância e a compreensão real que tem o Governo com o fenômeno da crescente urbanização. O desenvolvimento das áreas urbanas do País é um fato inexorável, como é um fenômeno que não é só do Brasil, é de todo o mundo.

Não há como nos contrapor em larga escala a esse fenômeno. Por mais que procuremos desenvolver a atividade rural e levar à zona rural o conforto e a utilização dos meios que o progresso proporciona, o fenômeno subsiste. E hoje há grande número de trabalhadores rurais que vivem nas cidades.

Então o reconhecimento desse fenômeno inexorável faz parte dos planos de Governo, e a ação do

Governo tem que caminhar juntamente com essa progressiva organização.

Em segundo lugar, desejo destacar o entrosamento necessário para a realização de um programa destes entre o Governo Federal, o Governo do Estado e os Governos municipais da área metropolitana. Sem uma conjugação de esforços, sem uma complementação entre esses três poderes, este programa não se poderia realizar. Tal é o vulto de recursos necessários e tal é também o entrosamento cívico que existe no próprio programa. O conceito de Federação teórico que existe, e que era do passado, tem que evoluir. Nós temos que dar ao Brasil, e estamos dando, um modelo de Federação em que, preservadas as autonomias locais, os governantes se entrosam, trabalham em conjunto, lutam pela solução dos problemas vitais que nos absorvem.

Em terceiro lugar, quero destacar também, e ressaltar, sobretudo, o valor do planejamento. Muitos criticam o planejamento, acham que ele é supérfluo, outros acham que ele é irreal, outros acham que é um excesso de intervencionismo do Estado.

Mas no mundo moderno, com a complexidade dos problemas que nós enfrentamos, problemas de toda natureza, e a escassez de recursos de que podemos dispor, nos leva a concluir que só podemos realizar aquilo que pretendemos se for muito bem planejado, do ponto de vista técnico, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista de recursos humanos disponíveis e assim por diante.

No presente caso, como aliás em todo o programa do Planasa, houve um planejamento exaustivo de meses, se não de anos, para que por fim chegássemos ao que está aí. Destaco ainda que este programa, dentro do aspecto da urbanização de que falei há pouco, constitui também uma faceta do que hoje em dia figura nas manchetes dos jornais de todos os dias: Direitos Humanos.

Dar habitação, dar água, dar saúde, proporcionar esgotos, faz parte dos Direitos Humanos. E o nosso programa social é essencialmente um programa de Direitos Humanos, embora muitos não queiram reconhecer. Então, quando nós cuidamos de dar água, de dar esgotos à população, sobretudo uma população imensa como essa de São Paulo, dez por cento da população do Brasil, quando nós melhoramos as condições sanitárias da cidade, nós estamos preservando os Direitos Humanos.

Por último, quero frisar que aí estão os planos feitos, estão previstos os recursos essenciais. Mas isso nada vale se não se cuidar da execução, que é a parte mais importante de tudo. E eu sinceramente confio e espero que os homens de São Paulo, os dirigentes da Sabesp, saibam pôr mãos à obra e levar esse trabalho a bom termo, dentro de um curto prazo, tendo em vista as necessidades reais da população que aí vive. Mérito, no final, será daqueles que vão executar isto que hoje se fez, através dos convênios que foram assinados.

15 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DOS ESTAGIARIOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.

É um prazer recebê-los hoje aqui, estagiários da Escola Superior de Guerra deste ano de 1977.

Esta cerimônia se repete cada ano e no que se refere a mim é sempre com renovada satisfação que eu tenho esse contato. Realmente, conservo na minha memória os tempos felizes que eu passei por essa Escola e que pude trazer, embora em escala diminuta, a minha cooperação na sua consolidação. Acho que a Escola Superior de Guerra foi em boa hora criada no Governo Marechal Eurico Gaspar Dutra. É um instituto de ensino superior de alta valia, não tanto pelos trabalhos que ela realiza no decorrer de seus cursos, mas pela oportunidade que dá à elite brasileira constituída pelos estagiários vindos de diferentes áreas do País se reunirem, se conhecerem, trocarem idéias, e se habituarem nesse convívio conjunto e visualizarem os problemas sobre os diferentes ângulos e não apenas sob o ângulo deformado da própria profissão. Acho que esse contato e esse intercâmbio são de extraordinário valor. E mais ainda, ele naturalmente exige para a sua realização uma base doutrinária para que todos possam falar a mesma língua. É possível que essa base não seja a mais acertada. Ela pode ser diferente. Ela foi estabelecida como está aí, admitindo-se que

ela seja a mais adequada ao Brasil. Mas, o que importa, é que ela sirva de elemento fundamental para o trabalho da escola e para o entendimento. E mais do que isso. Ela tem como complemento o nosso trabalho e esse método é centrado em torno dos problemas de segurança nacional.

Vale dizer que o método permitirá a cada um dos senhores, seja qual a profissão que exerça, seja o setor para o qual vá se dedicar quando terminar o curso da escola, analisar os problemas de segurança nacional de uma forma homogênea como todos os demais. Isto é importante para o País, não só para a eventualidade remota de uma guerra, mas é importante para a nossa vida cotidiana em tempo de paz.

A Escola também permite, através dessas viagens, como a que agora se inicia, dar a todos uma visão mais real do que aquela que é proporcionada pelos livros, pelos papéis, o que é realmente o Brasil, o que é o nosso povo, como vivemos e do que precisamos fazer.

Agradeço a presença de todos aqui e me rejubilo em vê-los e faço votos de pleno êxito no restante do trabalho que ainda terão que realizar no corrente ano.

15 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DO ESTADO DE SAO PAULO-SP (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Agradeço a visita que me fazem, as palavras que foram proferidas por seu representante, e mais ainda, com orgulho, esse título que me conferem. Eu me prezo, realmente, de ser, como todos vocês, e como quase todos os brasileiros, um trabalhador.

Fui toda a minha vida um trabalhador; evidentemente, na minha área de ação. Procurei sempre trabalhar e me dedicar àquilo que me competia fazer.

Certamente, não sou o trabalhador nº 1 como diz este título, pelo que realizo e pelo que faço. Talvez seja pela responsabilidade de que estou investido. Esta é grande, e eu procuro fazer jus a ela, corresponder aos encargos que ela envolve. Mas sempre digo que essa responsabilidade não é só minha, é de todos. Todos nós somos responsáveis.

Nós falamos muito em direitos, direito a isto, direito àquilo, vantagem nesse sentido, vantagem nesse outro, mas nos esquecemos muitas vezes das responsabilidades; é princípio básico que a cada direito deve corresponder uma responsabilidade. É a responsabilidade daquele que trabalha numa oficina, pelo trabalho que realiza; é a responsabilidade do chefe, do patrão ou do empresário em relação à sociedade e àqueles que trabalham com ele; é a res-

ponsabilidade do homem público; é a responsabilidade do homem de imprensa, e assim por diante. Todos somos responsáveis, uns em maior e outros em menor escala, mas o que importa, realmente, no trabalho que realizamos, é o espírito, é a alma, é o esforço, é a dedicação com que nos empenhamos na tarefa.

Falo a representantes dos trabalhadores de São Paulo e creio que não é demais dizer que São Paulo, no quadro brasileiro, tem uma posição excepcional. É o Estado líder, o Estado que mais cresceu, que mais se desenvolveu e que em certos sentidos representa metade do País no campo econômico. Mas isto, se por um lado é uma benesse que São Paulo usufrui, em consequência de uma série de fatores, a começar por fatores geográficos, humanos e assim por diante, é também uma responsabilidade.

São Paulo tem no quadro brasileiro uma responsabilidade bem maior do que qualquer outro Estado, como mola propulsora do nosso progresso, do nosso desenvolvimento. Quando falo em responsabilidade de São Paulo, não me refiro só ao Governo, mas aos senhores também, à responsabilidade dos trabalhadores que estão aqui.

Sei que estamos muito longe ainda de proporcionar ao trabalhador tudo aquilo de que ele necessita e que ele desejaria ter. Mas podem estar convictos de que temos feito tudo que é possível para melhorar as condições dos trabalhadores, para harmonizá-los cada vez mais com os empresários, para inter-relacioná-los cada vez mais com o Governo.

Não no sentido de obter o apoio irrestrito àquilo que fazemos, mas no sentido de que entre nós haja compreensão, que possamos conhecer melhor os problemas que afligem os trabalhadores e eles conheçam os nossos métodos de ação e as nossas limitações. Deste contato, deste diálogo, nós chegaremos a melhores resultados de harmonia, de ordem, e consequentemente de maior rendimento para o trabalho de todos nós, que é fundamental para que possamos crescer. Muito obrigado.

15 DE AGOSTO DE 1977.

DISCURSO SAUDANDO O PRESIDENTE
HUGO BANZER, DA BOLÍVIA, EM BAN-
QUETE NO PALÁCIO DO ITAMARATI.

É com grande satisfação que saúdo Vossa Excelência em terra brasileira. Sua presença entre nós demonstra, de maneira expressiva, a importância que atribuem nossos Governos às relações entre os dois países. Essas relações, calcadas em tradicional respeito recíproco, reforçam-se pela comunidade de aspirações e pela semelhança de objetivos de nossos povos. Daí serem fluentes os entendimentos que corporificam o desejo mútuo de dar sentido cada vez mais construtivo à fraterna vizinhança que nos une.

É, pois, com especial agrado que retomo o diálogo com Vossa Excelência, sobre os grandes temas de interesse comum.

No contexto latino-americano, a convicção de que nossos países se encontram em uma fase particularmente importante de sua evolução histórica completa-se com o sentimento de que ambos compartilhamos da necessidade da solidariedade continental. Nesse sentido, o Brasil e a Bolívia não têm poupado esforços em busca de soluções satisfatórias para os problemas do Continente. Temos procurado contribuir para a renovação dos mecanismos da Organização dos Estados Americanos relativos à segurança continental, inclusive a econômica, para a reativação do processo de integração econômica da Associação

Latino-Americana de Livre Comércio e para a consolidação do Sistema Econômico Latino-Americano.

No âmbito sub-regional, não podemos desconhecer a disposição geográfica que nos faz condôminos, ao mesmo tempo, das Bacias do Amazonas e do Prata, circunstância que é uma das características dominantes da individualidade do nosso relacionamento. Dela resulta, também, o imperativo natural que faz, da íntima colaboração, instrumento necessário ao melhor aproveitamento dos recursos naturais que ambos possuímos em vastas áreas de fronteira. A dinâmica da interdependência regional e sub-regional vem levando nossos Governos a explorar positivamente as potencialidades de desenvolvimento das relações recíprocas, para o benefício comum dos nossos povos.

Nesse quadro geral, assume características especiais o relacionamento bilateral. Assim, os acordos econômicos que assinamos e que têm repercutido de modo tão favorável no nosso intercâmbio, vieram a se constituir em verdadeiros precursores de um sistema de complementação industrial que beneficiará, indistintamente, as populações dos dois lados da fronteira e transformará as áreas adjacentes em centros econômicos ativos. Entre os mais expressivos exemplos dessa forma de cooperação está o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial que assinamos em Cochabamba, em 22 de maio de 1974.

A tradição de entendimento que se estabeleceu entre os dois países, em setores de importância para

ambas economias, poderá estender-se, com proveito, a novos campos de interesse comum, ainda não totalmente explorados, mas que tendem a sobressair no panorama de nossas relações. Dentro dessa óptica insere-se o programa de cooperação na Amazônia, objeto da consulta que o Governo brasileiro efetua ao Governo da Bolívia e aos demais Governos da região, com vistas a criar condições para uma maior cooperação entre todos os países amazônicos. São animadoras as perspectivas para o exercício dessa colaboração, através da institucionalização de um sistema de contatos multilaterais e que consagre, ao mesmo tempo, o princípio de que o desenvolvimento econômico da Amazônia e a preservação de seu meio ambiente são responsabilidade soberana de cada Estado, em seus respectivos territórios.

Senhor Presidente,

É motivo de satisfação ver como as relações entre o Brasil e a Bolívia se processam e evoluem num espírito de cooperação franca e de solidariedade espontânea. A reiterada comprovação desse clima de entendimento é a mensagem que gostaria que Vossa Excelência levasse de volta à sua pátria.

Com esses votos, ergo minha taça, em nome da nação brasileira, pela crescente prosperidade do povo boliviano e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Banzer.

16 DE AGOSTO DE 1977.

DISCURSO NO PALACIO DO PLANALTO,
POR OCASIAO DA CERIMONIA DE ASSI-
NATURA DO TRATADO DE AMIZADE,
COOPERAÇÃO E COMÉRCIO, E OUTROS
ATOS, ENTRE BRASIL E BOLÍVIA.

Senhor Presidente,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil, em meio às manifestações de apreço à Nação boliviana e à pessoa de seu ilustre Presidente, por parte do povo e do Governo brasileiros, atinge um de seus momentos mais significativos.

Documentos de grande importância acabam de ser assinados, visando ao desenvolvimento ainda maior da colaboração entre nossos países.

O Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, ora concluído, demonstra de forma eloquente como brasileiros e bolivianos se sentem ligados por vínculos tão especiais. O Tratado foi concebido de modo a contemplar a extensa gama de interesses comuns aos dois países, inclusive nos setores econômico, comercial, financeiro, cultural, técnico, científico e turístico. Trata-se de instrumento amplo e flexível que procura traduzir, na variedade de seus artigos operativos, a riqueza da potencialidade da cooperação entre os dois países.

Não menos expressivos são os outros instrumentos igualmente concluídos. Ressalto o Acordo por Troca de Notas, Complementar ao Acordo de

Cooperação e Complementação Industrial, de 22 de maio de 1974, relativo a aspectos da implementação daquele histórico documento firmado em Cochabamba. O compromisso ora formalizado reforça nossos propósitos de dar plena execução aos projetos previstos naquele instrumento. Ao ampliar as garantias de mercado, dentro dos parâmetros do Acordo de Cochabamba, bem como ao definir o relacionamento entre as empresas contrapartes dos dois países, o Acordo consolida os mecanismos de fortalecimento da cooperação e da complementação industrial a que se propõem o Brasil e a Bolívia.

O Convênio de Assistência Recíproca para Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência atende, por seu turno, às preocupações brasileiras e bolivianas de contribuir eficazmente para a solução de um problema mundial de tanta importância social.

Através do Convênio de Sanidade Animal para Áreas de Fronteira estabelecemos princípios e disposições especiais para um programa harmônico de controle das enfermidades e para o intercâmbio técnico e informativo na matéria. Desnecessário seria ressaltar o interesse dessa cooperação para o desenvolvimento econômico e social dos dois países.

Finalmente, o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, referente à Cooperação em Matéria de Telecomunicações e Serviços Postais, estabelece as bases para programas bilaterais de intercâmbio e treinamento de pessoal, visando à melhoria das comunicações entre ambos os

países, com repercussões no contexto mais amplo do aperfeiçoamento da rede latino-americana de comunicações.

Ao firmarmos esse conjunto de atos internacionais, estamos contribuindo para a prosperidade de nossos povos e para o fortalecimento da nossa união. É uma grande honra, Senhor Presidente, que a concretização desses atos se faça na presença de Vossa Excelência, o mais alto representante de uma Nação à qual os brasileiros se sentem ligados por sentimentos da mais franca, leal e constante fraternidade.

19 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO EM SANTARÉM-PA, POR
OCASIAO DA INAUGURAÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA DE CURUÁ-UNA.

Entre os grandes problemas que desafiam a atividade do Governo Federal, de longa data figura o da integração da Amazônia no quadro nacional. O esforço que se vem desenvolvendo neste sentido adquiriu maior impulso após a Revolução de 1964. Desde essa data realizou-se um trabalho intenso para conjugar a integração que se fazia apenas pela embocadura do Rio Amazonas com a descida do Planalto Central, através das rodovias que demandam Belém, Porto Velho e agora Santarém. E ao lado do desenvolvimento das vias de transportes, procurou-se desenvolver esta área com iniciativa dentro da própria Amazônia.

Aqui em Santarém, onde hoje tenho o prazer de fazer mais uma visita, constantemente verifico resultados desse trabalho. Foi o porto em primeiro lugar, depois a construção do novo aeroporto, em seguida a ligação terrestre com Cuiabá, o que vale dizer a ligação com o Centro-Sul do País.

Destaco hoje, sobretudo, a inauguração da usina hidrelétrica de Curuá-Una, que se arrastou por longos anos devido a dificuldades naturais, mas que já está em pleno funcionamento.

Esse conjunto de realizações transforma Santarém, tirando partido, de um lado, de sua excep-

cional posição geográfica, no quadro geral da Amazônia, e, de outro lado, da vitalidade e do calor de seu povo.

O que aí está é o resultado de um esforço conjunto do Governo Federal, do governo estadual, do município e do povo. Essa conjugação é que realiza os milagres brasileiros. Essa identificação dos governos com o povo, da compreensão dos nossos objetivos, daquilo que nós procuramos fazer, do bem-estar que nós queremos proporcionar à população. E que permitem que essa Revolução perdure e realize sempre cada vez mais, não só na Amazônia mas em todo o território nacional, em que pese a incompreensão de alguns, a injustiça de outros e os objetivos espúrios de outros ainda.

Continuaremos unidos, povo e governo. Realizaremos muito mais do que temos feito e do que realmente o País precisa. Agradeço a presença de vocês e a acolhida que me dão. Muito obrigado.

22 DE AGOSTO DE 1977.

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES DO
«PROJETO RONDON».

Dirijo a todos que participaram do «Projeto Rondon», em seus dez anos de existência, minha mensagem de congratulações e estímulo. Acompanhei o «Projeto» com carinho desde as primeiras formulações, partindo da excelente idéia nascida e aperfeiçoada na Universidade e que, na sua concretização, recebeu desde logo o apoio do Governo e de numerosas organizações particulares e públicas.

Espero que a segunda década colha novos êxitos e que os universitários que se inscrevam e acompanhem suas grandes jornadas, compreendam a dimensão da idéia e, conhecendo melhor o Brasil de nossos dias, saibam encontrar incentivo para seus estudos e pesquisas e o desafio que, como cidadãos, lhes cabe enfrentar e vencer.

24 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DO LANÇAMENTO DO «PROGRAMA DE APOIO A PEQUENA E MEDIA EMPRESAS».

Meus Senhores,

Parece-me que a exposição feita pelo Ministro Velloso e pelo Ministro Simonsen foi suficientemente explícita sobre as medidas que o Governo resolveu adotar em relação à pequena e média empresas, o que me dispensa de entrar em maiores detalhes ou apreciações.

De um lado, acho que fica bem claro que o Governo se empenha e se preocupa com os problemas da pequena e média empresas. Procura fazer o que lhe parece razoável no sentido de resolver os problemas dessas empresas, sobretudo no que se refere a financiamentos e tributos fiscais, no caso o Imposto de Renda.

Muitos outros aspectos serão levantados e análises mais profundas poderão ser feitas, inclusive com sugestões dos próprios empresários, permitindo que continuemos a desenvolver este atendimento, que é importante para o País.

Apesar do desenvolvimento das grandes empresas, que são essenciais na vida moderna e no quadro econômico que a evolução do mundo nos proporciona, as pequenas e médias empresas continuarão a desempenhar papel muito importante na

vida do país. O Governo não pode ignorá-las, sobretudo pela significação econômica e social que elas têm.

Faço votos de que essas medidas se traduzam na prática num resultado eficiente e lhes asseguro que o Governo continua atento ao problema e tudo fará, dentro das suas possibilidades, para enfrentá-lo e dar-lhe sempre adequada solução. Obrigado.

24 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO. POR OCASIAO DA ASSINATURA DA MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL PROPONDO A CRIAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Acredito que o Congresso examine e aperfeiçoe este projeto de lei complementar naquilo que for necessário e que possamos, assim, a partir de 1979, em função dos trabalhos que se desenvolverão no decorrer de todo o ano de 1978, concretizar realmente, por desmembramento, a criação desse novo Estado que nós denominamos aqui de Mato Grosso do Sul. Que essa divisão seja útil ao nosso País, ao nosso desenvolvimento. Traga maior progresso da região Centro-Oeste e permita, progressivamente, aumentar cada vez mais a integração com que todos nós sonhamos, da Amazônia e da Nação, povoando o imenso espaço vazio que nós até hoje temos. Conto com a colaboração do Congresso para que essa tramitação se realize nas melhores condições. Para que o Congresso nos dê a melhor lei complementar possível sobre esta matéria. Agradeço a presença de todos os senhores que vieram aqui prestigiar este ato. Muito obrigado.

4

5

6

7

29 DE AGOSTO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DA PARAIBA E RIO GRANDE DO NORTE (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Creiam que é com muito prazer e muita satisfação que recebo vocês aqui, representantes sindicais da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Não só pelo que representam como homens e mulheres de Sindicatos de trabalhadores, mas também pela origem. De certa forma, me sinto muito vinculado a essa área, onde passei quatro anos de minha vida, quando estava em plena mocidade. Tive então oportunidade de conhecer sua gente e seus problemas. E vi quanto este povo que lá habita é tenaz, como ele luta, como enfrenta as condições desfavoráveis da natureza.

Tive, naquela ocasião, oportunidade de presenciar uma seca que foi a de 1932, e que se estendeu até 33. E agora no meu Governo enfrentamos, eu e vocês todos, os problemas da seca do ano passado, em que, graças à nossa organização e aos recursos de que pudemos dispor, conseguimos amenizar, embora em pequena escala, o sofrimento de toda uma população que vive desde o norte de Minas Gerais até os confins do Piauí.

Sei o que esses fenômenos de clima representam para a população que ali vive. É uma população numerosa. Ali está um terço do Brasil, embora em área muito menor, embora em terras não muito férteis. Temos feito o que é possível com recursos

da União, através da SUDENE, do FINOR, dos programas do PROTERRA, do PIN e Polonordeste e agora com o Projeto Sertanejo que estamos iniciando, no sentido de diminuir as agruras em que essa população vive e colocá-la numa posição de melhor equilíbrio com o restante do País.

É uma luta tenaz, forte, em que o Governo e muitos de nós estamos empenhados, mas que depende muito de vocês. Depende do trabalho, da persistência, da vontade de produzir e, sobretudo, de uma coisa que eu acho que, no Brasil, é muito importante: o entendimento.

Aqui estão sindicatos urbanos e rurais de trabalhadores, e que têm com seus patrões entendimento recíproco, e com entendimento com o Governo é que podemos realmente produzir. Precisamos manter a harmonia que entre nós existe. Harmonia que, evidentemente, exige justiça, inclusive compreensão. Isto é uma das coisas que o Projeto Brasília tem em vista. Como o representante de vocês assinalou, é um projeto em embrião, que visa, de um lado, pelo contato direto, a conhecer melhor os problemas do trabalhador, mas, de outro lado, visa, também, a familiarizar os trabalhadores com as nossas dificuldades, com nossos métodos de trabalho, e quais são os objetivos a atingir. Esse entendimento é a base da harmonia.

É preciso que entre patrões e empregados esse entendimento também exista, porque, se realmente nós tivermos harmonia e soubermos conjugar esforços, creio que os problemas do Nordeste diminuirão.

1º DE SETEMBRO DE 1977.

MENSAGEM DIRIGIDA AOS BRASILEIROS DA AMAZÔNIA, POR OCASIAO DO LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE ONDAS CURTAS DA RADIO NACIONAL DE BRASILIA.

Os governos que se sucederam, a partir da Revolução de 1964, deram especial atenção à integração nacional. Orientaram-se, de modo particular e com intensidade, no sentido de realizar uma maior vinculação da extensa Região Amazônica com o restante do país, e, paralelamente, de propiciar condições para acelerar a participação dessa Região no desenvolvimento geral.

Múltiplas medidas foram adotadas: — a transformação da antiga SPVEA na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — a SUDAM; implantação da Zona Franca de Manaus — a SUFRAMA; a revitalização do Banco da Amazônia; a política de incentivos fiscais, hoje a cargo do FINAM; o levantamento integral pelo RADAM; os pólos agropecuários e agrominerais que constituem o POLAMAZÔNIA; a abertura de rodovias ligando a Região ao Planalto Central, e, pois, a todas as Unidades da Federação e assegurando a união transversal pela Transamazônica; a hidrelétrica de Tucuruí, em construção; a exploração da bauxita de Oriximiná e de Paragominas; o projeto de alumínio — ALBRÁS; o projeto do complexo mineral de CARAJÁS; os fluxos migratórios provindos de todas as outras regiões do país e orientados para o desbravamento de novas áreas

adensando o povoamento; o abastecimento de água e o saneamento de diversas cidades; o desenvolvimento do ensino e da assistência à saúde — são alguns exemplos concretos do muito que se fez nestes últimos anos.

Hoje um novo e importante projeto é inaugurado: a Radiobrás inicia sua transmissão para a Amazônia, através da onda curta da Rádio Nacional de Brasília. Esta realização do Ministério das Comunicações é mais um forte elo na união que tanto desejamos e, por isso, rejubilo-me por sua concretização.

A partir de agora, os compatriotas que aí habitam terão condições de ouvir, pelo rádio, a nossa língua, a nossa música, de estar em dia com o que acontece no país e, assim, de se sentirem mais próximos de seus irmãos brasileiros e mais integrados com os altos interesses e anseios nacionais.

Em tão relevante oportunidade que coincide com o início das comemorações da Semana da Pátria, saúdo a todos os brasileiros da Amazônia, reafirmando-lhes minha confiança no valor de nosso comum esforço presente e no porvir venturoso que conjuntamente estamos construindo.

5 DE SETEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DOS LIDERES SINDICAIS DO AMAZONAS, ACRE E PARA (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Tenho muito prazer em ter esse contato com os líderes e trabalhadores das diferentes áreas da Amazônia.

Agradeço muito penhorado as palavras do representante de vocês, que são muito elogiosas para mim, talvez benevolentes demais. Talvez ele ponha nessas palavras, me atribua mais do que realmente eu tenho feito. Mas, de qualquer forma, agradeço comovido e penhorado as expressões que ele usou com relação ao meu governo. Acho que esta vinda dos representantes dos trabalhadores a Brasília e o contato que aqui tiveram, nesses dias, com o Ministério do Trabalho, é muito útil.

E torno a repetir o que tenho dito em outras oportunidades semelhantes a esta: é útil porque permite ao Ministério compreender melhor os problemas dos trabalhadores, sentir como eles estão organizados e quais são os problemas que eles têm. E, por outro lado, permite aos trabalhadores conhecerem o Ministério que mais lhes toca, ver como o Ministério trabalha, quais são também as suas dificuldades e o que ele realiza em benefício dos trabalhadores, e o que ele pode realizar, quais são as suas perspectivas num futuro próximo.

É evidente que desses contatos e desses entendimentos só pode resultar uma obra melhor, mais útil e mais proveitosa, para os trabalhadores de um lado e para a nação brasileira de outro. Há dias, quando inaugurei os serviços de radiodifusão em ondas curtas daqui de Brasília para a Amazônia, na mensagem que dirigi ao povo da Amazônia ressaltei que uma das preocupações do Governo federal, particularmente nesses anos da Revolução, tem sido a progressiva integração da Amazônia no contexto nacional, tirar a Amazônia do seu isolamento, vinculá-la mais estreitamente ao restante do país e dessa forma também assegurar-lhe um desenvolvimento mais rápido e mencionei então as várias coisas que se tinham feito para a Amazônia.

Uma foi a remodelação da antiga SPVEA e sua transformação na SUDAM, outra o estabelecimento de incentivos fiscais para assegurar o desenvolvimento da região; foi a criação da SUFRAMA e a Zona Franca de Manaus; foi a abertura de rodovias que partindo do Planalto Central vão até o vale e interligam a Amazônia com o restante do País. Foi a abertura da transversal que permite uma conexão mais íntima entre as diferentes partes da Amazônia; foi a criação dos pólos de desenvolvimento, agropecuário e minerais; foi o maior povoamento, com afluxo de populações de áreas do sul e do centro do país que vão para a Amazônia à procura de um futuro melhor para si próprio e para seus filhos.

E assim, aos poucos, a Amazônia deixa de ser uma área isolada e despovoada que só integrava

praticamente o Brasil pela sua escassa população e pela geografia. Estamos, deste modo, trabalhando pela Amazônia sem dúvida assegurando a vocês todos e àqueles que aqui representam melhores condições de trabalho e talvez, creio eu, melhores condições de vida. Mas, mais do que o presente, nós estamos realmente construindo um futuro. Futuro que é grande para a Amazônia, que é grande para o Brasil. Mas não é só o Governo que constrói esse futuro: é o Governo juntamente com o restante da nação. É o Governo junto com o povo, é o Governo junto com vocês e com aqueles que vocês representam que vão construir esse futuro.

6 DE SETEMBRO DE 1977.

IMPROVISO POR OCASIAO DA INAUGURAÇÃO DO CLUBE DO EXÉRCITO, EM
BRASILIA.

Agradeço as palavras do Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército, General Sylvio Frota, como agradeço o brinde que me fazem neste momento. Meu papel na construção deste Clube foi realmente pequeno. Quando me apresentaram o projeto, senti sua importância e dei meu apoio, porque percebi logo sua necessidade para a guarnição do Exército do Distrito Federal, pela sua dimensão. Exigia-se que se construísse um Clube, onde se tivesse não apenas o hábito do lazer e dos esportes, mas sobretudo uma área de convivência e confraternização.

A partir dessa inauguração de hoje, o Clube está em condições de desempenhar o papel a que se propôs. Mas, nesta oportunidade, eu desejo fazer um voto. Um voto de que o Clube preencha sua finalidade, afora a do lazer, e que sirva, primordialmente, para cada vez mais aumentar a coesão e a união dessa grande família que é o Exército. E mais que isso, sirva para entrelaçar o Exército com as forças irmãs — Aeronáutica e Marinha — e também com o meio civil e todas as camadas representativas da sociedade brasileira, porque realmente não somos corpos isolados, mas convivemos em conjunto, e só em conjunto realizamos essa coisa extraordinária que é a nossa Nação. Neste ponto, peço a todos que me acompanhem em um brinde.

Agradeço a acolhida que me fazem nesta visita a Lorena, agradeço também a saudação do Excelentíssimo Sr. Prefeito desta cidade, que destacou o entrosamento que existe entre o Governo Federal, o Governo Estadual, o Governo Municipal e a iniciativa privada. Todos, unidos, numa conjugação de esforços para desenvolver esta área e junto com ela o restante de nosso país é, sem dúvida, um esforço gigantesco em que todos estamos empenhados. Venho, hoje, inaugurar mais uma fábrica nas vizinhanças desta cidade e integrada neste município. Poderia parecer que uma fábrica em si nada significaria no contexto nacional, para que o Presidente da República saísse de seus afazeres e viesse para esta região. Mas a inauguração desta fábrica para mim tem um significado simbólico. É o de que esta região, que abrange todo o vale que no passado foi uma região florescente e que depois, por circunstâncias de nossa evolução, paralisou e deu lugar à imagem das cidades mortas, vem ressurgindo ao longo do tempo, se transformando, graças sobretudo à industrialização dos dois pólos que estão nos seus extremos, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Hoje, o Vale do Paraíba é uma das regiões mais prósperas e dinâmicas da vida nacional, não só

proporcionando energia para as nossas indústrias e nosso bem-estar, mas trabalhando e produzindo, também uma desconcentração monstruosa que se verifica nas grandes cidades e repartindo melhor a riqueza por outras regiões.

Venho, assim, dizer aqui que o Governo Federal acompanha este desenvolvimento, com ele se rejubila, com ele se solidariza e se mostra sempre disposto a prosseguir com o desenvolvimento planejado de toda essa região do Vale, uma das mais promissoras para o futuro de nosso país.

Nesse esforço, sem dúvida, cabe ao povo, àqueles que trabalham, uma parcela importante: labutam, mas também colhem os benefícios deste trabalho; seja por melhores salários, seja por melhores condições de vida e, sobretudo, seja assegurando aos seus descendentes um futuro melhor. Essas palavras mostram que as cassandras que vaticinam fins trágicos para o nosso país, que prevêem um futuro sombrio para todos nós, não têm razão. Aqui estamos hoje irmãos neste objetivo comum; estamos produzindo, estamos evoluindo, estamos fazendo um país cada dia melhor. Muito obrigado.

19 DE SETEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DO CEARA, ALAGOAS E SERGIPE (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Eu nada tenho a acrescentar ao que o Sr. Ministro falou, em nome do Governo. Agradeço a placa que me ofereceram, que me servirá pelo resto da minha vida como uma lembrança desse encontro, dos que aqui estiveram, da sinceridade dos propósitos que os animam e que se conjugam com os nossos também. Faço votos que tenham aproveitado esses dias de Brasília. Pessoalmente, também, no interesse de sindicatos, das entidades que representam. E que voltem para seus afazeres, revigorados, com essa certeza de que não estão sós, o Governo está sempre atento, preocupado, dentro das limitações, evidentemente, de suas possibilidades, em enfrentar os problemas dos trabalhadores. Nós somos realmente sinceros dentro desses propósitos e estamos empenhados, em todos os sentidos, na frase que meu Governo desde seu início fixou: que toda a tarefa do Governo, não só no setor de planejamento, mas também nas suas realizações, tem em vista o bem-estar do homem brasileiro. O homem é que é o objeto de toda a nossa ação. Muito obrigado.

3 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Agradeço a mensagem que me trazem, sinceramente com emoção. Ela significa, de certa maneira, embora numa dosagem talvez exagerada, uma compreensão do esforço, do trabalho, das vicissitudes, dos problemas, o reconhecimento de tudo isso por parte dos que trabalham. Sem dúvida, já se fez alguma coisa; já se conseguiu algum resultado e isso é fruto não apenas do Governo. É fruto também, e principalmente, daqueles que trabalham. Mas, aquilo que se conseguiu mostra o quanto ainda se tem que fazer. A tarefa está apenas iniciada, conjugada através dos Ministérios do Trabalho, da Previdência, da Saúde, da Indústria e do Comércio, da Educação e assim por diante. É um conjunto de forças, na área do Governo, que procura somar com as forças dos empresários e dos trabalhadores, para ver se nós conseguimos construir uma vida melhor.

Hoje estamos melhores do que estávamos ontem, mas é preciso que amanhã estejamos melhores do que hoje e isso só será possível se entre nós houver essa compreensão e esta preocupação comum de realizarmos a tarefa por mais sacrifícios que ela nos cause, senão para nós, pelo menos para nossos filhos. E é por isso que eu torno a dizer: estou satisfeito e lhes agradeço comovidamente, porque me parece,

e creio que não me engano nisso, que encontro por parte dos líderes sindicais de Pernambuco uma verdadeira compreensão daquilo que estamos fazendo e do que pretendemos fazer.

10 DE OUTUBRO DE 1977.

DÍCURSO POR OCASIAO DA INAUGURAÇÃO DA I FEIRA MARITIMA INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO (RIO-MAR-77), NO RIO DE JANEIRO-RJ.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Numerosas vezes tenho posto em relevo a importância que o Governo brasileiro atribui à cooperação externa para o desenvolvimento econômico e social do país, e é com tal sentimento que dou as boas-vindas aos que aqui vieram participar da I Feira Marítima Internacional do Rio de Janeiro.

Não poderia, assim, o Governo brasileiro deixar de apoiar, com entusiasmo, a iniciativa das empresas privadas que militam na indústria naval brasileira por esta extraordinária iniciativa que é a promoção e realização, pela primeira vez na América Latina, de uma feira marítima reunindo mais de duzentos expositores nacionais e estrangeiros e trazendo ao nosso país cerca de três mil empresários internacionais ligados ao ramo.

Neste conclave, que reúne industriais brasileiros e empresários de vários países, dar-se-á ensejo a uma colaboração dinâmica e frutuosa entre produtores e consumidores, entre armadores e usuários do navio mercante, o qual, como veículo transportador, ferramenta indispensável à economia mundial e, também,

instrumento da política das nações, é um bem de relevante importância para todos os povos, tanto para seu desenvolvimento como para sua própria sobrevivência.

No caso específico do Brasil, que possui uma frente marítima de mais de 7.500 quilômetros e mais de 20.000 quilômetros de vias interiores com três metros, no mínimo, de tirante d'água, o navio tem sua importância acrescida pelo fato de poder ser utilizado para ligar vastas regiões do país diretamente com o resto do mundo.

Por seu intermédio, de fato, efetua-se mais de 90% de nosso comércio interestadual e internacional.

Eis por que uma perturbação qualquer nos fluxos de importação ou exportação terá influência profunda sobre todo o nosso processo de desenvolvimento que vem sendo planejado e cuidadosamente promovido ao longo do tempo.

Lícito é, portanto, assegurar que o Brasil deve proteger-se, dando dimensões adequadas à sua própria frota mercante, para que venha a depender menos, a cada dia, da tonelagem externa, eventualmente sujeita a restrições de variadas naturezas.

Por fortes razões, essa é uma tese básica e tanto mais prioritária quanto se sabe que o valor do frete marítimo, em muitas oportunidades, pode determinar o preço final dos produtos exportáveis, em face da competição exterior.

Na realidade, a prestação de serviços marítimos é, de fato, uma atividade de importação ou expor-

tação, sendo fonte geradora de divisas para a bandeira transportadora ou, em medida igual, escoadouro para as divisas de um país que dependa dos serviços prestados por frota de terceiros.

E não podemos esquecer que, em nosso processo de desenvolvimento, são as matérias-primas que constituem o mais substancial peso exportável do litoral brasileiro, fluindo a soja no sul, o café e o minério de ferro no sudeste, o açúcar no nordeste e o manganês no norte, enquanto nossa importação se compõe principalmente de petróleo e produtos manufaturados necessários ao nosso desenvolvimento social e tecnológico.

Tal pauta comercial é assaz sensível às oscilações de preços e, assim, fortemente afetada pela instabilidade dos fretes.

Sem suficiente frota mercante própria, a política de afretamentos foi a solução encontrada, no país, para suprir a necessidade de transporte marítimo. Solução evidentemente temporária no contexto daquela política. Não obstante o vulto significativo das divisas que nos custam esses afretamentos, sobressaem as vantagens do ingresso imediato da armação com bandeira brasileira no tráfego marítimo, o esboçar de uma imagem no mercado externo, o estabelecimento de vínculos comerciais e a criação de uma infra-estrutura de operações, em preparo antecipado à entrada em serviço das unidades nacionais.

Tais conceitos constituem, primacialmente, a base da política de navegação mercante brasileira,

respaldada na tese de reciprocidade hoje reconhecida pelo seu intrínseco conteúdo de justiça.

Os acordos de transporte marítimo, alguns deles de excepcional relevância, provam, à saciedade, o reconhecimento de pontos de vista essenciais à vida econômica do Brasil, inclusive à sua própria segurança.

Os programas de Construção Naval estabelecidos pelo Governo brasileiro foram, portanto, consequência e não causa — caminhos bem definidos para se alcançarem metas vitais da nacionalidade. Autorizados a partir de 1964, objetivaram atender à dupla necessidade de se montar uma indústria de grande efeito multiplicador, geradora de numerosos empregos em toda a gama da atividade humana, e de suprir a economia brasileira de instrumento necessário a seu pleno e livre crescimento. Para uma idéia de sua amplitude, basta que se diga que o II Plano de Construção Naval abrange novas encomendas de 5 milhões e 300 mil toneladas de porte bruto (TDW) para o período de 1975/79 e um custo total estimado de 3,3 bilhões de dólares.

Outros programas serão elaborados e desenvolvidos no decurso do tempo, para cumprimento da política governamental, até que as necessidades de tonelagem, faixa etária e especialização da frota venham a ser satisfeitas.

Esperamos que, entrementes, nossa indústria de construção naval tenha alargado as áreas de mercado internacional já conquistadas, pois, hoje em dia, aí

já estamos presentes com uma produção tecnicamente qualificada e bem aceita pelos armadores do exterior.

Paralelamente, a indústria naval e a navegação brasileira estarão sempre abertas à cooperação internacional, prontas a participarem de conclaves como este, valiosos em generalizados benefícios de caráter econômico, técnico e social.

Certamente, tudo quanto foi feito neste país, em matéria de desenvolvimento marítimo, representou laborioso esforço de muitos brasileiros ilustres, dedicados a um mister que sempre contou com o apoio do Governo. Entretanto, seria injusto que aqui não mencionássemos a eficiente cooperação externa recebida, tanto tecnológica quanto financeira e política, cujos frutos se fazem sentir em escala crescente.

Cremos que a responsabilidade da movimentação das mercadorias que constituem o comércio entre dois países quaisquer deve recair, no caso de transporte marítimo, sobre as respectivas marinhas mercantes, às quais cumpre oferecer serviço eficiente e de baixo custo que assegure a competitividade dos produtos nos respectivos mercados, sem que se beneficie a economia de um deles em prejuízo do outro.

Cremos, ainda, que uma parte desse transporte possa também ser atribuído às marinhas mercantes de outras nações que tradicionalmente tenham emprestado sua colaboração ao estabelecimento e desenvolvimento daquele comércio.

Continuaremos a perseguir nossos objetivos através dessa política. Entretanto, não somos intran-

sigentes e estaremos sempre prontos a aperfeiçoar o sistema, agilizar e ampliar o intercâmbio de toda ordem e torná-lo exeqüível, uma vez que, no comércio internacional, principalmente marítimo, nunca estamos sós.

Confiante em que este evento se repita em anos futuros, cada vez mais concorrido e contando sempre com a encorajadora presença das principais empresas do ramo, cujos representantes acolhemos carinhosa e calorosamente, declaro inaugurada a I Feira Internacional Marítima do Rio de Janeiro — RIOMAR-77.

11 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO AO SANCIONAR A LEI COMPLEMENTAR QUE CRIOU O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.

Gostaria de acrescentar algumas palavras ao discurso proferido pelo Senhor Ministro do Interior, Rangel Reis. Ao sancionar a lei complementar votada pelo Congresso Nacional, nós ultimamos uma etapa, sobretudo etapa de ponto de vista legal, para a criação do Estado do Mato Grosso do Sul. A partir de hoje teremos que iniciar uma longa tarefa, para, com base nesse dispositivo legal, darmos efetiva existência ao novo Estado.

Foi preocupação do meu Governo abrir o caminho no sentido de uma melhor divisão territorial do País. Considero isso uma necessidade. Necessidade decorrente, em primeiro lugar, de uma disposição geográfica. Decorrente também do desenvolvimento do país e sobretudo da ocupação, da utilização de novas áreas que até agora jazem apenas em estado potencial. Mas decorrente também de uma necessidade de ordem política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação nos dias de amanhã.

Sei que a divisão territorial do país sempre constituiu um problema complexo, difícil de abordar, em consequência dos naturais sentimentos locais, do sentimento de regionalismo e também da tradição histórica que não pode ser absolutamente desprezada. Mas, sem dúvida, essa redivisão é necessária prin-

cialmente, como disse há pouco, às novas áreas que estão sendo progressivamente ocupadas e que constituem a imensa bacia do Amazonas. O que o meu Governo fez foi desbravar o terreno e iniciar a solução do problema. E se de um lado conseguimos fazer a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, realizamos agora a separação do Mato Grosso do Sul.

Atendemos aí a imperativos de toda a ordem, mas convencido estou de que atendemos também em grande parte e grande escala às aspirações da população que aí vive. Fator de ordem psicológica, fator humano que não podemos absolutamente ignorar. A tarefa que temos pela frente é imensa. Vamos construir praticamente dois Estados: Mato Grosso do Sul, que passa a ter vida política, e Mato Grosso do Norte, que vai se defrontar com novos problemas, talvez problemas mais difíceis pela necessidade de suprimento de recursos para compensar aqueles que hoje perde.

Mas a imensidão da tarefa não deve nos desanimar. Ao contrário, ela constitui um desafio, um estímulo para que lutemos. Nessa luta estaremos todos juntos, Governo Federal, Governo dos dois Estados e Municípios e o povo. Com o nosso esforço, com nossa vontade de realizar, usando as potencialidades do território e a capacidade da população e usando o poder econômico e financeiro da União e o seu poder político, eu lhes confesso: tenho em mim seguras esperanças de que nós vamos construir dois grandes Estados futuros do Brasil.

12 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO NA POSSE DO GENERAL FERNANDO BELFORT BETHLEM COMO MINISTRO DO EXERCITO.

Como já se tornou público, pelo ato que assinei hoje, exonerei o Excelentíssimo Senhor General Sylvio Frota do cargo de Ministro do Exército e convidei para o cargo o General Fernando Bethlem, Comandante do III Exército, que aceitou essa incumbência. Em consequência, convidei os senhores para assistirem à sua posse no cargo para o qual foi nomeado.

Desejo, nesta oportunidade, transmitir os meus votos de felicidade pessoal e o desejo de que cumpra a sua missão, mantendo a união do Exército, trabalhando com eficiência para o bem dessa importante instituição do País, que, junto com a Aeronáutica e a Marinha, tem o pesado encargo de assegurar a nossa sobrevivência como Nação no âmbito internacional e assegurar a ordem e a estabilidade dentro do País.

Estou certo que o General Bethlem, pela sua longa carreira militar, pela sua tradição, pelos trabalhos que produziu, pelo desempenho nos comandos que tem exercido, está à altura deste cargo. Nesta oportunidade, desejo, ao mesmo tempo que lhe agradeço ter aceito meu convite, formular-lhe votos de pleno êxito na sua missão.

13 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, AO RECEBER A VISITA DE CRIANÇAS DE RIBEIRAO PRETO-SP.

Acho que a oportunidade de conhecer Brasília é muito boa, pois aqui está o coração do País. Acho que todos têm que cuidar muito de vocês, porque são o Brasil de amanhã. Através do estudo e da educação, vocês serão os continuadores da construção deste grande país. A criança é importante para nós, não apenas pelo aspecto dengoso, do carinho, do prazer de ter uma criança nova, mas pela preocupação e responsabilidade de fazer vocês crescerem com educação adequada, instrução e saúde, para que possam ser, todos vocês, bons brasileiros.

17 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Nas minhas andanças pelo interior do Brasil, como Presidente da República, tive poucas oportunidades de ter maior contato com os trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, depois da fusão. Recordo que estive em Volta Redonda, estive em Campos, em Niterói e Nova Iguaçu. Lá tive contato mais direto com os trabalhadores, principalmente em Volta Redonda, e guardo, dessas visitas a essas localidades, do seu povo e sobretudo da massa trabalhadora, a mais grata das recordações. Hoje, as lideranças sindicais vêm a mim, vêm aqui a este Palácio ter um contato, mesmo informal, com o Presidente da República e eu lhes agradeço por terem vindo, como agradeço, principalmente, as expressões de confiança que demonstram e, pela palavra do seu representante, exprimem na ação do meu Governo, voltado em grande parte para os interesses da classe trabalhadora, dentro das limitadas possibilidades que o país tem para solucionar toda a gama de complexos problemas com que nos defrontamos. Essa confiança é importante para mim, porque revela que o nosso esforço é compreendido. Que por maiores deturpações que procurem fazer sobre a ação do Governo, aqueles que são mais diretamente atingidos nos compreendem. Fico, pois, muito satisfeito

com as demonstrações dessa confiança. Quero dizer-lhes que a confiança é recíproca. Eu também acredito na classe trabalhadora e acho e torno a dizer o que muitas vezes disse: nós só nos desenvolveremos e teremos melhor bem-estar através do nosso trabalho e, aí, a importância do trabalhador é fundamental. Eu reconheço isso e confio nos trabalhadores brasileiros. Sempre tenho em toda parte encontrado receptividade para esta idéia: vamos trabalhar, mas vamos trabalhar juntos. Vamos continuar unidos. Governo e trabalhadores. E junto com eles também os empresários, porque todos nós juntos, somando forças, sem dúvida construiremos um futuro melhor. Obrigado.

21 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO EM JOAO PESSOA-PB.

Devo, de início, agradecer o acolhimento que me fazem e as palavras generosas do excelentíssimo senhor Governador a meu respeito, sem dúvida bastante exageradas, mas que exprimem sentimentos que me são muito gratos. Agradeço também as referências feitas pelo senhor superintendente da SUDENE sobre a minha atuação na área nordestina.

Não tenho feito mais do que continuar a obra dos governos da Revolução. O que se faz hoje no Nordeste é uma seqüência do trabalho que se desenvolveu desde o governo do grande Presidente Castello Branco e que foi continuado com maiores e menores vicissitudes através dos governos que se seguiram, o Governo Costa e Silva e do Presidente Médici. E a mim coube um dever indeclinável de prosseguir nessa obra, tendo em vista assegurar o maior desenvolvimento desta grande região que é o Nordeste, visando a atender as necessidades de sua população, que se caracteriza por um grande índice demográfico, atender às necessidades propriamente, que decorrem de condições climáticas desfavoráveis, de modo a melhor integrar esta região que tem os maiores antecedentes históricos na vida do nosso povo no conjunto da nação. A tornar menores, se possível apagar os desequilíbrios que

ainda existem sobretudo em relação às regiões Sudeste e Sul.

Muito se tem feito e o relato dos programas e da sua execução, apresentado pelo superintendente da SUDENE e principalmente pelo Ministro do Interior, são por demais elucidativos e convincentes do que se fez e do que está ainda na infância, onde tudo está por se fazer, sobretudo no que se refere à sua infra-estrutura. Há problemas imensos na área econômica e social. Essa área social é extraordinariamente preocupante, porque é cuidando dela que podemos evitar que doutrinas exóticas explorem nossa miséria para se instalar entre nós. É na área social que precisamos trabalhar para obter um melhor nivelamento do homem brasileiro. É pela educação, pela habitação, pela saúde, pelo trabalho, que nós podemos elevar essa população a um nível de dignidade de que ela ainda está carente. São esses os direitos humanos que me preocupam e que muitos esquecem, e que eu tenho ao longo dos anos do meu governo procurado cuidar o tanto quanto possível. Mas, infelizmente, a quadra geral em que o mundo vive não nos é favorável pela crise econômica e pela recessão que se instalou nas áreas mais desenvolvidas, conseqüentemente, como é natural, e agora possivelmente agravado, os recursos de que dispomos são sempre inferiores à necessidade que se nos apresenta.

E aí se cria um problema extraordinariamente difícil, um verdadeiro drama para o governante: estabelecer prioridades. Ver onde os poucos re-

ursos de que dispõe devem ser aplicados. Ver e fazer. Ter a determinação e adotar uma decisão e a firmeza de se manter dentro dessa execução, que talvez seja a fase mais importante de todo esse conjunto. Assim, os recursos que o Nordeste tem recebido a muitos «nordestes» pode parecer pouco e certamente o são, se comparados aos problemas que aqui existem. Todavia, se se fizer a análise no quadro nacional; se não se considerar apenas o problema no sentido absoluto; mas se se olhar a relatividade do Nordeste para as demais regiões do país, concluir-se-á que foi aqui que o Governo Federal fez o seu maior esforço.

Os números que se podem citar a esse respeito são relevantes e muitos talvez o ignorem ou procurem ignorá-los. Uns de boa-fé, outros com intenções menos respeitáveis. Se nós olharmos o conjunto dos programas: o FINOR, os programas especiais (como o Polonordeste, Programa de Irrigação, de Agro-Indústria, Programa Sertanejo e a transferência da União aos Estados e Municípios. Se nós pegarmos o número de recursos que foram destinados e empregados em todos esses programas, de 1973 a 1977, adaptando a moeda ao nível de 77, nós teremos os seguintes números: em 1973 — 10 bilhões e 100 milhões de cruzeiros; em 74 — 11 bilhões e 500 milhões; em 75 — 15 bilhões e 800 milhões; em 76 — 18 bilhões; e, neste ano, 21 bilhões e 300 milhões. Quer dizer, em 77, em mais do dobro de 73, observando mais uma vez que esses números são equivalentes porque se trata de moeda consi-

derada ao nível de 77. Quer dizer, o nosso esforço permitiu duplicar os recursos aplicados em 73 para o ano de 77.

Há outro índice que eu considero extraordinariamente relevante citar. O superintendente da SUDENE referiu-se ao esforço feito na instalação de energia no Nordeste. O aumento da potência instalada nesses anos.

Eu quero referir-me ao consumo. Verifica-se que no período compreendido entre 1964 e 76, pode-se dizer, nos anos da revolução, o consumo no Nordeste cresceu na ordem de 500%. Ele era de 1964 quilowatts/hora, em 64 e é agora, em 76, de 8.245 quilowatts/hora. Enquanto isso, no restante do país esse crescimento foi de 300%, passando de 23.520 quilowatts/hora para 75.266 quilowatts/hora.

Em 1974, este consumo representava, no total do país, 7%; em 1976 ele representa pouco mais de onze. Isto significa que a importância do Nordeste no quadro nacional aumentou. Ou por outra, a diferença do Nordeste em relação às regiões mais desenvolvidas se tornou menor. A previsão de consumo, de crescimento do país é da ordem de 12,6% e a estimativa para o Nordeste é de crescimento anual na taxa de 18%. Ora, isto é evidente. Todos sabem que este é um índice de extraordinário valor para se aferir o desenvolvimento de uma área. Neste quadro eu sei que uma das extraordinárias preocupações do Nordeste é o do vulto de recursos que o FINOR poderá dispor no corrente ano. É que,

com a mudança do sistema de incentivos fiscais, substituindo-se a forma anterior pela do FINOR, verificou-se um menor interesse das empresas jurídicas em se beneficiarem do sistema de investimento. É um fenômeno curioso e que talvez ateste a pouca seriedade do sistema anterior. Mas, na realidade, muitas empresas deixaram de optar pela aplicação do incentivo. Conseqüentemente, os recursos realmente que correspondem ao FINOR são menores do que nós prevíamos. Num reajustamento que se fez em função da declaração de Imposto de Renda, em julho deste ano, prevíamos que há de vir um montante de incentivos da ordem de 5 bilhões e 200 milhões. E posteriormente se verificou que as opções feitas atingiram um volume bem menor. Eu quero dizer-lhes que, após a análise do problema, decidiu o governo manter este nível de 5 bilhões e 200 milhões. E mais. Na distribuição destes recursos a reserva que se tinha estabelecido, no valor de 1 bilhão, em função da análise que o governo fez vai ser aplicada. E haverá assim a aplicação integral desta importância.

Há outro aspecto da região nordestina que já foi focalizado aqui. É relacionado com os recursos do Banco do Nordeste. Também houve, da parte do governo, adotando medidas relacionadas com meios de programas do FIN, do PIN e do PROTERRA, fornecer melhores recursos ao Banco do Nordeste, de modo a que possa, de certa forma, atenuar a crise que resultaria da indisponibilidade destes recursos em função dos créditos que ele tem que atender.

Há ainda um outro problema que o governo se preocupou em atender nestes dias. É o que se relaciona com a comercialização da safra de algodão. Este ano, devido a condições favoráveis de clima e, possivelmente, pelos estímulos proporcionados pelos altos preços que se verificaram no ano anterior, a produção de algodão cresceu substancialmente.

Para minorar este problema, para enfrentá-lo em melhores condições, sobretudo tendo em vista a remuneração do produtor, o governo resolveu elevar de oito para 20% a bonificação que ele concede para a exportação do algodão. É um ônus que o Governo assume, mas que, sem dúvida, creio que será altamente benéfico para esta região. Quero concluir estas minhas breves palavras referindo-me a uma observação generosa feita pelo Superintendente da SUDENE, relativa à minha passagem por esta região em outras épocas. Ele é para mim profundamente sentimental e devo a ela muito na minha formação como homem público. Foi aqui que eu aprendi a conhecer melhor o Brasil. Acho por isto que a observação que o Dr. Lins fez é de alta relevância. Nós estamos vivendo num presente de luta, de trabalho, de dinamismo, procurando fazer do Brasil o Brasil que nós sonhamos. Este presente está, pois, vinculado ao futuro, futuro que nos espera e que todos nós devemos, através destas dificuldades de hoje, olhar com otimismo, pelo extraordinário potencial de que o país dispõe. Potencial de recursos naturais mas também humano. Não só em números, mas em qualidade. Mas o fato também

permite uma volta ao passado. Olhar para homens que nos antecederam e que também lutaram com este mesmo ideal. E aqui foi recordado com muita justiça o ilustre nome de José Américo de Almeida. Devo dizer-lhes que foi sob a inspiração de José Américo de Almeida que eu comecei a trabalhar aqui.

24 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Tenho recebido muitas delegações sindicais de diferentes Estados do Brasil e mantido, assim, um contato informal, mais íntimo, com os trabalhadores de diferentes categorias do nosso país.

Hoje, chegou a vez dos representantes do Rio Grande do Sul. É evidente que a minha satisfação é redobrada pelos vínculos que me ligam ao nosso Estado. Acho que a vinda a Brasília lhes deu uma oportunidade de um contato mais íntimo com o Ministério do Trabalho. Temos que trabalhar juntos, sem dúvida, e é preciso que o Ministério conheça mais a fundo os problemas dos sindicatos dos trabalhadores e, por sua vez, esses vejam como o Ministério atua, quais são também as suas possibilidades, qual a sua orientação, quais as previsões que nós temos para o nosso futuro. Tudo isso é feito sem demagogia, sem outras intenções que não aquelas de, realmente em harmonia e com conjugação de esforços, nós obtermos os melhores resultados; melhores resultados na área do trabalho; melhores resultados no relacionamento com o Governo. Este é o nosso propósito sincero e honesto. O Governo, desde o começo, procurou vitalizar o Ministério do Trabalho, separando-o da Previdência. Diz o Ministro Prieto que desde então nós passamos a realmente constituir

um novo Ministério do Trabalho. E este novo Ministério tem se desdobrado em inúmeras atividades, entre as quais figura a da liberdade sindical, o fortalecimento dos sindicatos, de autenticidade de sua representação. E, de outro lado, a preocupação em rever a Consolidação das Leis do Trabalho. Constituiu-se uma comissão que procedeu à revisão da legislação; procurou ver os pontos fracos, as falhas, os erros que a experiência vinha mostrando em nossa legislação. E, aos poucos, estamos procurando atualizar a legislação, levando em conta a correção dessas falhas e também a sua atualização com os problemas do dia de hoje. Os frutos estão surgindo aos poucos e um deles é esta lei que foi enviada hoje ao Congresso e que eu espero que produza os melhores resultados para os trabalhadores, sobretudo e, conseqüentemente, para o nosso País.

Sou grato em vê-los aqui e espero que nós continuemos a nos entender, como agora, pelos tempos a fora, com a maior vinculação entre os sindicatos e o Ministério, cada um trazendo os seus problemas e dialogando, porque sempre que há boa-fé o diálogo é útil, ele sempre dará resultados quando se fala com o coração aberto sem outras intenções que não aquelas de resolver honestamente os problemas com que nos defrontamos. Eu lhes agradeço por terem vindo aqui e o prazer que me proporcionam nesse fim de jornada de trabalho. Obrigado.

DISCURSO POR OCASIAO DA ABERTURA
DO SIMPOSIO «DEMOCRACIA E POLITICA
SOCIAL», PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO
MILTON CAMPOS, DA ARENA.

A Direção da Fundação Milton Campos não poderia ter sido mais feliz ao escolher, para o sim-
pósio que ora se inicia, tema tão fascinante como o
relacionamento complexo entre Democracia e Política
Social.

Cabe considerá-lo não apenas do ponto de vista
conceitual e doutrinário, mas também no quadro do
panorama real da vida política brasileira, a que
chegamos nesta fase renovadora iniciada com a Re-
volução de 1964. Espero que um e outro aspecto
mereçam aqui detida e aprofundada análise, à luz
de debate amplo e desinibido.

O alevantado ideal democrático que, nesta
quadra promissora da dinâmica nacional, inspira
vontades e reanima corações, exige definição mais
precisa e realista de seus contornos, para que se
venha a alcançar a base de consenso indispensável
à melhor construção do modelo adequado e atual das
instituições políticas do país. E, sobretudo, para que
se estabeleçam parâmetros necessários à avaliação,
objetiva e isenta, de seu grau de efetiva concreti-
zação prática, índice do desenvolvimento político da
nação ou, se o quisermos, do estágio por ela alcança-
do no incessante processo de modernização e aper-
feiçoamento que é a vida dos povos.

A idéia simplista de um governo de todos ou de quase todos os cidadãos, corporificando o conceito de soberania incontestável, foi retemperada ao calor de paixões contra o *demos* monstruoso e volúvel e por medo à tirania da maioria. Enriqueceu-se ademais, com o senso profundo da justiça social, em que Santo Tomás de Aquino lhe viu a essência, e com a integração de uma democracia também econômica, não menos essencial, já vislumbrada pelo pensamento de Aristóteles.

O lema de «Liberdade, Igualdade e Fraternidade», brandido embora para exclusivo benefício de uma única classe que se arvora em intérprete de toda a nação francesa, se não da humanidade, criou perspectivas novas, abrindo horizontes insuspeitos e mobilizando sentimentos, e instintos profundos, numa sociedade já em caminho para a massificação.

A ideologia clássica do liberalismo, na sua função legitimadora do exercício do poder político através de princípios e valores sociais, passou a admitir qualificações várias em sua crença ingênua, original, na bondade da pessoa humana e na racionalidade da ação política e, assim, acabou reforçando o autoritarismo do Estado intervencionista, reconhecido indispensável, em certo grau, à direção eficaz do poder. Por outro lado, a igualdade entre cidadãos essencialmente desiguais decaiu ao nível mais realista das oportunidades iguais, admitidos e salvaguardados sempre os chamados direitos naturais da pessoa humana. O sentimento fraterno desabrochou num rico complexo solidarista, entretecido pela identifi-

cação subconsciente aos símbolos e instituições do Estado e requereu-se que este, acima de tudo, fosse ativo, justificando, de um ângulo novo, agora altruístico, o próprio direito de participação de cada um no processo decisório em cenário político comunitário ou nacional.

A democracia plena, tipo apenas ideal como Rousseau não deixou de assinalar, admite, na prática, gradações diversas e uma ordem social mais ou menos aberta, adaptando-se às condições peculiares de cada povo, a seu grau de desenvolvimento econômico e social e de maturidade política. Entre o tipo ideal e puro, limite inatingível — e utópico, portanto — e o autoritarismo totalitário mais absoluto em seu arbítrio despótico, dispõem-se as nações sob variadas formas de governo — mais ou menos democráticas, mais ou menos autoritárias, numa busca sempre de equilíbrio, pouco estável aliás, entre as liberdades do cidadão responsável e a autoridade responsável do Estado, entre os objetivos próprios de cada indivíduo e os valores e interesses sociais do grupo nacional. Essa relatividade do conceito foi reconhecida sempre, desde Aristóteles a Stuart Mill. Não se compreende, assim, como haja ainda quem se admire e espante com expressão tão mezinha como «democracia relativa»...

E, pois, por ser a democracia relativa sempre, tanto no espaço entre nações várias, como no tempo, ao longo do evoluir de cada povo, ainda mais importa poder-se avaliar-lhe o grau de desenvolvimento, maturidade ou perfeição, comparativamente

ao tipo ideal, abstrato e único absoluto, do qual as formas reais apenas poderão tender a aproximar-se.

Ainda neste campo tão passional — e aí talvez mais até do que em qualquer outro — o homem será, de justiça, a medida de todas as coisas. Como integrante de uma sociedade política que lhe deve assegurar, antes de tudo o mais, a possibilidade franca de autodesenvolver, plenamente e em segurança, seu potencial de valores humanos, aí está ele inserido como agente e também como paciente, contribuindo, pela sua atuação, à dinâmica política da comunidade e colhendo também benefícios da ação do Estado, num jogo de dar e receber que traduz todo o metabolismo do indivíduo dentro do corpo social.

Tem-se, assim, um grau maior ou menor de participação, de um lado; e, de outro, grau maior ou menor de clientelismo na política social do Estado, na apropriação de excedentes sociais, distribuídos por este, com maior ou menor senso de equidade e justiça. E tudo isso num ambiente salutar de segurança e de liberdade, assentadas na Lei, e numa organização política flexível em que sensores fidedignos e cadeias de transmissão eficientes, como devem ser os partidos políticos, interliguem a massa governada e a elite representativa governante.

De participação política e dos instrumentos correlatos de mobilização e da formulação ideológica não cabe falar aqui, por mais que reconheçamos devam merecer, neste momento que vivemos, o melhor de nossos esforços e de nossa capacidade criadora.

A política social do Estado é, por outro lado, o tema central deste simpósio. Não menos central tem sido, também, nas preocupações mais sentidas do meu Governo.

Em discurso perante a Convenção Nacional da ARENA, a 15 de setembro de 1973, já assinalara eu que o desenvolvimento nacional deveria ser um «desenvolvimento para o homem e para seu grupo social — o homem inserido simbioticamente no seu contexto social, o grupo visando, em última análise, ao bem-estar dos indivíduos que o integram e vivificam». E, ainda mais incisivamente na primeira reunião ministerial, a 19 de março de 1974: «o homem brasileiro, sem distinção de classe, raça ou região onde viva e trabalhe, é o objeto supremo de todo o planejamento nacional».

Afirmando o primado do desenvolvimento psicossocial, como expressamente o fiz na introdução à Mensagem encaminhada ao Congresso Nacional em 1975, reiteradas as preocupações maiores do governo com as desigualdades sociais, inclusive inadequada distribuição individual da renda e as flagrantes disparidades regionais em que se destacam quadros preocupantes de zonas marginais e áreas-problemas, já foi possível, felizmente, passar da simples afirmação de intenções e propósitos à apresentação de realizações efetivas nas resenhas que a política social do Governo dedicaram as mensagens presidenciais, a partir de 1975.

Não desejo aqui repeti-las, atualizá-las na medida do necessário, nem muito menos ampliá-las ou

enriquecê-las com profusão de dados estatísticos que fácil seria enfileirar. Tarefa é essa que vos confio, para uma justa avaliação do que meu governo pode, até hoje, fazer na promoção do desenvolvimento social do país. É que bem sei estar essa tarefa entre os objetivos deste simpósio.

Apreciadas as diretrizes gerais da estratégia adotada na política social do governo tal como consubstanciada no Plano Nacional de Desenvolvimento, e as metas setoriais e linhas de ação definidas nos vários estágios do planejamento conseqüente; examinada a instrumentação operacional a que desde logo se procedeu pela criação de novos órgãos, reestruturação dos já existentes e institucionalização de mecanismos de ação adequados, inclusive para mobilização do apoio de entidades privadas; aferidos os programas implementados, seja pelo montante de recursos alocados e despendidos, seja por índices objetivos que traduzam os resultados obtidos; avaliada a melhoria alcançada de fato nos padrões de vida da população mediante a comparação de indicadores sociais expressivos — estou certo de que o analista mais rigoroso, desde que imparcial, não deixará de reconhecer o mérito do esforço amplo e perseverante que dedicou meu governo à política social, apesar da contenção imposta pelas sabidas aperturas econômicas de um período difícil de prolongada estagnação mundial, aliada a uma inflação persistente e à crise do petróleo.

E basta, nesta introdução que me permito fazer, apontar apenas alguns números particularmente

significativas do progresso alcançado no período 1974-1976:

— a renda *per capita* ultrapassando a marca dos 1.300 dólares, com um aumento de 9%;

— a população economicamente ativa crescendo de 6%;

— o salário médio real na indústria de transformação subindo de 16%;

— a taxa de alfabetização aumentando de 5% e as matrículas nos cursos superiores, de 33%;

— o treinamento profissional, a cargo do Ministério do Trabalho, vindo a atender a um milhão e duzentos mil aprendizes, com uma expansão de 28%;

— o sistema da habitação tendo atingido o total de 1,5 milhão de unidades residenciais financiadas, com um acréscimo de 35%.

Por outro lado, os benefícios concedidos, em 1976, pela previdência social urbana montando a 46 bilhões de cruzeiros para um total de 105 milhões de consultas médicas e quase 7 milhões de internações hospitalares; e os do FUNRURAL chegando a 6,6 para 12 e meio milhões de consultas e mais de 1,5 milhão de internações;

— e, em 1977, o PIS e o PASEP contribuindo com um aumento de renda real superior a 7% para os cadastrados da categoria de um salário mínimo.

Tudo isso, para um orçamento social que acumularia dispêndios de 582 bilhões de cruzeiros no período 1975-1977, com um total que chega a 222 na previsão feita apenas para o ano corrente.

Chega, porém, de números.

O Governo tem consciência do muito que já conseguiu levar a efeito no campo da política social, seja esse muito ainda muito pouco em relação ao que resta para fazer-se por esse Brasil imenso e promissor, em benefício, sobretudo, da boa gente mais humilde de nossa terra.

E sabe o Governo que não lhe faltará, para obras tais, o apoio e a solidariedade de toda a generosa comunidade brasileira.

Este terceiro simpósio da ARENA, que hoje se inicia, certamente contribuirá para isso em larga escala, divulgando dados objetivos e irrefutáveis e fornecendo aos homens do Partido material de primeira ordem para ampla e perseverante divulgação do que o Governo já fez e obtenção do apoio popular maciço de que necessita para prosseguir nessa obra vigorosa de redenção nacional.

E esta poderá, já agora, recorrer às valiosas conclusões e sugestões que desta reunião resultarão por certo, representando contribuição patriótica da maior utilidade que a ARENA desde logo terá prestado à ação do Governo em setor tão estratégico da vida administrativa do país.

26 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO POR OCASIAO DA POSSE
DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL
DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA IN-
DÚSTRIA, EM BRASÍLIA.

É com grande satisfação que venho hoje a esta cerimônia comemorativa da posse da nova diretoria da Confederação Nacional da Indústria. Há uma renovação, e sempre que há uma renovação, é lícito admitir o surgimento de novas idéias e novos estímulos. Isto não é demérito para seus antecessores. A diretoria anterior da CNI construiu muita coisa pelo seu trabalho. Mas uma nova diretoria traduz uma renovação, e espero que traga, agora, elementos novos, visando ao maior crescimento, mais trabalho e mais realizações.

Temos um território imenso, quase virgem, por explorar; uma população que cresce e já ultrapassa a 110 milhões de pessoas; um potencial de recursos naturais que temos por desenvolver.

Não podemos apenas voltar os olhos para o futuro, mas devemos pensar no presente. Desde o início de meu Governo temos procurado despertar as forças vivas da Nação: empresas estatais e iniciativa privada, empregados e empregadores, empresários e operários, a agricultura, a indústria e o comércio, para que, em tudo, haja uma conjugação de esforços; trabalhemos juntos, deixando de lado muitas vezes os interesses individuais para sobrepor a eles os interesses da Nação. Com isso, poderemos,

mais rapidamente, enfrentar os óbices da conjuntura econômica externa, obter mais crescimento, aumentar as condições de vida do nosso povo e fazer do Brasil um país realmente feliz.

Desejo que a nova diretoria possa desempenhar da melhor maneira o seu mandato, e que saia de cabeça erguida, convicta de que cumpriu o seu dever.

27 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO NA POSSE DO GENERAL
TACITO THEÓPHILO GASPAR DE OLIVEIRA,
COMO CHEFE DO ESTADO-MAIOR
DAS FORÇAS ARMADAS, NO PALÁCIO
DO PLANALTO.

Em virtude de disposição legal, vejo-me hoje privado da colaboração do Senhor General Moacyr Barcelos Potyguara, no cargo de Ministro-Chefe do EMFA.

Prestou ele nessa função os melhores serviços. Conduziu o EMFA, no desempenho dos encargos que lhe cabem na maneira altamente operosa, em harmonia com seus camaradas do Exército, Marinha e Aeronáutica. Quero aqui registrar de público os meus agradecimentos pelos relevantes serviços que prestou ao meu Governo.

Em substituição ao General Potyguara, foi escolhido para Ministro-Chefe do EMFA o Excelentíssimo Senhor General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, velho companheiro, camarada que prestou longos anos de serviços ao Exército e que agora, guindado a este alto posto, onde eu espero, mercê das qualidades que ele revelou em toda a sua longa carreira militar, que prossiga na obra que o Governo vem realizando nesse setor, e que se desempenhe de uma forma tão eficiente e tão capaz como o General Potyguara. Desejo a ele as maiores felicidades no exercício do novo posto, certo de que me prestará toda a colaboração de que eu necessito nesse órgão.

Quando recebi o convite para vir a São José do Rio Preto, não tive dúvidas em aceitá-lo desde logo, tendo em vista principalmente a importância que esta cidade tem na região do Oeste paulista. Formalmente vim aqui inaugurar novas instalações e equipamentos da Santa Casa e participar, como assistente, da Exposição de Pecuária que aqui se realiza.

Mas por mais importantes que sejam, na vida da cidade e da região, esses dois eventos, tem maior importância para mim esse contato que me é proporcionado com o povo que aqui vive. Tenho procurado, ao longo do exercício do meu cargo, conviver o máximo com os brasileiros, sair do recesso do meu gabinete e vir à praça pública e a outros lugares, sentir o pulsar do coração de nossa população.

Sentir os seus anseios, os seus problemas, as suas esperanças, as suas dificuldades, para dentro dos recursos, embora limitados, de que o Governo federal dispõe, atendê-los da melhor forma. Nesses contatos, eu vos confesso, eu me reconforto. Vejo que os esforços e as agruras por que passo no exercício do meu cargo, pelas naturais dificuldades que ele apresenta num país imenso como o nosso, e num mundo conturbado em que vivemos, eu aqui encontro

lenitivos, novas esperanças e novos estímulos para a luta.

Sempre na realização dos ideais a que nos propusemos de tornar esse Brasil melhor, desenvolvê-lo economicamente, dar-lhe melhor justiça social, aperfeiçoar-lhe as instituições, adaptando-as às nossas realidades e necessidades e sempre tendo em vista o bem-estar do homem, que é no fundo a essência que justifica toda a ação governamental. Eu vos agradeço sinceramente o acolhimento que me fazem, as palmas que me proporcionam, mas, sobretudo, as fisionomias alegres que me apresentam. Muito obrigado.

DISCURSO POR OCASIAO DA SESSAO
SOLENE INAUGURAL DA IV CONCLAP -
CONFERENCIA NACIONAL DAS CLASSES
PRODUTORAS - NO RIO DE JANEIRO-RJ.

Senhores Empresários,

Grande mérito tem a orientação adotada para esta Conferência Nacional das Classes Produtoras, no evitar temas conjunturais, imediatos, por mais que absorventes, para tentar visão mais ampla e profunda da economia brasileira e suas perspectivas futuras.

A oportunidade da realização desta Conferência é, pelo menos, tão relevante quanto a da histórica reunião de Teresópolis, em 1945. É que a crise do petróleo iniciou era nova na evolução econômica do Ocidente e seus desdobramentos ainda estão longe de se haver esgotado, embora ela não constitua, como pretenderam vozes apressadas, uma ameaça ao regime econômico ocidental.

A economia de mercado reagiu satisfatoriamente aos grandes abalos que experimentou, tanto nos anos 30 como no presente estágio. Sua fortaleza e capacidade de adaptação foram demonstradas, nessas duas fases de grandes transformações. Mudanças importantes tiveram lugar, gerando novas políticas e instrumentos, sem que ocorresse, entretanto, a desfiguração da doutrina.

Na perspectiva em que se coloca esta Conferência, podemos adotar como temas principais:

- a instabilidade externa, que condicionará o futuro previsível;

- a estratégia interna, diante dessa crise e para atender ao atual estágio de desenvolvimento nacional;

- a construção do modelo econômico; e

- o inseparável desafio social.

O problema externo deve ser considerado em duas etapas. Na primeira, que ora enfrentamos, trata-se de assimilar os elevados *deficits* em conta-corrente, da ordem de US\$ 40 bilhões por ano, que a política dos países da OPEP continua originando. O problema não está na escassez física de petróleo, cuja oferta, aos altos preços vigentes, é abundante. A dificuldade reside em que o grupo de países integrantes do cartel não apenas empobreceu, pela elevação violenta dos preços, todo o resto do mundo, mas, cada ano, provoca um *deficit* dos demais países, de proporções ainda desmesuradas.

Cabe, então, saber como tais *deficits* podem continuar sendo financiados — o que, de qualquer modo, significa perspectivas de crescimento bem menos elevadas, para o resto do mundo, até que progressivamente seja possível reduzi-los substancialmente.

A segunda etapa, que poderá iniciar-se entre 1985 e 1995, segundo previsões correntes, deverá caracterizar-se por uma escassez relativa do petróleo. Admitindo-se um crescimento moderado dos preços, a demanda, gradualmente, tenderá a ultrapassar a oferta, pela impossibilidade de acompanhar esta o

ritmo do consumo. E isto significa que um excedente de demanda terá de ser atendido através de outras fontes de energia: energia elétrica, carvão e, preferencialmente, fontes renováveis já conhecidas, como o álcool, ou novas formas de energia, hoje ainda no campo das experiências e especulações.

Fica evidente, pois, a realidade de que a crise do petróleo não foi apenas um grande choque isolado, em determinado momento, mas o início de um novo estágio na economia industrial moderna, com desdobramentos tanto imediatos como de mais longo prazo.

A adaptação da economia internacional a essa nova situação, conseqüentemente, não poderá fazer-se apenas através do tratamento de choque — que muitos países adotaram num primeiro momento, e exigirá boa dose de solidariedade internacional perseverante.

Se os países desenvolvidos resolvessem entrar numa recessão prolongada, retomando a medida de choque posta em prática em 75, para manter, continuamente, *superavits* em conta-corrente, dificilmente se poderia ter uma ordem econômica estável. Na verdade, o *superavit* contínuo dos países desenvolvidos iria somar-se ao inevitável *superavit* dos países da OPEP, determinando tremendo *deficit* que, anualmente, teria de ser suportado pelo mundo subdesenvolvido.

Acertada é, portanto, a tônica verificada nas recentes reuniões do Banco Mundial e do Fundo

Monetário, no sentido de que a recuperação econômica seja generalizada nos países desenvolvidos e não se dê apenas em alguns deles, sendo necessária, portanto, a colaboração dos países atualmente superavitários; e, simultaneamente, a reação do protecionismo, principalmente quanto à imposição de novas barreiras, pelos desenvolvidos, às exportações dos países em desenvolvimento. Por outro lado, o próprio Secretário do Tesouro dos Estados Unidos assinalou, relativamente ao problema da reciclagem dos petrodólares que: «É inevitável e correto que o mercado financeiro privado continue a desempenhar o papel dominante no financiamento dos desequilíbrios».

Na definição de sua estratégia, o Brasil reconheceu, desde logo, que o processo de ajustamento, seja da economia interna seja da internacional, seria demorado. E, por isso, partiu para um esquema de médio prazo, com sentido gradualista, a fim de dar tempo a que se realizassem as mudanças estruturais necessárias. A perspectiva de longo prazo nos conduz a um programa voltado essencialmente para a auto-suficiência em fontes de energia. Ele inclui, tanto quanto possível, a elevação da produção nacional de petróleo e, certamente, a expansão substancial da produção de fontes renováveis de combustíveis, como o álcool.

Para o médio prazo, que situamos na altura de 1980 ou início da próxima década, recorreu-se a uma política destinada à maior expansão das exportações, à auto-suficiência em Insumos Básicos, à substituição

de importações de Bens de Capital e à racionalização do consumo de combustíveis. Essa estratégia de médio prazo, consubstanciada no II PND, constitui uma opção econômica, escolhida em 1974, e que nos parece ter sido acertada e oportuna.

Em especial, quanto aos Insumos Básicos, o Brasil encontrou um caminho, disponível talvez para apenas poucos países. E rapidamente nele se lançou, com determinação.

A esta altura, é possível dizer-se que a estratégia está dando certo. Já este ano e principalmente a partir de 1978, teremos o benefício da substituição de importações em Equipamentos e Máquinas, Siderurgia, Petroquímica, Papel e Celulose, Fertilizantes, Metais Não-Ferrosos. Enquanto isso, não deverá esmorecer o esforço de expansão e diversificação de exportações, que o Governo anterior perseguiu com tanto êxito e que tivemos a determinação de continuar.

A política de produção de Insumos Básicos de Bens de Capital certamente requer grande esforço. Investiremos nesses dois setores, entre 1975 e 1979, cerca de Cr\$ 380 bilhões (a preços de 1977). Tal concentração de recursos em duas áreas de alta prioridade exigiu decisões difíceis do Governo, principalmente na contenção dos investimentos públicos, na desaceleração de investimentos em certos setores de infra-estrutura e no desaquecimento da produção de bens de consumo duráveis.

Dessa forma, a estratégia de médio prazo procurou ajustar-se, flexível e dinamicamente, às cir-

cunstâncias do período a que se destina, sem mudança de modelo, mas mediante a transformação da estrutura econômica.

Outra mudança de ênfase se está realizando, progressivamente, no desempenho da Agropecuária, com duplo sentido: a conquista de novos mercados no Exterior, principalmente em produtos agrícolas e animais não tradicionais, e o melhor atendimento do abastecimento interno, sobretudo em produtos críticos como trigo, feijão e hortigranjeiros. Não há dúvida de que tais avanços são viáveis, no Brasil, particularmente se levarmos em conta que a natural expansão da fronteira agrícola já está alcançando a área do São Francisco, a região dos «cerrados» e, em geral, todo o Centro-Oeste. Essa ocupação é feita progressivamente, sujeita, todavia, às limitações decorrentes de fatores conjunturais, com a disponibilidade de crédito e a necessidade da pesquisa e avanço tecnológico.

Isto posto, é natural que se indague, nesse quadro de transformações, o que está acontecendo com o modelo econômico brasileiro e quais são as suas perspectivas.

Dúvidas há, de várias ordens. Indaga-se se o modelo não é excessivamente dependente do Exterior, pela ênfase nas exportações. Discutem-se, frequentemente, questões como as da desnacionalização e da estatização.

Falando claramente: não vemos razões para mudança de modelo.

Sem dúvida, a estratégia deverá condicionar-se às novas realidades, de Governo para Governo ou de etapa para etapa; as ênfases conjunturais devem alterar-se, em função da necessidade de dar atenção maior, conforme as circunstâncias, seja ao crescimento, seja ao balanço de pagamentos ou à inflação. Mas, quanto ao modelo, em si mesmo, perseveramos no regime de mercado, como dimensão econômica de uma sociedade democrática e pluralista, assegurando à iniciativa privada posição de vanguarda no processo de desenvolvimento.

Nenhum outro é compatível com as instituições econômicas, sociais e políticas do País. No Brasil, ele tem condições para funcionar, de vez que o neocapitalismo que adotamos é capaz de realizar o desenvolvimento nacional, em evolução constante, sem recurso a experiências radicais. Adaptou-se a abalos violentos, como o da crise do petróleo, e oferece, hoje, todas as vantagens da continuidade.

Sua viabilidade social depende de continuarmos realizando a distribuição de renda, simultaneamente com o crescimento, e de não recermos a realização das mudanças sociais necessárias.

Sua viabilidade econômica depende, de um lado de nossa capacidade de evitar o avanço da estatização e da desnacionalização e, de outro lado, de realizar efetiva desconcentração do desenvolvimento, principalmente no setor industrial.

O caminho positivo — assim o entendemos — é o do apoio à empresa privada nacional. No meu governo, inúmeros instrumentos foram estabelecidos

para evitar o desbordamento da ação do Estado, através de suas empresas, para áreas que cabem à iniciativa privada. Expandir as empresas governamentais nos setores próprios, como Energia, Comunicações, Transporte Rodoviário, Transporte Ferroviário, é bom para o setor privado. E é bom para a economia nacional. Expandí-los de forma indevida, em muitas outras áreas, em descumprimento às diretrizes do planejamento nacional, seria criar distorções e enfraquecer o setor privado. Daí a adoção de medidas de controle, inclusive sujeitando as empresas governamentais a limites anuais de investimentos e a um exame, caso a caso, de novos projetos ou de criação de empresas subsidiárias.

O lado positivo da ação governamental anties-tatizante e antidesnacionalizante está em conhecer melhor os problemas da empresa nacional e esforçar-se para dar-lhes adequada solução. Impõe-se, assim, ajudá-la a capitalizar-se, ajudá-la a crescer com adequada estrutura financeira, auxiliá-la na busca de tecnologia e na ocupação de espaços vazios, mesmo em setores modernos.

O Governo mantém-se particularmente receptivo a sugestões nessa área de atuação e ocupa-se particularmente com os problemas da pequena e média empresas. Para tanto, estão sendo postos em operação novos e cada vez mais poderosos instrumentos e já ultrapassamos o estágio de simples formulações gerais.

Por outro lado, é imperativo reconhecermos a necessidade da crescente descentralização industrial

no quadro da evolução brasileira, tendo em vista, notadamente, a nossa dimensão continental e populacional, os problemas ecológicos e sociais e os que decorrem do sistema político federativo.

Assim, o País deve caminhar, com um mínimo de fricções, progressivamente, para a multipolarização. É natural que o pólo do Estado de São Paulo que, inclusive, se está descentralizando internamente, procurando o caminho do interior e do macro-eixo Rio/São Paulo, continue a ser o mais importante do País. Mas natural também é que outras vocações industriais se consolidem, no Rio de Janeiro, em Minas, no Sul. E que o Nordeste continue a desenvolver-se industrialmente, enquanto complexos mineiro-industriais e agroindustriais venham a ser estabelecidos na Amazônia.

Para que não se perca em racionalidade, a desconcentração industrial deve resultar de um trabalho conjunto entre Estados e Governo Federal. À União cabe usar os instrumentos de que dispõe — notadamente o CDI, BNDE, FINAME e, em geral, os órgãos gestores de incentivos fiscais — para induzir decisões concretas de descentralização, por parte de empresas privadas e governamentais. Os Estados deverão trazer, desde logo, suas oportunidades de investimentos ao Governo Federal, para que este os auxilie a viabilizar tais oportunidades, quer pela empresa nacional, quer pela empresa estrangeira ou por associações.

O último tema que desejamos abordar diz respeito ao desafio social.

Numa conferência de classes produtoras, o problema social não pode estar ausente, principalmente nas suas relações com o desenvolvimento, tanto mais que produtora é toda a força de trabalho, intelectual ou material, gerencial ou executiva, de maior ou menor qualificação.

Toda sociedade moderna tem de preocupar-se com o bem-estar do grande número, com o aumento da renda das classes trabalhadoras e com a expansão da classe média.

A solução não está obviamente no paternalismo, embora a assistência se faça necessária nos casos extremos. Nem está no distributivismo inconseqüente que se despreocupe do necessário crescimento do conjunto da economia nacional. Mas também não está no imobilismo, em matéria social, ignorando os requisitos inerentes ao natural e necessário desenvolvimento individual.

Senhores,

Temos razões para acreditar que o caminho econômico adotado pelo Brasil, em face das atuais perspectivas mundiais, está dando e continuará dando bons resultados.

A situação em que nos encontramos, num ponto de equilíbrio entre resultados no crescimento, no balanço de pagamentos e quanto à inflação, é razoavelmente satisfatória.

O Governo empenha-se em consolidar tais resultados, tendo em vista a evolução conjuntural e as perspectivas de médio prazo. A obtenção de *su-*

peravits na balança de comércio, nos próximos anos, apresenta-se como condição necessária, embora não suficiente, para que, a partir do final da década, possamos elevar progressivamente as taxas de crescimento do produto nacional.

Os resultados do ano passado, na Indústria, na Agricultura, no Comércio e demais setores, foram, em geral, favoráveis para a empresa privada. O mesmo deverá ocorrer este ano.

Estamos consolidando um modelo em que acreditamos. Julgamo-lo capaz de realizar o desenvolvimento do país, oferecendo boa resposta ao desafio social que temos presente a vulnerabilidade cada vez menor a fatores de ordem externa.

E isso tudo alcançaremos em condições tanto mais favoráveis, com desperdício menor de esforços e um prazo tanto mais curto quanto estamos certos de contar com a colaboração ativa, alerta e devotada das classes produtoras do país — empresários de todos os setores, profissionais liberais, intelectuais das várias esferas da criação, trabalhadores das cidades e dos campos —, imbuídos todos também da mesma crença inabalável nos destinos de grandeza de nossa pátria.

Agradecendo as inspiradas e inspiradoras palavras de vosso intérprete que me fortalecem convicção tão alentadora, dou por instalada esta IV Conferência Nacional das Classes Produtoras.

31 DE OUTUBRO DE 1977.

IMPROVISO AGRADECENDO A CONCESSÃO DO «DIPLOMA DE IRMÃO DA SANTA CASA», NO RIO DE JANEIRO-RJ.

Creio que compreendem a minha emoção ao receber este diploma e a passar, de agora, a ser um integrante desta irmandade. É uma homenagem que a Santa Casa presta, sem dúvida, ao Presidente da República, cargo de que temporariamente me encontro investido. E talvez represente um julgamento do que o meu governo vem realizando, assistido por vários ministros da área social. Os problemas de saúde, os problemas de educação, os problemas da previdência e os problemas do trabalho. Todos nós não temos a visão de estarmos resolvendo, em definitivo, problemas tão graves como estes, mas temos a certeza de que, honestamente, estamos encaminhando soluções; abrindo veredas, novos caminhos que permitam, num país tão grande e tão complexo, como o Brasil, enfrentar de hoje para o futuro, com mais realismo e que marque com mais eficiência problemas tão agudos como esses. Mas eu espero que essa homenagem não seja prestada apenas ao supremo mandatário da nação; que ela se estenda também ao cidadão que me prezo de ser. Tenho pautado minha vida segundo normas que de certa forma coincidem com o que aqui, há longos anos, há séculos, praticam. E lhes prometo, como cidadão, procurarei ser nesta irmandade um bom irmão.

120

•

9

4

8

12

14

20

5

16

17

22

18

19

21

23

•

10

11

13

15

16

17

24

25

26

27

28

4 DE NOVEMBRO DE 1977.

DISCURSO SAUDANDO O PRESIDENTE
LÉOPOLD SÉDAR SENGHOR, DO SENE-
GAL, EM BANQUETE NO PALACIO DO
ITAMARATI.

Senhor Presidente,

A visita oficial que ora nos faz é motivo de grande satisfação para o povo e o Governo do Brasil. Vossa Excelência representa um país que, por muitas razões, sentimos ligado ao nosso. Sabemos que sentimentos recíprocos existem no Senegal com relação ao Brasil e muito particularmente os tem Vossa Excelência, cujo interesse por nosso país tantas vezes já foi demonstrado.

Há treze anos Vossa Excelência fazia em Brasília o elogio de duas marcantes características brasileiras: a «gentileza» que constitui um traço permanente do modo de ser do homem do Brasil; e o método do nosso desenvolvimento, criação oportuna do engenho e do realismo de nosso povo.

O que Vossa Excelência chamou de «gentileza», e que outros terão chamado por outros nomes, é o reflexo exterior de uma atitude bem brasileira que consiste em procurar simpatizar com o interlocutor, buscando, assim, uma compreensão que supere os antagonismos e as contradições. Essa qualidade pertence ao conjunto de sentimentos positivos que faz do brasileiro, o homem pacífico, o homem cordial.

Um mesmo amálgama de sentimentos positivos permitiu aos brasileiros elaborar um modelo muito próprio de desenvolvimento econômico e social que, aos poucos, começa a ser melhor compreendido e apreciado. Não há segredo nem milagre no extraordinário impulso de progresso ocorrido em nosso país nos últimos anos. Ele é o resultado da conjugação judiciosa do espírito racional com uma atitude autenticamente brasileira de achar que a realização e o florescimento do ser humano são o objetivo e a medida de todo desenvolvimento.

Com efeito, Senhor Presidente, o impulso maior que galvaniza o país para o esforço de desenvolvimento, retiramo-lo, não da emulação de sociedades mais prósperas, mas do desejo profundo de criar uma sociedade justa e feliz. Onde, a preocupação constante com os aspectos sociais e culturais de nosso desenvolvimento, uma preocupação espontânea e natural no homem brasileiro.

Nada disso pode ser estranho a Vossa Excelência. Encruzilhada de rotas, de raças e de culturas, com Vossa Excelência mesmo já definiu o seu país, o Senegal tem, em muitos aspectos, uma experiência parecida com a do Brasil. Por essa razão, é natural que encontremos afinidades entre nossas respectivas maneiras de encarar muitos dos principais problemas do mundo contemporâneo.

A política exterior do Brasil, como a do Senegal, fundamenta-se em objetivos de paz, de cooperação, de harmonia e diálogo.

Propugna o Brasil por soluções de entendimento, de preferência ao método de confrontação. Consideramos o diálogo bilateral, regional e multilateral como a maneira mais eficaz para alcançar uma cooperação mutuamente benéfica. Isso não nos esmorece, porém, na condenação de quanto seja artificioso para a conservação de privilégios que a História está relegando à obsolescência ou que firam a consciência civilizada. Apoiamos os povos que expressam a aspiração legítima de se verem livres de jugos coloniais e tudo fazemos ao nosso alcance para que as práticas e os sistemas que favoreçam o racismo sejam abandonadas.

Essa atitude, estendemo-la à cooperação econômica internacional, esteio fundamental da ordem universal. Não consideramos que as categorizações conceituais criadas para o debate das questões econômicas mundiais devam justificar a cristalização de privilégios nem ensejar radicalizações que acirrem os conflitos de interesses entre as Nações. Ao contrário, devem elas servir de instrumento para a solução das diferenças e não para a consolidação de distinções arbitrárias. A vocação humanista do Brasil não se compatibiliza com uma visão do mundo dividido em zonas discriminatórias de prosperidade. Daí, nossa aspiração por uma ordem econômica internacional mais justa.

Senhor Presidente,

Também como o Senegal, o Brasil aspira e luta por um mundo em que os homens não sejam discriminados em razão de sua cor, de sua raça, de seu

nível de desenvolvimento econômico, de suas legítimas convicções, religiosas, filosóficas ou políticas. Essa concepção universalista, ecumênica, do sentimento de fraternidade humana corresponde, a meu ver, ao que se pode considerar de melhor no sistema de valores do mundo ocidental, sob o influxo do qual nossos dois países se formaram.

O Brasil, temos repetido, acredita na riqueza e variedade dos valores desse mundo e, por isso, se recusa a aceitar definições que lhes restrinjam o conceito. Acreditamos poder dar, com o nosso estilo de vida, uma contribuição positiva para o aprimoramento desses valores e para a universalização do espírito de diálogo e do sentimento de fraternidade. Acreditamos, também, que, assim fazendo, estamos dando importante contribuição para a paz.

Senhor Presidente,

O Senegal, herdeiro de duas ricas tradições culturais — a africana e a européia — tem condições muito peculiares para desempenhar o fecundo papel de universalização dos mais profundos sentimentos humanistas, comuns a ambas. Vossa Excelência, melhor do que ninguém, tem lutado por esse ideal. São esses os votos que formulamos para que, no benefício de toda a humanidade, tal objetivo, a todos, seja dado alcançar.

Peço aos presentes ergam comigo suas taças para brindar à saúde do Presidente da República do Senegal Léopold Sédar Senghor e à amizade entre os povos do Brasil e do Senegal.

7 DE NOVEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LIDERES SINDICAIS DO ESTADO DE SAO PAULO (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Como disse o Senhor Ministro do Trabalho, é normal às segundas-feiras, ao encerrar o expediente, eu receber representantes sindicais dos diferentes Estados do Brasil. Hoje, chegou a vez de São Paulo e acredito que, nesse quadro sindical, no conjunto dos trabalhadores do Brasil, São Paulo, pelo seu desenvolvimento econômico, é parte mais importante. Não quero, com isso, reduzir a significação sindical de outros Estados, inclusive do meu, que é o Rio Grande do Sul, mas é forçoso nós reconhecermos essa grande verdade: que São Paulo é o Estado mais desenvolvido do Brasil em todos os campos: na agricultura, talvez mesmo na pecuária, e particularmente na indústria. Isso quer dizer que a visita que me fazem, hoje, eu a considero mais importante do que as outras que tenho recebido. E ela traz para mim muita satisfação, porque significa que entre nós, Governo de um lado e trabalhadores de outro, existe um vínculo. Nós temos que reconhecer que ele é indispensável. Esse vínculo, o Ministro Prieto traduziu na palavra diálogo. E é diálogo e talvez seja mais do que diálogo, porque esse diálogo visa a um fim, que é o melhor funcionamento, por um lado, do Ministério e, de outro lado, uma melhor satisfação das necessidades do trabalhador,

de se alocar e de se poder dar ao trabalhador aquilo que é justo que se lhe dê. Esse vínculo traduz confiança recíproca. Para mim, é muito confortador que os trabalhadores apesar de todas as suas agruras e todas as dificuldades que atravessam, num país como o nosso, que ainda é pobre, que ainda não tem renda suficiente, que é um país cheio de problemas, ainda, sobretudo num país com grande crescimento demográfico, que depende de infra-estrutura, e assim por diante, é confortador, torno a dizer, que os trabalhadores compareçam à Casa do Governo, visitem o Presidente e venham conversar com ele.

Mas eu quero, também, da minha parte, dizer que eu tenho confiança nos trabalhadores. Já hoje, os trabalhadores constituem uma classe bem mais esclarecida do que a que nós tínhamos anos atrás. É natural que à medida que nós crescemos e nos desenvolvemos, que a educação aumenta, que esse esclarecimento se faça e, conseqüentemente, que se reivindique aquilo que é possível, aquilo que é justo e que o Governo procure atender dentro das suas possibilidades a esse fim. Acho que dessa confiança recíproca é que nós poderemos construir alguma coisa de melhor. Será sempre muito menos do que aquilo que desejamos ou do que seria de fato necessário, mas será sempre muito mais do que aquilo que nós tínhamos ontem. Neste quadro, nós nunca devemos analisar os números friamente, em síntese. Devemos é compará-los. Nós devemos ver o que era o Brasil há uns anos atrás, o que era o trabalhador algum tempo atrás e o que ele é hoje. Qual foi

o nível que ele atingiu, como ele pôde se aperfeiçoar e como ele pôde melhorar suas condições de vida. E acredito que se se fizer uma análise isenta do que se vem realizando nesse sentido, as conclusões são positivas. Torno a dizer: não são aquilo que nós desejaríamos, mas sempre são alguma coisa de melhor, hoje, em relação ao ontem. E, se Deus permitir, amanhã ainda será melhor. Muito obrigado.

8 DE NOVEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, AO RECEBER O OPERARIO-PADRAO DO BRASIL DO ANO DE 1977.

Tenho muito prazer em recebê-los aqui. Eu conheço o concurso e participei mesmo de seus trabalhos numa época em que era presidente da PETROBRÁS. Acho que é um trabalho altamente meritório. Nós sempre procuramos diferenciar em nosso País figuras proeminentes como artistas, escritores, cientistas e é justo que também se faça isto com relação aos trabalhadores. Porque todos nós somos um conjunto. Individualmente pouco valem. Valem pelo conjunto que representamos, o conjunto que é esta imensa Nação, o Brasil, tem a sua parcela de responsabilidade, de trabalho e de obrigações. E de direitos também. Mas tanto vale o homem que está na proeminência, que está na cúpula, o Presidente da República, como vale o humilde trabalhador que com o seu esforço, com sua cabeça e seus braços produz e realiza para engrandecer este País. Então eu acho que esta escolha do operário-padrão é altamente benéfica ao País, porque justamente vem mostrar, não só aos operários, mas ao restante dos brasileiros, a importância que o operário tem na vida nacional, como construtor da grandeza de nosso País.

Acho apenas que deve ser extremamente penosa a tarefa de ser juiz nesta competição porque

chegar a apurar os méritos do operário-padrão e de um, dentro de uma coletividade numerosa, deve ser extremamente difícil. Mas acredito que os juizes tenham se esmerado para apurar os mínimos detalhes daqueles que devem ser os mais distintos de todos, sem que isto signifique um demérito para os demais. Assim como aqueles que foram selecionados, e estão aqui pelas suas qualidades pessoais, devem considerar-se entretanto como representantes de toda uma classe. O prêmio, o reconhecimento, a distinção é individual. Mas ele de fato tem uma significação mais transcendente porque se destina, como já disse há pouco, a toda a classe trabalhadora. Quero manifestar o meu prazer em tê-los hoje aqui e tomar conhecimento do resultado do concurso do operário-padrão deste ano. Eu me congratulo com a Confederação da Indústria, o Sesi e as organizações GLOBO por mais essa realização. E que continuem assim. Que prossigam este trabalho útil e meritório.

15 DE NOVEMBRO DE 1977.

ENTREVISTA CONCEDIDA A TELEVISÃO
VENEZUELANA.

Sr. Presidente, o Brasil é chamado o colosso do Sul, país continente e muitas outras coisas que descrevem seu tamanho ou crescimento industrial. Como descreveria o Brasil de hoje, o país que está presidindo ao terminar 1977?

— Eu não considero que o Brasil seja um colosso. É, sem dúvida, um país de grande extensão territorial; nós temos mais de 8.5 milhões de quilômetros quadrados. É também um país que já tem um grande contingente de população; somos cerca de 110 milhões de brasileiros. Mas, absolutamente, não somos um colosso. Nós somos um país que procura se desenvolver, se adaptar aos tempos modernos, realizando esse desenvolvimento de uma maneira integrada. Nós procuramos nos desenvolver economicamente, ao mesmo tempo em que buscamos o desenvolvimento social; conjugado com esses dois desenvolvimentos, procuramos o melhor desenvolvimento político. Achamos que esses três aspectos — econômico, social e político — têm que caminhar juntos. Não se pode imaginar um grande desenvolvimento político se o desenvolvimento social não acompanha esta marcha. Esta é a tarefa que o Governo tem em vista, levando em conta as diferentes áreas e os diferentes problemas que o país tem.

Temos uma região sul e sudeste bastante desenvolvida, com boa agricultura, industrializada. Temos uma área-problema, que é o Nordeste, onde as condições de clima são desfavoráveis, porque é uma região sujeita, periodicamente, a secas. Temos o Centro-Oeste, que é muito fértil e que está em vias de desenvolvimento, em grande parte em decorrência da mudança da capital para Brasília. E, finalmente, temos a extensa área da Amazônia, que agora está começando a ser desbravada. A nossa preocupação é, neste conjunto, melhorar as condições locais, de modo a diminuir as diferenças que existem entre as diferentes regiões, e dessa forma assegurar uma melhor integração do País.

Qual é o problema mais sério que seu país tem ou terá que enfrentar no futuro imediato, devido ao desenvolvimento industrial dos últimos anos? O crescimento é problema ou solução para o Brasil?

— O crescimento, sem dúvida, é um objetivo que todos nós temos. E sempre queremos crescer mais; mais no sentido econômico e no sentido social. É claro que o crescimento é um problema, porque necessita de recursos e cada vez que nós nos desenvolvemos queremos mais. Isto é próprio da natureza humana. Se não fosse assim, a humanidade não teria progredido tanto quanto progrediu nesse último século. Mas os problemas que surgem, eu acredito que com tenacidade e trabalho se consiga resolver. Os dois problemas mais difíceis com que nos defrontamos, e que às vezes são antagônicos, são o do balanço de pagamentos, em que nós procuramos

melhorar, sobretudo, as condições comerciais, de modo a obter um melhor equilíbrio, e, de outro lado, o problema da inflação. A inflação é um mal crônico no Brasil e às vezes ela aumenta, outras vezes diminui, e a terapêutica que nós aplicamos nem sempre é eficiente. Às vezes, corremos o risco de que o remédio não dê resultado e outras vezes de que com o remédio nós matemos o doente. Então nos preocupamos em combater a inflação, mas sem que isso nos traga desemprego ou recessão. Eu poderia dizer que os dois problemas mais difíceis, presentemente, são esses.

Por que nem a Venezuela nem o Brasil têm trocado visitas de presidente em sua larga história como países vizinhos?

— Somos países vizinhos, somos países irmãos, mas, infelizmente, a geografia foi desfavorável no passado a uma maior aproximação. Veja que o Brasil é um País voltado, em grande parte, para o Oceano Atlântico, e a Venezuela se orienta mais para o Caribe e para o Atlântico Norte, nas suas vinculações com a América Central e mesmo com os Estados Unidos e o Canadá. São direções diferentes. Temos uma grande fronteira comum mas numa região onde por muito tempo a civilização não penetrou. Vale dizer, as nossas fronteiras ainda hoje são quase que inteiramente fronteiras mortas. Entretanto, com o desenvolvimento que o mundo experimentou, sobretudo quanto a transportes e comunicações, nós vamos nos aproximando cada vez mais, e essa separação do passado tende, por todos os motivos, a desaparecer,

seja pelo enlace ao longo das fronteiras, seja pelo enlace aéreo e mesmo o marítimo. Isto fez com que, no passado, os presidentes não se encontrassem. Eu tenho a lembrança de que o primeiro encontro se realizou em 1973, entre o Presidente Médici e o Presidente Caldera, na localidade de Santa Elena, próximo às fronteiras entre os dois países, e agora vamos ter uma nova oportunidade de encontro, com a visita auspiciosa do Presidente Perez aqui no Brasil.

— Nosso Continente tem diversos sistemas políticos, mas, mesmo assim, parece que agora estamos nos aproximando mais do que nunca, apesar de nossas diferenças. Crê que dentro de um tempo imediato nossos sistemas políticos se parecerão mais, ou serão ainda mais diversos?

— Eu acredito que todos nós professamos a ideologia da democracia, todos nós procuramos ser países democráticos e, nesse sentido, eu imagino que os países da América se aproximem. É claro que cada um deles conservará as suas características próprias. Essas democracias terão nuances, formas diferentes de expressão, modalidades diversas na sua execução, correspondendo à índole, à tradição, aos costumes dos respectivos povos. A longo prazo, evidentemente, a tendência será sempre para uma maior semelhança.

— Como surgiu a idéia do desenvolvimento da Amazônia, e que espera o Brasil que se alcance, se o Pacto Amazônico se tornar realidade?

— A região amazônica é compartilhada por vários países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia,

Venezuela, que participam da região, as próprias Guianas e, em grande parte, o Brasil. O Brasil tem a maior parte da bacia, mas todos esses outros países também participam e, aí, há problemas comuns, há problemas de conservação ecológica, há problemas de exploração nacional, problemas de transportes, de comunicações etc. O Brasil acha que, dada a comunidade desse problema, é interessante nós nos unirmos na procura e no encaminhamento de soluções, pela cooperação, pela conjugação de esforços; em vez da ação isolada de cada um, nós podermos, em prazo muito menor, influir adequadamente para que os problemas da área se resolvam e que a região deixe de ser uma região passiva, como é hoje em dia, na sua grande parte, e passe a proporcionar recursos e meios para o desenvolvimento humano, além do desenvolvimento dos nossos próprios países. Por outro lado, nós achamos que é preferível que nós, que integramos a bacia, cuidemos desses problemas, ao invés de outros países.

— Que acha que resultados trará a visita que faz o Presidente Perez a seu país?

— Eu já disse, há pouco, que considero esta visita altamente auspiciosa. De um lado, pela personalidade do Presidente Perez, de outro lado, pela significação que a Venezuela tem, não só no quadro da América do Sul ou da América Latina, mas no quadro mundial. O Brasil é um país grande, e a Venezuela o é também, e é um país de grande expressão econômica. Eu acho que a vinda do Presidente Perez e as conversações que ele terá aqui,

conosco, representarão uma nova etapa em nosso relacionamento, permitindo que se abra uma porta pela qual possamos transitar e produzir e realizar, conversar e conjugar melhor os nossos interesses com os interesses da Venezuela e da própria América Latina. Imagino que esta visita não trará de imediato nenhum resultado concreto que se possa apresentar especulativamente aos nossos países, mas será um início, e um início que vai produzir frutos muito grandes no futuro.

Concluindo com esta resposta, eu desejo aproveitar a oportunidade para, através da Televisão Venezuela, transmitir ao povo da Venezuela as nossas maiores simpatias, os nossos sentimentos de fraternidade, e manifestar a esperança de que, com esse início de entrelaçamento mais positivo entre os nossos países, nós nos tornemos, cada vez mais, conhecidos uns dos outros, mais irmãos, mais amigos e com capacidade de trabalharmos em conjunto em benefício geral.

16 DE NOVEMBRO DE 1977.

DISCURSO SAUDANDO O PRESIDENTE
CARLOS ANDRÉS PÉREZ, DA VENEZUELA,
EM BANQUETE NO PALÁCIO DO ITA-
MARATI.

Senhor Presidente

Pela primeira vez, Brasília acolhe um Chefe de Estado da Venezuela. Sua presença, nesta cidade voltada para o futuro, enche-nos de satisfação. Atesta a amizade que existe entre nossos dois povos. É, também, estou certo, augúrio de um relacionamento mais estreito entre os dois países.

Não obstante a extensão da fronteira comum, a importância dos interesses regionais de que compartilhamos e a coincidência em tantas de nossas posições no campo da política internacional, o relacionamento entre o Brasil e a Venezuela, por muito tempo, esteve marcado por distorções características das relações entre países em desenvolvimento, excessivamente dependentes de suas vinculações a países desenvolvidos. É mérito nosso, da Venezuela e do Brasil, haveremos sido dos primeiros e dos mais ativos países a propugnar por um reordenamento econômico internacional que diminua essas distorções. Por outro lado, a reflexão sobre a própria experiência fez-nos ver que o subdesenvolvimento não é o resultado de determinismos étnicos, climáticos ou culturais, encontrando-se suas causas, ao contrário, em forças e condicionantes bem identifi-

cados, algumas internas, outras internacionais, sobre as quais o homem pode e deve exercer controle.

Não resta dúvida de que o primeiro e mais importante fator de mobilização para o desenvolvimento é o esforço nacional. A recente evolução de nossos dois países demonstra quanto pode realizar uma Nação, motivada por ideais nobres de progresso, num clima de paz e de justiça.

Mas, se é indiscutível a prioridade do esforço interno, não menos certo é que a luta pelo desenvolvimento encontra, freqüentemente, sérios obstáculos externos, resultantes do desejo de países mais avançados conservarem estruturas de privilégio. No desempenho de atrair esses países para um diálogo propício à revisão de tais estruturas, encontramos crescentes coincidências entre nossos dois Governos.

Atitudes, como essas, de refletida maturidade no plano econômico são o resultado de uma clara consciência das responsabilidades que ambos os países fomos chamados a assumir, também no plano político, no cenário mundial. A herança do subdesenvolvimento, que tende a orientar os vínculos econômicos no sentido de dependências verticais, não deixa menores distorções na forma de encarar os relacionamentos políticos. E, assim, julgou-se por muito tempo que, pelo menos no plano internacional, os interesses políticos dos países em desenvolvimento devessem simplesmente enquadrar-se nas concepções estratégicas mais amplas dos países de maior poder. No entanto, sob o influxo dos mesmos ideais de respeito à individualidade soberana dos

países que impulsionam o desenvolvimento econômico, reconhece-se hoje, e de maneira mais ampla, o direito de cada um a autêntica expressão política nacional no plano mundial, livre de ingerências e livre de imposições.

Nossos países, em razão de suas potencialidades e do grau de desenvolvimento que já atingiram, passaram a ter uma crescente participação na vida internacional. Essa evolução, aceitamo-la com senso de responsabilidade. Pois bem sabemos que ela nos cria obrigações novas, tanto no plano universal, como no regional e no bilateral.

Não obstante a vizinhança que nos une, as características de crescimento histórico a que me referi de início fizeram com que nossos interesses comuns maiores se manifestassem a partir de coincidências nos planos mais vastos da cooperação internacional.

Já mencionei as posições que nos aproximaram no diálogo político e econômico entre o Sul e o Norte. Desejo agora referir-me às coincidências no plano regional. Creio que a ambos os Governos nos animam propósitos semelhantes quanto à natureza do relacionamento latino-americano e ao papel de nossos países nessa comunidade.

Para o Brasil, ser latino-americano é, mais do que uma circunstância geográfica, um estado de espírito. O sentimento que lhe corresponde é mais genuíno do que a retórica, sobre o mesmo elaborada, poderia deixar supor. E, se, assim, genuíno é o sentimento de comunidade, mais autêntica é a preocupa-

ção de que ele floresça ao influxo de ideais de fraternidade, de igualdade soberana e de não-ingerência nos assuntos dos outros países. A cooperação e o respeito mútuo são a inspiração de nossa convivência com os vizinhos do Continente e, estamos certos, a chave para que esse relacionamento prospere de modo a trazer, a todos, o progresso e a paz que entendemos só serem definitivos se solidários. Dentro dessa óptica, não cabem aspirações hegemônicas nem ambições de preponderância entre as nações do Continente. Vossa Excelência já o disse muito bem e é com satisfação que recordo suas palavras no sentido de ressaltar a compreensão que tem o Governo da Venezuela de que ao Brasil anima idêntico espírito de não desejar e de não aceitar hegemonias.

Em nossa ação externa no continente, guiamos-nos pela fidelidade irrestrita ao ideal pacifista do povo brasileiro e a seu espírito de cooperação, de conciliação e de amizade com os povos todos da América. Sentimentos esses que encontram a mais perfeita correspondência nos ideais da unidade com que sonhou o maior dos compatriotas de Vossa Excelência, o libertador Bolívar, grande entre os grandes na admiração e afeto de todos nós.

Tal é o espírito que tem animado tantas iniciativas venezuelanas em busca de uma integração maior dos países latino-americanos. A criação do SELA é uma dessas iniciativas, à qual o Governo brasileiro vem emprestando apoio e participação. Sentido igual têm iniciativas como a que tomamos no

âmbito sub-regional e não lhe diminui a importância para toda a América Latina. É que o exercício a que nos propomos é o de colaboração para preservação e exploração de recursos que nos são comuns, garantindo, ao mesmo tempo, através dessa cooperação, o pleno aproveitamento de uma área sobre a qual podem debruçar-se interesses estranhos aos países da região.

Em ambos os casos, do SELA e do Pacto Amazônico, o que realmente se busca, em graus diferentes embora, é a harmonização e conjugação de interesses no âmbito da América Latina.

Senhor Presidente,

Através da cooperação multilateral de caráter universal ou regional, aprendemos a nos conhecer melhor. Agora, as iniciativas que pretendemos tomar em conjunto, no plano sub-regional, ainda mais nos aproximarão, entre outras razões pelo simples fato de que a floresta amazônica, que nos separa, será, dominada pelo homem, um traço de união.

No plano estritamente bilateral, muito ainda podemos fazer para trazer o intercâmbio de toda ordem, entre nossos países, a níveis compatíveis com as dimensões e possibilidades das respectivas economias. Nosso comércio pode ser ampliado e diversificado, pois substancial é a complementaridade entre nossas pautas de exportação. Ricas são as possibilidades que existem para a prestação recíproca de serviços e para um intenso intercâmbio

tecnológico. Esperamos ver espreiada essa cooperação também a outros setores, nos campos científico, técnico e cultural.

A viagem de Vossa Excelência ao Brasil é um estímulo para que as atenções de ambos os países, tanto no setor oficial quanto no privado, se voltem para a identificação dos muitos caminhos que aguardam o trabalho fecundo de nossa cooperação.

Com esse convite à ação, quero pedir a todos os presentes que se unam a mim no brinde que levanto pelo constante êxito e felicidade pessoal de Vossa Excelência, Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez, assim como pela prosperidade crescente do valoroso e fraterno povo venezuelano.

17 DE NOVEMBRO DE 1977.

DISCURSO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA ASSINATURA DE ATOS, ENTRE BRASIL E VENEZUELA.

Senhor Presidente

A cerimônia que acabamos de presenciar traduz o resultado de um processo de negociação que revela a harmonia com que podem ser conjugados os interesses de nossos dois países.

Antes de tudo, porém, este ato se insere na programação de uma visita, cujo significado político é muito mais amplo do que os textos firmados, por mais relevantes que sejam estes.

O sentido maior é, com efeito, o de reafirmar que Brasil e Venezuela estão decididos a implantar mecanismos eficazes de consulta e cooperação para os principais aspectos de suas relações.

Dentre tais instrumentos, cabe merecido destaque ao Convênio de Amizade e Cooperação, moldura flexível para o desenvolvimento das relações brasileiro-venezuelanas, o qual cria a Comissão de Coordenação Brasileiro-Venezuela, que terá a missão de dar conteúdo efetivo aos projetos de cooperação.

Os demais atos assinados esta manhã constituem amostra expressiva dos terrenos que se abrem

a essa colaboração e dos princípios que inspiram a ação internacional dos dois países.

O Acordo de Cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Venezuela testemunha a convicção que nos anima a respeito do papel essencial da ciência e da tecnologia no esforço de promoção do progresso e como meio de reforçar os vínculos entre nações em desenvolvimento que lutam com problemas e situações semelhantes.

A mesma idéia de explorar o potencial de emergência nascido de experiências comuns conduziu à celebração do Acordo Sanitário, o qual se fundamenta na identidade dos condicionamentos ecológicos partilhados pelas duas Nações e no desejo de proporcionar, mediante a união de esforços, condições de maior bem-estar para as populações das zonas fronteiriças.

Igual sensibilidade aos aspectos sociais da colaboração internacional encontra-se consagrada no Acordo sobre Drogas, que busca soluções cooperativas para um problema que crescentemente está preocupando nossas comunidades.

Desejo, por fim, dar realce ao Acordo sobre Sucursais Bancárias, que permitirá criar mecanismos financeiros e de crédito para estímulo ao intercâmbio econômico e comercial brasileiro-venezuelano.

Estes acordos longe estão de esgotar as oportunidades criadas à cooperação entre o Brasil e a

Venezuela pelas dimensões e potencial das duas economias e pelas áreas de coincidência que se manifestam, com frequência cada vez maior, em nossa crescente participação na vida internacional.

Eles representam, tão-somente, o ponto de partida de um esforço que deve ser perseverante para que se dê expressão real à convicção de ambos os Governos quanto à necessidade da criação de maiores vínculos operativos entre as Nações em desenvolvimento da América Latina.

É com esse espírito, Senhor Presidente, que podemos esperar venham os princípios gerais que inspiram os dois Governos a traduzir-se em projetos efetivos de aproximação e cooperação entre nossos dois povos irmãos.

Minha vinda esta manhã a Porto Alegre, sem dúvida, corresponde a uma satisfação íntima de voltar a esta terra e ter um renovado contato com meus conterrâneos.

É para mim sempre motivo de alegria e satisfação poder vir aqui e conversar com os gaúchos.

Mas a razão principal não é esta. Ela se prende à importância que atribuo aos atos que aqui foram assinados. Todos eles se enquadram no objetivo do Governo, voltado para o desenvolvimento social. Desenvolvimento social que é necessário para que o País possa desenvolver-se nas demais áreas de suas atividades. Temos em todos os sentidos procurado assegurar esse desenvolvimento, não só aqui no Rio Grande, mas em todos os recantos do País, sempre com o objetivo de obter melhor bem-estar para o homem brasileiro. E dentre estes atos destaco como o mais importante aquele que se refere à construção da habitação rural. Vivemos quase sempre voltados para a cidade, porque os problemas urbanos são mais prementes, são mais angustiosos e estão mais à vista.

Mas não podemos nos esquecer das áreas rurais, onde realmente se realiza a grande produção econômica do País e onde vive uma população que

labuta o ano inteiro para obter o seu sustento e poder crescer. Então, hoje, finalmente, concretizamos este objetivo que vem sendo projetado desde o ano passado e vamos realizar um programa-piloto, verificar em que extensão podemos passar a construir habitação rural nas pequenas e médias propriedades.

Vamos, assim, também, diminuir a pressão sobre o meio urbano, criando condições mais favoráveis para a vida rural, de modo a obter uma maior fixação das populações nestas áreas.

O que se vai fazer, e cabe destacar este fato, é fruto de uma conjugação de esforços do Governo Federal, do Governo do Estado e das associações de classe. É através da soma desses esforços e de sua conjugação que realmente poderemos realizar alguma coisa proveitosa e estável.

Os meus votos são de que a semente que aqui hoje se lança se multiplique, possa estender-se e ampliar-se dentro do próprio Estado e a outras áreas carentes do nosso País, porque só assim realmente poderemos crescer.

Hoje me é dado fazer pela segunda vez, num curto espaço de tempo, uma outra visita a esta cidade de Bauru. É claro que a visita me enche de satisfação. De um lado, por ver reconstruída a avenida que foi danificada por uma explosão. De outro lado, pela exposição agropecuária que verei mais tarde e que aqui se realiza como demonstração do trabalho e hoje vai ser encerrada. Maior, porém, ainda é a satisfação de ter contato convosco, com o povo que aqui vive, labuta e procura, creio eu, me compreender.

Mas a razão principal ainda não é esta. O meu objetivo, vindo aqui, é trazer recursos para assegurar um melhor desenvolvimento urbano. O progresso nos tem trazido, como em todo o mundo, um novo fenômeno que é o crescimento desmesurado nas áreas urbanas pelo afluxo das populações que emigram dos campos. Temos exemplos de nossa imprevidência em não acompanhar esse desenvolvimento. Criaram-se cidades gigantes, como as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e outras, onde a vida se torna cada vez mais difícil, justamente porque o desenvolvimento urbano se realizou sem o necessário planejamento e sem que se atendessem as necessidades básicas das populações que aí vivem.

A consequência é que, hoje, para atendermos a essas deficiências em água, em saneamento básico, em educação e em saúde e assistência social, e, principalmente, em transportes, temos que despende recursos muito acima das nossas possibilidades reais. Pois bem. Nós queremos que esses males não se repitam nas novas cidades que estão crescendo. Não queremos que essas cidades cresçam desmesuradamente. Queremos que elas se descentalizem e que seus problemas fundamentais tenham, desde logo, enquanto é tempo, o necessário atendimento. E, nesse sentido, nós temos, na área do Governo Federal, entidades que se preocupam com os problemas de transportes, sobretudo coletivos, entidades que se preocupam em proporcionar recursos com o do FAS, para a necessária assistência social.

Eu hoje vim aqui dizer-vos que Bauru, pela sua importância, pelo volume da população que aqui vive, pela sua posição geográfica como porta de entrada de todo o Oeste de São Paulo e do Sul de Mato Grosso, exige e merece de nossa parte uma atenção toda especial.

Queremos que Bauru seja uma cidade onde o povo possa viver desafogadamente, tão feliz quanto possível, sem problemas que afligem outras áreas e assim possa tornar-se um exemplo que se reproduza por esse País a fora. Devo, entretanto, dizer-vos que os recursos, sobretudo financeiros, de que dispomos, são escassos e são poucos para atender, não só a Bauru, mas a muitas outras cidades que se encontram em situação semelhante. A deficiência

desses recursos exigirá, em primeiro lugar, que eles sejam bem aplicados através de um planejamento adequado e de uma execução cuidadosa. Mas exige, também, que o povo se una conosco. Se una com o seu Prefeito, com o seu Governador e com o Governo Federal. Que somemos os nossos esforços, porque, se isoladamente nada valem, juntos, nós construiremos belas cidades como Bauru e muitas outras mais.

29 DE NOVEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NA SOLENIDADE DE POSSE
DA DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO NA-
CIONAL DO COMÉRCIO, NO HOTEL NA-
CIONAL, EM BRASÍLIA.

Senhores, há alguns dias passados eu tive a honra de comparecer a uma cerimônia de posse da nova diretoria da Confederação Nacional da Indústria. Depois, compareci, também, no Rio de Janeiro, à instalação da Quarta Conferência Nacional das Classes Produtoras. Eu hoje venho aqui, atendendo a um convite que me fizeram, participar desta sessão comemorativa da posse da diretoria da Confederação Nacional do Comércio. Esse meu comparecimento traduz a importância que o meu Governo atribui a essas entidades, ao que elas realizam, que fazem, o que significam para o desenvolvimento nacional. Trata-se de forças vivas, entidades de agremiação de diferentes classes das atividades do país. Elas não vivem isoladas, vivem em conjunto e em conjunto trabalham para o desenvolvimento nacional. É, pois, evidente o interesse que o Governo tem no bom funcionamento dessas entidades. E, mais do que isso, a cooperação que elas prestam às atividades governamentais, pois, na verdade, todos nós, Governo e entidades privadas, como essas confederações, somos forças vivas que em conjunto carregamos a responsabilidade de conduzir esse país aos seus destinos. Só nos cabe, de fato, somar esforços, conjugar as nossas ações no melhor sentido para corresponder ao interesse nacional. Estou certo de

que esses propósitos animam os integrantes e os dirigentes dessa confederação do mesmo modo que animam aqueles que no meu Governo têm as principais responsabilidades. Desejo, nessa ocasião, também, reafirmar aquilo que eu já muitas vezes disse, que se refere à importância que o Governo atribui à empresa privada. É ela que tem imaginação capaz de assegurar a adequada evolução, evolução que é muito importante na fase que o mundo vive e na fase que o Brasil vive, porque os nossos métodos de trabalho, as nossas concepções, têm que evoluir e evoluir rapidamente para que o país recupere o atraso que tem em relação às nações mais desenvolvidas. E aí está a capacidade criadora dos homens, desafiando as dificuldades que se apresentam. É só a empresa privada é que realmente é capaz de produzir isso. Reafirmo-lhes o meu interesse e o meu desejo de estreitar essas relações entre entidades como a Confederação do Comércio e o Governo. Eu me congratulo, nesta oportunidade, com a nova diretoria que toma posse, formulando-lhe os meus melhores votos para que tenha pleno êxito, porque o êxito na confederação, sem dúvida, será um êxito do Brasil.

1º DE DEZEMBRO DE 1977.

DISCURSO NO PALACIO DA ALVORADA,
AOS DIRIGENTES NACIONAIS DA ARENA.

Exmo. Sr. Presidente da Aliança Renovadora Nacional — Digníssimos Membros dos Diretórios Nacional e Estaduais do Partido — Senhores, Membros dos Conselhos Nacionais da ARENA — Senhores:

Mais uma vez, tenho a satisfação de receber a grata visita dos mais altos dirigentes de meu Partido, que ora se reúnem em Brasília por convocação de sua Comissão Executiva.

Repete-se, assim, um encontro que reputo altamente positivo, tal como ocorreu nos anos de 1974, 75 e 76, e cujo objetivo principal, através da análise conjuntural e do diálogo, tem sido a maior arregimentação partidária.

Tanto em agosto de 1974, como, principalmente, em outubro de 1976, aprestava-se a ARENA para contestar nas urnas — como brilhantemente o fez — as pretensões desmedidas e falazes de um adversário que, então como hoje e mesmo após suas derrotas, blasonava de intérprete e único porta-voz legítimo de todo o povo brasileiro. E em 1975, com a antecedência de um ano, cuidava-se ainda de eleições cuja natureza local restrita e, portanto, aparentemente de importância secundária, exigia mobilização mais cuidadosa e estímulos especiais, e,

ao mesmo tempo, objetivava-se dar continuidade à vida partidária tradicionalmente confinada, no Brasil, quase que somente aos períodos eleitorais.

Agora, estamos nos aproximando de nova campanha eleitoral, em que o Partido governamental provará, mais uma vez, suas forças contra o adversário político de sempre, ao qual sempre tem lisamente vencido.

Há, neste encontro, também outra motivação relevante e que deve merecer nossa especial atenção. O momento político que vivemos está em franca evolução — as perspectivas se diversificam e se tornam mais amplas e as conseqüências, por certo, serão de natureza e relevo diferentes.

É que muito outro é este Brasil de fins de 1977, quando as realizações alcançadas pela Revolução e o promissor panorama nacional geram novas esperanças e estimulam a imaginação. Não há dúvida, presentemente, quanto à aspiração de muitos — sobretudo nos setores mais esclarecidos e afirmativos da nação — no sentido de aprimorada institucionalização dos ideais democráticos que há 13 anos, com o mais caloroso e indiscutível apoio de todas as camadas populares, inspiraram o movimento de 1964.

Para tanto, cogita-se de *pôr um termo* a leis de exceção, necessárias em algumas fases de nossa transição revolucionária, mas que, com a evolução pacífica da vida nacional, já se podem tornar dispensáveis, substituindo-as por adequadas salvaguardas constitucionais que permitam garantir a manutenção

e o melhor funcionamento do regime democrático e a ordem. Quer-se, assim, que a segurança do Estado, a segurança da Sociedade disponham de instrumentos de defesa eficientes e prontos, mas que não se sacrifiquem, além dos limites mínimos em cada caso reconhecidamente indispensáveis e justos, as liberdades e a própria segurança individual do cidadão.

Nesse tema que se situa no âmbito bem geral de toda a ética governamental, o propósito do meu Governo foi sempre definido. Definido e claramente expresso.

Perante a Convenção Nacional da ARENA que me fez candidato do Partido à Presidência da República, disse eu a 15 de setembro de 1973:

«A portentosa construção desse futuro (de grandeza) realizar-se-á, necessariamente, no quadro do nosso regime democrático... suscetível de natural desenvolvimento, em decorrência de possibilidades ou necessidades que venham a ser criadas pela segurança e pela evolução social».

E contrapontava:

«No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á, entretanto, evitar o mero formalismo, impedir o retorno ao passado condenado e não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e

específicos que lhe cumpre perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros».

E, logo a seguir, ao reunir pela primeira vez o Ministério, a 19 de março de 1974, completava com maior nitidez:

«Quanto ao setor político interno, envidaremos sinceros esforços para o gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 1964. Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-social do País sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional.»

Meses após, aos dirigentes da ARENA, ressaltava-se:

«O Governo está firmemente empenhado na melhoria dos padrões da vida política, acolhe, com interesse, os debates e as discussões sobre a proble-

mática política brasileira, que venham fornecer fundamentos e substância à tarefa renovadora que se deve realizar, da institucionalização objetiva e realista do ideário da Revolução de 1964, em que se traduzem antigos e renovados anseios do povo brasileiro.»

Na ocasião, previa-se para o País um processo de «lenta, gradativa e segura distensão», e afirmava-se, peremptoriamente, clara e incisiva linha de ação: «Prosseguirá o Governo na missão que lhe cabe, de promover para toda a nação, em cada etapa, o máximo de desenvolvimento possível — econômico, social e também político — com o mínimo de segurança indispensável.»

Em pronunciamento de 1º de agosto de 75, feito pela televisão, corrigiam-se interpretações por demais estreitas do conceito de distensão, encarado com a conotação exclusivamente política de restabelecimento do chamado «Estado de Direito», mediante a pura e simples supressão do AI-5. Nessa atitude do Governo buscou-se ver um desvio, se não um retrocesso, da linha estratégica anteriormente seguida. No entanto, por essa ocasião mesma, reiteravam-se expressamente «os propósitos de perseguir o desenvolvimento político», mas «sem compromissos de espécie alguma com fórmulas ultrapassadas e, comprovadamente, inadequadas à realidade brasileira». E advertiu-se, então, para melhor entendimento: «As formulações anacrônicas servem muito mais às investidas subversivas do que às boas práticas do regime democrático. Minando as insti-

tuições pelo ataque solerte, os inimigos da democracia terminam por destruí-la.»

Não destoaram dessa incansável pregação democrática, as palavras de incentivo ao Partido do Governo, quando de sua memorável Convenção Nacional de 21 de setembro de 1975, no plenário da Câmara dos Deputados em Brasília:

«...devemos *poder e saber e querer* apresentar alternativas básicas e bem delineadas para esse duro combate que é a vida de um povo, com vistas à conciliação da ordem com o progresso, do desenvolvimento máximo com a segurança indispensável, da amplitude mais liberal de franquias individuais com o grau irredutível de responsabilidade para com a Nação em seu conjunto, responsabilidade esta — ônus implícito da participação na vida democrática. Aí está a essência de toda a problemática política que a cada povo lhe cumpre, em cada fase de sua história, solucionar de acordo com suas características próprias, as tradições de seu passado e suas aspirações de um futuro melhor, no panorama internacional realista em que se encontra inserido o eterno conflito potencial entre o Indivíduo e o Estado.»

Mas, para que mais citações?

«A promoção de um sadio desenvolvimento político do país, em clima sempre de estabilidade e segurança» (saudação de fim de ano de 1976, ao povo brasileiro) foi e é objetivo primacial de toda a ação de meu Governo, condicionado apenas, na verdade, à necessidade da criação das condições

psicossociais e econômicas indispensáveis para tanto, superando-se, contornando-se ou prevenindo-se os obstáculos que surgirem e garantindo-se a não ocorrência de possíveis recuos desastrosos.

Vejam nessa ação, os que assim quiserem, desalentadoras estagnações e retrocessos frustrantes não lhe poderão negar porém, em sã consciência, a perseverança e a fé naquele objetivo, a ser colimado através de vicissitudes várias, sucessivas, da vida nacional, mais ou menos graves — como a séria crise econômica detonada por ação vinda do exterior e com a qual vimos lutando, dia a dia, desde o início do Governo — mas todas superadas com determinação.

Não ficamos apenas nas palavras, intenções e promessas vãs. Resultado da ação persistente e vigilante do Governo é, sem dúvida, o clima em que vive hoje o país, de um debate amplo das questões políticas.

Esse clima salutar, a despeito de obstáculos de toda a ordem — desde a inflexibilidade de revolucionários sinceros, mas radicais, até a irresponsabilidade, se não má-fé, de contestadores apaixonados, subversivos renitentes ou desordeiros contumazes — propiciou-o o Governo conscientemente, ao garantir liberdade maior de expressão ao pensamento político, através *da imprensa que efetivamente conta* para a opinião pública do país, toda ela aos poucos liberada de censura.

Hoje já é possível encaminhar-se — e esperamos que a bom termo — a tarefa honesta de auscultar

os vários setores responsáveis da sociedade brasileira para traduzir-se, em programa concreto, o consenso que se verifique em torno de reformas políticas mais urgentes, com vistas ao aprimoramento democrático do regime.

Confiada à experiência e patriotismo do Senador Petrônio Portella, essa missão inicial não consiste na simples apresentação e discussão de uma proposta de reformas, mas dela deverá resultar proposição consensual para exame objetivo, na devida oportunidade, pelos órgãos competentes da Nação. *Apoiada em toda a linha pelo Presidente da República*, vem ela encontrando receptividade esclarecida e ampla, exceção feita dos conhecidos grupos de pessimistas e de aproveitadores de todas as dificuldades com que o país se defronte e em seu árduo desenvolvimento político.

Da parte do Governo, estamos abertos às sugestões e proposições que se façam de boa-fé, com argumentação objetiva e sincera. Não podemos aceitar, no entanto, sem natural desconfiança, a postura de quem, dizendo-se campeão de um cristalino e indefectível «estado de direito» onde a lei, supõe-se, deva imperar soberana, reclama e ofende-se todo quando alguém de sua grei é chamado ao tribunal, para ser regularmente julgado no foro competente, por alegada transgressão a preceito legal, podendo vir a ser tanto absolvido quanto condenado, *segundo o entendam magistrados qualificados, decidindo em sua sabedoria jurídica e consciência cívica*, sem constrangimento de qualquer espécie. E como admi-
ti-

rem-se argumentações mistificadoras e capciosas que pretendam apresentar perante a Nação, como nada menos que cruamente antidemocráticos, institutos e práticas tais como eleições indiretas, em certos círculos; a escolha, *ainda que por amplos colégios eleitorais nos Estados*, de alguns Senadores; as restrições prudentes ao uso da televisão e do rádio — vigentes todos, em graus por vezes até bem maiores, em muitas das democracias mais avançadas do mundo?

O momento, senhores, é o de *um passo da mais alta significação para o país*, no sentido do aperfeiçoamento substancial de seu regime político. Aí estão envolvidos o futuro da Nação e o destino de gerações. Sinceridade, seriedade é o que temos todo o direito de exigir.

Tanto mais que nos achamos próximos de eleições gerais, importantes para o país.

E, por isso mesmo, consigno enfaticamente, nesta oportunidade, que não se pretende mudar as regras já estabelecidas para os prélios eleitorais de 1978, a não ser relativas a aspectos secundários ou resultantes de acordos interpartidários.

As eleições devem ser compromisso sagrado dos Partidos políticos que somente através da consulta direta ao povo, em alguns dos estágios de processo eleitoral, adquirem legitimidade e autêntica expressão, banidas as fórmulas acomodáticas, como quer se chamem — continuismo ou prorrogação de mandatos.

Chegada é a hora de reiniciar ativa mobilização das nossas bases partidárias, em todo o país, arti-

culando as lideranças em todos os níveis, desde diretórios, vereadores e prefeitos dos municípios mais longinquos até os chefes políticos dos diretórios das capitais; convocando os que, embora vencidos nas eleições de 1974 e 1976 cooperaram e podem cooperar para nossa vitória; colocando o Partido acima das divergências e ambições pessoais; escolhendo candidatos que pela capacidade, atividade e renome possam merecer os votos do eleitorado, particularmente dos eleitores novos, geralmente os mais jovens.

Que não nos preocupem, em demasia, as perspectivas por vezes incertas do quadro econômico, as dificuldades decorrentes da inflação ou da escassez do crédito urbano ou rural, o alto custo de vida com que se defronta a população, pois esta bem compreende os esforços extraordinários que o Governo, sem descanso, vem fazendo com êxito inegável para vencer quadra tão difícil da economia nacional. Nosso povo já está adulto e tem sensibilidade bastante para reconhecer que temos procurado, honestamente, dar o melhor de nós para elevar a qualidade de vida da população brasileira, em especial da que mais necessita de amparo e de suporte em todas as áreas de nosso imenso território.

Que também não prevaleça o derrotismo dos falsos profetas, felizmente poucos, que no seio do Partido espalham o pessimismo, o desânimo, destilam o cepticismo e, assim, vaticinam a derrota, levados muitas vezes por motivações de ordem pessoal, à margem da ação coletiva e solidária que deve caracterizar a vida nas agremiações políticas.

Na verdade, a ARENA PODE E VAI GANHAR, mais uma vez, as eleições em quase todo o País, sagrando-se como partido majoritário do governo nas Casas do Congresso Nacional e Assembléias Estaduais. O êxito fundamentar-se-á, em grande parte, na grandiosa obra de construção nacional que os governos da Revolução já realizaram e, também, no muito que ainda pretendemos e é necessário fazer.

É, pois, com a firme convicção *da nova vitória, que seguramente alcançaremos em 1978*, desde que trabalhemos unidos e, *desde já*, que conclamo a todos os dirigentes e filiados da ARENA para a ação mobilizadora de novas forças e a luta eleitoral — decidida, acesa e patriótica.

5 DE DEZEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, POR OCASIAO DA VISITA DE LÍDERES SINDICAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (PROJETO BRASILIA, DO MINISTERIO DO TRABALHO).

Eu agradeço a visita que me fazem os líderes sindicais de Minas Gerais e uma parcela ponderável, também, dos líderes de Mato Grosso. Agradeço não só a visita, mas também a demonstração de confiança que traduzem na ação do meu Governo, no que se refere aos trabalhadores de um modo geral do nosso país. Acho que tornei bem claro em várias manifestações minhas a importância que atribuo aos trabalhadores. Acho que Governo, trabalhadores e empresários têm que formar um conjunto solidário e que os interesses das diferentes classes sejam atendidos dentro daquilo que é possível, da melhor forma para que o nosso país possa realmente progredir e atingir os estágios de desenvolvimento em que tanto nós sonhávamos.

É um caminho lento, difícil e que nós temos que vencer, etapa por etapa, porque temos de trabalhar dentro da realidade. Temos que trabalhar com os meios de que nós dispomos e que cada dia aumentam, mas que, evidentemente, estão bem longe de ser aquilo que nós desejamos ou aquilo que nós realmente precisamos. Mas essa tarefa que em si é difícil pode tornar-se menos difícil se realmente nós nos unirmos e trabalharmos no interesse comum, para que o país se desenvolva. Acho, também, que

esse Projeto Brasília, que o Ministério do Trabalho desenvolve, atende a essa finalidade. É o que tem pedido às lideranças sindicais, vale dizer, os representantes dos trabalhadores — um contato com o Ministério do Trabalho para que ambos, através do diálogo, se entendam, sintam os problemas recíprocos cruciais e procurem solucioná-los dentro do possível.

É o que nós temos feito. Muitas reivindicações, como há pouco afirmou o Ministro Prieto, têm sido objeto de exame e muitas têm sido atendidas. Evidentemente, nem todas são possíveis de resolver. Sempre haverá questões que surgem e que merecem a nossa atenção. Mas podem estar certos de que a nossa preocupação fundamental com o trabalhador é permanente. Constantemente, tanto o Ministério como a Presidência da República se voltam para esse setor e procuram ver o que é possível fazer e sempre que nós encontramos soluções viáveis, razoáveis, não hesitamos em pô-las em prática, porque sabemos que assim estamos atendendo a grande massa, a grande maioria da população brasileira.

Estamos chegando ao fim do ano. Um ano que foi cheio de trabalhos. Mas acredito que vencemos todos galhardamente. Eu recebi os votos que me fazem de um Feliz Natal e sinceramente retribuo a todos os líderes e a todos os trabalhadores que aqui representam.

6 DE DEZEMBRO DE 1977.

MENSAGEM A COLONIA JAPONESA. AO
ENSEJO DO 70º ANIVERSARIO DA CHE-
GADA AO BRASIL DO PRIMEIRO GRUPO
DE COLONOS.

Ao tomar conhecimento da programação para as comemorações do 70º aniversário da imigração japonesa ao Brasil, saúdo com grande alegria os que aqui vieram e todos seus descendentes.

Constituem um volumoso contingente humano — mais de 700.000 pessoas — seguramente o maior de origem japonesa fora do arquipélago nipônico.

Registro a valiosa ajuda que trouxeram ao nosso desenvolvimento, mercê de sua experiência e da disposição persistente que têm para a realização das tarefas que se propõem, e ressalto ainda a real integração de todos aos nossos costumes, aos nossos objetivos, à nossa vida.

Repito, valorizadas pelo momento em que as pronunciei pela primeira vez, as palavras que dirigi a Sua Majestade o Imperador Hirohito durante a visita que fez em 1976 ao Japão:

«Somos gratos a esses japoneses que se transferiram para o nosso País e ajudaram a construir a prosperidade da nação brasileira. Seus filhos e netos fazem hoje parte das gerações nacionais que preparam, orgulhosamente, o Brasil de amanhã».

7 DE DEZEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO AO SANCIONAR A LEI DE ANOTAÇÃO TÉCNICA.

Esta lei que acabo de sancionar é de extraordinária importância, não apenas para classe de engenheiros, arquitetos e agrônomos. A importância é tão grande que justifica uma solenidade como essa. Mas, além desse aspecto, quero destacar, porque me parece oportuno, o processo de elaboração da lei. Uma lei que partiu de um projeto apresentado por um deputado. Possivelmente ela demorou em sua tramitação pelo Congresso, mas aí sofreu sucessivos aperfeiçoamentos. Teve a colaboração da Câmara, do Senado, deve ter tido a colaboração de representantes da classe interessada, como teve a colaboração do Poder Executivo, até que se chegasse à redação final.

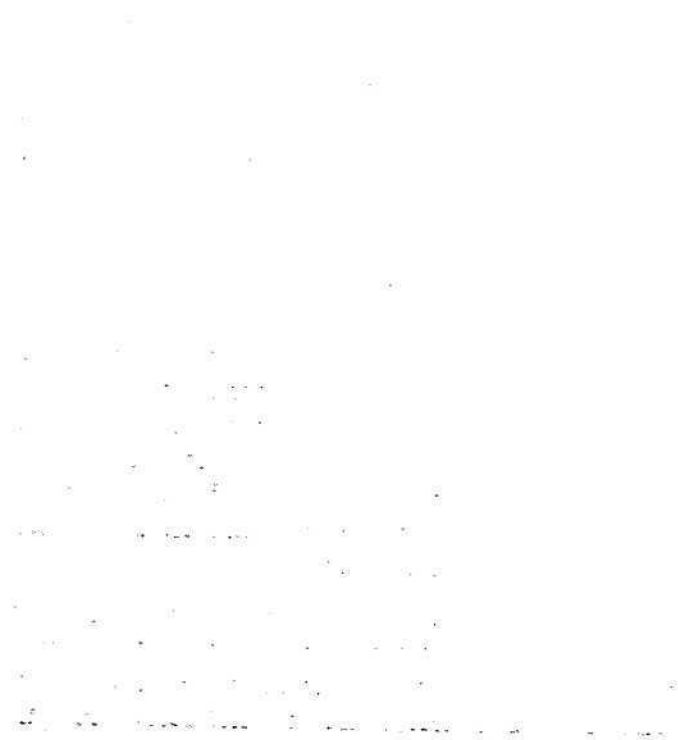
Eu quero destacar esse aspecto do processo de elaboração da lei. Da colaboração de todas as entidades, de todos os organismos envolvidos, de uma forma harmônica, o que eu considero relevante para o nosso País. Se nós em todos os setores pudermos trabalhar em conjunto, pudermos somar esforços, se soubermos atender às reais necessidades dos diferentes organismos, das diferentes classes através do prisma do interesse nacional, sem dúvida nós chegaremos a produzir lei como esta que reputo boa, necessária a que, sem dúvida, na sua execução produzirá os resultados por todos esperados.



13 DE DEZEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NO RIO DE JANEIRO-RJ,
POR OCASIAO DA VISITA AO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.

Preocupo-me sobremaneira para que não se percam nas bibliotecas os livros importantes da nossa História. Dou muita importância aos documentos históricos. A História vale como preservação da nacionalidade e como mestra das instituições. Tenho instruído o Ministério da Educação e Cultura para que procure republicar os livros importantes da nossa História e peço ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que oriente sobre as obras que devam ser republicadas.



20 DE DEZEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO AGRADECENDO OS VOTOS DE BOAS-FESTAS DOS CHEFES DE MISSOES DIPLOMATICAS.

É com real prazer que recebo os senhores embaixadores neste ato de tradicional confraternização às vésperas do Natal e do Ano Novo.

Como bem disse o intérprete dos senhores, o Excelentíssimo Senhor Núncio Apostólico, é este um momento oportuno, de um lado, para uma vista naquilo que se fez durante o ano que está prestes a terminar e, de outro, antever com mais otimismo um próximo ano venturoso e melhor que este.

1977 foi um ano de intensa atividade internacional em todo o mundo, na procura de soluções que pusessem paradeiro a conflitos e estabelecessem melhor convivência entre os povos, na preservação da paz e da prosperidade. Aqui, entre nós, essa atividade também foi intensa e acredito que não tivemos problemas de maior monta e de maior dificuldade. Pelo contrário, acho que nossa convivência foi muito amistosa e que conseguimos num entendimento recíproco encontrar sempre formas de atender aos nossos interesses e aspirações.

Creio que, em 1978, continuaremos nesse mesmo caminho. Esforçar-nos-emos, mercê de Deus e com o nosso trabalho, para conseguir desenvolver esse entendimento, essa harmonia no interesse da paz

universal e, sobretudo, também para que haja progresso e melhor bem-estar para os povos de uma maneira geral, mas, principalmente, para aqueles países que ainda estão em estágio de subdesenvolvimento, em busca do desenvolvimento.

Agradeço pelos votos que me trazem, em nome do povo brasileiro, em nome da minha família e em meu nome pessoal. E lhes retribuo esses votos extensivos aos seus governos e aos povos que aqui representam — que todos tenham Feliz Natal e Próspero Ano de 1978.

22. DE DEZEMBRO DE 1977.

IMPROVISO NO PALACIO DO PLANALTO, AO SANCIONAR A LEI QUE ALTERA O CAPITULO V DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

É com satisfação que acabo de sancionar o projeto de lei, relativo à segurança e medicina do trabalho, transformando-o, assim, em lei. Estou convicto de que através desta lei nós estamos aperfeiçoando o nosso sistema trabalhista do País. Ao assumir a presidência da República, por proposta do Ministro do Trabalho, constituí uma comissão para fazer um reexame e uma melhor codificação da legislação trabalhista. É um trabalho profundo e extenso, mas, aos poucos, estamos chegando a resultados práticos, objetivos. Esta lei, que entra em vigor a partir de hoje, e que foi um dos frutos deste trabalho, tem para caracterizá-la justamente as circunstâncias de que na sua elaboração se procurou a colaboração de todos os interessados, não só da comissão que foi constituída de elementos que por longos anos trabalharam no setor e que conhecem profundamente a matéria, como foram assessorados pelos órgãos interessados. Mais do que isto, o projeto contou com a colaboração do Poder Legislativo, onde foi possível aos deputados e senadores darem a sua contribuição positiva para o seu aperfeiçoamento. Acredito assim que a sua execução trará resultados altamente benéficos para o nosso País, particularmente neste setor em que estamos empenhados, também profundamente, relativo ao combate dos acidentes do trabalho.

O Brasil é um País onde o índice de acidentes do trabalho é dos mais elevados, mercê da incúria do legislador, da incúria do empregador e também da incúria do próprio trabalhador. Precisamos fazer um esforço ingente, em todos os setores, em todas as áreas, para ver se combatemos este mal e conseguimos reduzir drasticamente o número de acidentes do trabalho. Os dados estatísticos que o Ministro Prieto acrescentou mostram que estão diminuindo os acidentes do trabalho, mas não devemos descansar sobre os louros da vitória. Estou certo de que todos colaborarão para que o Brasil possa apresentar nos próximos anos um índice bem menor de acidentes de trabalho.

22 DE DEZEMBRO DE 1977.

AGRADECENDO AOS OFICIAIS GERAIS DAS FORÇAS ARMADAS OS CUMPRIMENTOS DE FIM DE ANO, DURANTE ALMOÇO NO CLUBE NAVAL DE BRASÍLIA.

Desejo e creio que é de meu dever, desde logo, agradecer os votos que me fazem através da palavra do Exmo. Sr. Ministro da Marinha, a mim e à minha família.

Esta reunião, já tradicional, congrega altos chefes e subordinados dos mais elevados escalões das Forças Armadas. Mas, realmente, é mais do que isto. É uma oportunidade de confraternização entre velhos camaradas, todos identificados pelos mesmos ideais cultivados desde os primeiros anos de juventude nos bancos das nossas escolas militares. De trabalharmos juntos, unidos, em prol da grandeza de nossa Pátria. Encontro-me aqui nesta qualidade, junto aos meus companheiros, e na oportunidade recordar longos anos de minha vida de soldado, os trabalhos que vimos realizando. Devo dizer-vos, de minha parte, que com os encargos que hoje me sobrecarregam de Presidente da República, tenho feito o que há de melhor em mim para desempenhar-me da função. Não é tarefa fácil. Aliás, não há Governo fácil como não há ano fácil. Os problemas são inúmeros e eles têm que ser vencidos com os meios e os recursos que nós temos, nem sempre suficientemente dosados, nem sempre suficientemente fortes ou grandes para aquilo que devemos realizar. Cabe-nos, entretanto, não esmorecer e enfrentar os

problemas. Problemas que são difíceis, mas que eu vos confesso que são, também, fascinantes. Temos um país de uma imensa extensão territorial herdado de nossos ancestrais portugueses. Temos uma população acima de 110 milhões de habitantes. Temos uma vida moderna que nem sempre é do nosso gosto mas que é inelutável. Ela está aí e nós temos que conviver com ela. São conflitos de ideologia, é o urbanismo que se desenvolve com todo o seu agravamento. É a necessidade de alimentar, de cuidar da saúde, de dar educação, de dar emprego, de construir uma infra-estrutura, em suma, de fazer desta nação a grande potência que nós todos imaginamos e que de direito lhe cabe no quadro do universo. Sem dúvida, há muitos setores em que possivelmente fracassamos. Mas as realizações, particularmente aquelas que se vêm realizando desde 1964, com a nossa Revolução, estão aí e só não são vistas por aqueles que não querem ver. O Brasil de hoje é bem diferente daquele que nós herdamos em 1964. O Brasil de hoje é um país que se afirma no cenário internacional. É um país respeitado e que dentro da interdependência que hoje em dia rege o mundo, convive harmoniosamente com quase todas as nações do universo. Isto não é produto de geração espontânea. É produto de um esforço continuado em que parcela importante cabe aos ideais que nortearam a Revolução de 64. Manter a ordem neste país e com esta ordem dar-lhe o desenvolvimento de que a nação necessita.

O ano que está a findar marca, sem dúvida, novos êxitos dessa longa caminhada. Conseguimos

vencer, em parte, os problemas do nosso balanço de pagamentos. Depois de 74, dos problemas que o petróleo nos trouxe, o nosso balanço comercial vai fechar com saldo. Às nossas reservas monetárias se mantêm mais ou menos no mesmo nível do ano passado. E nesta luta ingente, inglória e difícil contra a inflação, temos conseguido êxitos marcantes que, sem dúvida, prosseguirão no próximo ano. 1978 será, também, como é natural, um ano difícil. Difícil pela conjuntura que o mundo atravessa. O mundo em crise, o mundo em recessão, em que há milhões e milhões de desempregados, em que o Brasil convive e sofre as suas naturais conseqüências. Mas nem por isso sejamos pessimistas. Creio que continuaremos a realizar o grande sonho no campo econômico, procuraremos desenvolver a nossa produção, procuraremos vender aos outros o mais que pudermos, para nos assegurarmos saldos que nos permitam enfrentar as situações futuras. Acredito também que continuaremos a combater a inflação e ela será menor do que a que tivemos durante este ano. Mas continuaremos, principalmente, a atender ao problema social deste país, que é um problema crucial. Nesta imensa população que nós temos há desníveis pronunciados. Há diferenças excessivamente grandes. Há problemas de saúde e de educação. E nós teremos que atendê-los, levados pelo espírito humano, levados pelo espírito de brasilidade, mas, sobretudo, para que eles conosco compartilhem, para que este país seja grande como deve ser.

O próximo ano também será um ano de intensificação da vida política. Pela terceira vez em meu

Governo realizar-se-ão eleições. Eleições que eu espero, tais como as que ocorreram em 74 e 76, sejam democráticas. Delas o povo participe intensamente e destruindo essa balela de que este país não é democrático, de que o povo aqui não participa. Temos demonstrado que o povo, em todas as oportunidades necessárias, participa da vida nacional, direta ou indiretamente, através dos seus representantes. Assim tem sido durante o meu Governo e assim continuará, na busca sempre de um aperfeiçoamento dessa democracia, democracia que só pode evoluir politicamente à medida em que as condições econômicas e sociais o permitam.

Será um ano de vida intensa e eu creio, tenho a esperança, tendo em vista o quadro nacional, de que chegaremos a bom termo nessa tarefa. No que se refere propriamente às Forças Armadas, devo dizer-lhes que, com abnegação e altruísmo, elas vêm ao longo de sua história, passada e agora no presente, cumprindo as suas tarefas. O país vive em ordem e esta ordem o fiador dela têm sido as Forças Armadas. E assim continuará a ser, porque todos, sem dúvida, estão compenetrados do dever que lhes cabe, dos compromissos que têm com o povo, de onde todos nós viemos e com o qual comungamos, sem dúvida. Coesas, disciplinadas e silenciosas, elas cumprem as suas tarefas, apesar daqueles que as combatem, aqueles que as maldizem ou não querem reconhecer o papel que ao longo da nossa história elas têm desempenhado.

Assim, sem dúvida, continuaremos aprimorando a nossa capacidade profissional, aprimorando os

nossos meios de luta, os meios materiais e inspirando-nos profundamente, no sentido profissional, convencidos de que como partes integrantes da Nação, a sua soberania, a sua segurança e o seu futuro repousam, em grande parte, no valor e na renúncia das Forças Armadas.

É com esse espírito que eu convido a todos para que bebam comigo, pela grandeza das Forças Armadas, pela felicidade de todos os seus integrantes, desde o mais humilde recruta ao mais elevado oficial-general. Pelas suas famílias e, particularmente, pela sua união indestrutível em benefício de nossa Pátria.

29 DE DEZEMBRO DE 1977.

SAUDAÇÃO DE FIM DE ANO AO POVO
BRASILEIRO, PELA TELEVISÃO.

Brasileiros,

Como em oportunidades anteriores às vésperas de novo ano, venho dar-vos conta dos principais resultados que conjuntamente alcançamos em 1977, bem assim formular as perspectivas gerais que visualizamos para 1978.

Faço-o consciente do dever cumprido com o máximo empenho, sem desfalecimentos. E, embora circunstâncias diversas hajam reduzido resultados que confiantemente podíamos esperar e parcialmente frustrado algumas das fundamentadas esperanças que havíamos alentado, creio que, afinal, o saldo dos avanços e das realizações é muito grande, como tem sido desde a Revolução de 1964, e que o presente estado geral da Nação — interna e externamente — mostra o real e significativo progresso que, com o esforço de todos nós brasileiros, alcançamos no decorrer deste ano.

No campo crítico da economia, a evolução da situação mundial e de nosso país confirma o acerto da orientação que o Brasil vem seguindo a partir de 1974, em decorrência da crise provocada pela forte elevação dos preços do petróleo. O choque então gerado foi, de fato, o começo de uma nova era para toda a civilização industrial moderna. Com ele

se iniciou um processo que, através de sucessivos desdobramentos, deverá estender-se até que novas fontes de energia venham, progressivamente, assumir o papel, ainda hoje desempenhado pelo petróleo.

Durante esse período de transição — em que é indispensável evitarem-se abalos desastrosos, tanto no mundo desenvolvido como no do subdesenvolvimento — importante é que não haja novas recessões e que todos os países realizem, em curto prazo, adequadas mudanças de estrutura, principalmente no uso da energia e no balanço de pagamentos. De fato, já é consenso que os países com grande *deficit* na conta-corrente do balanço de pagamentos devem diminuí-lo, por não ser fácil encontrar financiamento. E de que as nações com prolongado *superavit* devem também tender a eliminá-lo, para não somar esse *superavit* ao dos países da OPEP, tão difícil, por si só, de ser absorvido pelo resto do mundo.

O Brasil foi dos países que, desde logo, reconheceram a necessidade de uma desaceleração progressiva, não violenta, de sua economia e, em paralelo, de mudanças estruturais suficientemente rápidas, no quadro de uma estratégia adequada capaz de assegurar ao país uma trajetória sólida de crescimento.

De um lado, precisávamos diminuir nosso grau de dependência internacional, substituindo importações de insumos básicos e bens de capital, de modo a elevar a capacidade de produção da indústria de base a dimensões compatíveis com a indústria de

ponta. Enquanto os projetos de substituição não entrassem em funcionamento, teríamos que conter a demanda de importações, através de variadas restrições monetárias e fiscais.

Conter e substituir importações, todavia, não seria o suficiente para reequilibrar o balanço de pagamentos. O crescimento intenso da economia e a elevação internacional dos preços eram fatores naturais de expansão das importações. O ajuste do balanço, nessas condições, teria que provir de esforço extraordinário na expansão das nossas exportações, enfrentando-se aí o débil crescimento das economias desenvolvidas e sua crescente propensão ao protecionismo.

De outro lado, condicionante da maior importância social teria que balizar essa estratégia: a economia brasileira, com a sua responsabilidade de criar mais de um milhão de novos empregos por ano, não poderia submeter-se ao ajustamento pela via da recessão. Crises de transição podem ser toleradas por sociedades de alta renda *per capita* e de população quase estacionária; mas não por países como o Brasil, de renda *per capita* ainda média e distorcida por bolsões de pobreza e onde o crescimento demográfico reclama a contínua criação de novos empregos. Não seria realista pensar que poderíamos reeditar as taxas de crescimento do período 1968-1973, quando os ventos internacionais sopravam a nosso favor. Mas também não poderíamos deixar de crescer a taxas significativamente superiores à de nossa expansão populacional.

Implantar essa estratégia era tarefa árdua que exigiria sacrifícios da população e, antes de tudo, um forte apelo à imaginação e à criatividade nacionais. Embora o gradualismo faça parte da tradição brasileira em política econômica, as dimensões da crise do petróleo obrigavam-nos a agir com presteza. Não era fácil, em poucos anos, mobilizar recursos necessários ao programa de substituição de importações. Não era fácil, a curto prazo, modernizar a agricultura, preparando-a simultaneamente para o atendimento do crescente mercado interno e para o aumento acelerado das exportações. Não era fácil, principalmente, conciliar, em módulos ideais, os objetivos de crescimento econômico, melhoria da distribuição de renda, ajuste do balanço de pagamentos e combate à inflação. Diante dessa multiplicidade de problemas que reclamavam soluções urgentes, dever de humildade é reconhecer que muitas vezes erraríamos no varejo; mas bem justo será o orgulho de termos acertado no atacado, à luz dos indicadores mais recentes do desempenho da economia brasileira.

Nos últimos quatro anos o crescimento do produto real brasileiro foi da ordem de 33%, elevando nossa renda *per capita* anual a cerca de 1.300 dólares. Por certo, anos de crescimento mais rápido, como 1974 e 1976, intercalaram-se com períodos de crescimento menor, nossa produção expandiu-se a taxas bem maiores do que a população. O crescimento, por sua vez, não se limitou a um registro abstrato de maior produção, mas traduziu-se em sensível melhoria do padrão de vida do povo.

Por certo, o crescimento conseguido desde 1974 não poderia ter continuidade enquanto minados fôssemos pelo desequilíbrio das contas externas. Os números de 1977, todavia, afirmam o êxito da política de ajustamento do balanço de pagamentos. Em 1974, nosso *deficit* comercial atingia a cifra de 4,6 bilhões de dólares. Este ano conseguimos voltar ao tradicional equilíbrio da balança comercial, de fato com um pequeno *superavit*. Tendo em vista o crescimento da economia nacional no período e a alta internacional de preços, pode avaliar-se o que significou o esforço de contenção e de substituição de importações. Pelo menos alguns exemplos merecem ser citados quanto ao esforço de substituição de compras externas. Este ano nossa produção siderúrgica atinge 11,4 milhões de toneladas, 24% acima de 1976. O aumento da produção de aço, desde 1974, proporcionou-nos uma economia de importações de um bilhão de dólares. A importação de bens de capital, que se elevou progressivamente até 1975, vem declinando; sua substituição pela produção nacional equivale, este ano, a uma diminuição de 900 milhões de dólares no dispêndio de divisas. O impulso dado ao Programa do Alcool assegura uma produção, este ano, de 1,5 bilhão de litros e a aprovação de projetos já corresponde a uma capacidade de produção, em 1980, de cerca de 3,5 bilhões.

Não menos expressivo que o esforço de substituição de importações tem sido a expansão de nossas exportações, de 6,2 bilhões de dólares em 1973, para mais de 12 bilhões no corrente ano. A modernização

da agricultura e a melhoria de preço de alguns produtos, como o café, tiveram papel altamente significativo nesse processo de expansão. Importante tem sido o desenvolvimento das vendas ao exterior de produtos industrializados, num esforço notável de diversificação e de sofisticação de nossas exportações. Vale notar que, até novembro deste ano, enquanto as exportações de produtos primários cresceram à excelente taxa de 19,4%, as de produtos industrializados aumentaram de 33,8%.

O aumento acelerado das exportações não reequilibrou apenas nosso balanço comercial. Viabilizou, também, a nossa dívida externa, inevitavelmente crescente durante esta quadra mas expandindo-se em ritmo cada vez menor. Nossas reservas superiores a 6 bilhões de dólares e o equacionamento de nossas contas externas estão nos assegurando credibilidade internacional e amplo acesso aos mercados financeiros mais exigentes e seletivos.

Um grande desafio continua a apresentar-se à sociedade brasileira: o de reduzir significativamente as taxas de inflação. As altas de preços, no Brasil, apresentam características de moléstia endêmica. Os próprios mecanismos de defesa da sociedade — a correção automática dos salários, dos valores monetários e as minidesvalorizações cambiais — se tornam a inflação menos dramática entre nós do que em outros países, também a realimentam permanentemente. Os conflitos entre os objetivos de maior estabilidade da moeda, de maior crescimento econômico ou de mais rápido ajuste do balanço de

pagamentos com freqüência levaram a um recrudescimento das pressões inflacionárias, particularmente em 1976.

Várias medidas, monetárias, fiscais, de administração de preços e de contenção dos fatores de realimentação vêm sendo tomadas desde meados do ano passado no sentido de frear o ímpeto da alta de preços. Infelizmente, os remédios antiinflacionários são todos de ação lenta, exigindo, num longo interregno, pertinácia e resignação, principalmente numa economia em que as relações contratuais são regidas pelo princípio da correção monetária — que pelo seu saldo de êxitos convém preservar — e na qual a inflação não deve ser tratada senão pela metodologia gradualista.

A taxa de inflação, medida pelo índice geral de preços, deverá situar-se em 1977 em pouco menos de 39%. Essa cifra comporta duas observações: comparativamente aos 46,3% de 1976 apresenta inegável melhoria, com a diminuição de mais de 7 pontos percentuais no ritmo inflacionário; ao longo do ano, os 39% resultaram da composição de duas fases distintas: uma da inflação acelerada até maio, à taxa média mensal de 3,7%; outra de inflação bem mais branda, de 2,1% ao mês, a partir de junho. Apesar dos progressos em relação a 1976, estamos longe de dar por vencida a guerra contra a inflação. Embora condicionados à metodologia gradualista, precisamos continuar a combater a inflação sem tréguas, apelando para todos os mecanismos de controle à disposição do Governo, mas também

pedindo a cooperação e a compreensão do povo. A luta antiinflacionária representa, antes de tudo, extraordinário exercício de disciplina da sociedade. É preciso que todos reivindicemos menos, para que os ganhos não venham a ser frustrados pelas altas de preços.

Os resultados de 1977 indicam o acerto de uma estratégia. A situação econômica internacional ainda se mostra instável — instabilidade inevitável enquanto os países da OPEP acumularem saldos em conta-corrente de 35 a 40 bilhões de dólares anuais. A recente decisão dos países produtores de petróleo de congelar seus preços no primeiro semestre de 1978 dá-nos a tranqüilidade de uma trégua. Mas temos de nos conscientizar de que vivemos num mundo bem mais difícil do que o de cinco anos atrás. Compreendamos, todavia, que dificuldade não é, para os povos fortes, sinônimo de catástrofe, mas de desafio à criatividade. E a população brasileira, que soube vencer esta fase da crise do petróleo, saberá sempre responder aos desafios que lhe forem impostos pela conjuntura internacional.

No campo social, desde 1974, a atuação do governo tem sido dinâmica e criadora.

O governo preocupou-se em assegurar que os reajustes salariais, particularmente os do salário-mínimo, recompusessem os padrões do poder aquisitivo erodidos pela inflação. O mais importante, porém, é que o mercado, de fato, valorizou o trabalhador bem acima dos coeficientes oficiais de reajustamento salarial. Os programas de treinamento e

alimentação dos empregados nas empresas, a ampliação do sistema educacional, a redução da taxa do analfabetismo adulto, o crédito educativo, os programas de saúde pública, a prevenção da gravidez de alto risco traduzem aspectos da política social que meu governo tem procurado seguir. A verdadeira justiça social não é a que submete o trabalhador ao paternalismo governamental, mas a que o torna capaz de se valorizar no mercado de trabalho, independentemente dessa proteção.

A despeito da contenção de investimentos públicos ditada pela ação antiinflacionária, executou-se, em 1977, um Orçamento Social da ordem de Cr\$ 230 bilhões em Educação, Saúde Pública, Assistência Médica, Saneamento, Nutrição, Habitação, Previdência, Trabalho e Treinamento Profissional. A esse dispêndio adicionou-se um Programa de Desenvolvimento Urbano de cerca de Cr\$ 30 bilhões destinados principalmente a Transportes Coletivos e Centros Sociais e, por outro lado, aplicaram-se mais de Cr\$ 10 bilhões através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Não cabe aqui apresentar dados detalhados sobre os resultados sociais alcançados. Creio oportuno mencionar, entretanto, alguns indicadores particularmente sugestivos:

— a população economicamente ativa, entre 1970 e 1977, elevou-se de 29 para 37 milhões de pessoas, revelando a grande capacidade de geração de novos empregados da economia brasileira;

— após a criação de mais de 3 milhões de empregos entre 1974 e 1976 houve em 1977 certo arrefecimento, mas, assim mesmo, ocorreu aumento ponderável, a despeito da desaceleração realizada;

— em 1977, o PIS-PASEP passou a pagar o 14º salário, que, neste primeiro ano de vigência da medida, beneficia 7 milhões de trabalhadores;

— o crescimento demográfico com predominância de população jovem tem acarretado grande expansão quantitativa do ensino, com riscos para a qualidade. Temos hoje 24 milhões de estudantes nas escolas, quando em 1970 eram apenas 17 milhões. Se somamos 4 milhões do MOBRL, alcançaremos um número que corresponde a duas vezes a população total de um país como a Austrália;

— o mesmo fenômeno verifica-se na Previdência Social urbana que, atualmente, atende a uma população de quase 60 milhões de pessoas, em benefícios e assistência médica; o FUNRURAL, por outro lado, já assiste hoje a maior parte da população rural;

— ao longo da presente década, a expectativa de vida da população brasileira aumentou para mais de 60 anos, a taxa de mortalidade caiu bastante e a mobilidade social vertical acentuou-se, com o fácil acesso dos pobres à escola, inclusive no nível da Universidade;

— a taxa de alfabetização, entre 1970 e 1977, cresceu de 60 para 84%;

— expressiva é a queda ocorrida na mortalidade infantil em São Paulo, certamente uma capital com graves problemas de saúde pública devido às maciças imigrações — o declínio foi de 94 para 80, em 1976, caindo para valores bem menores em 1977, sendo de 54 por mil no mês de outubro último.

Tais esforços e resultados na área social caracterizam considerável progresso. Na verdade, as soluções simples, para um País com a população que temos, no nosso nível de renda, são simples apenas no papel. Contudo, é possível encontrar essas soluções e efetivá-las com determinação e fé, pelo caminho da evolução ordenada, numa sociedade aberta, pluralista e em crescimento, sem recurso a soluções extremadas e violentas.

Quanto ao problema político propriamente, em recente discurso proferido a 1º de dezembro, apresentei o quadro atual e as perspectivas de sua evolução. Nele destaquei a importância do desenvolvimento das instituições políticas para o progresso do País, na etapa a que chegamos da vida nacional. E nada cabe acrescentar, de momento, uma vez que, pela consulta ampliada aos setores mais esclarecidos da população e pelo consenso que se verifique, é que se fixarão rumos bem definidos e metas a alcançar com realismo, prudência e segurança.

Esperamos, convictamente, que o ano próximo se venha a assinalar por um avanço marcante nesse setor, atendendo às aspirações gerais de aprimoramento de nossa democracia. Confiamos em que a iniciativa de governo seja correspondida pela clari-

vidência das classes políticas nacionais, capazes de, com espírito de renúncia, alçarem-se à altura do momento que vivemos, sopitando ambições pessoais ou de grupos.

Chego assim ao término desta exposição que já vai mais longa do que era de desejar. A relevância de seu teor e a necessidade de lhe dar a verdadeira tonalidade de otimismo com que podemos encarar o futuro exigiram a extensão que lhe foi dada.

Ao concluir auguro um Ano Novo — o de 1978 — cheio de realizações para a Nação como um todo e com acrescidas benesses para cada cidadão brasileiro, no seio de sua comunidade e no recesso de seu lar.

Boa noite.

ÍNDICE

1 — Discurso pronunciado na reunião ministerial, no Palácio do Planalto. 13 de janeiro de 1977	5
2 — Improviso na posse do Ministro Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e do Comércio, no Palácio do Planalto. 9 de fevereiro de 1977	21
3 — Improviso em Porto Velho-RO. 10 de fevereiro de 1977	23
4 — Improviso em Vila Rondônia-RO, 10 de fevereiro de 1977	25
5 — Introdução à Mensagem ao Congresso Nacional. 1º de março de 1977	29
6 — Introdução ao Livro Branco sobre o «Programa Nuclear do Brasil». 1º de março de 1977	39
7 — Improviso na Colônia Witmarsun, em Palmeira-PR. 4 de março de 1977	41
8 — Improviso no Palácio do Planalto, adiando a entrada em vigor do depósito restituível sobre a gasolina. 9 de março de 1977	43
9 — Improviso em Barretos-SP. 11 de março de 1977	49
10 — Improviso no Palácio do Planalto, respondendo à saudação do Ministro Armando Falcão, ao ensejo do 3º aniversário de Governo. 15 de março de 1977	51
11 — Improviso em Palmeira das Missões-RS. 25 de março de 1977	55

12 — Improviso no Planalto, na solenidade de lançamento de medidas de fortalecimento da empresa privada nacional. 30 de março de 1977	59
13 — Improviso no Planalto, agradecendo a concessão da «Medalha do Mérito da Agricultura». 30 de março de 1977 ..	63
14 — Improviso na Vila Militar, no Rio de Janeiro, por ocasião do almoço comemorativo do 13º aniversário da Revolução. 31 de março de 1977	67
15 — Através de cadeia de rádio e televisão, anunciando o receso do Congresso Nacional, 1º de abril de 1977	77
16 — Discurso na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, saudando o Presidente Alfredo Stroessner, do Paraguai. 11 de abril de 1977	85
17 — Discurso na sessão de instalação da IX Conferência Brasileira de Comércio Exterior, no Parque Anhembi, em São Paulo. 18 de abril de 1977	87
18 — Improviso à Comunidade Terena, no Posto Indígena de Taunay-MT. 28 de abril de 1977	95
19 — Improviso em Belo Horizonte-MG, no Dia do Trabalho. 1º de maio de 1977	97
20 — Entrevista com jornalistas franceses, no Palácio do Planalto. 2 de maio de 1977	105
21 — Discurso no Clube Naval, em Brasília, por ocasião do banquete oferecido pelos Chefes de Missão acreditados junto ao Governo Brasileiro. 10 de maio de 1977	111
22 — Improviso no Centro Social Urbano Governador Adauto Bezerra, em Fortaleza-CE. 12 de maio de 1977	117
23 — Improviso em Joazeiro do Norte-CE. 13 de maio de 1977	119
24 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado do Rio de Janeiro (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 16 de maio de 1977	121

25 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado do Espírito Santo (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 23 de maio de 1977	123
26 — Improviso em Araucária-PR. 27 de maio de 1977	125
27 — Improviso por ocasião do encerramento do VI Seminário Internacional do Café, em Guarujá-SP. 3 de junho de 1977	127
28 — Improviso saudando a Sra. Rosalynn Carter, em jantar no Palácio da Alvorada. 7 de junho de 1977	133
29 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita dos participantes do III Encontro de Assessores de Relações Públicas e Imprensa. 15 de junho de 1977	135
30 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado do Rio Grande do Sul (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 20 de junho de 1977	137
31 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de radialistas brasileiros. 23 de junho de 1977	139
32 — Improviso em Rio Claro-SP. 24 de junho de 1977	141
33 — Entrevista concedida à televisão francesa, através do Sr. Jacques Chancel, transmitida em 30 de junho de 1977. 9 de junho de 1977	143
34 — Entrevista concedida à televisão uruguaia, através do Sr. Guillermo Perez, transmitida em 5 de julho de 1977. 30 de junho de 1977	157
35 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado da Bahia (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 4 de julho de 1977	163
36 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita dos membros do Conselho Federal de Educação e do Conselho de Reitores. 5 de julho de 1977	165
37 — Discurso saudando o Presidente Aparicio Mendez, do Uruguai, em banquete no Palácio do Itamarati. 6 de julho de 1977	169

38 — Discurso no Palácio do Planalto, por ocasião da cerimônia de assinatura dos Atos de Cooperação Integrada na Área da Bacia da Lagoa Mirim, entre Brasil e Uruguai. 7 de julho de 1977	173
39 — Improviso em Bebedouro-SP. 8 de julho de 1977	177
40 — Improviso em Rio Branco-AC. 15 de julho de 1977	181
41 — Discurso por ocasião da abertura do XII Congresso Nacional de Bancos, em Manaus-AM. 25 de julho de 1977	185
42 — Discurso por ocasião da abertura da VI Conferência Nacional de Saúde, no Palácio do Itamarati, em Brasília. 1º de agosto de 1977	193
43 — Improviso no Palácio do Planalto, agradecendo à saudação de aniversário, feita pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso, representando os membros dos Gabinetes Civil, Militar, Serviço Nacional de Informação e Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. 3 de agosto de 1977	197
44 — Improviso no Palácio do Planalto, agradecendo à saudação de aniversário, feita pelo Ministro Armando Falcão, em nome de seus colegas do Ministério. 3 de agosto de 1977	201
45 — Improviso no Palácio do Planalto, agradecendo a condecoração «Ordem de Quetzal», no Grau de Grande Colar, da República da Guatemala. 4 de agosto de 1977	203
46 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais dos Estados do Maranhão, Piauí e Mato Grosso (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 8 de agosto de 1977	205
47 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita dos participantes do Fórum Nacional de Debates sobre Ciências Jurídicas e Sociais. 11 de agosto de 1977	207
48 — Improviso em São Paulo-SP, na cerimônia de assinatura de atos entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação. 12 de agosto de 1977	211

- 49 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita dos estagiários da Escola Superior de Guerra. 15 de agosto de 1977 215
- 50 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado de São Paulo-SP (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 15 de agosto de 1977 217
- 51 — Discurso saudando o Presidente Hugo Banzer, da Bolívia, em banquete no Palácio do Itamarati. 15 de agosto de 1977. 221
- 52 — Discurso no Palácio do Planalto, por ocasião da cerimônia de assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio e outros atos, entre Brasil e Bolívia. 16 de agosto de 1977 225
- 53 — Improviso em Santarém-PA, por ocasião da inauguração da Usina Hidrelétrica Curuá-Una. 19 de agosto de 1977 .. 229
- 54 — Mensagem aos participantes do «Projeto Rondon». 22 de agosto de 1977 231
- 55 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião do lançamento do «Programa de Apoio à Pequena e Média Empresas». 24 de agosto de 1977 233
- 56 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da assinatura da Mensagem ao Congresso Nacional propondo a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. 24 de agosto de 1977 235
- 57 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais da Paraíba e Rio Grande do Norte (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 29 de agosto de 1977 237
- 58 — Mensagem dirigida aos brasileiros da Amazônia, por ocasião do lançamento do programa de ondas curtas da Rádio Nacional de Brasília. 1º de setembro de 1977 239
- 59 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Amazonas, Acre e Pará (Projeto

Brasília, do Ministério do Trabalho). 5 de setembro de 1977	241
60 — Improviso por ocasião da inauguração do Clube do Exército, em Brasília. 6 de setembro de 1977	245
61 — Improviso em Lorena-SP. 17 de setembro de 1977	247
62 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Ceará, Alagoas e Sergipe (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 19 de setembro de 1977	249
63 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado de Pernambuco (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 3 de outubro de 1977.	251
64 — Discurso por ocasião da inauguração da I Feira Marítima Internacional do Rio de Janeiro (Rio-Mar/77), no Rio de Janeiro. 10 de outubro de 1977	253
65 — Improviso no Palácio do Planalto ao sancionar a Lei Complementar que criou o Estado de Mato Grosso do Sul. 11 de outubro de 1977	259
66 — Improviso no Palácio do Planalto na posse do General Fernando Belfort Bethlem como Ministro do Exército. 12 de outubro de 1977	261
67 — Improviso no Palácio do Planalto, ao receber a visita de crianças de Ribeirão Preto-SP. 13 de outubro de 1977.	263
68 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado do Rio de Janeiro (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 17 de outubro de 1977	265
69 — Improviso em João Pessoa-PB. 21 de outubro de 1977.	267
70 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado do Rio Grande do Sul (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 24 de outubro de 1977	275

70 — Discurso por ocasião da abertura do Simpósio «Democracia e Política Social», promovido pela Fundação Milton Campos, da ARENA. 26 de outubro de 1977	277
71 — Improviso por ocasião da posse da Diretoria e do Conselho Fiscal da Confederação Nacional da Indústria, em Brasília. 26 de outubro de 1977	285
72 — Improviso na posse do General Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira, como Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no Palácio do Planalto. 27 de outubro de 1977.	287
73 — Improviso em São José do Rio Preto-SP. 28 de outubro de 1977	289
74 — Discurso por ocasião da sessão solene inaugural da IV CONCLAP — Conferência Nacional das Classes Produtoras — no Rio de Janeiro-RJ. 31 de outubro de 1977 ..	291
75 — Improviso agradecendo a concessão do «Diploma de Irmão da Santa Casa», no Rio de Janeiro-RJ. 31 de outubro de 1977	303
76 — Discurso saudando o Presidente Leopold Sédar Senghor, do Senegal, em banquete no Palácio do Itamarati. 4 de novembro de 1977	305
77 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado de São Paulo (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 7 de novembro de 1977.	309
78 — Improviso no Palácio do Planalto, ao receber o Operário-Padrão do Brasil do ano de 1977. 8 de novembro de 1977.	313
79 — Entrevista concedida à televisão venezuelana. 15 de novembro de 1977	315
80 — Discurso saudando o Presidente Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, em banquete no Palácio do Itamarati. 16 de novembro de 1977	321
81 — Discurso no Palácio do Planalto, por ocasião da assinatura de atos, entre Brasil e Venezuela. 17 de novembro de 1977	327

82 — Improviso em Porto Alegre-RS. 21 de novembro de 1977.	331
83 — Improviso em Bauru-SP. 25 de novembro de 1977	333
84 — Improviso na solenidade de posse da Diretoria da Confederação Nacional do Comércio, no Hotel Nacional, em Brasília. 29 de novembro de 1977	337
85 — Discurso no Palácio da Alvorada, aos dirigentes nacionais da ARENA. 1º de dezembro de 1977	339
86 — Improviso no Palácio do Planalto, por ocasião da visita de líderes sindicais do Estado de Minas Gerais (Projeto Brasília, do Ministério do Trabalho). 5 de dezembro de 1977	351
87 — Mensagem à colônia japonesa, ao ensejo do 70º aniversário da chegada ao Brasil do primeiro grupo de colonos. 6 de dezembro de 1977	353
88 — Improviso no Palácio do Planalto, ao sancionar a Lei de Anotação Técnica. 7 de dezembro de 1977	355
89 — Improviso no Rio de Janeiro-RJ, por ocasião da visita ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 13 de dezembro de 1977	357
90 — Improviso no Palácio do Planalto agradecendo os votos de Boas-Festas dos Chefes de Missões Diplomáticas. 20 de dezembro de 1977	359
91 — Improviso no Palácio do Planalto, ao sancionar a Lei que altera o Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho. 22 de dezembro de 1977	361
92 — Agradecendo aos Oficiais Gerais das Forças Armadas os cumprimentos de fim de ano, durante almoço no Clube Naval de Brasília. 22 de dezembro de 1977	363
93 — Saudação de fim de ano ao povo brasileiro, pela televisão. 29 de dezembro de 1977	369

COMPOSTO E IMPRESSO
NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
EM FEVEREIRO DE 1978
BRASÍLIA